

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Escola de Direito de São Paulo

**LABIRINTOS JUDICIÁRIOS, PRISIONAIS E DE VIDA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO DAS SANÇÕES DE
MULHERES NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Viviane Balbuglio

São Paulo

2021

VIVIANE BALBUGLIO

**LABIRINTOS JUDICIÁRIOS, PRISIONAIS E DE VIDA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO DAS SANÇÕES
DE MULHERES NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Direito e Desenvolvimento pelo Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Área de concentração: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maíra Rocha Machado.

São Paulo

2021

Balbuglio, Viviane.

Labirintos judiciários, prisionais e de vida : um estudo de caso sobre a gestão das sanções de mulheres no Estado de São Paulo / Viviane Balbuglio. - 2021.
197 f.

Orientador: Maíra Rocha Machado.

Dissertação (mestrado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Execução penal. 2. Organização judiciaria penal. 3. Penas alternativas. 4. Relações de gênero. I. Machado, Maíra Rocha. II. Dissertação (mestrado) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 343.8

VIVIANE BALBUGLIO

**LABIRINTOS JUDICIÁRIOS, PRISIONAIS E DE VIDA:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE A GESTÃO DAS SANÇÕES
DE MULHERES NO ESTADO DE SÃO PAULO**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Direito e Desenvolvimento pelo Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas.

Área de Concentração: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social.

Data da aprovação: 16/06/2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Maíra Rocha Machado (orientadora)

Prof^a Dra. Bruna Angotti (Mackenzie/SP)

Prof^a Dra. Ana Gabriela Mendes Braga
(UNESP/SP)

Prof^a Dra. Natalia Corazza Padovani
(UNICAMP/SP)

Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação Getulio Vargas, através da Bolsa Mario Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2019/12218-7).

*À Julia Marcionila da Silva, à sua mãe e
suas irmãs:*

*Às mulheres “esquecidas” da cabeça.
Aqueles que a memória se esvaiu, o corpo
permanece e as lembranças somos nós.
Dedico a elas que bordaram nas contas dos
tecidos e dos terços nossos caminhos até
aqui.*

À Maria Madalena e às Marias:

*Às mulheres “esquecidas” da vida.
Talentos, histórias e memórias interrompidas
pelas políticas de morte e de aprisionamento.
Sem mais o corpo, perduram as recordações.
Dedico a elas que sabendo ou não já
construíram o horizonte de um outro mundo
– sem amarras, sem prisões.*

AGRADECIMENTOS

*“em algum corredor
no labirinto da existência
de repente a gente
para e olha nos olhos da gente
para ver os anos
o amor
a essência
e os lindos enganos”*
(poema “Parada” de Calí Boreaz)

Começo estes agradecimentos reconhecendo que este trabalho de mestrado foi uma construção coletiva, na medida que as minhas trajetórias se confundiram e se cruzaram com uma série de pessoas, espaços, documentos, coletivos e ideias, os quais contribuíram intensa e imensamente para elaboração desde os primeiros problemas de pesquisa até frases específicas dentro das linhas escritas.

Uma construção coletiva nem sempre permite que a gente agradeça todas as pessoas por suas presenças e ideias que enredaram nossos caminhos, mas por acreditar (e ter vivenciado) que não há autoria única possível, e muito menos solitária, faço esse agradecimento conjunto. Este agradecimento é também um chamado para reconhecer que parte indissociável do fazer da pesquisa acadêmica está em olharmos para esta imensidão de pessoas, momentos e fragmentos de vidas.

Agradeço à Eliane pela confiança depositada para resgatar sua história através de uma lente que não a sua própria e por todos os compartilhamentos nestes anos.

Essa pesquisa também não seria possível sem todas as mulheres com passagens pelas prisões de São Paulo que conheci nos últimos anos durante o tempo que atuei como trabalhadora do ITTC, estagiária da Defensoria Pública da União, como advogada autônoma e como integrante do coletivo da Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo.

Agradeço à todas vocês pelas construções, pelo aprendizado conjunto, pela confiança, por também me acolherem e diante da impossibilidade de referenciar a todas, faço isso em nome de duas mulheres: Maria Madalena e Nokuthula. Duas mulheres sul-africanas que perderam suas vidas no ano de 2018 e que marcaram muito minha história. Suas vidas e mortes compartilham um histórico de negligência estatal, trajetórias de vida

nos labirintos entre a prisão e a rua, e a permanência na minha memória como inspirações para almejar viver em um mundo sem prisões.

Pelo subsídio e financiamento deste período de mestrado, agradeço à Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas de São Paulo por me conceder a bolsa Mario Henrique Simonsen de Ensino e Pesquisa e também à Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPESP. Apoios fundamentais à construção deste trabalho.

Agradeço à Maíra Machado pela caminhada de “orientação” – coloco entre aspas, por não me parecer que essa palavra dá conta dos detalhes e da importância das trocas e tantos aprendizados que cabem nessa caminhada no mestrado, assim como das novas possibilidades de futuro que se iniciam aqui. À Maira agradeço imensamente pelo acolhimento, pela generosidade e cuidado, pelos diálogos e provocações, pela paciência e compreensão em todos os momentos.

Agradeço também à Coordenadoria do Mestrado e Doutorado Acadêmico da Escola de Direito da GV, em especial ao Luiz Pimenta e à Ana Claudia Narcizo, e também a todas e todos integrantes do Núcleo de Estudos do Crime e da Pena da FGV pelo compartilhamento de trabalhos inspiradores e de muitas reflexões.

Às professoras Ana Gabriela Braga, Bruna Angotti e Camilo Prando, pela atenção, sugestões e todos os comentários realizados durante minha banca de qualificação que proporcionaram um espaço extremamente produtivo de reflexão e crescimento da pesquisa. Agradeço à Marta Machado pelas revisões e contribuições valiosíssimas para os primeiros artigos frutos desta pesquisa. E, agradeço também à professora Luciana Gross pelas sugestões e ideias com o projeto durante a disciplina de metodologia e ao professor José Garcez pelas lições inspiradoras na disciplina de introdução à docência.

À Ana Lu, dedico este agradecimento pelo apoio incondicional durante o percurso do mestrado e tantos (mais) anos da vida. É quase impossível transpor em palavras este agradecimento, mas o que é possível escrever aqui é obrigada pelos incentivos, pelos conselhos, pelo cuidado, pelos respiros, pelas risadas, pela paciência infindável. Por isso, sintetizo tudo que não é possível descrever nas palavras agradecendo “pelas horas”. Agradeço muito também à Ana pelas ideias em argumentos, revisões de texto, fotografias cedidas e outras colaborações, especialmente em todos os recursos gráficos – linhas do tempo e labirinto - e no glossário.

Agradeço à Anna Carolina, Katia e Lucia pela parceria e pelas caminhadas do metrô e Parque da Juventude nos anos de oficinas no pavilhão materno.

À Lucia Sestokas dedico um agradecimento especial também, porque não apenas compartilhamos os anos de oficinas e outros trabalhos, mas uma amizade de longa data e também mestrados simultâneos. Lucia me ajudou intensamente com a leitura e revisão deste trabalho. Muitas ideias trabalhadas vieram das conversas com ela, sempre intercaladas de aleatoriedades, coisas engraçadas, muitos incentivos, uma paciência imensurável e lucidez.

À Beatriz Scotton, pelas muitas conversas sobre esta pesquisa. Sou muito grata à nossa amizade, aos planos pro futuro (cerejas) e pela sua presença na minha vida.

Um agradecimento especial para Ana Clara Klink, Ágatha de Miranda, Larissa Margarido, Mariana Amaral, Maria Clara D'Ávila, Raissa Belintani, Roberta Canheo e Josianne Pagliuca que também dedicaram seu tempo em leituras de pílulas desta pesquisa e contribuíram com ideias muito valiosas. Agradeço também à Michele Rosa, uma inspiração no trabalho junto a mulheres mães privadas de liberdade em São Paulo.

Dedico este trabalho e minha gratidão à minha família, Nei, Vitor e Ivete pelo apoio incondicional de toda uma vida. Minha mãe além de tudo sempre foi e continua sendo uma inspiração para os caminhos que tenho trilhado, não teria como colocar em palavras o tanto que tenho para te agradecer. Agradeço minha mãe e às mulheres da minha família, especialmente Ana Claudia, Cida, Nice, vó Julia, pequena Julia, Iracema e Elaine. Meu avô Claudio requer uma dedicatória e uma menção especial, porque sem ele e o sertão do Pernambuco nossas vidas não seriam. Agradeço também meu tio Rogerio e minha prima Clara pelo apoio e pelas presenças tão importantes na minha vida.

Agradeço aos companheiros e companheiras de turma do mestrado acadêmico, pelas trocas, compartilhamento de angústias, dúvidas, conversas e um karaokê nestes mais de dois anos de trabalho. Em especial agradeço às amigas Ana Lídia, Larissa, Taisa e Tais. Agradeço também à Priscila Coelho pela paciência e prestatividade com todas as dúvidas burocráticas e todas as dicas envolvidas.

Aqui, faço uma referência especial a todas as amigas e amigos que um dia compartilharam rotinas de trabalho e de vida, conversas de bar, de metrô, mensagens e áudios de celular e tantas interações virtuais e presenciais que não teria condições de

descrever. São pessoas que tivemos muitas trocas e acolhimentos nestes anos: Raissa, Josi, Lucia, Ana Lu, Roberta, Maria, Ju, Leticia, Lais, Maria Isabel, Marcela Farina, Marcela Amaral, Fernanda, Carol Hartfiel, Ágatha, Kim, Cami, Isadora, Samara, Marjorie, Tati, Carla, Mary, Wally, Carol Yuubi, Monna, Ingra, Iza Gomes, Sofia, Isa Cunha, Bia, Lucas, Suel, Matheus, Lari Chacon, Mari Amaral, Dinha, Mari Lins, Surraily, Nina, Mari Moro, JP Moro.

Ao Lucas e ao Suel, porque eu não poderia desejar uma dupla tão maravilhosa de amigos na minha vida.

À Raissa e Ágatha pelo amor e o grupo para agradecer.

À Roberta e Matheus pelo curto e divertido período que dividimos apartamento na barulheira feliz do largo da Batata.

À Isadora e Ana Lu pelas voltas de carro entre cidades e todo amor envolvido.

A todas as ex-companheiras de “Projeto Estrangeiras”, dedico um agradecimento e uma tortinha de limão, especialmente à Isabela Cunha e à Nathália Duó.

Pelo período que estagiei na Defensoria Pública da União e por todas as trocas e aprendizados, agradeço à Nara Rivitti e à Isabel Machado.

Pelo dia-a-dia no “Projeto Migrantes Egressas” que tanto inspirou esta pesquisa e me auxiliou a manter os primeiros meses do mestrado, agradeço especialmente minha amiga Kim. Obrigada Mariana Dias e Heloísa Freitas por compartilharem estes anos de trabalho também.

À Carmen Fullin, que começou na minha vida como professora da graduação, orientadora do trabalho de conclusão de curso e que a partir daí seguimos com uma amizade muito importante para mim, ainda que em diferentes continentes. Alguém que admiro tanto e tem sido um apoio fundamental todos estes anos.

Às amigas e amigo, “das doze e o segredo”, que colecionamos tantos álbuns de fotos, crescimentos e um pouco mais de dez anos de amizade.

À Judite Boiani Crepúsculo, por inspirar e ser um exemplo de amizade duradoura.

A toda “panela”, especialmente ao Caio, Sabrina e Helô, por toda a acolhida, pelas conversas, reflexões filosóficas, fofocas e um clube de cinema em ascensão.

À Maria Helena (Lena, Heleninha) pelos abraços, pelas conversas e pelo cuidado sempre.

À minha amiga Siri, obrigada pela inspiração e por ter me recebido na sua vida, I miss you my dearest friend! Especialmente das nossas longas conversas.

À querida Miriam Duarte Pereira, pelos incentivos, desabafos e trocas. Esperando o fim da pandemia para andar e fazer todas as visitas com você.

À Carol Hilgert e Michael Mary Nolan que me permitem caminhar com elas desde 2015, com quem aprendo tanto e me apresentaram todo um novo mundo de luta e resistência pela terra. Obrigada especial também à Carol Freitas que compartilhou dessa trajetória e sempre com conselhos maravilhosos.

Aproveito também deste espaço dos agradecimentos para dizer que dentro do período da pandemia e de isolamento, pude me aproximar, ouvir e aprender imensamente com duas mulheres que já admiro demais a anos: Miriam Duarte e Railda Silva, fundadoras da Amparar. Agradeço imensamente a vocês duas e ao Fabinho pelas mensagens diárias, pelas trocas, pelo acolhimento e por terem me apresentado e me recebido nas reuniões de segunda-feira que compõem um espaço único de luta, de dor e de potência indescritíveis. Não poderia também deixar de agradecer ao Kric, Tempestade, Yandira, Yehny, Mariela, Karina, referências e exemplos de luta, assim como aos companheiros e companheiras da Frente Estadual Pelo Desencarceramento de São Paulo.

“Quando a chuva finalmente desaba, lavando um céu carregado de ocre lamacento, nós que não podíamos controlar o fenômeno ficamos aliviados. A sensação quase sobrenatural: o facto de sermos testemunhas do fim do mundo cede lugar a coisas tangíveis. Mesmo que as sensações seguintes não sejam comuns, pelo menos não são misteriosas.”

Maya Angelou, do livro “Sei porque canta o pássaro na gaiola” (1969).

RESUMO

Este trabalho investiga uma biografia judiciária, baseada em um estudo de caso único, o “caso Eliane”. A pesquisa mobiliza, em especial, a análise documental de arquivos judiciários, para investigar as trajetórias de uma mulher no sistema de justiça de São Paulo. Tem como objetivo compreender em profundidade os arranjos envolvidos nestas dinâmicas e também na interface entre as áreas do direito envolvidas no caso, especialmente as que se referem à gestão do tempo das penas na prisão, nos entretempos e em casa, assim como as áreas do direito da infância e juventude e administrativo. Neste sentido, a pesquisa, que se propõe a olhar para a punição a partir da perspectiva de quem a vive, precisou considerar simultaneamente todos os componentes sancionatórios envolvidos no caso, os quais, quando vistos sob a perspectiva do sistema de justiça, foram enquadrados em um verdadeiro labirinto da gestão das sanções, que envolve práticas judiciárias, prisionais e de vida. Em uma perspectiva analítica, os achados do caso Eliane apontam que, embora se trate de uma trajetória única e singular no sistema de justiça, é inevitável que diante da amplitude do sistema prisional brasileiro, muitas outras vidas sejam traçadas pelos mesmos labirintos, ainda que diante de componentes sancionatórios distintos entre si.

Palavras-chave: Execução penal. Gênero. Prisão domiciliar. Sistema de justiça.

ABSTRACT

This work investigates an unintended judicial biography, based on a single case study, the “Eliane case”. This research mobilizes different methods, especially the document analysis of judiciary archives, in order to investigate the trajectories of a woman inside São Paulo’s justice system. It aims to comprehend the arrangements involved on these dynamics and also in the interface between the fields of law that are involved in the case, especially those referring to time management of prison sentences, in-between times and at home, as well as in the areas of childhood and youth and administrative law. In this regard, this research, which looks to punishment based on the perspective of those who live it, needed to simultaneously consider all the sanctioning components involved in the case, which when viewed from the perspective of the justice system, were framed in a labyrinth of sanctions management, involving judicial, prison and life practices. From an analytical perspective, the findings of Eliane case point out that, although it is a unique a singular trajectory in the justice system, it is inevitable that in face of the extent of the Brazilian prison system, many other lives are traced by the same labyrinths, even if facing distinct sanctioning components.

Key-words: Penal Execution. Gender. House arrest. Justice System.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ALESP – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

BNMP - Banco Nacional de Monitoramento de Prisões

CDP – Centro de Detenção Provisória

CIMIC – Centro Integrado de Movimentações e Informações Carcerárias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPF – Cadastro da Pessoa Física

CPP – Centro de Progressão Penitenciária

CHOC – Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário

CSM – Conselho Superior da Magistratura

DECRIM – Departamento Técnico de Apoio ao Serviço das Execuções Criminais

DEECRIM – Departamento Estadual de Execuções Criminais da Capital

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

DP – Distrito Policial

DPESP – Defensoria Pública do Estado de São Paulo

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FA – Folha de Antecedentes

FUNAP – Fundação de Amparo ao Preso

HC – Habeas Corpus

HC Coletivo – Habeas Corpus Coletivo

IIRGD – Instituto Ricardo Gumbleton Daunt

LAI - Lei de Acesso à Informação

LC – Liberdade Condicional

LEP – Lei de Execução Penal

MPF – Ministério Público Federal

MPSP – Ministério Público do Estado de São Paulo

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PFC – Penitenciária Feminina da Capital

PFS – Penitenciária Feminina de Santana

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PPL – Pena Privativa de Liberdade

PRD – Pena Restritiva de Direitos

RA – Regime Aberto

RAJ – Região Administrativa Judiciária

RIPSP – Regimento Interno das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo

RSA – Regime Semiaberto

SAICA – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes

SAJ – Sistema de Automação da Justiça

SAPSP – Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo

SERVEC – Serviço de Apoio às Varas de Execução Criminal do Estado

SIC - Sistema Integrado de Informações ao Cidadão

SIVC - Sistema das Varas de Execuções Criminais

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SURIS – Suspensão Condicional do Processo

TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo

TRF3 – Tribunal Regional Federal da 3ª Região

UBS – Unidade Básica de Saúde

VEC – Vara de Execuções Criminais

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Relação de todos os procedimentos judiciais levantados sobre o caso

Quadro II - Pedidos de acesso à informação para instituições públicas

Quadro III – Condenações imputadas à protagonista do caso

Quadro IV - Atores e atrizes do estudo de caso na área da execução penal

Quadro V - Atores e atrizes do estudo de caso na área da infância

LISTA DE FIGURAS E LINHAS DO TEMPO

Figura 1 – Exercício imaginativo do labirinto da gestão das sanções.

Figura 2 – Fotografia da parede do Decrim 3 da Barra Funda na fila para retirada da carteira de assinaturas, janeiro de 2020.

Figura 3 – Captura de tela da Rua José Gomes Falcão, número 227, a partir da ferramenta Google Earth da fila do portão “F” (imagem de julho de 2019)

Figura 4 - Fotografia do percurso do Parque da Juventude até a PFC: vista da PFC a partir do Parque da Juventude.

Figura 5 - Fotografia do percurso do Parque da Juventude até a PFC: entrada principal da PFC vista pelo lado adjacente ao Parque da Juventude.

Figura 6 - Fotografia das oficinas do pavilhão materno infantil da PFC: oficina de *shantala* no pavilhão materno infantil da PFC em 2017.

Linha do Tempo I – *Habeas Corpus* nº 1, indeferimento da prisão domiciliar.

Linha do Tempo II – *Habeas Corpus* nº 2, indeferimento da prisão domiciliar.

Linha do Tempo III - *Habeas Corpus* nº 3, deferimento da prisão domiciliar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1	30
O MÉTODO DO ESTUDO DE CASO, A ESCOLHA PELO CASO ELIANE, O QUADRO GERAL DA GESTÃO DAS SANÇÕES E O LABIRINTO	30
1.1 ESCOLHAS E APONTAMENTOS TEXTUAIS	37
1.2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NOS MATERIAIS DA PESQUISA	42
1.2.1 A PESQUISA DOCUMENTAL	43
1.2.2 AS OBSERVAÇÕES DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICAS	52
1.3 A ESTRUTURA DO TEXTO	55
CAPÍTULO 2	57
A NARRATIVA DO CASO: ENCONTROS E UMA TRAJETÓRIA CONTADA PELA LENTE DOS DOCUMENTOS JUDICIAIS	57
PRIMEIRO MOMENTO	58
1. ENCONTROS.....	58
1.1 A CAMINHADA DO METRÔ CARANDIRU ATÉ A PFC	61
1.2 REFLEXÕES SOBRE OS ENCONTROS NAS OFICINAS E INTERLOCUÇÕES COM ELEMENTOS JURÍDICO-POLÍTICOS DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL NO ANO DE 2018.....	67
SEGUNDO MOMENTO	76
2. OS DIZERES DA FOLHA DE ANTECEDENTES ACERCA DAS TRÊS PENAS IMPUTADAS À ELIANE.....	76
2.1 AS TRÊS CONDENAÇÕES.....	80
TERCEIRO MOMENTO	86
3. A “EXECUÇÃO PENAL” COMO UM LABIRINTO E O ESPAÇO-TEMPO DE GESTÃO DAS SANÇÕES	86
3.1 AS PAREDES DO LABIRINTO: FÍSICAS E DIGITAIS	88
3.2 TEMPO I: A TRANSFERÊNCIA PARA O CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA E A SAÍDA NÃO AUTORIZADA DO CÁRCERE	91
3.3 TEMPO II: DELEGACIAS, PRISÕES E CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA	98
3.4 TEMPO III: OS CAMINHOS JUDICIÁRIOS PERCORRIDOS ATÉ A PENA EM CASA E AS EXTENSÕES DO LABIRINTO	106
QUARTO MOMENTO.....	114

4. O NASCIMENTO E AS INTERLOCUÇÕES ENTRE A JUSTIÇA CRIMINAL E DA INFÂNCIA.....	114
4.1 A ENTREGA	115
4.2 A RETIRADA.....	118
4.3 O RETORNO: VISITA É DIREITO?	124
4.4 PEDIDO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: POR QUE AGORA?.....	126
4.5 SAÍDA DE ELIANE DA PRISÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES PRISIONAIS (E FAMILIARES)	127
4.6 RELATOS DE AUDIÊNCIA E O RESTABELECIMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR.....	130
CAPÍTULO 3.....	133
O TEMPO DA PENA EM CASA	133
3.1 UM BREVE BALANÇO SOBRE PRISÃO DOMICILIAR	134
3.2 FRAGMENTOS INICIAIS DO TEMPO DA PENA EM CASA	141
3.2.1. CASAS.....	142
3.2.2 QUATRO CENAS DO TEMPO DA PENA EM CASA	146
3.3 AS PENAS DE QUEM VIVE – O LABIRINTO DE ELIANE, OS LABIRINTOS DE CADA UMA.....	151
CAPÍTULO 4.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
APÊNDICES	168
APÊNDICE I – GLOSSÁRIO	168
APÊNDICE II – LISTAGEM DE ATUAÇÕES INSTITUCIONAIS	175
ANEXOS.....	177
ANEXO I – EXEMPLO ILUSTRATIVO DA FOLHA DE ANTECEDENTES NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 2020.....	177
ANEXO II – EXEMPLO ILUSTRATIVO DA PÁGINA VIRTUAL QUE REGISTRA O HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS NO SISTEMA E-SAJ DO TJSP NO ANO DE 2020	178
ANEXO III - EXEMPLO ILUSTRATIVO DO DOCUMENTO DA GUIA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO ANTIGO CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS ACOLHIDAS (CNCA) DO CNJ	179

ANEXO IV – FOTO ILUSTRATIVA DE UMA CARTEIRA DE ASSINATURAS NA EXECUÇÃO PENAL DE SÃO PAULO.	180
ANEXO V – RESPOSTAS PÚBLICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO	181

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um trabalho sobre caminhos. Caminhos aberto por encontros, descobertas e pelos pontos cegos dos labirintos emergentes das práticas institucionais punitivas no Brasil. É neste contexto que esta pesquisa está situada entre os estudos que investigam o exponencial aumento da população carcerária no Brasil e no mundo, assim como explora as dimensões desse fenômeno no que toca o encarceramento de mulheres, sua interface com as instituições do sistema de justiça e que compreendem categorias como raça e gênero como “estruturantes do sistema prisional”, como tem já há muitos anos afirmado a pesquisadora e ativista Angela Davis (2018).

Os rumos dos caminhos que compõem este trabalho são muitos, mas eles derivam inicialmente das circunstâncias estruturais nas quais mais de 11 milhões de pessoas estarem presas no mundo e o Brasil ocupar a posição de terceira maior população carcerária do planeta (WPB, 2018, p. 02). Nesta perspectiva, nos anos 2000, cerca de cinco mil mulheres estavam presas no país, número que saltou para mais de quarenta mil mulheres privadas de liberdade transcorridos apenas dezesseis anos (BRASIL, 2016. p. 10).

No ano de 2012, a população carcerária no estado de São Paulo era de cerca de cento e noventa e cinco mil pessoas presas (BRASIL, 2014). Em 2019, as estatísticas governamentais federais apontavam que pelo menos duzentos e trinta mil pessoas estavam presas apenas em São Paulo – o que, por sua vez, significava dizer que a cada cem mil habitantes vivendo no estado, cerca de 507 pessoas encontravam-se privadas de suas liberdades. Segundo relatório elaborado por organizações da sociedade civil, 4 mil trezentas e cinquenta e nove mulheres estavam presas no estado de São Paulo no ano de 2006 (PASTORAL CARCERÁRIA et al, 2007, p. 15), um ano simbólico marcado por uma drástica mudança na Lei de Drogas brasileira e que segue impactando diretamente o contexto da punição no Brasil até hoje.

Salto alguns anos e chego no dia de hoje, 8 de abril de 2021. Faço o exercício de abrir o *site* da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAPSP) e contar manualmente as informações prisionais disponibilizadas, com referência do dia de ontem: dentro das 22 unidades que a política do estado classifica como “femininas” havia pelo menos nove mil e oitocentas mulheres presas, em pleno novo ápice da pandemia da COVID-19. A ressalva de dizer que são *pelo menos* nove mil e oitocentas mulheres se dá

porque não pude contar quantas mulheres estão presas nas celas das delegacias, nas cadeias públicas, quantas mulheres adolescentes estão nas unidades da Fundação Casa, assim como porque até o presente momento não há dados consolidados que deem pistas sobre as prisões de mulheres trans, travestis, assim como de homens trans, no estado de São Paulo.

O “perfil” preponderante das mulheres em privação de liberdade, extraído dos dados nacionais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), aponta que as mulheres mais presas pelas instituições da justiça criminal no Brasil são jovens, pretas ou pardas, de baixa renda, baixa escolaridade, acusadas ou condenadas por condutas relacionadas a drogas e que são mães. No entanto, estas mulheres não têm suas vidas significadas apenas por um “perfil” – ou seja, por uma síntese das ações e consequências do controle punitivo exercido pelas instituições estatais no âmbito do executivo, legislativo e judiciário.

Esta pesquisa também caminha no sentido de vislumbrar este “perfil” como um indicador que, por um lado, reduz a complexidade de vidas e é responsável pela criação de um estereótipo da “mulher presa” e, por outro, cumpre o papel paradoxal de auxiliar na garantia de direitos, no desenvolvimento de políticas públicas e na construção de ações judiciais individuais e coletivas que têm mulheres privadas de liberdade como as principais destinatárias.

Cada uma das mulheres com passagens pelo sistema de justiça carrega uma história sobre si, sobre seus caminhos, embates e interações com as instituições que as punem. São negras, brancas, travestis, transexuais, pobres, ricas, indígenas, idosas, brasileiras, migrantes, lésbicas, heterossexuais, mães – mulheres que, portanto, têm seus corpos marcados por estas e uma infinidade de outras “categorias de diferenciação”, conceito utilizado pela autora Adriana Piscitelli (2008), que propõe um olhar para estas categorias que seja sempre articulado de forma relacional e contextual.

É neste sentido específico, inscrito a partir de um olhar que se propõe sempre como relacional e contextualizado, que vislumbro os “antecedentes penais” se materializando nas trajetórias de vida como categorias de diferenciação.

Os antecedentes, imbricados com outras categorias como raça, gênero e classe, marcam os corpos diante das experiências das pessoas frente às instituições criminais. Passar um dia ou trinta anos presa, viver uma pena em casa ou em liberdade condicional, sair para trabalhar sabendo que está procurada, terminar integralmente de cumprir a punição e ainda sentir as consequências dela mesma quando não conseguir emitir

documentos pessoais ou acessar o mercado de trabalho formal, são exemplos de situações que ilustram a imensidão de articulações que os antecedentes penais fazem impactar negativamente nas vidas atravessadas por eles.

Entre estes caminhos mais amplos e estruturais do encarceramento no Brasil que integram esta pesquisa encontram-se também outros caminhos muito mais próximos da minha trajetória. Por isso, nos parágrafos seguintes farei um breve relato que aponta alguns dos elementos destes outros caminhos que estão interligados com esta reflexão inicial e com as escolhas que influenciaram o estudo de caso trabalhado nessa dissertação.

Foi em 2013 que estive pela primeira vez em uma prisão, a Cadeia Pública de São Bernardo do Campo. Estive lá apenas uma vez e na posição de estudante do terceiro ano do curso de direito da faculdade da região. Motivada pela realização de um trabalho para a disciplina da querida amiga e professora Carmen Fullin – presenciei pela primeira vez uma cadeia. Lá estavam custodiadas apenas mulheres em um espaço superlotado, sob controle direto de somente uma carcereira, a trabalhadora que apresentou a cadeia e as limitações do seu exercício de poder e controle ali, uma vez que ela também vivia uma rotina de intensa sobrecarga de trabalho, em casa e na cadeia.

Em 2014, quando tinha dezenove anos, viajei para a Palestina por um curto período e, embora não possa mais precisar o motivo que me levou até lá, foi na Palestina que testemunhei conscientemente como a solidificação do controle e da punição no cotidiano da vida das pessoas é uma das ferramentas para o silenciamento da luta e resistência de um povo – não adentrei nenhum cárcere israelense, mas presenciei por algumas vezes uma corte militar que processava apenas pessoas palestinas civis. Na Palestina a prisão é uma constante nas ruas, na fala das pessoas e na vigência dos muros, grades e cercas que percorrem os territórios ocupados.

Retornar à cidade que cresci, Santo André, um pouco mais de um mês depois, me exigiu um exercício de ressignificação do meu entorno. Procurei saber mais sobre pessoas da família e da vizinhança que tinham sido presas (ou trabalhavam como agentes prisionais), assim como passei a acompanhar as violações e a coragem implicada na vida de alguém muito querida e próxima a mim que visitava o namorado sempre que possível em uma penitenciária na região do ABC e depois no interior do estado.

Foi também no mesmo ano de 2014 que comecei uma experiência de estágio no “Projeto Estrangeiras” por meio de uma parceria do Instituto Terra Trabalho e Cidadania (ITTC) com a Defensoria Pública da União (DPU), projeto que já não existe mais com

este nome e parceria, mas que me proporcionou uma vivência que classifico como única e intensa de um trabalho que era construído por mulheres, às quais serei sempre grata.

A rotina no Projeto consistia em atendimentos semanais a mulheres e homens trans migrantes em situação de prisão na Penitenciária Feminina da Capital (PFC). Foi por meio dele que comecei a participar de outra iniciativa de oficinas no pavilhão materno infantil da mesma unidade, cuja inauguração aconteceu também em 2014, o que detalharei um pouco mais a frente.

Lembro que algumas semanas após o início do estágio no Projeto Estrangeiras, apesar da insegurança, passei a ser responsável pelo atendimento de uma lista de mulheres que tinham o “M” como a primeira letra do nome, o que por coincidência ou não, tornou-se uma lista de “Marias”. Marias da Bolívia, de Portugal, da África do Sul, de Cabo Verde, elas vinham de diferentes partes do mundo e se encontravam entre si e conosco por estarem presas no Brasil – uma prisão que algumas entendiam como fruto de suas próprias escolhas, outras como resultado de terem sido coagidas ou completamente enganadas.

Aos poucos fui compreendendo que para além de cada uma delas carregar e contar uma história única sobre si, havia outro fio que interligava suas histórias – esse fio era muito forte, solidificado e ia tomando contornos reais para mim a cada semana que ia na penitenciária. Este fio continha uma série de elementos, mas destacaria entre eles a centralidade da prisão como resposta punitiva a questões estruturantes no Brasil e no mundo, como a desigualdade socioeconômica e o racismo, a criminalização transnacional de condutas relacionadas a drogas e o papel decisivo que as instituições do sistema de justiça brasileiro, como o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, tomavam nas (e das) vidas das mulheres que conheci.

A minha antiga rotina no Projeto Estrangeiras foi um dos caminhos que me inspirou neste mestrado, tanto pelos dois dias que eu semanalmente ia para penitenciárias do estado de São Paulo, mas principalmente pela não trivialidade dedicada aos demais dias da semana, os quais se desenrolavam de forma quase que integralmente focada nos preparos dos atendimentos, misturados a várias outras atividades exigidas tanto no trabalho da Defensoria quanto na rotina de uma organização da sociedade civil.

“Preparar um atendimento” significava assumir o papel de mediação das demandas delas com o mundo de fora, especialmente com as instituições do sistema de justiça. Diante da privação de liberdade, duas das principais questões trazidas nos atendimentos eram o estabelecimento de comunicação com as pessoas que compunham seus círculos afetivos em seus países maternos (elas escreviam cartas e nós as enviávamos

e ligávamos para as suas famílias) e também contávamos sobre como corriam seus processos judiciais.

Foi, então, a partir de 2014 que passei a ter contato diário com arquivos judiciários. Aprendi sobre a importância da impressão e da entrega de um papel sulfite com o andamento dos processos judiciais para alguém que está em privação de liberdade; a responsabilidade, a sensação de despreparo e a angústia que se carrega ao informar alguém sobre seu destino frente a uma sentença condenatória de três, quatro ou mais de dez anos; a constatação do trabalho em repetição das instituições judiciárias frente a cada caso; os pequenos erros nos nomes, nas nacionalidades, nas sentenças de modelo “A”, “B” ou “C”; as defesas indefensáveis ou mobilizadas completamente sem provas pelas Defensorias Públicas que vivem diante de uma imensa sobrecarga de trabalho; a dificuldade de compreender o funcionamento de um processo de execução da pena e o caráter decisivo dele para quem está na prisão, assim como muitas outras situações que sequer poderia enumerar.

No Projeto Estrangeiras, a gente conversava e ouvia a história que cada uma das mulheres atendidas queria nos contar, buscava ouvir e às vezes solucionar demandas, de forma que lentamente um vínculo de confiança era construído. No entanto, quando penso neste projeto visto pelo lado do diálogo que estabelecíamos com as instituições da justiça criminal, ainda que não seja possível generalizar as práticas de cada um dos atores e atrizes que mobilizam estes espaços institucionais, passei a compreender que a cada nova mulher presa – e que neste trabalho em específico costumava se tratar de uma nova pessoa presa em flagrante no aeroporto de Guarulhos ou em hotéis, rodoviárias ou nas ruas da cidade de São Paulo e acusada de transporte transnacional de drogas -, as instituições reproduziam ciclos de acusações criminais pautadas em quantidades de drogas similares, sentenças com números padronizados (que já davam pistas dos possíveis caminhos da execução da pena) e a automatização da vida de quem efetivamente vivia a punição.

Outros padrões para além dos processos de acusações de drogas eram possíveis de serem observados como, por exemplo, no caso das mulheres de países da América Latina que tinham antecedentes criminais com uma série de processos similares de furto de pequenas quantias ou objetos, todos processados pela justiça estadual. Nessas situações, o que mais dificultava seu acesso à direitos costumava ser a quantidade de papeis, procedimentos e comunicações interrompidas entre instituições que caracterizavam suas fichas criminais.

No entanto, às vezes essa reprodução escapava seu ciclo diante de raríssimas decisões judiciais que absolviam mulheres e consideravam seus contextos socioeconômicos; manifestações de representantes do Ministério Público que apontavam nulidades frente a operações policiais gigantescas com processos judiciais de muitos volumes, os quais nenhuma outra instituição além do MPF teria recursos para estudar nos mínimos detalhes; decisões em audiências, em *habeas corpus* ou em decisões judiciais como um todo que reconheciam mesmo às mulheres gestantes e com crianças pequenas sem endereço ou vínculos no Brasil o direito de responderem seus processos em liberdade ou em prisão domiciliar; e muitas outras situações que colocavam o ciclo de reprodução de práticas institucionais brevemente em suspenso.

Aos poucos também passei a reencontrar mulheres que conheci no cárcere fora da prisão, quando elas iam nos visitar no escritório e muitas vezes buscar acolhimento (seja em questão de escuta, moradia, orientação processual, acesso a trabalho ou tomar um café) frente às novas e atualizadas realidades do cumprimento de pena fora das unidades prisionais de São Paulo.

Meu tempo de estágio no projeto foi de quase dois anos, embora minha memória me engane e faça parecer que este período foi muito mais longo, já que também foi um período de transformação intensa na minha vida. Só retornei ao projeto novamente dois anos e meio depois, já em 2017 e formada em direito, com outra proposta de trabalho focado justamente na compreensão das políticas públicas e dos enfrentamentos vividos pelas mulheres migrantes que cumpriam pena fora do cárcere – este projeto, que também já não existe mais com este nome, chamava-se “Migrantes Egressas”.

Neste meio tempo, segui com outras experiências, as quais me mantiveram próxima dos trâmites e dos arquivos judiciários criminais de São Paulo (e também de outros estados do Brasil), e paralelamente permaneci participando de um projeto de saúde e sexualidade com as mulheres e bebês do pavilhão materno da PFC, onde conheci Eliane, a protagonista do estudo de caso dessa pesquisa de mestrado.

Eliane é o nome fictício que elegi para a protagonista deste estudo de caso. Eliane é uma mulher nascida no ano de 1989 e que tem sua vida atravessada e atropelada pelas instituições da justiça criminal há mais de dez anos, desde pelo menos quando ela tinha um pouco mais de dezoito anos de idade. Nascida na cidade de São Paulo, Eliane, que se entende como mulher parda, parou de estudar no segundo grau, já trabalhou como auxiliar de limpeza, balconista, catadora de reciclagem e vários destes postos de trabalho foram

dentro do sistema prisional. É também mãe de um adolescente de quase dezoito anos e de mais seis crianças, sendo que quatro delas Eliane carregou em seu ventre.

Eliane, a protagonista deste estudo de caso, é uma entre as muito mais de quarenta mil mulheres que estiveram presas em estabelecimentos penais no estado de São Paulo entre idas e vindas nos últimos vinte anos. Eliane tem sua história constituída e imbricada entre noções de raça, classe, gênero, sexualidade e pelos antecedentes penais, um dos principais gatilhos que motivou essa dissertação.

O estudo de caso único elaborado nessa pesquisa foi construído por meio da leitura e análise documental dos arquivos judiciais da protagonista do caso, pesquisa de dados públicos, incursões no fórum criminal da Barra Funda de São Paulo, levantamento de informações sobre a prisão domiciliar no Brasil e um inevitável resgate de memórias e lembranças de cerca de quatro anos de trabalho como oficineira em um projeto com mulheres e bebês em uma unidade prisional de São Paulo.

Assim, feita esta pequena introdução de um trabalho sobre caminhos, dedicarei algumas palavras para contextualizar o tempo e o momento em que esta pesquisa foi produzida, o que auxilia a justificar algumas escolhas feitas também em seu percurso mais recente.

Uma breve contextualização do tempo e do momento de produção deste trabalho exige dizer que este é um mestrado iniciado em um mundo e uma rotina em que uma pandemia parecia inimaginável e que foi atravessado por esta dura, latente e dolorosa realidade que o mundo vive, pelo menos até o fechamento deste texto.

Antes e durante todo o período da pandemia, tive o privilégio de contar com uma estrutura (um teto, um computador e acolhimento) para estudar e trabalhar na pesquisa, inclusive com financiamento da FAPESP e da Escola de Direito da FGV/SP – uma oportunidade única, à qual sou extremamente grata, e que compreendo como um privilégio frente às condições sanitárias, socioeconômicas e ao desincentivo à pesquisa científica que o Brasil enfrenta na conjuntura atual.

Simultaneamente, o atravessamento da pandemia exigiu a reconfiguração de caminhos de pesquisa antes planejados e um destes planos era o de entrevistar Eliane, a protagonista do caso. Eliane e eu nos conhecemos em 2018 e nos reencontramos apenas em fevereiro de 2019, logo após a saída dela do cárcere para a prisão domiciliar. Foi nesta oportunidade que conversei com ela sobre a ideia de fazer uma pesquisa sobre uma biografia judiciária durante o mestrado e Eliane prontamente concordou que fosse a biografia dela, mas pediu que eu mantivesse suas informações pessoais e de sua família

sob sigilo e revelou a expectativa de que sua concordância pudesse “ajudar outras mulheres que continuavam presas e que passam pelo mesmo que ela passou”.

No entanto, foi no decorrer de 2020 que optamos por não entrevistá-la e focar a pesquisa nos arquivos judiciais. Eliane e eu seguimos em contato, mas tendo em vista outros tipos de trocas e compartilhamentos, uma vez que foi necessário ponderar que a pandemia segue ampliando as fissuras da desigualdade social e intensificou as lutas por sobrevivência de pessoas no Brasil e no mundo.

No ano de 2020, Eliane viveu sua quinta gestação, em uma casa com mais cinco crianças. O filho mais velho passou por períodos preso em uma instituição de medida socioeducativa e o marido contando com trabalhos informais, dependendo temporariamente de doações e dos recursos do auxílio emergencial para manterem a subsistência da família. Além de todo esse contexto, Eliane ainda segue em cumprimento de pena em regime aberto, embora a exigência de comparecer a cada três meses ao fórum criminal da Barra Funda tenha sido suspensa desde o início da pandemia.

Por fim, nas seções seguintes desta introdução me dedico a refletir sobre o texto desta dissertação, as escolhas textuais e de linguagem, os métodos empregados e os achados da pesquisa, buscando assim revelar os demais caminhos percorridos no processo da escrita em si.

CAPÍTULO 1

O MÉTODO DO ESTUDO DE CASO, A ESCOLHA PELO CASO ELIANE, O QUADRO GERAL DA GESTÃO DAS SANÇÕES E O LABIRINTO

O estudo de caso por amostragem de caso único, o “caso Eliane”, foi a estratégia metodológica escolhida para esta investigação no campo do direito. O meu movimento de encontro e de escolha desta metodologia dialogou com a proposição de Ricardo Cappi (2017, p. 396) sobre as operações intelectuais de pesquisas que podem ser identificadas como prevalentemente indutivas. Assim, debruçei-me sobre um contexto, o qual foi acessado por intermédio do caso, e a partir dele me propus a extrair, testar e elaborar hipóteses de trabalho¹, descrições e formulações.

Neste cenário, a acepção de estudo de caso aqui mobilizada está intrinsecamente vinculada à pesquisa qualitativa, à qual Rebecca Lemos Igreja descreveu como uma forma de pesquisar que “objetiva promover uma maior quantidade de informações que permita ver o seu objeto de estudo em sua complexidade, em suas múltiplas características e relações” (2017, p. 14).

Robert Yin (2001) conceituou o estudo de caso como um dos métodos de pesquisa qualitativa, cujo manuseio visa aprofundar o estudo sobre um fenômeno social e, para isso, um estudo de caso pode envolver uma série de variáveis, fontes de evidência e conjugação a outros métodos de pesquisa:

“um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2001, p. 32)

Em um exercício reflexivo e de sistematização do uso deste método nas pesquisas em direito, Maíra Machado (2017) definiu o caso e o uso desta estratégia metodológica no sentido de:

“uma construção intelectual que busca oferecer uma representação de um fenômeno jurídico, em um contexto específico, a partir de um leque amplo de dados e informações. Concebido desta forma, um caso é revelador tanto do evento representado quanto da pessoa que o selecionou, construiu e narrou.” (MACHADO, 2017, p. 357).

¹ Maíra Machado (2017, p. 363) faz uso da expressão “hipótese de trabalho” no intuito de demarcar as diferenças de um estudo fundamentado em hipóteses em sentido estrito das hipóteses e perguntas que antecipamos nas pesquisas prevalentemente indutivas.

Levando em consideração estas conceituações do método do estudo de caso, outra escolha desta pesquisa foi a de empreender um estudo de caso por “amostragem de caso único”. Esta designação fundamenta-se na análise de Álvaro Pires (2008) que no movimento de aproximar a utilização da terminologia “amostra” para as pesquisas qualitativas, o autor ilustrou as possibilidades de classificação desse tipo de amostra em “amostragem por caso único e por casos múltiplos” (PIRES, 2008, p. 175).

Para Álvaro Pires, as pesquisas que se debruçam sobre um caso único caracterizam-se por um *corpus* empírico singular e que é investigado em profundidade, o que dialoga diretamente com o estudo do caso Eliane.

A amostra do estudo de caso Eliane não se encaixa em apenas uma das tipologias propostas por Álvaro Pires, mas por conta da forma como escolhi trabalhar com o caso, este estudo dialoga com as três amostras possíveis elucidadas pelo autor, são elas: de ator ou atriz, que “se inscreve geralmente no contexto das pesquisas denominadas *biográficas*”; de meio, institucional ou geográfica, na qual “escolhe-se um ‘meio’ como universo de análise para a constituição do *corpus* empírico”; e de acontecimento ou enredo:

“Esse tipo de amostra enfatiza o acontecimento (institucional ou cultural) a partir do qual essas pesquisas se estruturam: um rumor, um escândalo política, um embate moral, um acidente, etc. Talvez se possa dizer que o interesse do pesquisador recai aqui mais sobre um acontecimento do que sobre um meio social ou uma história de vida.” (PIRES, 2008, p. 178)

Pesquisas como de Luciana Brito (2016), Luna Borges Pereira Santos (2017), Lane Ferreira (2017), Fernanda Emy Matsuda (2009), Ana Gabriela Braga (2019) e Poliana Ferreira (2019) são exemplos de trabalhos que mobilizaram a estratégia do estudo de caso único em suas pesquisas e que por conseguinte, tornaram-se referências para o estudo de caso empreendido nessa pesquisa.

Fernanda Emy Matsuda (2009) estudou as noções de periculosidade e controle social a partir do caso paradigmático de “R.”, um adolescente a quem foi imputado um crime de homicídio no estado de São Paulo e que mobilizou uma teia institucional complexa e inédita. Luciana Brito (2016) pesquisou em arquivo o acontecimento único da história de confinamento de Juvenal, o homem que vivia a mais de 46 anos em um manicômio judiciário brasileiro. Luna Borges (2017) estudou em sua dissertação de mestrado um processo judicial arquivado de uma mulher condenada pela morte de sua filha após vivenciar um parto desassistido. Lane Ferreira (2017) analisou, a partir do caso

de Adriana da Conceição, como o exercício do direito à prisão albergue domiciliar de uma mulher foi negado. Ana Gabriela Braga (2019) estudou o processo judicial e a autobiografia de Angela Davis com o propósito de pensar os marcadores sociais de raça, classe e gênero como significativos em outras experiências no sistema de justiça criminal. Poliana Ferreira (2019) empreendeu o método do estudo de caso único para investigar as atuações do sistema de justiça diante da polícia que mata no Brasil.

O caso Eliane, entre uma série de casos sobre os quais seria possível empreender uma investigação, destacou-se por comportar “seu próprio contexto e inúmeras particularidades que decorrem, justamente, do arranjo de instituições e atores sociais mobilizados para gerir a situação problema” (MACHADO, 2013, p. 186).

Nestas particularidades, identificamos desde as experiências vivenciadas por mim quando conheci Eliane no pavilhão materno-infantil da Penitenciária Feminina da Capital (PFC), em São Paulo, até o momento que Eliane passou a estar punida sob prisão domiciliar como decorrência de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Neste período, Eliane enfrentava uma terceira prisão, já estava condenada definitivamente a mais de oito anos de pena em regime fechado e lhe havia sido imputada falta disciplinar grave – percursos e detalhes que serão devidamente descritos no decorrer da narrativa.

A escolha específica para empreender o estudo do caso Eliane não se diluiu em uma só justificativa e estas serão retomadas detalhadamente em diversos momentos do texto, mas como forma de sintetizar este processo de escolha, aponto cinco motivos fundamentais: (i) o encontro com Eliane na PFC e a continuidade do nosso contato para além dos muros, em um momento que passei a também me colocar enquanto pesquisadora nesta relação; (ii) a construção de um vínculo de confiança que possibilitou a autorização de Eliane para a realização deste estudo, desde que preservasse sua identidade e de seu círculo familiar, assim como quaisquer outras informações que poderiam viabilizar a identificação do caso estudado; (iii) a disponibilidade de acesso público de grande parte dos arquivos judiciais; (iv) as experiências prévias de trabalho com mulheres em situação de prisão, as quais permitiram também identificar elementos deste caso como a maternidade, a raça e os antecedentes penais prévios de Eliane como representativos das condições vividas por outras mulheres em situação de prisão; e por fim, (v) a constatação da aplicação da prisão domiciliar pelo STF em um contexto que juridicamente poderia ser compreendido como desfavorável para tal: mulher com antecedentes penais, condenações definitivas por crime de roubo, classificados pela lei como um crime

“violento”, e o registro de uma falta disciplinar de natureza grave referendada pelo poder judiciário.

No trabalho de Ana Gabriela Braga (2019), a autora mobilizou o termo “caso único” para designar a singularidade e o caráter paradigmático em estudar as interações de uma mulher como Angela Davis frente às práticas rotineiras do sistema de justiça:

“Essa marcação [caso único], limita a possibilidade de generalizar a experiência de Angela em relação a outras acusadas pelo sistema de justiça; mas ao mesmo tempo, **é o caráter paradigmático do caso que ilumina as práticas cotidianas da justiça**. Justamente, o fato de a acusada ser Angela Davis – e não qualquer outra mulher negra – faz com que a tese da acusação revele a força da produção de hierarquias de raça e gênero no seio da justiça.” (BRAGA, 2019, p. 03) (grifos meus)

Débora Diniz (2016) ao se debruçar sobre os arquivos judiciários da mulher a mais tempo presa em um manicômio judiciário no Brasil, Zefinha, também nomeou o fazer pesquisa sobre um caso único:

“**Esta é uma pesquisa em arquivo sobre caso único**. Zefinha só pode ser ela mesma — a mulher há mais tempo internada em um manicômio judiciário no país. Escrever sobre ela nos moveu a defender a tese de que “nomear é proteger” (Diniz, no prelo): anonimizá-la ou acobertar os registros geográficos e históricos que permitissem sua localização poderia amplificar o amplo regime de precarização da vida a que foi submetida.” (DINIZ, 2016, p. 04) (grifos meus)

O caso Eliane, ainda que se trate de caso que se espelha no mundo a partir da trajetória única de vida e judiciária da protagonista e é mobilizado nesta pesquisa por meio do método do estudo de caso único, difere de estudos como de Ana Gabriela Braga (2019) e Débora Diniz (2016), tendo em vista que o caso Eliane é também um caso que poderia ser de *qualquer outra mulher* processada criminalmente pelas instituições da justiça criminal no Brasil.

Sob a ótica das instituições do sistema de justiça, o caso Eliane não assumiu contornos inéditos – as narrativas impressas nos documentos não alcançaram qualquer repercussão midiática, trata-se de um caso pouco conhecido internamente entre as instituições do sistema e a protagonista pessoalmente não se colocou enquanto figura pública ou alguém que expõe abertamente suas vivências e sofrimentos enfrentados pelas passagens pelo cárcere e pelo sistema de justiça como um todo.

Assim, uma das apostas que inspiraram a escolha e o estudo do caso Eliane igualmente foi seu potencial frente ao seu caráter não paradigmático ou de destaque

interno ou externo às instituições do sistema de justiça, de forma que sob este ângulo específico, o caso Eliane pode ser olhado também como “não único”. Segundo Álvaro Pires (2008, p. 180), em um estudo de caso:

“não nos interessamos unicamente pelas especificidades do caso em questão (ainda que elas possam ser valorizadas e importantes), mas também por sua capacidade de servir de via de acesso a outros fenômenos ou a outros aspectos da realidade” (PIRES, 2008, p. 180).

Gilberto Giménez e Catherine Heau Lambert (2014) definem a generalização como a possibilidade lógica de extrair conclusões de um caso para outros que não foram estudados diretamente, de forma que para o autor e a autora, o estudo de um caso particular é válido, no entanto não pode ser generalizável. Neste contexto, diante das potencialidades e limites do uso do método do estudo de caso único, tornou-se igualmente imprescindível refletir sobre se e como as operações de generalização seriam viáveis diante do estudo do caso Eliane (ou diante de todo estudo de caso único).

Em consonância com as colocações do autor e da autora, observo que embora o método do estudo de caso único não viabiliza esta forma ampla de generalização de resultados, ele possibilita operar outra forma de generalização que Robert Yin intitulou como generalização analítica² (2001, p. 133), uma operação imprescindível para pesquisas como este mestrado que trabalham com o método do estudo de caso único.

A operação de generalização analítica que seguirei neste trabalho será organizada a partir da narrativa do caso, a qual será mobilizada a fim de dialogar com outros materiais que se referem à unidade de análise escolhida para aprofundamento, situada principalmente no Capítulo 3 e que foi intitulada como *tempo da pena em casa*. Sobre este movimento de operar a generalização em estudos de caso único, Maíra Machado (2017) afirmou que:

“(...) as pesquisas baseadas em estudo de caso único também podem se lançar a este segundo momento, em que a narrativa do caso é mobilizada para uma nova tarefa analítica, isto é, uma nova rodada de buscas por mecanismos de composição. Isto implica que o planejamento da pesquisa, globalmente considerada, inclua também a coleta e a sistematização de outro tipo de material, com o qual colocaremos a narrativa do caso para “dialogar”.” (MACHADO, 2017, p. 385).

² Gilberto Giménez e Catherine Heau Lambert explicam a proposta da generalização analítica contrastando-a à generalização estatística: “La primera es obviamente la que se basa en una inferencia realizada a partir de una muestra estadísticamente representativa, mientras que la segunda tiene que ver con la expansión a otros casos de una teoría o de un modelo que ha permitido analizar (exitosamente) un caso concreto. Por lo tanto, en la generalización analítica se trata de generalizar teorías, y no enumerar frecuencias.” (2014, p. 354).

Assim, ao eleger o método do estudo de caso único, esta pesquisa inevitavelmente se movimentou para tornar o caso Eliane conhecido e ao mesmo tempo esquadriñar os detalhes do funcionamento do sistema de justiça criminal em São Paulo. Utiliza-se para tal prevalentemente dos arquivos judiciais e de um olhar para os fluxos do sistema de justiça apostando que estudar um caso que o sistema de justiça direciona uma etiqueta de “não conhecido” ou “só mais um caso” pode também iluminar as práticas naturalizadas e cotidianas deste mesmo sistema.

No contexto das operações e elaborações analíticas para o caso Eliane, foi possível dividi-lo em quatro componentes: criminal, civil, administrativo e do tempo da pena em casa, os quais estruturaram o quadro geral da “gestão das sanções” da protagonista.

Todas as vezes que a categoria “gestão das sanções” for utilizada no decorrer deste texto, ela estará fazendo referência a um conjunto de componentes sancionatórios. O quadro geral da gestão da sanção, portanto, preocupa-se com um olhar integral para os diferentes componentes envolvidos sempre que a punição for observada pela perspectiva de quem a vive.

O componente criminal da gestão das sanções do caso Eliane subdivide-se em dois outros componentes: das condenações e penas imputadas a Eliane e da “execução penal” que aglutina e acompanha estas penas. O componente administrativo, extraído do contexto da apuração de falta disciplinar, faz referência aos procedimentos e comunicações realizadas entre a administração prisional e o poder executivo junto ao poder judiciário. O componente civil trata primordialmente das intersecções do caso com a área da infância, motivadas pela retirada temporária de Maria Alice, filha que Eliane deu à luz enquanto estava privada de liberdade, do convívio familiar para uma instituição pública de acolhimento para crianças e adolescentes. Por último, o componente da pena em casa aproxima a gestão das sanções e suas implicações ao tempo da vida de Eliane em prisão domiciliar. Essa aproximação foi elaborada por meio do resgate de cenas, da vida e dos arquivos judiciais, que auxiliaram a compreender as sanções implicadas e do cruzamento com o conceito do “arquipélago carcerário”, de Michel Foucault (1999) e mobilizado pelo pesquisador Fabio Mallart (2019).

A articulação da gestão das sanções com os achados da pesquisa inspirou-se no texto de Maíra Machado (2016), no qual a autora propôs um quadro analítico para observar os processos decisórios em matéria das penas no Brasil e alinhou-se às agendas

de pesquisa em direito que se propõem a investigar “um fenômeno conhecido com outras lentes” (Ibid), assim:

“este texto busca distanciar-se das categorias e até mesmo da nomenclatura utilizada pela legislação, sempre que isso seja necessário para que o que está sendo observado possa ser descrito de modo a articular uma série de elementos que são, via de regra, discutidos separadamente.” (MACHADO, 2016, p. 183)

Tendo em vista o conceito “gestão das sanções” como a estratégia adotada para “articular uma série de elementos que são, via de regra, discutidos separadamente” (MACHADO, 2016, p. 183), outra contribuição que despontou deste exercício foi a pesquisa ter revelado também um outro achado que foi denominado de “labirinto da gestão das sanções”. O labirinto, junto à proposição da gestão das sanções como um conjunto de componentes sancionatórios a serem considerados quando a punição é vista sob a perspectiva de quem vive, resultou como uma das marcações conceituais dos achados da pesquisa, uma vez que não se pode falar em uma linearidade ou fluxo funcional da gestão das sanções no caso Eliane.

O dicionário etimológico (1982, p. 461) designa a palavra labirinto, derivada da língua grega, como “o jardim ou palácio de feitiço tão complicado que é difícil encontrar a saída”, e em sua acepção figurada, “coisa complicada, confusa”.

Fernando Salla (2013) já havia feito uso da palavra labirinto para caracterizar as estruturas prisionais e também designar os estudos da pesquisa em prisão. Embora o emprego do termo labirinto neste trabalho vá além dos contornos arquitetônicos e do fazer dos estudos em prisões, sua elaboração auxilia a imaginar a ideia do labirinto da gestão das sanções aqui proposta:

“As prisões trazem a nossas mentes imagens bastante diversas, como as dos muros, das grades, dos alambrados, das celas. **Sua arquitetura fundada em um incontável número de celas, corredores, portas, janelas, sugere um labirinto.** Se por vezes podem ser facilmente identificados os lugares de entrada e saída de uma prisão, no entanto, no seu interior, os caminhos e a circulação se perdem numa infinidade de possibilidades. Parece que os espaços no interior das prisões quanto mais simétricos, mais planejados, mais iluminados pela ordeira razão distribuidora de funções, nem por isso deixam de ser sombrios, confusos: a morada de um Minotauro que a todos atormenta (...) A experiência de fazer pesquisa na prisão é a mesma de percorrer dois labirintos. Primeiro, colocam-se os caminhos tortos, sinuosos, com idas e vindas, com autorizações e negações, negociações e astúcias, para que se possa entrar nas prisões. **Segundo, a esses percursos confusos e sempre pontilhados de desconfiança que orienta os que governam as prisões, estão os desafios do labirinto real, dos labirintos arquitetônicos.**” (SALLA, 2013, *online*) (grifos meus).

O labirinto da gestão das sanções aqui imaginado não se restringe às estruturas prisionais em si, assim como ele não é horizontal ou plano, embora possa ser pensado de forma circular ou não. A projeção do labirinto aqui proposta sugere ser pensada em uma figura que contenha andares, conectados por escadas que nem sempre estão abertas para a passagem de um andar para o outro – há, portanto, pequenos labirintos entre cada andar,

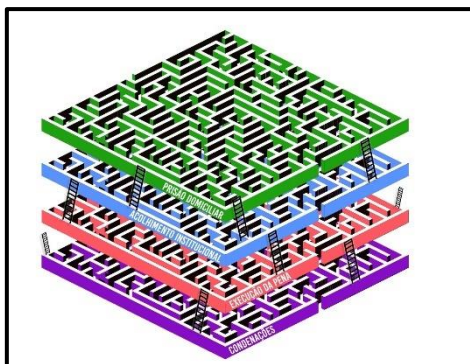


Figura 1: Exercício imaginativo do labirinto da gestão das sanções. Créditos gráficos: Ana Luiza Satie Voltolini Uwai

inclusive. Cada um dos andares do labirinto representa as sanções que são geridas, sendo que cada andar possui internamente seus próprios caminhos tortuosos e de saída dificultada entre instituições, instâncias de atuação e vários outros elementos que compõem a complexidade do labirinto. Já as escadas representam as intersecções e as discontinuidades entre os andares que operam estas diferentes sanções.

Observo que esta pesquisa também pretende contribuir para os estudos sobre a prisão domiciliar no Brasil, aqui nomeado como “tempo da pena em casa”. Este “último” tempo da pena inscrito no labirinto da gestão das sanções de Eliane que se destacou no decorrer da pesquisa, assumiu características muito próprias diante do sistema de justiça. Foi escolhido também pela potencialidade para empreender o tipo de generalização analítica que o estudo de caso permite.

Por fim, este trabalho contemplou um registro de uma biografia judiciária não intencional de Eliane, o que retomarei mais detidamente na seção seguinte, e narrou seus caminhos pelos labirintos da gestão das sanções no estado de São Paulo. Dessa forma, diante de uma população prisional de mais de duzentas mil pessoas presas neste estado, aponto que embora os caminhos judiciários de Eliane sejam únicos, outras pessoas viverão os seus próprios caminhos, mas enfrentarão os “labirintos da gestão das sanções” – ainda que os componentes e os obstáculos deste labirinto sejam diferentes, ele permanecerá sendo edificado e transformado para sua própria manutenção pelas instituições que nele atuam e que direcionam suas práticas à compreensão da prisão como principal resposta punitiva.

1.1 ESCOLHAS E APONTAMENTOS TEXTUAIS

Parte do papel de uma pesquisa acadêmica é observar-se através de seus vieses e parcialidades, de forma que a linguagem do texto é um componente fundamental para refletir sobre o fazer não neutro de uma pesquisa.

As escolhas pela utilização de termos como “pessoas” antes de, por exemplo, designar um cargo ou função, e também a flexão de gênero em designações, por exemplo de juízes e juízas, promotores e promotoras e dentre outras situações, para além de uma escolha estilística, tratou-se de um esforço político de afirmar que as diversidades de gênero não estão incluídas quando os textos e escritos fazem uso das categorias exclusivamente no masculino.

Esse cuidado quanto à linguagem textual tem como propósito romper com a ideia de que há um masculino geral e genérico, de modo a convidar outras pessoas pesquisadoras a também se lançarem ao uso de diferentes formas de escrita que promovam a identificação e reconhecimento para as designações de gênero dos leitores e leitoras de seus trabalhos. No mais, não acredito haver uso possível de uma linguagem que possa se dizer neutra.

Escolhi também inserir os nomes e sobrenomes dos autores e autoras na primeira vez que são citadas no decorrer do texto, uma vez que a referência exclusiva dos sobrenomes torna mais difícil identificar quem está escrevendo. O propósito dessa escolha foi facilitar a percepção sobre quantas autoras foram imprescindíveis para a construção desta pesquisa e não apenas, mas o são para o campo de estudos sobre prisões no Brasil como um todo. Ao mesmo tempo, na seção específica que empreendi um levantamento de manuais e doutrinas jurídicas nas áreas de processo e execução penal, a constatação foi oposta, todos os livros eram de autores, sendo que entre estes autores apenas um deles não era um homem branco.

Outra escolha atrelada à linguagem textual é que esta dissertação buscou igualmente não reproduzir as formas utilizadas pelo direito e pelas instituições que compõem o sistema de justiça criminal para designar as pessoas em privação de liberdade ou com passagens e inspirada na famosa citação da poeta Adrienne Rich (1976): “(...) *em um mundo onde a linguagem e o nomear das coisas são poder, o silêncio é opressão e violência*”³, ressalto que o nome fictício Eliane tomou o lugar intencional na narrativa em

³ A citação de Adrienne Rich foi proferida no seguinte parágrafo do ensaio “Conditions for Work: The Common World for Women” do livro “On Lies, Secrets and Silence: Selected Prose 1966-1978”: “(...) it is quite clear that the universities and the intellectual establishment intended to keep women’s experience as far as possible invisible, and women’s studies a barely subsidized, condescendingly tolerated ghetto. The majority of women who go through undergraduate and graduate school suffer an intellectual coercion

detrimento a outras designações que foram encontradas no material de pesquisa, por exemplo, “presa”, “ré”, “detenta”, “sentenciada”, “reeducanda”, “criminosa”, “egressa do sistema prisional” ou até mesmo frente às designações de Eliane com pronomes masculinos frequentemente encontrada nos arquivos judiciais criminais, por exemplo, “recuperando”, “sentenciado” e “réu”, o que buscarei destacar em alguns excertos transcritos dos materiais pesquisados.

Em relação à protagonista do caso, como já descrito, seu nome real não é Eliane⁴. O nome dela e de todas as pessoas que compõem seu entorno afetivo foram substituídos, assim como os números de seus documentos pessoais e outros detalhes que poderiam comprometer sua anonimização foram também substituídos ou ocultados. A escolha por anonimizar a protagonista do caso e as pessoas que compõem seu entorno afetivo foi embasada na proteção e resguardo às suas identidades pessoais e igualmente como consequência dos propósitos desta pesquisa, na qual o caso de Eliane foi manejado no intuito de descrever as atuações judiciais e não propriamente desenvolver uma história de vida. Nesse sentido, a anonimização também foi ressignificada como uma ferramenta do método para viabilizar o tipo de generalização que o estudo de caso permite.

Ter sua vida judiciária contada por mim, enquanto pesquisadora, através de arquivos judiciais certamente não é a narrativa que Eliane gostaria de contar sobre si mesma e me inspiro nesta frase, especificamente por meio das palavras de Luna Borges (2017) que dialogam com esta pesquisa ao descrever seu estatuto de relação com o corpo documental de uma pesquisa focalizada na “produção de verdade no âmbito das práticas judiciais” (SANTOS, 2017, p. 14). Neste sentido:

"Se reconheço que a mulher do arquivo, agora já em liberdade, não gostaria de ver a sua história sendo contada pelos termos do arquivo, minha relação com o conteúdo dele desconfia de seu estatuto como prova do real e identifica o caráter invasivo de suas informações" (SANTOS, 2017, p. 15)

Para Arlette Farge (2017), uma pesquisa debruçada sobre arquivos somente emerge sentido através da mediação da pessoa que o pesquisa, de forma que a produção de conhecimento no caso Eliane exige situar as minhas mediações e visões de mundo implicadas neste trabalho. Assim, para além do estudo da “biografia judiciária não

of which they are not even consciously aware. In a world where language and naming are power, silence is oppression, is violence.”

⁴ O nome Eliane foi escolhido sem qualquer pretensão específica no início da dissertação, mas se consolidou, para mim, como uma homenagem às mulheres que conheci dentro e fora da prisão e que lutaram muito por suas liberdades e também de seus filhos e filhas.

intencional” da protagonista do caso, ou seja, debruçada sobre documentos que não foram produzidos ou autorizados por ela mesma, as demais percepções, cenas e episódios que descrevo desde o encontro com Eliane até as trocas mais recentes ressonam em minha própria perspectiva que perpassa compreensões políticas, sentimentos e os contextos em que estou inserida.

Neste sentido, Arlette Farge inspira esta pesquisa ao dizer que “o arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado” (FARGE, 2017, p. 14) e ao também discorrer sobre as pesquisas que se debruçam sobre arquivos, contrapõe o “arquivo” aos textos impressos na medida em que compreende que os textos impressos são intencionalmente dirigidos a um público, “carregado de intenções, sendo que a mais singela e mais evidente é a de ler lido pelos outros” (FARGE, 2017, p. 13). Já o arquivo, por outro lado, representa para a autora:

“vestígio bruto de vidas que não pediam absolutamente para ser contadas dessa maneira, e que foram coagidas a isso porque um dia se confrontaram com as realidades da polícia e da repressão. Fossem vítimas, querelantes, suspeitos ou delinquentes, nenhum deles se imaginava nessa situação de ter de explicar, reclamar, justificar-se diante de uma polícia pouco afável. Suas palavras são consignadas uma vez ocorrido o fato, e ainda que, no momento, elas tenham uma estratégia, não obedecem à mesma operação intelectual que o impresso.” (FARGE, 2017, p. 13) (grifos meus).

Pelo exposto, o corpo documental que compõe o caso Eliane, em especial os arquivos judiciais, são documentos que não foram produzidos e organizados pelo sistema de justiça para serem amplamente lidos, apesar de públicos, de tal maneira que a própria sistematização e a própria linguagem impressa neles são construídas de acordo com um público específico, o qual integra as instituições da justiça criminal e que vão operar o manuseio destes arquivos no cotidiano de suas práticas.

No que se refere às pessoas inscritas nos documentos judiciais, salienta-se que esta pesquisa optou por não individualizar as falas das pessoas emissoras dos documentos institucionais estudados, posto que as enunciações destas pessoas foram consideradas a partir de suas inserções em contextos institucionais e dos fluxos judiciais e administrativos em que elas foram proferidas. As exceções para a regra da anonimização e não individualização das falas pode ser observada apenas nas situações específicas cujos emissores são figuras públicas e amplamente conhecidas como no caso do Ministro do

Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, ou do secretário de administração penitenciária do estado de São Paulo, Nivaldo Cesar Restivo⁵.

Outro aspecto que reforça o destaque às características institucionais das enunciações de atores e atrizes do sistema de justiça nos documentos judiciais é que uma série de pessoas, diferentes entre si, representaram uma mesma instituição e exerceram funções similares no decorrer dos procedimentos judiciais. Aponto, apenas a título exemplificativo, que mais de sessenta pessoas escreveram, assinaram e foram responsáveis somente pelo processamento dos arquivos judiciais da execução penal do caso Eliane, sendo que no âmbito das atuações da magistratura identifiquei um total de oito pessoas magistradas que apenas nestes autos proferiram decisões no decorrer dos anos.

Com este exemplo em vista, esclareço que para diferenciar as atuações entre todas as pessoas que exerceram atuações institucionais identificadas no corpo documental, a estratégia adotada foi classificá-las numericamente segundo a ordem das suas enunciações nos autos judiciais, como: “juíza nº 1 da execução penal” ou “juíza nº 1 da infância”. O propósito dessa classificação foi, portanto, manter as alocações institucionais, permitir a identificação cruzada de decisões tomadas pela mesma pessoa em diferentes momentos e também observar a frequência com a qual estas pessoas foram substituídas nos processos judiciais. Para facilitar um olhar geral sobre esta escolha de classificação acerca das atuações institucionais, elaborei uma tabela que se encontra no **Apêndice II** da dissertação.

Cabe ainda dizer que as inflexões de gênero que designam as enunciações institucionais observadas nos autos judiciais como, por exemplo, de um promotor ou promotora, de um juiz ou uma juíza, foi baseada apenas nos seus nomes próprios e em suas assinaturas. Apesar de ter aderido a este critério, ele requer certa problematização, uma vez que reproduzi um olhar centralizado no binarismo “homem” e “mulher” que por sua vez, exclui pessoas não binárias ou que têm outras preferências de designação fora destas categorias, no entanto esta acabou sendo uma limitação decorrente da escolha pelo método da análise documental e por isso, na tabela do **Apêndice II** priorizei designar

⁵ Nivaldo Cesar Restivo é o ex-comandante geral da Polícia Militar de São Paulo (disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=377667>>) que na gestão do governador João Dória foi nomeado e empossado como secretário de administração penitenciária do estado de São Paulo, desde o início do ano de 2019 até o presente momento. Informação sobre a posse encontra-se disponível no site da SASP: <<http://www.sap.sp.gov.br/noticias/not1293.html>>. Acesso: 19 jul. 2020.

apenas as funções institucionais exercidas ou utilizar o termo “pessoas” para enumerar as atuações.

Outra opção que fiz foi a de fazer uso de algumas categorias nativas conforme os próprios materiais de pesquisa os designaram, especialmente no âmbito dos arquivos judiciais. Categorias estas que equivalem às denominações comumente utilizadas na legislação, nas políticas e no cotidiano do sistema de justiça como, por exemplo: “processo penal de conhecimento”, “processo de execução da pena” ou “processo de acolhimento institucional”.

Por fim, o último apontamento sobre as reflexões textuais refere-se à decisão por elaborar um glossário⁶, localizado no **Apêndice I** da dissertação. Este glossário tem como propósito apresentar descrições, explicações e conceitos de termos jurídicos utilizados no texto, o que se tornou uma solução para manter a compreensão do texto para quem não é da área e ao mesmo tempo permitir a fluidez da leitura. Para cada termo ou expressão que compõem o glossário, inseri uma nota de rodapé aludindo à possibilidade de consulta ao glossário na primeira vez que as palavras ou expressões aparecem no decorrer do texto⁷.

1.2 OS CAMINHOS PERCORRIDOS NOS MATERIAIS DA PESQUISA

Uma série de fontes foi mobilizada para a elaboração desta pesquisa e mais especificamente do caso Eliane, tais como: documentos constantes nos procedimentos judiciais relacionados à protagonista do caso, legislações, informações de *sites* eletrônicos relativos à administração penitenciária e ao poder judiciário no estado de São Paulo, relatórios da sociedade civil, relatos de palestras e eventos de instituições e outros grupos ligados ao sistema de justiça, descrições advindas da incursões de inspiração etnográfica empreendidas no fórum criminal da Barra Funda, assim como repertório de experiências anteriores da pesquisadora – o que será aprofundado em momentos específicos da narrativa, como para detalhar e contextualizar o encontro da pesquisadora com a protagonista do estudo de caso.

Na seção seguinte, trato especificamente dos levantamentos e sistematizações relativas à pesquisa documental dos arquivos judiciais do caso escolhido, a partir da

⁶ Agradeço à Bruna Angotti pela sugestão apresentada na banca de qualificação e pela inspiração do glossário elaborado em sua tese de doutorado (ANGOTTI, 2019).

⁷ Para definições complementares de outros termos jurídicos que aparecem neste trabalho, há um glossário elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público que pode ser útil na busca por outras definições que não tenham sido contempladas aqui e também para pesquisas futuras. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

qual foi possível identificar os fatos, contextos, atores e atrizes institucionais envolvidos no caso e também construir os fluxos processuais nas esferas criminal, administrativa e civil. Esta densa pesquisa documental objetivou demarcar com a maior clareza possível as áreas do direito envolvidas no caso e a interface entre elas. Já no item 1.3.2 apresento breves explicações acerca das incursões de inspiração etnográfica, termo que será devidamente contextualizado na seção, que realizei no fórum criminal da Barra Funda nos meses de janeiro e fevereiro de 2020.

1.2.1 A PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental compõe o corpo empírico majoritário que será indicado e analisado no decorrer de todo o texto. No entanto especialmente no que se refere à pesquisa documental dos arquivos judiciais, cabe tecer algumas considerações específicas. O **Quadro I**, abaixo, sintetiza uma relação dos procedimentos judiciais acessados e lidos:

Quadro I – Relação de procedimentos judiciais acessados

	Classificação do procedimento judicial no sistema de justiça e instância de processamento	Instituições de processamento no sistema de justiça	Nº de páginas	Data de início e fim do processamento
1	Execução penal (primeira instância)	Execuções criminais de São Paulo (Deecrim 1, Deecrim 4, Vara de execuções criminais do foro central da Barra Funda)	614	11.2009 (em andamento)
2	Acolhimento institucional ⁸ (primeira instância)	Vara da infância e da juventude de São Miguel Paulista	239	11.2018 (em andamento)
3	HC nº1 (segunda instância)	13ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	32	04.2018 a 09.2018
	HC nº 1.1 (terceira instância)	5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	28	04.2018 a 05.2018

⁸ Ver glossário.

4	HC nº2 (segunda instância)	11ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	168	04.2018 a 08.2018
	HC nº2.1 (terceira instância)	6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	68	05.2018 a 06.2018
5	HC nº3 (segunda instância)	13ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	179	09.2018 a 11.2018
	HC nº3.1 (terceira instância)	6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	142	12.2018 a 03.2019
	HC nº3.2 (terceira instância)	Supremo Tribunal Federal (STF)	111	01.2019 a 02.2019
6	HC nº 4 (segunda instância)	13ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	80	01.2019 a 04.2019
7	HC nº5 (segunda instância)	13ª Câmara do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)	50	05.2019 a 07.2019

Em vista da extensão do corpo empírico atinente a estes arquivos, aponto que três procedimentos deste conjunto foram estudados e analisados com maior detalhamento e minuciosidade na pesquisa, especialmente para os fins de elaboração da narrativa do caso. Tratam-se dos procedimentos 1, 2 e 5 do **Quadro I**, embora, quando necessário, também recorri aos demais procedimentos para elucidação de detalhes ou solução de dúvidas.

Esta escolha se deu por serem os três procedimentos que viabilizaram o acesso ao caso em suas complexidades e interfaces entre diferentes áreas do direito: (1) autos da execução da pena, que registram as punições vividas pela protagonista do caso desde o ano 2009 até o presente momento, 2021, incluindo os documentos administrativos produzidos pela gestão prisional; (2) autos da infância e da juventude, que registraram o acompanhamento do período em que a filha de Eliane, Maria Alice, viveu em um centro de acolhimento institucional gerenciado por uma entidade conveniada à prefeitura de São Paulo; (3) o procedimento de *habeas corpus* (HC)⁹ levado até o STF e que foi responsável pela sua saída do cárcere sob prisão domiciliar.

O estudo desses três procedimentos foi empreendido por meio de uma primeira leitura preliminar integral de cada material e, para as leituras seguintes, foi criada uma

⁹ Para uma definição, ver glossário.

tabela de suporte com sete colunas: numeração das páginas de cada documento nos autos judiciais; tipo de documento segundo a classificação do poder judiciário; data da assinatura digital e de anexação do documento nos autos; descrição do conteúdo do documento; por fim, duas colunas para preenchimento de nomes, função exercida e enquadramento institucional das pessoas emissoras dos documentos.

Esta organização viabilizou a identificação e seleção de documentos-chave elaborados pelas instituições envolvidas na gestão da sanção do caso Eliane, especialmente a partir dos documentos que acompanham as etapas da execução da pena e são atualizados com certa regularidade nos processos, por exemplo as folhas de cálculo da pena, elaboradas pelas diretorias dos cartórios judiciais ou outros documentos como os boletins informativos¹⁰, produzidos pelas unidades prisionais e que tem como função subsidiar pedidos de progressão de regime.

Outro aspecto que implica diretamente no método de pesquisa com documentos judiciais é que com exceção dos documentos judiciais relativos ao processo civil de acolhimento institucional¹¹, que me foram disponibilizados integralmente pela advogada de Eliane com a sua autorização, nenhum dos documentos judiciais acessados para a pesquisa estavam sujeitos a qualquer forma de “sigilo”.

A regra utilizada pelo direito brasileiro, fundamentada no artigo 93, IX da Constituição Federal (CF)¹² e ditada pelo artigo 189 do Código de Processo Civil (CPC), é a de que os processos judiciais são públicos, de forma que a regra geral é que toda pessoa poderia ter acesso aos conteúdos de processos judiciais no país. Porém, há situações excepcionais em que a lei estabelece o sigilo, como é o caso das situações que tratam dos interesses de crianças e adolescentes:

“os atos processuais são públicos, **todavia tramitam em segredo de justiça os processos**: I - em que o exija o interesse público ou social; II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; III - em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade; IV - que versem sobre arbitragem, inclusive sobre cumprimento de carta arbitral, desde que a

¹⁰ Ver o glossário para a definição.

¹¹ Ver glossário para a definição. Ressalvo que alguns dos documentos do procedimento de acolhimento institucional estavam disponíveis no procedimento de habeas corpus que tramitou no Supremo Tribunal Federal e por isso, alguns destes também estavam sob acesso público.

¹² Redação do artigo 93, IX da Constituição Federal: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.”

confidencialidade estipulada na arbitragem seja comprovada perante o juízo.” (BRASIL, 2015) (grifos meus)

Ainda que os autos judiciais da protagonista do caso estivessem disponíveis ao acesso público, com exceção do procedimento de acolhimento institucional já descrito, a leitura do conteúdo integral dos documentos que compõem estes autos só foi possível após a realização de um cadastro no *site* do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP)¹³, por meio do sistema do tribunal chamado “e-SAJ” (sistema de automação da justiça)¹⁴.

O cadastro no sistema e-SAJ exigiu, em primeiro lugar, o preenchimento do meu número de cadastro da pessoa física (CPF). Em seguida, foram solicitadas as seguintes informações obrigatórias: nome, *e-mail*, confirmação de *e-mail*, CPF e gênero (com as opções “masculino” e “feminino”). O *site*, na próxima etapa, me encaminhou um *e-mail* contendo um *link* de confirmação e, com ele, efetivei o registro de uma senha de acesso ao sistema. Na última etapa, o sistema exigiu que como pessoa usuária “e-SAJ” eu fizesse a opção por uma das categorias de acesso: “advogado”, “perito” ou “pessoa física” - o que, em minha situação, por conta do meu CPF já estar previamente vinculado aos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a única categoria disponível para assinalar era a de “advogada”. Portanto, para esta pesquisa e para outras ocasiões que precisarei acessar este sistema, minha autorização foi automaticamente mais ampla, já que o sistema me enquadra na categoria “advogada”, o que pode ser compreendido como um privilégio na medida em que tenho acesso integral a todos os documentos judiciais digitais que não estejam sob segredo de justiça.

Esta digressão me parece importante para destacar que ainda que quase todos os documentos judiciais do caso Eliane não estivessem sob segredo de justiça, a exigência de cadastramento no *site* do Tribunal de Justiça resulta em uma hierarquização das pessoas usuárias do sistema em níveis distintos de acesso aos serviços que ele dispõe e, portanto, produz novos significados para a regra geral da publicidade de documentos judiciais que, na prática, passam a não ser mais *verdadeiramente* públicos – o que poderia ser diferente, por exemplo, se a consulta aos documentos judiciais públicos ainda fosse

¹³ O *site* de pesquisa dos processos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, encontra-se disponível no endereço eletrônico: <<https://esaj.tjsp.jus.br/esaj/portal.do?servico=190090>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

¹⁴ O sistema e-SAJ foi criado pela empresa Softplan no ano de 1990 e iniciou sua operação no TJSP no ano de 1997, conforme descrito pelo Provimento da Corregedoria Geral do TJSP nº 33/97, disponível em: <<https://arisp.files.wordpress.com/2011/06/cgj-provimento-33-1997.pdf>>, acesso em 23 janeiro de 2020. No ano de 2006, o governo federal aprovou a Lei 11.419 que passou a permitir e regular a informatização dos processos judiciais no Brasil. Acesso em: 16 fev. 2021.

realizada diretamente nos cartórios dos fóruns, o que provavelmente também ocasionaria outras formas de interação e privilégios nos acessos¹⁵.

Como forma de ilustrar o que caracterizei como um privilégio de acesso ao sistema, aponto que caso meu CPF não estivesse vinculado à inscrição na OAB, o acesso aos documentos judiciais pesquisados estaria restrito apenas à sequência de movimentações processuais e alguns documentos específicos estariam disponibilizados em sua integralidade, por exemplo, as decisões judiciais publicadas.

Neste contexto hipotético, o comando “este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos” não estaria disponível e o sistema me apresentaria a seguinte mensagem (mesmo que o processo judicial não estivesse sob qualquer forma de sigilo): “Digite a senha do processo. Atendendo o que está exposto na Res. 121 do CNJ: será necessário informar uma senha para acessar processos em segredo de justiça, bem como para acessar autos dos demais processos. Caso não a possua e seja parte do processo, dirija-se ao cartório para solicitá-la. Se for advogado(a) neste processo habilite-se no Portal ou efetue login pelo link ‘identificar-se’. O número de sua OAB no cadastro do Portal deverá ser igual ao número nos dados do processo.”

A Resolução 121 do CNJ¹⁶, mencionada pela mensagem inscrita no *site* do TJSP, é uma normativa do ano de 2010 que dispõe e estabelece providências, dentre outros temas, sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na Internet, a qual é responsável por estabelecer esta hierarquia e nível de acesso a dados processuais, resultando em limitações específicas do ambiente digital para a regra geral da publicidade de atos processuais, de forma que apenas as pessoas atuantes no sistema de justiça criminal terão acesso, como pessoas advogadas e promotoras públicas, ou caso a pessoa seja parte do processo, ela precisará requerer uma senha para acesso diretamente no fórum – informação essa que é pouco difundida e poucas pessoas familiares de pessoas presas, por exemplo, sabem que têm esse direito.

Retomando a descrição do percurso de acesso ao conteúdo integral dos procedimentos judiciais do caso, no âmbito de HC sob trâmite nos tribunais superiores,

¹⁵ Janaína Gomes (2017), por exemplo, durante sua dissertação de mestrado empreendeu pesquisa etnográfica acerca das interações entre pessoas advogadas e escreventes nos balcões judiciais da cidade de São Paulo e seus reflexos no acesso à justiça e nas disputas envolvidas nessa interação. Menciono também a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que abordou a temática da desburocratização dos cartórios judiciais a partir de uma análise dos juizados especiais do TJSP, local em que cidadãos e cidadãs acabam muitas vezes representando suas próprias demandas sem a mediação de pessoas advogadas ou da Defensoria Pública (BRASIL, 2015).

¹⁶ A integralidade do texto da resolução encontra-se disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=92>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

as exigências foram similares às já descritas no âmbito do TJSP. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF) possuem sistemas próprios de consultas processuais e peticionamentos¹⁷, nos quais precisei efetuar um cadastro, também como advogada, para visualizar a integralidade dos documentos. Para além do cadastro, estes sistemas também exigiram o uso de um certificado digital. No entanto, para acessar exclusivamente as decisões judiciais monocráticas ou colegiadas de ambos os tribunais superiores não há necessidade de sequer efetivar qualquer tipo de cadastro por meio dos mecanismos de consulta pública.

Cumprе salientar que para o estudo do componente administrativo do caso, os documentos emitidos pelo poder executivo, em especial pelas administrações prisionais de unidades penitenciárias ou pela própria Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAPSP), foram também exclusivamente acessados pelas lentes do poder judiciário. Trataram-se, portanto, de documentações produzidas pelo poder executivo que foram enviadas por estes órgãos espontaneamente ou em decorrência de provocações do próprio judiciário, e que foram inseridas nos autos judiciais diretamente por funcionários e funcionárias das unidades prisionais, por diretoras ou indiretamente por meio de pessoas funcionárias dos cartórios judiciais.

Nesta perspectiva, o componente administrativo do caso sintetiza-se nos documentos de comunicação entre o poder judiciário e a administração prisional, em especial por meio do envio de correspondências eletrônicas e ofícios, e na cópia integral do procedimento administrativo de apuração de falta disciplinar imputada à protagonista do caso.

Ainda, nos contornos da análise destes documentos pelas lentes do judiciário, aponto suas limitações na medida que esta escolha ocasionou o não acesso ao prontuário prisional da protagonista do caso e a outros documentos elaborados pelas administrações prisionais não incluídos nos autos judiciais. Um exemplo desses documentos é a avaliação parcial do exame criminológico¹⁸ ao qual Eliane foi submetida, informação que foi captada em petição da defesa de Eliane, mas que nunca fora finalizado, por motivos que apresentarei mais à frente.

¹⁷ O sistema de consulta de processos do STJ pode ser acessado em: <<https://ww2.stj.jus.br/processo/pesquisa/?aplicacao=processos.ea>> e do STF em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/>>, sendo que para ler e transferir a integralidade de um procedimento o portal eletrônico para este fim é denominado como e-STF: <https://sistemas.stf.jus.br/cas/login?service=http%3A%2F%2Fsistemas.stf.jus.br%2Fpeticionamento%2Fj_spring_cas_security_check>.

¹⁸ Para uma definição, ver glossário.

Por fim, no que se refere ao manuseio e à disposição destes documentos judiciais no texto, observo que em determinados momentos recorri a trechos extraídos destes documentos e que foram reproduzidos fidedignamente no texto, sem qualquer edição e com a contextualização apropriada. Ainda, sobre a inclusão dos trechos escolhidos, Maria Gabriela Lugones (2009) descreve a “exposição de fragmentos” dos materiais como um recurso metodológico em si em sua escrita sobre as modalidades de gestão administrativo-judicial nos tribunais Previsionais de Menores de Córdoba. Segundo a autora:

“os fragmentos que se apresentaram pretendem alertar contra as ilusões totalizadoras de qualquer investigação e dos próprios autos judiciais. Mostrar em *fragmentos* traços recorrentes e característicos da cotidianidade destas administrações, por um lado, afasta a ilusão vã da descrição completa; por outro, implica assumir a ideia da pesquisa como uma atividade prática – portanto, limitada – neste caso, em confronto com outras práticas levadas a cabo nesses tribunais; e recupera a maneira fragmentária dessas atuações, reconvertendo-a em uma forma de apresentar o material empírico e analisa-lo” (LUGONES, 2009, p. 17)

Outras fontes de informações consultadas como suporte à análise dos procedimentos judiciais foram os *sites* das instituições do sistema de justiça do estado de São Paulo, em especial da SAPSP, TJSP, Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP), Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) e da Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” - FUNAP¹⁹.

Diante da ausência de dados ou informações nos portais eletrônicos, optei por subsidiariamente fazer uso das ferramentas de acesso a informações públicas, amparadas nos dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei 12.527/2011 que viabiliza a requisição de informações para instituições públicas por meio de seus sistemas eletrônicos de serviço de informação às pessoas cidadãs. No âmbito da gestão estadual do poder executivo de São Paulo, o sistema de acesso a informações públicas é denominado como SIC – Sistema Integrado de Informações ao Cidadão²⁰, no entanto ressalto que cada instituição do sistema de justiça do estado como, por exemplo, o TJSP,

¹⁹ A FUNAP é uma fundação vinculada ao governo do estado de São Paulo responsável pela implementação de vagas de trabalho, programas educacionais, assistência jurídica e dentre outras áreas dentro das unidades prisionais do estado de São Paulo. A lei de instituição da fundação, denominada como “Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso” foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) em 1976: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/lei-1238-22.12.1976.html>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

²⁰ O sistema SIC de São Paulo pode ser acessado em: <<http://www.sic.sp.gov.br/>>.

a Defensoria Pública e o Ministério Público, contam com um sistema próprio de acesso a informações públicas.

No **Quadro II**, apresento uma sistematização dos pedidos de acesso à informação e respostas fornecidas pelas instituições públicas indicadas e que fazem parte do *corpus* empírico da pesquisa. Observo que, quando há a indicação do termo “recurso”, trata-se de hipótese que utilizei dos mecanismos existentes na própria LAI para solicitar uma reanálise e complementação das informações fornecidas nas respostas

Quadro II – Pedidos de acesso à informação para instituições públicas

Instituição destinatária	Data do pedido	Número protocolo	Data da resposta	Tema
SAPSP	10.01.2020	5988720627	31.01.2020	Dados sobre mulheres mães presas no estado após decisão do HC Coletivo
	02.07.2020 29.07.2020 (recurso)	743612013766	28.07.2020	Dados sobre mulheres mães presas no estado
	13.08.2020 16.08.2020 (recurso)	644862017518	14.08.2020 21.08.2020	Emissão de boletins informativos e atestado de conduta carcerária
	28.10.2020	386262023980	12.11.2020	Documentos relacionados a elaboração do RIPSAP
SSP	16.08.2020 10.11.2020 (recurso)	614832017695	10.11.2020 14.09.2020	Informações sobre carceragens de gestão da SSP
FUNAP	13.08.2020	649922017519	13.08.2020	Informações sobre gestão do trabalho prisional
	16.08.2020	620412017696	19.08.2020	Dados sobre o programa Jus – Apoio Jurídico ao Preso
DPESP	10.01.2020	55723201496	17.01.2020	Dados e atuações da DPESP após a

				decisão do HC Coletivo
MPSP	10.01.2020	00065.000003/2020-41	15.01.2020	Dados e atuações do MPSP após a decisão do HC Coletivo
TJSP	02.04.2019	2019/00044605	11.04.2019	Dados e atuações do TJSP após a decisão do HC Coletivo
MPF	24.03.2019	20190020283	28.05.2020	Dados e atuações do MPF após a decisão do HC Coletivo
DPU	24.03.2019	90513.000167/2019-00	16.04.2019	Dados e atuações da DPU após a decisão do HC Coletivo
TRF3	24.03.2019	0012554-37.2019.4.03.8000	02.04.2019	Dados e atuações do TRF3 após a decisão do HC Coletivo

Observo que estes pedidos de acesso à informação e as respostas decorrentes deles foram manuseados em duas partes. A primeira ocorreu especialmente no início da pesquisa e para a elaboração do projeto, a qual, a princípio estava especialmente focada nos desdobramentos das decisões do *Habeas Corpus Coletivo* (HC Coletivo) nº 143.641/SP²¹, que determinou a substituição da prisão preventiva por domiciliar para todas as mulheres gestantes e mães de crianças até doze anos ou com deficiência, no âmbito das instituições atuantes na justiça criminal no estado de São Paulo.

Já a segunda parte se devolveu em decorrência da pandemia da COVID-19 e da impossibilidade de deslocamento a órgãos públicos para solução de dúvidas e outros questionamentos que foram surgindo no decorrer da elaboração da narrativa do caso. Assim, optei por empreender novos pedidos de informações especialmente à SAPSP e à FUNAP, os quais nem sempre contribuíram diretamente para a pesquisa, mas foram incorporados em algumas notas de rodapé.

Pelo exposto, o **Quadro II** ilustra informações públicas fornecidas por instituições estatais e que poderão eventualmente ser também exploradas por outras pessoas pesquisadoras. Em vista disso, o **Anexo V**²² deste trabalho foi construído com base nas respostas recebidas e com este intuito de publicizar esse material para pesquisas futuras.

²¹ Para uma definição sobre o HC Coletivo, ver glossário.

²² Para a elaboração do Anexo V com as informações públicas coletadas, organizei as respostas que os órgãos encaminharam por e-mail e nos sistemas de informação, excluindo seus anexos. A exclusão se deu em razão da quantidade de páginas de alguns dos documentos, no entanto pontuo que caso futuras pesquisadoras e pesquisadores tenham interesse, poderei encaminhá-los ao entrarem em contato (viviane.balbuglio@gmail.com).

Por fim, as pesquisadoras e os trabalhos mencionados a seguir são exemplos de produções acadêmicas que, por sua vez, detiveram em seus horizontes o olhar para o estado de São Paulo como um dos campos de pesquisa e dialogam com a temática da investigação empreendida nesta dissertação e contribuíram com o olhar aqui proposto.

Bruna Angotti (2011), em dissertação de mestrado, estudou o encarceramento de mulheres no Brasil a partir de uma perspectiva histórica, interessada no surgimento das prisões femininas no país, utilizando-se principalmente do método de análise documental; Ana Gabriela Mendes Braga (2015), em artigo, problematiza o exercício da maternidade na prisão e os papéis ocupados por mulheres quando são consideradas “criminosas” a partir de cinco micronarrativas fruto da pesquisa “Dar a luz na sombra” (BRASIL, 2015); Natália Lago (2014) cuja dissertação de mestrado investiga a partir de quatro personagens em situação de prisão as elaborações produzidas por mulheres que buscam conectar os muros de dentro e de fora da prisão; Dina Alves (2015) publicou dissertação de mestrado que apresenta uma análise sobre o encarceramento de mulheres negras a partir de entrevistas realizadas com mulheres presas na cidade de São Paulo e análise de seus processos judiciais; Fernanda Emy Matsuda (2016) cuja tese de doutorado debruça-se sobre a gestão da justiça criminal de mulheres vítimas e réus coadunando diferentes métodos de pesquisa; Natália Macedo Sanzovo (2017) investigou o aprisionamento de mulheres trans e travestis em unidades prisionais nas quais as políticas estatais destinam para “homens” em São Paulo e nas alas LGBTI de Minas Gerais; Sara Antunes (2017) em sua dissertação de mestrado realizou etnografia em uma penitenciária feminina para entender as nuances do que denomina “habitar entre as grades”; e, Carmen Fullin (2018) pesquisou em seu pós-doutorado os efeitos das penas de serviço comunitário destinadas a mulheres.

1.2.2 AS OBSERVAÇÕES DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICAS

Como já descrito, a pesquisa documental é o principal método mobilizado nesta dissertação. No entanto, cabe tecer algumas considerações específicas às incursões em campo realizadas principalmente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2020 no âmbito do fórum criminal da Barra Funda, em São Paulo, e que consequentemente também compõem o corpo empírico desta pesquisa.



Figura 2 - Fotografia da parede do Decrim 3 da Barra Funda na fila para retirada da carteira de assinaturas, janeiro de 2020.

Em primeiro lugar, afirmo que não é possível tratar estas incursões em campo utilizando o termo “etnografia” para caracterizá-la. Isso se dá devido ao curto período de sua realização e especialmente devido à falta de rigor e das técnicas que a etnografia enquanto método e maneira de interpretar o campo teria exigido²³. Por isso recorri à expressão “observações de inspiração etnográfica”²⁴ para nomear esta parte do corpo empírico.

A proposta de nomear este corpo empírico como “observações de inspiração etnográfica” faz referência a dois trabalhos: o primeiro deles é a pesquisa nacional sobre maternidade no cárcere intitulada como “Dar à Luz na Sombra” (BRASIL, 2015), na qual as pesquisadoras Ana Gabriela Braga e Bruna Angotti caracterizaram as observações que realizaram durante as visitas *in loco* em espaços prisionais destinados a mulheres presas e crianças no Brasil e em um estabelecimento da Argentina, como pesquisa de inspiração etnográfica (2015, p. 16) e o segundo é o artigo de Luciano Santana Pinheiro (2020, p. 357), que ao pesquisar a letalidade policial pelas lentes das famílias vítimas na cidade de Feira de Santana, Bahia, também fez uso do termo inspiração etnográfica para contextualizar que esta abordagem constituiu um dos elementos de formulação dos métodos do trabalho.

Minhas idas ao fórum criminal da Barra Funda foram motivadas por uma ligação que recebi da protagonista do caso, em uma manhã do início do mês de janeiro de 2020. Eliane, sob cumprimento de pena em meio aberto, notou que poderia estar atrasada no comparecimento periódico em juízo²⁵ ao qual estava submetida e, temendo o atraso, nesta ligação, perguntou se eu não poderia acompanhá-la até o local das assinaturas, no portão “F” do fórum criminal da Barra Funda. Concordei em acompanhá-la naquela manhã e quando desligamos o telefone, Eliane me disse que já estava a caminho, em razão do

²³ Luciano Pinheiro (2020) em seu artigo mobilizou a antropóloga Mariza Peirano para caracterizar a etnografia: “etnografia não é apenas um método, mas uma forma de ver e ouvir, uma maneira de interpretar, uma perspectiva analítica, a própria teoria em ação” (PEIRANO, 2008, p. 20 apud PINHEIRO, 2020, p. 357).

²⁴ Agradeço especialmente à Ana Gabriela Braga pela sugestão durante a banca de qualificação.

²⁵ Ver glossário.

longo percurso que enfrentaria da cidade de Suzano, região metropolitana de São Paulo, até lá.

Quando cheguei na rua José Gomes Falcão, adjacente à entrada principal do fórum criminal da Barra Funda no qual está situado o portão “F”, Eliane já se encontrava na parte de dentro do portão do fórum. Perguntei ao segurança terceirizado responsável pelo controle de entrada e saída do espaço se poderia entrar para encontrá-la, mas fui informada que acompanhantes somente tinham a entrada permitida com justificativa por escrito, de forma que permaneci do lado de fora do portão enquanto trocava mensagens de áudio com ela.



Figura 3- Captura de tela da Rua José Gomes Falcão, número 227, a partir da ferramenta Google Earth da fila do portão “F” (imagem de julho de 2019)

Durante o período em que esperei Eliane do lado de fora do portão “F”, observei que uma fila de pessoas ia se formando do lado direito do portão. Essas pessoas eram familiares de pessoas presas, pessoas sob

cumprimento de pena em meio aberto e acompanhantes que estavam ali também aguardando na fila até que a pessoa que aguardavam saísse do fórum.

Este episódio, atrelado a outras experiências prévias de circulação nos corredores do fórum criminal da Barra Funda, adquiridas enquanto advogada ou assistente de projetos de instituição da sociedade civil que atendia mulheres migrantes em conflito com a lei, me instigaram a buscar mais informações e maior compreensão acerca das movimentações específicas que este fórum abarcava no que se referia às pessoas em cumprimento de pena em meio aberto, já que era a condição em que Eliane encontrava-se naquele momento.

Assim, a decisão por empreender as incursões de campo no fórum criminal da Barra Funda, tanto no portão principal quanto no anexo do portão “F”, foi impulsionada pelo próprio caso e neste sentido, lançar mão destas visitas a partir de uma abordagem de inspiração etnográfica também significou adotar uma estratégia de maior aproximação com os próprios achados do caso no âmbito dos arquivos judiciais. Simultaneamente, me auxiliou a lidar com os desafios e os limites de pesquisar um caso único de uma pessoa em movimento e com trâmites judiciais que seguiram (e seguem) em andamento, ao mesmo tempo em que a pesquisa era realizada.

Depois do dia que acompanhei Eliane, me desloquei durante alguns dias dos referidos meses até o fórum criminal da Barra Funda, nos quais permaneci do lado de fora da fila do portão “F” e também adentrei a entrada principal do fórum, me dirigindo aos setores responsáveis pelas gestões de penas em meio aberto, especialmente ao “DECRIM 3 – Liberados”, local onde tirei a fotografia que inicia esta seção com um aviso em uma folha de sulfite colada na parede escrito “favor não colocar os pés na parede, grato(a)”. O DECRIM 3 – Departamento Técnico de Apoio ao Serviço das Execuções Criminais é o setor responsável pela entrega carteira de assinaturas do regime aberto, liberdade condicional e *sursis* no caso as pessoas processadas em cartórios localizados no fórum da Barra Funda. Antes da pandemia, o cenário do DECRIM 3 no período da tarde era de grandes filas.

Estas incursões resultaram em fotografias e escritos de campo, que contemplaram desde a conversa inicial com a protagonista do caso, as observações das filas do portão “F” e as ações das pessoas trabalhadoras deste local, conversas rápidas com familiares que aguardavam parentes saírem do atendimento, breves diálogos com funcionários e funcionárias do fórum e o acompanhamento ao cartório de um homem que ia retirar a carteira de registro do comparecimento periódico em juízo pela primeira vez.

Este corpo empírico, em conjunto com uma pesquisa de legislações e regulamentos acerca do cumprimento de pena em meio aberto no estado de São Paulo, não será tratado em todos as suas nuances nesta dissertação, mas alguns dos elementos foram trabalhados em outro artigo²⁶.

1.3 A ESTRUTURA DO TEXTO

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, além da introdução. O primeiro capítulo narra os percursos metodológicos mobilizados no trabalho e apresenta as escolhas textuais adotadas. O segundo capítulo se dedica à narrativa do caso e foi subdividido em quatro partes chamadas de “momentos”. O terceiro capítulo se dedica à pesquisa de uma das unidades de análise extraídas da narrativa intitulada como tempo da pena em casa. Por fim, no quarto capítulo são trabalhadas as considerações finais.

²⁶ O artigo foi intitulado como “Liberados”, porém não livres: um olhar para o cumprimento de pena em regime aberto na cidade de São Paulo” e publicado (BALBUGLIO, 2021).

No primeiro capítulo, me dedico à apresentação da narrativa do caso Eliane, elaborada em quatro momentos. O primeiro momento descreve os percursos de “encontro ao caso”. O segundo traz uma síntese das condenações penais da protagonista do caso, por meio de um olhar prioritariamente centrado no documento da folha de antecedentes. No terceiro momento, a análise foi detida aos autos na execução pena e de habeas corpus, no qual apresentarei pela primeira vez no texto a inspiração da proposição do “labirinto da gestão das sanções” e uma descrição em três tempos da pena de Eliane, a qual alcançará o momento em que ela teve reconhecido pelo STF o direito a cumprir pena em casa

O segundo capítulo é fruto do movimento de mergulho no estudo de caso. Nele elegi uma unidade de análise para aprofundamento do estudo, intitulada como tempo da pena em casa. O capítulo é iniciado com um breve balanço sobre a prisão domiciliar no Brasil, partindo para uma reflexão dos outros elementos imbrincados no cumprimento de pena em casa pela protagonista e termina com uma proposta de generalização analítica dos achados do caso Eliane para outras pesquisas que tenham o intuito de pensar a punição a partir da perspectiva de quem vive.

Por fim, este trabalho conta com dois apêndices, o primeiro trata-se de um glossário e o segundo uma tabela de apoio com a listagem das atuações institucionais mapeadas no caso, e com cinco anexos, sendo que os três primeiros são imagens ilustrativas de documentos judiciais, o quarto trata-se de uma fotografia de uma carteira de assinaturas da execução penal de São Paulo e o quinto anexo contém um compilado das respostas públicas de acesso à informação recebidas no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO 2

A NARRATIVA DO CASO: ENCONTROS E UMA TRAJETÓRIA CONTADA PELA LENTE DOS DOCUMENTOS JUDICIAIS

A narrativa do caso Eliane está dividida em quatro momentos distintos e que serão detidamente apresentados no decorrer deste capítulo. Para isso, levo em consideração a caracterização que Maíra Machado (2017) elaborou sobre o papel da narrativa no estudo de caso nas pesquisas em direito:

“(...) a própria narrativa do caso, como resultado de uma análise realizada a partir de um evento histórico muito específico, também é uma elaboração conceitual” (MACHADO, 2017, p. 363)

A divisão do texto em momentos é a estratégia adotada para organizar e sistematizar a narrativa do caso, sendo que esta estratégia foi definida com o propósito de demarcar com a maior clareza possível as áreas do direito envolvidas no caso, a interface entre elas e sem perder de vista um horizonte de estudo que olha para a gestão da punição de forma desfragmentada.

No primeiro momento da narrativa, descrevo os meus percursos de vida enquanto colaboradora de um projeto de oficinas na ala materno infantil da PFC durante quatro anos, assim como relato as circunstâncias nas quais Eliane, protagonista do caso, e eu nos conhecemos no ano de 2018 nesta unidade prisional. É neste primeiro momento, ao descrever os percursos de “encontro com o caso”, que são descritas as trajetórias de vida e ao mesmo tempo busco elucidar dados e características do encarceramento de mulheres no Brasil, em especial no estado de São Paulo, assim como elucidei alguns dos eventos relacionados às prisões de mulheres mães de crianças até doze anos ou com deficiência que despertaram minha atenção na época que Eliane e eu nos conhecemos.

O segundo momento da narrativa se propõe a apresentar uma síntese das acusações que Eliane respondeu diante da justiça criminal do estado de São Paulo, as quais culminaram em três condenações judiciais imputadas a ela no decorrer de sua vida. Estas informações são apresentadas a partir de um olhar focalizado na folha de antecedentes, um documento que metaforicamente foi compreendido como a espinha dorsal entre as movimentações carcerárias (distritos policiais e unidades prisionais) e

judiciárias (as distribuições e o processamento de processos judiciais) vividas pela protagonista do caso.

O terceiro momento contém uma descrição minuciosa dos percursos do caso específicos à execução penal, prioritariamente descrito em ordem cronológica, mas que necessitou de certas inflexões por conta da sobreposição de eventos e da ressignificação de determinadas categorias jurídicas, entre elas da própria “execução penal”.

O quarto momento está focalizado nas intersecções do caso com a justiça infanto-juvenil. O enfoque principal deste quarto momento foi apresentar alguns elementos das cenas do cotidiano de Eliane e da filha Maria Alice recém-nascida na PFC, em conjunto com a leitura e a descrição dos eventos que compõem o procedimento de acolhimento institucional de Maria Alice, iniciado após Eliane entregá-la aos cuidados de sua mãe, Josefa.

PRIMEIRO MOMENTO

1. ENCONTROS

“A memória é a costureira, e por sinal bastante imprevisível. A memória faz correr a agulha para dentro e para fora, para cima e para baixo, para cá e para lá. Não sabemos o que vem a seguir, ou o que virá depois. Assim, o mais banal movimento do mundo, tal como sentar-se a uma mesa e puxar para perto o tinteiro, pode agitar mil fragmentos díspares e desconexos, alguns brilhantes, outros obscuros, pendurados, balançando, mergulhando e tremulando como as roupas de baixo de uma família de catorze membros presas a uma corda durante forte ventania.”
(WOOLF, 2014, *online*)

Eliane é uma mulher nascida no município de São Paulo em 1989 e que esteve presa em sete estabelecimentos penais do estado entre os anos 2009 e 2019. Neste intervalo de tempo, Eliane vivenciou idas e vindas entre delegacias, fóruns, centro de detenção provisória, penitenciárias, centro de progressão penitenciária²⁷ e a vida na rua – ela não esteve presa por dez anos ininterruptos, embora a justiça criminal tenha permanecido presente e latente em sua vida durante todos esses anos.

Nas entrelinhas da biografia judiciária de Eliane, uma categoria que persiste, mas que quase não aparece nos registros documentais é o racial. No boletim de ocorrência policial elaborado a partir da prisão de Eliane no ano de 2013, o campo do documento

²⁷ Ver glossário para uma explicação sobre os termos centro de detenção provisória, penitenciária e centro de progressão penitenciária.

intitulado como “cútis”, foi preenchido designando que Eliane é “parda”. Na folha de antecedentes, primeiro documento inserido nos autos da execução penal, a raça não aparece. Enquanto nos boletins informativos²⁸, documentos produzidos pelos Centros de Integrados de Movimentações e Informações Carcerárias (CIMIC) das unidades prisionais, há a presença do campo “cor”, nos boletins produzidos pela Penitenciária Feminina de Santana (PFS) e pelo Centro de Progressão Penitenciária do Butantã (CPP-Butantã), Eliane foi identificada como uma mulher branca, e no que fora emitido pela PFC, ela foi identificada ora como parda e ora como negra.

Já sua escolaridade ora foi designada nos documentos como “2º grau”, “ensino médio completo”, “ensino fundamental incompleto” e “ciclo III”. Sua profissão e posições de trabalho ocupadas dentro e fora do ambiente prisional foram registradas sob diferentes classificações, a que mais li foi “desempregada”, mas também “balconista”, “ajudante geral”, “auxiliar de alimentação”, “auxiliar de montagem” e “mãe”.

Eliane e eu nos conhecemos no mês de janeiro de 2018 na Penitenciária Feminina da Capital (PFC). Eliane, presa, vivia o final da gestação da filha Maria Alice e havido sido recém transferida do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Franco da Rocha para a ala materno-infantil da PFC. Eu, recém formada no curso de Direito, completava quatro anos indo um dia por semana à PFC como colaboradora de um projeto chamado “Círculo de apoio para mães encarceradas” ou “Oficinas de *shantala*”²⁹ e foi em uma das oficinas deste projeto que nós nos conhecemos.

²⁸ O artigo 91 do RIPSP prevê a formulação do boletim informativo para os: “fins de instrução de pedido de progressão de regime, concessão de livramento condicional, indulto ou comutação de penas, o diretor da unidade prisional deve encaminhar à autoridade judicial competente, à época do pedido do benefício, em formulário padronizado, o Boletim Informativo do preso, com classificação final do comportamento e o registro de todas as etapas e ocorrências que ensejaram a avaliação definitiva”. Em outros contextos de atuação como advogada, experienciei que não há um procedimento unificado de solicitação e retirada desses boletins, assim há unidades prisionais que aceitam a solicitação por *e-mail*, enquanto outras apenas viabilizam a solicitação e a retirada exclusivamente na modalidade presencial. Para fins desta pesquisa, realizei pedido de acesso à informação para SAPSP com o objetivo de entender melhor o processamento deste documento e em resposta a Secretaria informou que os boletins são emitidos através do sistema de gestão penitenciária (GEPEN) e que em 2019, 124.607 boletins informativos foram emitidos no estado com certificação digital. No mesmo ano, o Ministério Público de São Paulo firmou um termo de cooperação técnica com a SAPSP e passou a poder realizar diretamente, sem mediação da gestão penitenciária, consulta online do boletim informativo (e do atestado de conduta carcerária) e, portanto, poderiam incluir o documento diretamente nos autos, o que não é uma realidade. <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Portal_da_Transparencia/Licitacoes_Contratos_Convenios/Licitacoes_Convenios/Lista_de_convenios/Lista_de_convenios_2019/PT%20132.653-15%20-%20Secr.%20Adm.%20Penitenc%C3%A1ria.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

²⁹ Este foi o primeiro trabalho da sociedade civil desenvolvido no pavilhão materno da PFC e foi pensado a partir da formação de Katia Bond em *shantala* – uma massagem indiana para bebês. Por boa parte desses anos de trabalho de oficinas, dividíamos-nos em uma equipe de quatro pessoas: Katia, Lucia, Anna Carolina e eu. Este é um dos únicos relatos públicos sobre esse trabalho: BALBUGLIO, Viviane. “Relatos sobre o

Esse projeto acontecia por meio da intermediação do ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania³⁰ com a direção da PFC, que autorizava a nossa entrada e apoiava a realização das atividades. Tive a oportunidade de acompanhar este projeto junto às companheiras Katia, Lucia e Anna, desde o seu início no ano de 2014, alguns meses após a inauguração do pavilhão materno da PFC, quando era estudante do terceiro ano do curso de Direito, até o momento em que a PFC proibiu a sua continuidade, em abril de 2018, situação que relatarei mais à frente.

A proposta do projeto era realizar oficinas de *shantala*, uma técnica de massagem com origem na Índia destinada a bebês e pautada na manutenção do vínculo entre mãe e bebê. A partir da massagem para bebês e outras atividades corporais como *baby yoga*, fazíamos rodas de conversa sobre saúde, sexualidade, gênero, desenvolvimento infantil, assim como trabalhos manuais e outras atividades que eram construídas com o passar dos encontros e das mulheres que em cada período encontravam-se presas no pavilhão.

Neste sentido, importa dizer que os relatos que apresentarei sobre as oficinas foram baseados nas memórias, leituras de materiais e outras comunicações sobre os anos de trabalho. Apesar destes momentos passarem a compor o corpo desta pesquisa, não há um caderno de campo que registre os encontros na PFC, assim como este trabalho de oficinas não foi realizado com o intuito de elaboração de uma pesquisa em si:

“Deixando de lado a pouca fiabilidade que toda memória tem (o que lembramos é uma reconstrução inventada)” (MONTEIRO, 2019, p. 26).

Essa frase de Rosa Monteiro foi extraída do livro de literatura “A ridícula ideia de nunca mais te ver” (MONTEIRO, 2019, p. 26). Ela, em conjunto com o trecho de Virginia Woolf do livro “Orlando” que inicia esta seção, me inspiraram para afirmar que a escrita desses trechos específicos da dissertação está lastreada nas memórias e lembranças. Assim, não é possível dizer que faço uma reconstrução destes momentos em sua integralidade e mais que isso, é altamente provável que as próprias companheiras de trabalho e mulheres participantes dos ciclos, como Eliane, preservem ou priorizem outros momentos, *flashes* e outras formas de registro dos percursos na PFC e das duas horas semanais de oficinas, diferentes dos meus.

Mutirão de Atendimento Médico Realizado na Penitenciária Feminina da Capital”. ITTC, São Paulo, 28 jan. 2015. Disponível em: <<http://ittc.org.br/8903/>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

³⁰ O ITTC – Instituto Terra, Trabalho e Cidadania é uma organização de direitos humanos que trabalha prioritariamente com a pauta do desencarceramento de mulheres: <www.ittc.org.br>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Para descrever o meu encontro com Eliane e com o estudo de caso pesquisado, me dedicarei a, brevemente, relatar o percurso físico que realizávamos até chegar na PFC, a rotina de entrada e saída da penitenciária, reflexões acerca da minha presença e participação nesse espaço, alguns destaques de como eram os encontros na ala materno-infantil, características essas que se mantiveram quase que intactas durante os quatro anos que esse projeto perdurou.

1.1 A CAMINHADA DO METRÔ CARANDIRU ATÉ A PFC



Figura 4- Vista da PFC a partir do Parque da Juventude, 2016. **Crédito da fotografia:** Ana Luiza Satie Voltolini Uwai.

“O Carandiru ainda existe, ele continua em pé nas penitenciárias femininas. Passei pelas duas, pela PFC e pela P.E [PFS] (...) O Carandiru para mim significa tristeza, solidão, opressão e tristeza. Aquele bairro para mim representa muita dor.” (Débora)³¹

A Penitenciária Feminina da Capital (PFC) está localizada na zona norte de São Paulo, ao lado da Penitenciária Feminina de Santana (PFS) e do Parque da Juventude, parque que foi construído sobre os escombros da “Casa de Detenção de São Paulo”, o Carandiru, local que foi palco do massacre de pelo menos 111 pessoas presas pelas

³¹ Registro de uma das falas da sobrevivente do sistema prisional e membra do coletivo “Por Nós”, Débora Antunes, durante a roda de conversa virtual pública promovida pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em data próxima ao marco do massacre do Carandiru. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OIMdmp_4XyQ&feature=youtu.be&ab_channel=IFCHUNICAMP>. Acesso em: 15 nov. 2020. Fiz uso da categoria “sobreviventes do sistema prisional” por ser um termo que tem sido utilizado por movimentos antiprisionais no Brasil nos últimos tempos, a Amparar – Associação de Familiares e Amigos/as de Presos/as, que atua nacionalmente, mas principalmente no estado de São Paulo, é um exemplo destes movimentos que fazem o uso desta categoria, inclusive na própria descrição da associação em página de mídia social, disponível em: <<https://www.facebook.com/AssociacaoAmpara>>, assim como a Frente Estadual pelo Desencarceramento de São Paulo. No entanto a LEP e as políticas públicas federais e estaduais em São Paulo fazem uso da categoria “egressas” para designar pessoas que já estiveram presas.

forças policiais após uma rebelião no ano de 1992³².

Natália Corazza Padovani (2010), em sua dissertação de mestrado que captou trinta anos da história da Penitenciária Feminina da Capital (de 1977 a 2009), relatou que a PFC é a mais antiga penitenciária feminina do estado de São Paulo. Segundo a autora, a PFC foi fundada sob o nome de Presídio de Mulheres no ano de 1942 pelas freiras da Congregação do Bom Pastor Madre Pelletier. Somente com o processo de estatização da unidade foi que, no ano de 1974, o presídio passou a se chamar Penitenciária Feminina da Capital e em 1977, a gestão da unidade prisional realizada exclusivamente pelo governo do estado de São Paulo (PADOVANI, 2010, p. 59).

A impressão que tive, desde a primeira vez que fui à PFC, é que o Parque da Juventude foi projetado para decretar o esquecimento deste episódio de violência extrema perpetrado pelo Estado, que é o massacre do Carandiru. Ao mesmo tempo, a sua localização, entre os bairros do Carandiru e de Santana, também perpassa uma série de outros espaços e dinâmicas que remetem ao massacre e aos meandros da punição no estado de São Paulo, tornando, portanto, a impossibilidade de um esquecimento real do massacre.

Alguns desses espaços e dinâmicas que compõem a cena desta região da cidade de São Paulo³³ são as próprias estruturas da PFC e PFS, o Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (COC)³⁴, o Museu Penitenciário Paulista³⁵, as unidades administrativas da

³² Um acervo da memória do massacre do Carandiru elaborado pelo Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da FGV Direito SP está disponível em: <<https://www.massacrearandiru.org.br/>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

³³ O mapa prisional da SAPSP pode ser acessado no sítio eletrônico da secretaria: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1jKJ4_4Beu812Jkdq0g6NB6R9shE&hl=pt-BR&ll=-22.110366789295934%2C-49.35500203376027&z=7>. Acesso em: 02 ago. 2020.

³⁴ O Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário (COC), antigo Centro de Observação Criminológica, situado no bairro do Carandiru, é uma unidade prisional mista, administrada pela SAPSP e pela Secretaria de Saúde do estado de São Paulo inaugurada em abril de 2009 que “tem por finalidade a prestação de assistência médico-hospitalar, em regime de internação, nas áreas de clínica médica, clínica cirúrgica, clínica ginecológica e obstétrica e terapia intensiva, visando à promoção de saúde, ao tratamento e à reabilitação da população carcerária”, nos termos do seu Decreto de criação. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54204-03.04.2009.html>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

³⁵ O Museu Penitenciário Paulista foi aberto ao público no ano de 2014, em seu site consta: “o escopo do Museu Penitenciário Paulista é o de produzir informações e conhecimento sobre a ciência jurídica penal e sua execução, observada na própria história do Sistema Penitenciário Paulista, assim como abordar suas características, desenvolvimento e evolução. Sua missão é ser um espaço aberto ao público em geral, capaz de propiciar a reflexão sobre a história penitenciária e a pena.” Disponível em: <<http://museupenitenciario.blogspot.com/p/quem-somos.html>>. Acesso em: 02 ago. 2020. O trabalho de Viviane Trindade Borges (2018) propõe um olhar crítico à construção da memória prisional do estado de São Paulo neste espaço.

Secretaria de Administração Penitenciária (SAPSP)³⁶, a sede do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (SIFUSPESP)³⁷, a circulação intensa de policiais militares e veículos da corporação todos os dias.

Por fim, aos finais de semana, compõem esta cena também as filas de familiares de pessoas presas³⁸ que se formam em frente à estação Carandiru do metrô, as quais aguardam a vinda e organização dos ônibus que saem dali com destino às unidades prisionais localizadas em todo o interior do estado de São Paulo. Pesquisas como de Rafael Godoi (2015; 2016) e Natalia Lago (2019) descrevem as jornadas das mulheres familiares que saem do Carandiru (e da Barra Funda) em direção às prisões no interior de São Paulo para visitar seus maridos, filhos e parentes nos finais de semana - Godói (2017) explica a formação destes fluxos de visitas de familiares devido às políticas de interiorização das prisões no estado de São Paulo, as quais se intensificaram com o massacre do Carandiru, a subsequente desativação da Casa de Detenção e com a megarrebelião, liderada pelo Primeiro Comando da Capital, em presídios paulistas no ano de 2001.

É neste cenário da cidade que uma vez por semana que nos encontrávamos no Parque da Juventude e de lá seguíamos andando até a outra extremidade do parque. Durante a nossa caminhada, percorríamos a paisagem do parque que se mesclava ao lado direito com as estruturas do COC e ao lado esquerdo com os muros e as torres da PFC, nosso destino final. Com o atravessar do portão de saída do parque para a Avenida Zaki Narchi, nós virávamos à esquerda, caminhávamos alguns passos até alcançarmos a entrada principal da Penitenciária Feminina da Capital.

³⁶A Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo (SAPSP) foi instituída e organizada por meio da Lei estadual nº 8.209 de 1993 e pelo Decreto nº 36.463 do mesmo ano. Disponíveis respectivamente em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/lei-8209-04.01.1993.html>> e

<<http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19930127&Caderno=Executivo%20I&NumeroPagina=2>>. A sede da SAP e outros prédios administrativos relacionados estão localizados no bairro de Santana. Acesso em: 24 jul. 2020.

³⁷ Uma das sedes do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional do Estado de São Paulo (SIFUSPESP) localiza-se no bairro de Santana. A seção sobre sua história no site informa que ele é desdobramento da Associação dos Guardas de Presídio da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, fundada em 1981. Disponível em: <<https://sifuspesp.org.br/quem-somos/historia>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

³⁸ É importante recordar que com a pandemia de Covid-19 as visitas presenciais às pessoas presas estiveram suspensas por grande parte do ano de 2020, retomaram seu curso com restrições sanitárias nos últimos meses do ano e até o momento de fechamento deste texto, em 2021, seguem novamente suspensas. Disponível no texto da Resolução da SAPSP nº 92: <http://www.sap.sp.gov.br/download_files/covid-19/res-sap-92_2020.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

Diante da entrada da PFC, para podermos adentrar a unidade, primeiro tocávamos um interfone – e a partir deste interfone passávamos por no mínimo três *checkpoints*³⁹ (JEGANATHAN, 2004), ou postos de controle, que materializavam os procedimentos nos quais éramos identificadas e situadas naquela prisão (PADOVANI, 2019, p. 03) até podermos iniciar as atividades programadas para o dia.



Figura 5 - Entrada principal da PFC vista pelo lado adjacente ao Parque da Juventude, 2016. **Crédito da fotografia:** Ana Luiza Satie Voltolini Uwai

Ao atravessarmos o primeiro portão de entrada para pedestres, uma das agentes penitenciárias incumbidas do plantão na portaria abria um outro portão fazendo uso da liberação com uma trava automática.

As agentes do plantão da entrada, que ficavam atrás de um balcão cercado por grades

azuis, exigiam ou apenas esperavam que nós lhes entregássemos os nossos documentos de identificação e uma folha de sulfite chamada de “ofício” que continha nossa requisição de entrada na unidade, assim como nossos nomes, identificações e os materiais que utilizaríamos no dia de oficina.

Enquanto elas conferiam nossas identidades no computador da portaria, que já continha nossos cadastros individuais⁴⁰, elas também anotavam nossos nomes em um caderno de registros e faziam ligações para conferir a autorização para estarmos ali. Nesse meio tempo, nós íamos organizando nossos pertences: parte deles ficaria trancado com chave nos armários numerados da primeira ou da segunda portaria e a outra parte seguiria conosco como material de apoio para a oficina do dia.

³⁹ O autor trabalha o conceito dos *checkpoints* no Sri Lanka na cidade de Colombo e no decorrer da década de 90. Para o autor, a dinâmica de soldados fiscalizando os fluxos de pessoas, enquanto fazem perguntas acerca das suas identidades, de onde vieram e para onde vão visa por um lado, relembrar o próprio motivo para os *checkpoints* existirem (demarcar a possibilidade de explosão de uma bomba), enquanto ao mesmo tempo os *checkpoints* igualmente demarcam a outra forma de violência velada: “the checkpoint configures practices of anticipation in a double way. On the one hand, to pass through a checkpoint is to remember why checkpoints exist – it is to recall the possibility of the bomb (...). But on the other hand, there is another kind of anticipation – that of the soldiers checking the flow of traffic and people, asking questions. They are anticipating violence in another way” (JEGANATHAN, 2004, p. 69).

⁴⁰ A primeira vez que entrei na PFC a equipe que regulava a entrada de pessoas na unidade realizou meu cadastro completo, com nome, RG, endereço e outras informações exigidas.

Nosso próximo posto de controle era o segundo portão de entrada da PFC e uma vez que este portão era aberto, outra agente penitenciária nos perguntava, pela segunda vez, quais eram nossos nomes e os números de nossos documentos de identificação para registrá-los em um outro caderno. Em seguida, esta mesma agente prisional ou outra nos encaminhava para a revista pessoal e de nossos pertences.

Nos primeiros anos de oficina, passávamos por duas revistas: a corporal e por um detector de metais. Como representantes de uma organização da sociedade civil e consideradas, pelas guardas, como “frequentadoras” da unidade prisional, estávamos em uma posição verdadeiramente privilegiada quando olhamos em retrospecto ao que é enfrentado pelas famílias de pessoas presas para adentrar as unidades prisionais no estado de São Paulo. Quando nos submetíamos a esta revista corporal e inspeção através do detector de metais, estávamos sempre vestidas, ou seja, como representantes da sociedade civil, o protocolo ao qual nos submetíamos era distinto e muito menos agressivo e invasivo quando comparado ao que famílias de pessoas presas enfrentam.

Nunca nos foi exigido nos despir em frente às agentes penitenciárias, assim como raramente precisávamos tirar alguma peça de roupa. Isso somente era exigido quando o detector de metais apitava após já termos passado duas ou três vezes por ele, de forma que precisaríamos tirar a peça ou acessório e passar novamente pelo detector até que ele viesse a parar de apitar. Por conseguinte, compreendo que as revistas às quais estávamos submetidas não poderiam ser consideradas como vexatórias, embora a experiência da revista em si nunca foi isenta de violência.

Com o tempo, aprendi a adotar sempre uma postura simpática frente às agentes penitenciárias e agregar a este dia da semana um protocolo de roupas, acessórios e um relógio que não seriam deflagrados pelo detector de metais.

Apenas no final de 2017, a PFC instalou um scanner corporal⁴¹ por *raio-x*, no entanto, as revistas corporais continuaram e a novidade para nós era que além de seguir o procedimento ao qual já estávamos acostumadas, éramos também submetidas ao novo scanner: uma agente determinava que individualmente deveríamos subir na esteira do aparelho e antes da esteira rolar, ela perguntava nossos nomes e CPF e registrava no

⁴¹ A instalação do scanner corporal na PFC pode ser considerada como um desdobramento da aprovação da Lei Estadual 15.552 de 12 de agosto de 2014 que proibiu “a revista íntima dos visitantes nos estabelecimentos prisionais”. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15552-12.08.2014.html>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

sistema do próprio scanner, em seguida ela nos orientava a ficar com os braços parados ao lado do corpo e não nos mexermos até a esteira terminar de rolar.

Relembro que este trajeto da chegada à PFC até a efetiva entrada não costumava ser fácil e, mais que isso, era imprevisível: às vezes éramos surpreendidas pela perda completa de nossos cadastros na portaria ou rejeição de nossos documentos pessoais (se o RG estivesse com algum rasgo ou se nos esquecíamos dele, por exemplo); por mudanças diversas nos protocolos internos de entrada de uma semana para outra; outras vezes algumas peças de roupas que costumávamos vestir poderiam ser subitamente classificadas pelas agentes prisionais como inadequadas e uma de nós poderia precisar fazer o caminho de volta para casa ou negociar uma solução intermediária como amarrar um lenço na cintura no caso de usarmos uma calça considerada justa demais ou usar um casaco de frio em dias quentes, caso as agentes não permitissem a entrada com blusas de alças; em algumas situações também chegamos a perder quase a totalidade do tempo da oficina em razão de outros grupos ou autoridades também estarem simultaneamente se submetendo aos protocolos de entrada na unidade.

Houve dias em que sequer fizemos as oficinas por conta de chuva, da ocorrência de qualquer espécie de incidente no pavilhão materno como o atraso da entrega das marmitas, pela ausência de salas disponíveis para as atividades ou pelo agendamento de eventos simultâneos à oficina. Em algumas situações, nós também fomos as pessoas que tumultuavam e alongavam o protocolo de entrada por estarmos levando comidas, sucos, uma faca de plástico, uma tesoura, uma boneca (modelo de aplicação da massagem da *shantala*), garrafas PET, papel *kraft*, camisinhas femininas etc. que, apesar de previamente autorizados, eram entendidos como inusitados pelas agentes prisionais, de forma que performavam revistas mais rígidas ou buscavam a confirmação das autorizações específicas para cada item que levávamos.

Finda a revista, um agente penitenciário (na minha memória era sempre o mesmo homem) abria outro portão e de lá caminhávamos até a sala da reintegração social – o único posto de controle que não precisaríamos dizer nossos nomes e documentos de identificação, cuja exigência implícita era a de que deveríamos passar, tanto para avisar que chegamos quanto para avisar que estávamos indo embora. Nesta sala, nós conversávamos com as profissionais da reintegração social, que costumavam se posicionar enquanto apoiadoras das nossas atividades, e também eram as responsáveis por guardar uma sacola com nossos itens básicos utilizados em todas as oficinas. Trocávamos algumas palavras, pegávamos a sacola, fazíamos o caminho de volta e

subíamos pelo lado direito do pátio de entrada, até chegarmos ao portão de entrada do pavilhão materno-infantil.

Lá, havia uma nova guarita – e, se déssemos a má sorte de haver uma guarda trabalhando nela⁴² (em geral a guarita permanecia vazia), tínhamos que nos identificar com nome completo e RG mais uma vez. O caminho até a entrada da ala materna era separado por uma grade enorme que cerca o pátio onde as mulheres ficavam com seus e suas bebês no “banho de sol”. Assim, íamos caminhando em direção à portaria e quem nos avistava dali já nos cumprimentava e começava a avisar as mulheres gritando “*olha a shantala*” ou outra frase nesse sentido.

O último ponto de checagem ao qual nos submetíamos para entrar na PFC era o da portaria da recepção da ala materna, administrada por uma ou duas agentes prisionais que por sua vez, registravam nossos nomes e documentos de identificação em outro caderno e nos mandavam esperar até que uma outra agente prisional estivesse disponível para abrir o portão interno do pavilhão e a sala de oficinas.

1.2 REFLEXÕES SOBRE OS ENCONTROS NAS OFICINAS E INTERLOCUÇÕES COM ELEMENTOS JURÍDICO-POLÍTICOS DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL NO ANO DE 2018

Depois de percorrer o trajeto, com todos os obstáculos impostos à entrada na PFC, nos dirigíamos à sala de oficinas e, lá, aguardávamos pelas participantes do ciclo.

Às vezes, quando poucas mulheres apareciam, nós pedíamos para outra participante chamá-las, já que não podíamos entrar nas celas coletivas do andar térreo ou subir até as celas individuais do andar de cima. Enquanto isso tentávamos entender as movimentações daquele dia no pavilhão para já decidir se seria preciso readequar ou não a programação da oficina.

⁴² Aqui utilizo propositadamente a expressão “uma guarda” para reforçar que nos anos de trabalho nas oficinas na ala materna da PFC eu raramente vi um funcionário ou agente prisional homem circulando especificamente nestas dependências da unidade. As mulheres narravam a presença de homens quando eram submetidas às violentas *blitz* do GIR – Grupo de Intervenção Rápida. Caso houvesse uma intrusão do GIR, nossas atividades eram canceladas e fazíamos o caminho de volta ao metrô. Além disso, como muitas mulheres, quando recebiam visitas, relatavam serem visitadas principalmente por outras mulheres (mães, avós e filhas principalmente), uma conversa que acabava surgindo nos encontros era que provavelmente as crianças “estranhariam” quando saíssem de lá e vissem homens na rua ou em seus círculos afetivos, já que nasceram e passaram seus primeiros meses de vida exclusivamente cercadas por mulheres. Sobre o GIR: <<http://ittc.org.br/voce-sabe-o-que-e-o-gir/>> e <<https://www.facebook.com/caveiragir/>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Outro componente, que ressoava em nossa possibilidade de iniciar os encontros, era a determinação da direção da PFC de que uma agente prisional deveria acompanhar as nossas atividades. Entretanto, essa determinação nem sempre era seguida, o que dependia da quantidade de agentes penitenciárias trabalhando no pavilhão materno, da sua sobrecarga de funções, e até mesmo do perfil das agentes presentes em cada “plantão” - expressão que era utilizada pelas mulheres presas e pelas funcionárias da PFC e fazia referência à escala de trabalho entre equipes dos e das agentes penitenciárias da unidade.

Com o tempo e “frequentando” a penitenciária todas as semanas, também pude perceber a diferença das equipes dos plantões no que se referia às mudanças repentinas enfrentadas nos protocolos de entrada e saída da unidade, nas posturas adotadas pelas agentes penitenciárias que deveriam fiscalizar nossos encontros - algumas desinteressadas que sequer ficavam dentro da sala de oficinas, mas do lado de fora conversando e interagindo com as crianças, enquanto outras faziam questão de ficar dentro da sala e até opinar durante as conversas.

Importante dizer ainda no que se refere aos “plantões”, muito além de suas implicações no nosso trabalho de oficinas, as mulheres enquanto presas ali relatavam que a rotina delas variava bastante conforme as características das agentes prisionais que estavam escaladas em cada plantão. Em um plantão, por exemplo, as agentes eram mais atentas às questões de saúde das mulheres e dos bebês, enquanto em outro, uma ou outra agente fazia uso constante do discurso de ameaça sobre as mulheres serem obrigadas a adiantar, antes dos seis meses de vida, a “entrega” de seus filhos e filhas quando estavam diante de problemas cotidianos enfrentados no pavilhão.



Figura 6 - Oficina de shantala no pavilhão materno infantil da PFC, 2017. Fotografia tirada por mim.

O procedimento da entrega das crianças era o momento no qual as mulheres, acompanhadas pelas assistentes sociais da PFC, transferiam informalmente a guarda de seus bebês para uma pessoa de sua confiança, ainda que não fosse da família. Apenas excepcionalmente, diante da inexistência de familiares ou pessoas próximas, as crianças eram encaminhadas para o

acolhimento institucional em abrigos públicos da cidade de São Paulo.

Quando destaco a palavra “frequentar” para caracterizar as idas na PFC, o faço no intuito de refletir sobre a minha própria presença naquele espaço, o que brevemente buscarei discorrer nos parágrafos seguintes, antes de retomar à narrativa de encontro com Eliane.

Faço uso da palavra frequentar enquanto retrato as ambiguidades e complexidades implicadas em ir pelo menos uma vez na semana na mesma penitenciária durante estes anos – a frequência, em meu ponto de vista, se traduz no perigo de normalizar as práticas desse espaço institucional, desde os protocolos de entrada e saída até a própria existência da prisão em si, de forma que este exercício de questionar a prática de frequentar uma prisão era bastante complexo, angustiante e que não seria possível de ser feito sem as demais companheiras de oficina.

A memória do primeiro dia que estive em uma das oficinas do pavilhão materno-infantil é recheada de inseguranças - enquanto estudante do terceiro ano de direito, fazia poucos meses que eu havia iniciado o trabalho de atendimento direto às mulheres migrantes presas na PFC, portanto me considerava, e era, extremamente inexperiente. Instigada pela curiosidade, aceitei o convite para ir uma primeira vez, assisti à prática da *shantala*, me esforcei para tentar aprender alguns nomes das crianças e das mulheres participantes e passei quase todo o tempo quieta, apenas ouvindo e esporadicamente segurando bebês no colo.

Com o tempo, a escuta dos problemas rotineiros do pavilhão materno da PFC, as trocas com as mulheres (sejam as companheiras de trabalho ou as participantes) e a organização dos encontros foi se incorporando na minha rotina. Ao mesmo tempo, fui também adquirindo uma confiança maior de estar ali, mas sempre receosa das dinâmicas inscritas em “frequentar” uma unidade prisional e, por este receio, nunca fui sozinha até à PFC com este intuito de realizar um encontro das oficinas ou por qualquer outro motivo.

Minha participação como integrante do grupo foi mudando com o tempo e também cresci a partir das experiências que tinha ali, especialmente ouvindo. Nos encontros em si, meu papel mais objetivo era apoiar a realização das atividades, por exemplo, organizava recibos, listas de presença, imprimia materiais, aprendi a fazer origami, embora o que eu mais gostasse de fazer era ir para estes encontros entre mulheres e ficar conversando sobre a vida.

Um outro lado que vislumbro, transcorridos pelo menos três anos desde o fim deste trabalho, é que ainda que o tempo estrito da oficina fosse de apenas duas horas, estas duas horas eram bastante intensas e sem qualquer idealização, podiam também ser

muitas vezes cansativas, frustrantes e duras, o que por vezes era reflexo da complexidade de realizar um trabalho dentro de uma prisão.

Esta complexidade se materializava, por exemplo, nas mudanças periódicas das regras de funcionamento da unidade, no ato de presenciar calada ofensas e falas inflamadas de funcionárias do presídio sobre ou para as mulheres que estavam presas, dos relatos de exaustão das funcionárias da unidade, na escuta e mediação de desentendimentos e brigas entre participantes das oficinas, no testemunho do desamparo de mulheres sem visita, de mulheres que não queriam ser mães e não tiveram escolha sobre seus corpos, de mulheres sem notícias de seus e suas bebês internadas no hospital da região e até mesmo de mulheres que enfrentaram o luto de perder um filho ou uma filha enquanto presas.

Outra camada desta complexidade se reverberava nos nossos próprios dias de trabalho – por mais que eu pessoalmente decidi e entendia como imprescindível deixar de lado qualquer outro aspecto da minha vida pessoal uma vez que entrava na PFC - a convivência entre mulheres, as trocas sobre maternidade, sobre sonhos, liberdade e desigualdade também ressoavam nos meus próprios projetos, privilégios, angústias e escolhas de vida.

Dentro desta dinâmica de realizar um trabalho com frequência e periodicidade na PFC, relembro também dos dias em que na medida do possível, tudo corria dentro do esperado: entrávamos e saíamos de lá sem qualquer percalço e nos horários planejados, éramos submetidas ao protocolo de saída da unidade e o principal deles implicava em retornar à sala da equipe de reintegração social da PFC, entregar a nossa sacola com os pertences de trabalho, contar brevemente sobre o andamento do dia e conversar com a equipe. Saindo da sala da reintegração social nos dirigíamos ao portal principal que controlava a entrada e saída, no qual já não éramos submetidas a nenhum outro tipo de revista, apenas abríamos os armários com nossas bolsas, pegamos e íamos novamente em direção ao parque da Juventude, o qual percorríamos a pé novamente até o metrô.

Uma vez que cumpríamos este ritual de saída da PFC, o contato com as mulheres participantes dos encontros praticamente se esgotava. Durante os quase quatro anos que participei desse trabalho, foram poucas as vezes em que mantive contato “na rua” com mulheres que participaram das oficinas. Considero que três fatores contribuíam para a interrupção e não manutenção destes vínculos: o primeiro era que a nossa autorização para realizar atividades não permitia atendê-las individualmente ou contatarmos suas famílias, com a exceção da autorização de envio dos seus certificados de participação

pelo correio; o segundo era o curto tempo de permanência delas na ala materno infantil e o terceiro era a quantidade de mulheres e bebês que estavam em privação de liberdade na PFC, o que se relacionava à rotatividade de entradas e saídas de mulheres no pavilhão materno.

No que se refere ao primeiro e segundo motivos descritos, eles se conectam às políticas penitenciárias específicas ao estado de São Paulo. Neste sentido, a política penitenciária do estado, por meio do Regime Interno Padrão (RIPSP)⁴³ das unidades prisionais, classifica a ala materna da PFC como uma “cadeia de trânsito”, expressão que também era frequentemente utilizada pela equipe da unidade e pelas mulheres que estavam presas lá.

Dentre outros regulamentos destinados especificamente às pessoas incluídas neste regime de trânsito⁴⁴, consta a restrição de permanência de mulheres mães com crianças exclusivamente até os seis meses de idade – tempo mínimo permitido pela LEP.

As normas relacionadas ao tempo de permanência de mulheres com seus filhos e filhas nas unidades prisionais encontram respaldo nos artigos 83, parágrafo 2º e 89 da LEP, os quais foram inseridos por intermédio da Lei nº 11.942 de 2009, que assegura condições mínimas de assistência às mães presas e crianças recém-nascidas, respectivamente:

“Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade” e “além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa” (BRASIL, 2009).

Assim, no estado de São Paulo constata-se uma verdadeira disputa normativa entre a lei federal e a disposição do artigo 23, III do RIPSP que prescreve os seis meses como tempo máximo de permanência das crianças com suas mães, sendo que na prática o Regimento Interno prospera sobre a lei federal:

“São assegurados, também, além dos direitos constantes no artigo 22 deste Regimento, outros que se aplicam à gravidez, ao parto, ao cuidado com os filhos e à atenção básica às necessidades da mulher presa, entre os quais:
(...)”

⁴³A Resolução 144 de 29 de junho de 2010 instituiu o Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo (RIPSP) e seu texto integral pode ser acessado em: <<https://sindespe.org.br/portal/wp-content/uploads/2016/05/regimento-interno.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

⁴⁴ Ver glossário para uma explicação.

III - guarda do recém-nascido, durante o período de lactância, pelo período de até 06 (seis) meses, em local adequado, mesmo quando houver restrições de amamentação.” (grifos meus)

Em relação ao terceiro motivo relacionado à quantidade e à rotatividade de mulheres presas no pavilhão, quanto mais mulheres e bebês presos lá, menos conhecíamos quem estava lá, já que as oficinas tinham um limite médio de quinze a vinte participantes e nos organizávamos em ciclos de até oito encontros por grupo.

Recordo-me de épocas nas quais o pavilhão esteve superlotado, custodiando mais de oitenta mulheres e crianças (inclusive mãe com filhos gêmeos), enquanto em outros momentos a taxa de ocupação poderia chegar a vinte ou trinta mulheres e crianças, o que por sua vez, viabilizava a participação de praticamente todas que tivessem interesse nas oficinas e conseqüentemente, a construção de vínculos e aprofundamento do diálogo com elas.

Já a rotatividade era um outro elemento que caracterizava a ala materna da PFC e justificava-se em razão do momento em que as mulheres precisariam “entregar” seus filhos e filhas ao cuidado de outras pessoas, o que acontecia majoritariamente⁴⁵ em data próxima aos seis meses de idade das crianças. Havia também outro tipo de rotatividade, ainda que aparentemente em menor proporção, decorrente das imprevisíveis concessões de medidas judiciais de liberdade ou prisão domiciliar.

A dinâmica seguinte à entrega era a ruptura abrupta dos vínculos entre as mães e as crianças: além de entregar seus filhos e filhas, as mulheres eram imediatamente retiradas do pavilhão materno-infantil e levadas de “bonde”⁴⁶ até “suas cadeias de origem”, cuja unidade poderia ser a própria PFC ou em qualquer região do estado de São Paulo. Portanto, a dinâmica de rotatividade e rompimento brusco dos vínculos entre mulheres e crianças inviabilizava também o nosso desenvolvimento de outros laços com elas para além dos encontros das oficinas em si.

Em janeiro de 2021, os dados públicos disponibilizados no site da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAPSP) informavam que 473 mulheres estavam presas na PFC, sendo que este dado não distinguia quantas delas estavam reclusas especificamente na ala materno infantil. No entanto, ainda que a SAPSP não

⁴⁵ Faço uso do advérbio majoritariamente por conta das exceções de permanência das crianças por maior período, como aconteceu com Eliane e Maria Alice. Nestas situações as funcionárias da PFC costumavam mobilizar um discurso com ameaças de punição ou chantagem às mães, em razão da extensão do período dos seis meses, já que a PFC estaria “deixando” que elas usufruíssem maior período com seus filhos e filhas, ainda que a própria lei lhes garantisse esse direito.

⁴⁶ É chamado de bonde o transporte de pessoas presas para outras unidades prisionais ou para outros espaços externos como aos fóruns e hospitais.

disponibilize estes dados ao público em geral, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) possui seus próprios registros atrelados ao funcionamento da política “Convive – Mães em Cárcere”, oficialmente instituída em 08 de março de 2014 e destinada ao atendimento de mulheres gestantes ou mães de filhos e/ou filhas até 18 anos ou com deficiência que estejam em situação de prisão. A PFC é uma entre as unidades do estado que aderiu à política “Convive - Mães em Cárcere”.

Neste contexto da política do Convive, PFC e DPE estabeleceram uma parceria, na qual a PFC se incumbia de receber os formulários de atendimento da política e entregá-los a todas as mulheres, uma vez que estas eram inseridas na unidade prisional. Em seguida, com o preenchimento dos formulários, a PFC deveria retornar estes formulários para a DPE, por intermédio da atuação do Convive, o qual se encarregaria dos acompanhamentos e encaminhamentos necessários para cada situação.

Os dados do Convive, que são públicos e encontram-se disponíveis no *site* da DPESP⁴⁷, especificamente relacionados à PFC, dão pistas sobre os quantitativos de mulheres que estiveram gestantes ou com seus filhos e filhas menores de seis meses em privação de liberdade no pavilhão materno-infantil nos últimos anos.

Em 2015, os dados da DPESP apontaram que 147 mulheres presas na PFC foram atendidas pelo Convive, dentre elas 63,3% estavam amamentando e 11,6% estavam gestantes, as quais devem ter, ao menos, passado pela prisão na ala materna em algum momento do ano. Já em 2018, último ano de trabalho das oficinas, foi possível notar um aumento considerável de mulheres mães presas na PFC, um total de 302, sendo que somente 10,3% amamentavam e 4% estavam gestantes, aumento que se relaciona aos desdobramentos da decisão do HC Coletivo nº 143.641/SP no STF⁴⁸ e dos esforços da própria PFC de perguntar⁴⁹ para as mulheres presas em todos os pavilhões se elas eram ou não mães de crianças menores de doze anos ou com deficiência, ainda que não estivessem com seus filhos e filhas lá dentro.

⁴⁷ Os dados gerais dos atendimentos da política do “Convive – Mães em Cárcere” encontram-se disponíveis em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6423>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

⁴⁸ A trajetória do CADHu durante a elaboração e proposição do HC Coletivo foi lançada no mês de abril de 2019 no livro “Pela liberdade: a história do habeas corpus coletivo para mães em crianças) (INSTITUTO ALANA e CADHu, 2019, p. 13). A decisão do HC Coletivo encontra-se disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

⁴⁹ Nesta época, o projeto de oficinas já havia sido cancelado. No entanto, eu continuei acompanhando de forma mais distante e limitada o dia a dia da unidade em razão do trabalho que seguia exercendo no ITTC. Até agosto de 2019, eu estive mais algumas vezes na PFC para auxiliar outra equipe nos atendimentos realizados às mulheres migrantes presas lá.

O HC Coletivo foi proposto ao STF em maio de 2017 pelo CADHu (Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos) e foi inspirado pela decisão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347⁵⁰, a qual reconheceu a “inequívoca falência do sistema prisional brasileiro”. O objetivo do CADHu ao propor o referido HC, foi o de ampliar a decisão da ADPF 347 focando especificamente no aprisionamento de mulheres.

Com o agendamento de uma data para o julgamento do HC, as mulheres que estavam presas no pavilhão materno da PFC receberam uma série de visitas de autoridades judiciais nacionais e de São Paulo e, de jornalistas, o que trazia grandes expectativas para o julgamento e seu resultado.

Outro fator é que elas diariamente acompanhavam pela televisão as notícias sobre o tema⁵¹, já que no pátio, que ficava ao lado da sala em que costumavam acontecer as oficinas, havia mesas grandes com bancos embutidos, uma grade que dava para o pátio de fora (banho de sol), a passagem para outras duas salas (usadas para armazenamento de alimentos e outras funções relacionadas) e uma televisão de tela plana pendurada em um suporte na parede. Nela, todas as mulheres podiam, em períodos específicos do dia, assistir televisão⁵², o que viabilizou que elas ouvissem sobre o HC Coletivo até mesmo em programas jornalísticos do período da tarde na televisão aberta.

Eliane foi praticamente a única exceção entre as mulheres brasileiras que conheci durante esses anos na ala materna da PFC que logrei manter contato no tempo. Nós nos conhecemos na reta final das oficinas de *shantala* – embora nesta época eu não tivesse conhecimento de que a PFC encerraria este trabalho definitivamente pouco tempo depois - o que, por acaso, coincidiu com esta exata época de bastante inquietação e ansiedade em vista do agendamento do julgamento do HC Coletivo.

Em 20 de fevereiro de 2018, a decisão foi proferida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, a qual, dentre outras providências, determinou a substituição da prisão

⁵⁰ A decisão do STF no âmbito da ADPF 347 encontra-se disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

⁵¹ Esta reportagem do veículo R7 é um exemplo das que foram produzidas neste período e que retrataram o pavilhão materno-infantil da PFC: JUNQUEIRA, Diego. “Mães e grávidas presas provisórias podem cumprir pena em casa”. **R7**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/maes-e-gravidas-presas-provisorias-podem-cumprir-pena-em-casa-20022018>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

⁵² Logo após a inauguração do pavilhão materno da PFC, elas não tinham ainda autorização para ter uma televisão em sua própria cela ou nas celas coletivas do andar térreo. Com o tempo, quem tinha condições tinha autorização de ter uma televisão ou rádio que deveria seguir as especificações e regramentos da unidade prisional.

preventiva por prisão domiciliar para todas as mulheres mães, gestantes ou com crianças de até 12 anos de idade ou com deficiência que estivessem sob prisão provisória⁵³.

Neste cenário, da concessão da ordem do HC Coletivo, nós seguíamos indo todas as segundas-feiras para a PFC. Por se tratar de um momento em que fervilhavam dúvidas sobre como e se a decisão do STF seria efetivamente implementada, nós também resolvemos pesquisar a decisão e verificar seus desdobramentos para conversar coletivamente sobre o tema no decorrer de um dos encontros na PFC.

Durante esse momento coletivo e em conversas individuais que se sucederam nas semanas seguintes, o que mais me chamou a atenção foi como as mulheres que não estavam mais sob prisão provisória, como Eliane, diziam se sentir “injustiçadas” ao descobrirem que a decisão do HC Coletivo e outras previsões legais sobre maternidade para mulheres presas não eram destinadas a elas. Ainda que estivessem gestantes ou fossem mães de crianças menores de doze anos ou com deficiência, elas não se enquadravam como destinatárias da medida por estarem submetidas a condenações transitadas em julgado ou por terem tido condenações de crimes que são considerados pela lei como “com violência”, como roubo⁵⁴. As duas hipóteses se enquadravam para Eliane.

Neste sentido, Eliane era uma das mulheres que mais questionava o caráter não protetivo do HC para mulheres em situações jurídicas como a dela e conversamos muito no decorrer dos encontros que se seguiram, sobre isso, sobre os fatos da vida que a tinham levado até ali e as incertezas do futuro de sua filha, Maria Alice.

Ausentei-me por um mês das atividades das oficinas em abril de 2018. Quando voltei, tive a notícia de que o trabalho que fazíamos por quase quatro anos fora proibido sob a justificativa da direção da PFC de que o HC Coletivo esvaziaria⁵⁵ o pavilhão e atividades como as nossas não seriam mais necessárias.

No entanto, continuei tendo notícias de Eliane por conta de outras voluntárias que seguiram fazendo seus projetos na PFC⁵⁶, os quais não passaram por qualquer ameaça de

⁵³ Ver glossário.

⁵⁴ Para uma definição do tipo penal do roubo, ver glossário.

⁵⁵ Esse esvaziamento não aconteceu por completo, ainda que muitas mulheres saíram da unidade prisional como consequência da decisão do HC, segundo os dados da DPESP no ano de 2019, a PFC registrou um total de 170 mulheres mães, das quais 23 foram classificadas como lactantes que deram à luz dentro da unidade prisional, 2 lactantes que deram à luz antes de serem presas, 4 gestantes, sendo que a grande maioria de casos registrados foram de mulheres com filhos(as) ou netos(as) com idade menor que 12 anos de idade. Os dados do Convive encontram-se disponíveis em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6423>>. Acesso em: 29 jan. 2020.

⁵⁶ Estes projetos eram realizados pelo “Instituto e Casa Flores”, <<https://www.atados.com.br/ong/instituto-flores-1>> e pela associação espírita “Obreiros do Amor e Misericórdia” <<http://www.oam.org.br/>>.

interrupção ou alegação de desnecessidade de suas atividades naquele momento, assim como por meio de uma pessoa bastante próxima que se tornou uma de suas advogadas e que frequentemente me atualizava, com autorização da Eliane, sobre os desdobramentos jurídicos e de vida, tanto de Eliane quanto da filha Maria Alice.

Eliane e eu nos reencontramos apenas em fevereiro de 2019, logo após a saída dela da PFC para a prisão domiciliar, o que retomarei alguns passos à frente da narrativa do caso.

SEGUNDO MOMENTO

2. OS DIZERES DA FOLHA DE ANTECEDENTES ACERCA DAS TRÊS PENAS IMPUTADAS À ELIANE

Eliane esteve presa em sete estabelecimentos penais do estado de São Paulo de 2009 até 2019. Neste intervalo de tempo, ela vivenciou idas e vindas entre delegacias, fóruns, centro de detenção provisória, penitenciárias, centro de progressão penitenciária e a vida na rua. Portanto, Eliane não esteve presa por dez anos ininterruptos, embora a justiça criminal tenha permanecido em sua vida durante este intervalo de tempo.

Neste sentido, propõe-se nos parágrafos seguintes, elaborados primordialmente a partir da descrição da folha de antecedentes (F.A)⁵⁷, narrar as idas e vindas entre prisões, condenações e estabelecimentos prisionais que Eliane percorreu no decorrer desses dez anos.

A folha de antecedentes é um documento produzido pelo poder judiciário que apresenta um resumo de informações, selecionadas pela organização judiciária, para a compreensão da situação jurídica de uma pessoa que responde a uma acusação criminal, esteja esta pessoa sob privação de liberdade ou não. A folha de Eliane mostra, portanto, dentre outras informações, os tipos penais que ela fora acusada, as varas nas quais respondeu processos criminais, as penas às quais foi submetida e outros registros considerados pertinentes em seus percursos diante das instituições da justiça criminal paulistana.

Durante uma das idas que realizei ao fórum criminal da Barra Funda no início de 2020, fui informada por duas escreventes que o documento da folha de antecedentes é alimentado e emitido por um sistema interno utilizado pelas funcionárias e funcionários

⁵⁷ Para um exemplo ilustrativo de como se parece uma folha de antecedentes, ver Anexo I.

do TJSP denominado como SIVEC – Sistema das Varas de Execuções Criminais e que seu uso é exclusivo aos atores e atrizes institucionais que trabalham nestes processos. Neste sentido, a folha de antecedentes é um dos relatórios possíveis que este sistema, o SIVEC, emite sobre uma pessoa submetida ao sistema de justiça criminal paulista.

A folha de antecedentes é um documento que tem como função captar um panorama geral dos trajetos de uma pessoa nas instituições criminais do estado de São Paulo, mas principalmente no âmbito do poder judiciário de forma retrospectiva até o presente.

A regulação da emissão da folha de antecedentes do TJSP encontra subsídio nas “Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça”⁵⁸, as quais reúnem uma série de provimentos, normas e comunicados da Presidência e Corregedoria do TJSP e do Conselho Superior da Magistratura (CSM). Há previsões específicas sobre as folhas de antecedentes nos artigos 386 a 389 e também em outras previsões, ao determinar por exemplo, a obrigatoriedade da inserção da folha de antecedentes emitida pelo sistema SIVEC em conjunto a outras documentações sempre que houver o recebimento inicial de autos de prisão em flagrante ou por exemplo, diante de situações em que os processos judiciais estejam relacionados a pessoas com mandados de prisão em aberto.

É importante, ainda, ressaltar que a folha de antecedentes que esta pesquisa faz referência é emitida e elaborada pelo poder judiciário. No entanto, há outros tipos de folhas de antecedentes como, por exemplo, as que são produzidas pelo Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), relacionado à Polícia Científica do estado de São Paulo. Antes do TJSP implementar seus próprios sistemas de informação e produção de dados⁵⁹, as folhas de antecedentes eram requeridas diretamente ao IIRGD e anexadas aos autos judiciais apenas após o Instituto encaminhá-las.

⁵⁸ As Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do TJSP foram consolidadas pela primeira vez no ano de 1973 e passou por uma reatualização de sua consolidação no ano de 2013. Neste sentido, a versão que registra atualização até 19 de janeiro de 2021 com a íntegra das versões anteriores, encontra-se disponível em: <<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=121938>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

⁵⁹ Localizei algumas informações relativas aos históricos de processamento das folhas de antecedentes em São Paulo em provimentos e comunicados relativos ao tema. Exemplos: Provimento nº 109/78 do Conselho Superior da Magistratura (CSM) que estabeleceu modelos de ofícios de requisição de folhas de antecedentes, disponível em: <<https://arisp.files.wordpress.com/2011/05/csm-provimento-109-1978.pdf>>; o Provimento nº 868/2004 do CSM que regulamentou as pessoas que teriam acesso ao sistema de emissão de folhas de antecedentes e receberiam senhas para tal e em seguida, o Provimento nº 1723/2009 que ampliou o rol de acesso às folhas de antecedentes criminais dos membros e membras do poder judiciário que atuam em todas as áreas, não exclusivamente nos órgãos de cúpula e de competência criminal.

Ainda, antes de propriamente descrever e analisar as informações contidas na folha de antecedentes de Eliane é importante dizer que este documento tomava maior importância quando os processos de execução da pena tramitavam exclusivamente no formato físico⁶⁰. Neste contexto é necessário que uma pessoa se desloque até um fórum, identifique o cartório no qual o processo judicial se localiza e o consulte no balcão do fórum, caso não se trate de integrantes de instituições da justiça criminal e/ou pessoas advogadas.

Por consequência, para instituições como a Defensoria e o Ministério Público, as quais são caracterizadas por uma rotina institucional que lida com uma imensa quantidade diária de processos judiciais, a folha de antecedentes era, e continua sendo, um facilitador para a compreensão de informações resumidas de cada caso, principalmente os que tem tramitação exclusivamente no formato físico.

É importante dizer também que no âmbito do TJSP, há uma ferramenta virtual para acessar as movimentações processuais dos autos judiciais de execução da pena que tramitam exclusivamente de forma física e que não requer o preenchimento de qualquer tipo de cadastro no site do TJSP. O acesso às movimentações judiciais resumidas não tem qualquer forma de restrição de acesso.

Esta ferramenta é chamada de “Controle VEC”⁶¹ e designa o número da “VEC” – Vara de Execuções Criminais de uma pessoa, um número que costuma ser formado por seis dígitos. No entanto, trata-se de um resumo de informações limitadas e de difícil compreensão, já que seu preenchimento não segue necessariamente um padrão ou apresenta conteúdo de trâmites e decisões, apenas registra que estas aconteceram. No caso de Eliane, por exemplo, embora a folha de antecedentes indique a existência de um

⁶⁰ Essa constatação foi formulada tendo como plano de fundo minhas experiências no atendimento a mulheres migrantes presas e sobreviventes do sistema prisional no Brasil, por meio da atuação do ITTC. No ano de 2014, quando iniciei o estágio no Projeto Estrangeiras, era extremamente frustrante prestar atendimento jurídico direto às mulheres que já se enquadravam em uma etapa mais avançada do cumprimento de pena, porque o acesso que tínhamos às informações da execução penal estavam restritos a um resumo de informações no site do TJSP, o que era chamado de “espelho da VEC”. Assim, pelo menos uma vez por semestre, fazíamos um mutirão para verificar pessoalmente nos balcões do SERVEC 2 do fórum criminal da Barra Funda os processos físicos selecionados ou solicitávamos auxílio da DPESP para o acesso às informações contidas na folha de antecedentes. No ano de 2017, quando voltei a trabalhar na instituição, mas enquanto assistente de projetos que atendia mulheres fora do sistema prisional, raramente tinha dificuldade de prestar atendimento jurídico a elas, uma vez que para as mulheres que foram presas a partir do ano de 2015, seus procedimentos da execução da pena já foram iniciados sob o formato digital.

⁶¹ A consulta pública de processos judiciais de execução penal que tramitam exclusivamente na modalidade física no estado de São Paulo deve ser realizada via: < <http://www.tjsp.jus.br/PortalTJ/pesquisadetalheprocesso.do>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

número “VEC” ligado ao nome da protagonista do caso, a “VEC” de Eliane não está mais disponível, em vista da migração completa de seu processo para o meio eletrônico.

Com o início da migração de tramitação dos procedimentos de execução penal no estado de São Paulo para o meio eletrônico, pessoas usuárias específicas do TJSP passaram a ter permissão para acessar e visualizar os processos judiciais integralmente de forma *online*. Neste contexto, outros documentos inseridos nos autos judiciais eletrônicos como, por exemplo, o “cálculo de execução penal” também cumprem funções similares às da folha de antecedentes, já que apresentam dados como as informações pessoais, as penas imputadas, datas previstas para progressões de regime de cumprimento de pena, dentre outras informações.

A primeira e única folha de antecedentes, em nome de Eliane, e que fora consultada diretamente nos autos da execução da pena, sob tramitação digital, está datada com o ano de 2015 e foi emitida pela comarca de Franco da Rocha.

As informações da folha de antecedentes de Eliane estão divididas em dezoito tópicos. O primeiro, segundo e terceiro tópicos a identificam diante do sistema de justiça e os demais referem-se aos inquéritos policiais e processos judiciais em que ela foi condenada. Os três primeiros tópicos são respectivamente chamados de “dados de qualificação”, “outros” e “dados SAP”. No último foram preenchidas informações como: nome, controle VEC, sexo, RG, data de nascimento, naturalidade, fórm. fundamental⁶², nome do pai, nome da mãe, matrícula no sistema SAP, unidade prisional onde esteve presa e data de entrada na referida unidade prisional.

Para os fins desta pesquisa, o documento da folha de antecedentes foi, por todo o exposto, compreendido metaforicamente como a espinha dorsal entre as movimentações carcerárias (distritos policiais e unidades prisionais) e judiciárias (as distribuições e o processamento de autos judiciais). Dessa forma, no tópico seguinte a análise está focalizada na folha de antecedentes e, de forma subsidiária, recorrerá às peças e decisões judiciais relacionadas aos processos que Eliane respondeu em decorrência de prisões em

⁶² Não encontrei a definição de “fórm. fundamental”, mas perguntando para algumas pessoas com experiência com a execução penal de São Paulo me deram pistas de que provavelmente trata-se do nome que a política prisional estabeleceu para os prontuários das pessoas presas. O “prontuário prisional” de uma pessoa consta informações como suas documentações pessoais, informações de processo judicial, atividades educacionais e profissionais que realizar na unidade prisional e uma série de outras informações relativas ao cotidiano de uma pessoa vivendo no cárcere, assim nos termos do modelo de gestão para a política prisional do DEPEN toda unidade prisional deverá conter um “Núcleo de prontuário” que é responsável pelos procedimentos de abertura de prontuário e registro de informações das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos prisionais (BRASIL, 2016, p. 244). Disponível em: <https://www.justica.gov.br/modelo-de-gestao_documento-final.pdf>. Acesso em: 03 de abr. 2021.

flagrante nos anos de 2013 e 2015, tendo em vista que há uma escassez de registros eletrônicos no que se refere à prisão que ela vivenciou no ano de 2009.

O **Quadro III** sintetiza as informações acerca das condenações imputadas à protagonista do caso e que se encontram registradas na folha de antecedentes, assim como em outros documentos complementares que viabilizaram a compreensão integral e os caminhos percorridos por Eliane.

Quadro III – Condenações imputadas à protagonista do caso

Ano	Acusação	Vara	Pena em 1º grau	Pena em 2º grau	Regime inicial	Arquivamento	Status do cumprimento
2009	Roubo (art. 157 do CP)	30ª Vara Criminal de São Paulo	1 ano e meses	Não houve recurso	<i>Sursis</i> ⁶³ com prestação de serviços à comunidade	2012	Finalizado
2013	Furto ⁶⁴ qualificado (art. 155, parágrafo 4º)	1ª Vara Criminal de São Paulo	2 anos	Não houve recurso	Semiaberto	Não houve	Em cumprimento por unificação à pena de 2015
2015	Roubo (art. 157 do CP)	14ª Vara Criminal de São Paulo	6 anos 7 meses 6 dias	6 anos 2 meses 7 dias	Fechado	Não houve	Em cumprimento

2.1 AS TRÊS CONDENAÇÕES

O primeiro registro criminal descrito na folha de antecedentes de Eliane é relativo ao ano de 2009⁶⁵, quando ela tinha pouco mais de dezoito anos de idade.

⁶³ Ver glossário.

⁶⁴ Ver glossário.

⁶⁵ Observo que em relação ao processo judicial que Eliane respondeu em 2009, o único registro que pude auferir foi através da folha de antecedentes e dos boletins informativos. Não foi possível localizar o processo por seu número ou através dos dados pessoais de Eliane no sistema de buscas do TJSP, assim como a sentença não foi registrada no banco de sentenças do tribunal.

Eliane foi presa em flagrante e levada até o 50º Distrito Policial do Itaim Paulista sob acusação de roubo⁶⁶. Da cela da delegacia, local que permaneceu por dois dias, Eliane foi transferida para a Penitenciária Feminina de Santana (PFS) e foi solta menos de três meses depois.

A soltura de Eliane decorreu da sentença em primeiro grau, a qual lhe estabeleceu uma condenação de 1 ano e 4 meses em conjunto com a suspensão condicional do cumprimento da pena⁶⁷ pelo período de dois anos e uma pena de 3 dias-multa. No primeiro ano da suspensão, Eliane precisou realizar atividades de prestação de serviços à comunidade, as quais não foram detalhadas na folha de antecedentes.

Passados os dois anos da suspensão do cumprimento da pena, no mês de março do ano de 2012, a 30ª Vara Criminal reconheceu que Eliane havia seguido integralmente as determinações punitivas que lhe foram impostas no âmbito da pena privativa de liberdade⁶⁸ e declarou a extinção e o arquivamento do processo. Como Eliane simultaneamente fora também submetida a uma pena de 3 dias-multa, as pessoas funcionárias da referida vara encaminharam um ofício para a Procuradoria Geral do Estado (PGE) informando sobre a pendência para cobrança futura da multa penal⁶⁹.

O segundo registro criminal refere-se ao ano de 2013, quando Eliane foi presa em flagrante, pela segunda vez, sob acusação de furto qualificado de três objetos: um celular, uma bolsa e um estojo de maquiagem.

Após a prisão, ela foi levada ao 1º Distrito Policial da Sé, local em que esteve custodiada por um dia e em seguida fora transferida para o Centro de Detenção Provisória Feminino de Franco da Rocha (CDP de Franco)⁷⁰, único estabelecimento feminino do estado de São Paulo exclusivo para a custódia de mulheres sob prisão provisória e que fica a cerca de 40 quilômetros do fórum criminal da Barra Funda, fórum de processamento das acusações que respondia.

A sentença condenatória descreve que Eliane e um homem, Lucas, que foi acusado e condenado junto a ela, aproximaram-se de duas mulheres em um ponto de ônibus, em uma madrugada de outubro de 2013, e puxaram a bolsa de uma delas, o que fez a alça arrebentar. Pouco tempo depois Eliane e Lucas foram presos em flagrante por policiais

⁶⁶ Para uma definição, ver glossário.

⁶⁷ Para uma definição da suspensão condicional do cumprimento da pena, ver glossário.

⁶⁸ Ver glossário.

⁶⁹ Para uma definição da multa penal, ver glossário.

⁷⁰ O CDP Feminino de Franco foi inaugurado em 08 de outubro de 2004 e adaptado a partir de um prédio da Febem. Informações disponíveis em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/administracao-penitenciaria-secretaria-inaugura-hoje-cdp-de-franco-da-rocha/>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

militares em uma avenida próxima ao ponto de ônibus, ocasião que devolveram o celular, a bolsa de maquiagem e a carteira, sendo que os autos registram que ela e ele deixaram a bolsa pelo caminho que percorreram.

Nesta acusação, a 1ª Vara Criminal da capital impôs a Eliane uma condenação de 2 anos de prisão em regime inicial semiaberto⁷¹ e 10 dias-multa, levando em conta que ela e Lucas reconheceram em juízo serem as pessoas autoras das acusações. Além disso, Eliane foi considerada reincidente⁷² específica.

Pela análise dessa sentença condenatória foi possível identificar que embora conste na folha de antecedentes que no ano de 2009 Eliane foi condenada pelo crime de roubo, o fato dela ter sido considerada reincidente específica em 2013 sugere que a condenação de 1 ano e 4 meses de 2009 foi desclassificada para o tipo penal do furto, o que implica em outras dúvidas acerca dos motivos da pena que lhe foi imposta diante de uma acusação de roubo, conforme indicada na folha de antecedentes.

Após a prisão em outubro de 2013, Eliane esteve custodiada no CDP de Franco da Rocha por cerca de 7 meses e apenas saiu de lá com a transferência ao Centro de Progressão Penitenciária Feminino Dra. “Marina Marigo Cardoso de Oliveira” do Butantan (CPP Butantã).

Preso no CPP Butantã, Eliane foi autorizada três vezes a sair da unidade prisional: nas duas primeiras ela saiu e retornou por conta das saídas temporárias⁷³ ou “saidinhas” relativas ao dia dos pais e ao dia das crianças, enquanto na terceira saída, Eliane saiu para seguir sob cumprimento de pena fora da prisão, já que no mês de dezembro de 2014 a juíza nº 1 da execução penal em São Paulo, reconheceu-lhe a progressão ao regime aberto⁷⁴:

"concedo a progressão ao regime aberto em prisão domiciliar, face à ausência de Casa de Albergado, em favor do sentenciado, mediante as condições legais, as quais serão devidamente especificadas ao sentenciado por ocasião da audiência de liberação: a) apresentar-se, trimestralmente, no setor de fiscalização de liberados, para fiscalização do cumprimento de sua pena; b) apresentar comprovante de ocupação lícita, até três meses do compromisso; c) recolher-se a sua residência das 22 às 06 horas, salvo autorização expressa do juízo competente para execução de sua pena; d) não alterar o seu endereço sem expressa autorização do juízo competente para execução de sua pena; e) não frequentar locais onde haja venda de bebidas alcoólicas. Consigna-se que a unidade prisional deverá consultar o juízo quanto ao cumprimento desta sentença caso haja imputação de falta grave, porventura não noticiada desde a emissão do boletim informativo⁷⁵ (...)"

⁷¹ Ver glossário.

⁷² Para uma explicação sobre reincidência, ver glossário.

⁷³ Ver glossário.

⁷⁴ Ver glossário para uma explicação sobre o termo.

⁷⁵ Para uma explicação sobre o boletim informativo, ver glossário.

(decisão da juíza da execução penal nº 1)

Em janeiro de 2015, Eliane, em decorrência das condições que lhes foram impostas para sair da prisão, se dirigiu até o fórum criminal da Barra Funda com o propósito de iniciar o comparecimento trimestral em juízo. No mesmo mês, o cartório responsável pelo seu processo enviou novo ofício à Procuradoria Geral do Estado informando pendência de cobrança da pena de multa remanescente neste processo.

No entanto, no mês de março de 2015, Eliane foi presa em flagrante pela terceira vez, prisão esta que acabou por se sobrepor à pena que ela já cumpria em regime aberto.

Nesta terceira prisão, Eliane foi acusada de roubo e conduzida ao 2º Distrito Policial do Bom Retiro, onde permaneceu na cela da delegacia por dois dias até ser transferida para o CDP de Franco da Rocha, onde permaneceu por cerca de 8 meses. Em seguida foi transferida para Penitenciária Feminina de Santana (PFS), onde seguiu presa por mais de um ano.

A sentença da 14ª Vara Criminal da capital que a condenou a uma pena de 6 anos 7 meses e 6 dias e 16 dias-multa, proferida em meados de julho de 2015, descreveu que Eliane e outra mulher, Camila, abordaram uma terceira mulher que andava pela avenida e neste momento, Eliane e Camila tinham uma faca com o intuito de roubarem sua bolsa. Dois policiais militares afirmaram terem avistado a situação e prenderam Eliane e Camila em flagrante delito.

No documento da ata de audiência relativa a este terceiro registro criminal de Eliane, não houve a consideração de que o autorreconhecimento da autoria por ela em juízo tenha se tratado juridicamente de uma confissão⁷⁶:

“A ré admitiu em parte a imputação. Confessou que abordou a vítima e lhes disse que estava armada, mas negou o uso da faca. Também disse que não chegou a subtrair nada da vítima. Não merece acolhida, neste ponto, seus relatos. A vítima foi não teve dúvidas a respeito do emprego da arma branca e, ainda, da efetiva subtração de sua bolsa. Os policiais corroboraram estas declarações, pois presenciaram a ameaça praticada com a faca e encontraram a bolsa já em poder da comparsa da ré.”

(ata de audiência relativo ao processo de conhecimento criminal de 2015)

Desta sentença, a defesa de Eliane, representada pela DPESP, apresentou recurso de apelação⁷⁷ e somente em abril de 2016, a 11ª Câmara do Tribunal de Justiça de São

⁷⁶ A confissão é classificada no Código Penal dentre uma das “circunstâncias atenuantes da pena” e tem previsão no artigo 65, III, d: “são circunstâncias que sempre atuam a pena: III - ter o agente: d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime”.

⁷⁷ Ver glossário.

Paulo julgou este recurso que acabou por diminuir a condenação de Eliane para o tempo de 6 anos 2 meses e 7 dias e 14 dias-multa. A reforma, conforme observada no acórdão⁷⁸ do recurso de apelação, fundamentou-se principalmente no fato de que, diferentemente da primeira instância, a Câmara entendeu majoritariamente que Eliane confessou em juízo:

No tocante à confissão, ainda que parcial, ela forneceu certeza ao resultado do julgamento, de modo que deve ser considerada, com redução de três meses e deito dias e uma diária (...)"
(acórdão da 11ª Câmara do TJSP)

Ainda, a DPESP, em decorrência do acórdão proferido pelo TJSP, apresentou uma nova medida de *habeas corpus* no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) buscando a diminuição da pena de Eliane, e a aplicação da Súmula 443 do STJ⁷⁹. Em fevereiro de 2017, o Ministro Nefi Cordeiro do STJ determinou a expedição de uma ordem de ofício para fixar a pena definitiva de Eliane em 6 anos de reclusão e 14 dias-multa:

"De fato, verifica-se o constrangimento ilegal, porquanto o estabelecimento de fração acima da mínima legal, na terceira fase da dosimetria, deu-se, na espécie, tão só pela incidência de duas majorantes – emprego de arma e concurso de agentes –, com base no critério matemático.
(...)
Com efeito, *in casu*, fixou-se a pena-base do delito de roubo no mínimo legal – 4 anos de reclusão e 10 dias-multa – sendo que, na segunda fase, a reprimenda alcançou o índice de 4 anos e 6 meses de reclusão, além do pagamento de 11 dias-multa, em razão da parcial compreensão entre a agravante da reincidência específica e a atenuante da confissão espontânea. Por fim, presentes as majorantes do emprego de arma e do concurso de agentes, reduzo o aumento ao mínimo legal de 1/3, ficando as penas definitivamente estabelecidas em 6 anos de reclusão e 14 dias-multa".

Eliane já estava presa desde março de 2015 e as sobreposições entre as suas segunda e terceira prisões ocasionaram a somatória das condenações que lhe foram impostas anteriormente, resultando em uma pena de 8 anos 2 meses e 7 dias e 24 dias-multa, em regime inicial fechado. É importante esclarecer que esta diminuição de sua condenação pelo STJ somente foi constatada nos autos da execução penal após a sua quarta e última prisão em 2018, alguns meses do início da atuação da advogada particular.

Foi a advogada que observou que a decisão favorável a Eliane não havia sido enviada do STJ à primeira instância até aquele momento. Assim, foi a advogada que

⁷⁸ Ver glossário.

⁷⁹ Redação da súmula 443 do STJ: "o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes". Disponível em: <<https://scon.stj.jus.br/SCON/sumulas/doc.jsp>>. Acesso em: 03 abr. de 2021.

apresentou o acórdão nos autos da execução penal e, passada a primeira quinzena de junho de 2018, a juíza da execução penal nº 6 determinou a emissão de um novo cálculo de penas que retificou definitivamente a pena final de Eliane para 8 anos em regime inicial fechado e 24 dias-multa.

Esta somatória, também chamada de unificação das penas pela LEP⁸⁰, passou a ser a referência principal de punição para os próximos andamentos do processo de Eliane. Com isso todo o cálculo de progressão para o próximo regime de cumprimento de pena, ou seja, o semiaberto, passou a ser realizado com base nesta soma, assim como o próprio regime ao qual estava submetida, o fechado, foi estabelecido em decorrência da unificação.

Em relação aos dias-multa, importante dizer que seu cálculo parte de um valor base, o salário mínimo do ano, de forma que no ano de 2013 esse valor era 724 reais e no ano de 2015 era 788 reais. Neste contexto, ambas as condenações impostas a Eliane estabeleceram que um dia-multa seria equivalente a um trigésimo do salário mínimo do ano, de forma que no caso dos 10 dias-multa, sua dívida seria correspondente a 241 reais e 33 centavos, enquanto em se tratando dos 14 dias-multa, a sua dívida era de 367 reais e 73 centavos, totalizando 609 reais e seis centavos, cujo pagamento não encontra registro na folha de antecedentes

Eliane continuava presa na PFS quando no mês de dezembro de 2016 novamente teve reconhecido o direito de progredir ao regime semiaberto. Apenas no final de janeiro de 2017 ela foi transferida ao Centro de Progressão Penitenciária do Butantã, unidade prisional onde esteve presa até maio deste mesmo ano, sendo que sua saída da unidade se deu de forma desautorizada pela direção do CPP Butantã, em vista de que ela não retornou ao cárcere após uma das saídas para a realização de trabalho externo.

A quarta e última prisão de Eliane em um estabelecimento penal propriamente dito, ocorreu em janeiro de 2018 e não se deu em decorrência de uma nova prisão em flagrante, mas enquanto consequência do não retorno ao cárcere em maio de 2017.

Eliane, no oitavo mês de gestação, estava no portão de sua casa quando foi levada pela Polícia Militar ao 50º Distrito Policial do Itaim Paulista e no mesmo dia foi transferida para o CDP de Franco da Rocha. De lá, foi conduzida para a PFC, por conta da gravidez, e passou apenas o último mês de gestação no pavilhão materno-infantil da

⁸⁰ Ver glossário.

unidade. Eliane só saiu da PFC no início de março para dar à luz à filha e retornou à prisão quando recebeu alta hospitalar.

Eliane permaneceu presa na PFC até fevereiro de 2019, quando teve deferida a prisão domiciliar por meio de decisão do Supremo Tribunal Federal. No presente ano de 2021, ela está em cumprimento de pena em regime aberto e submetida ao comparecimento trimestral ao portão “F” do fórum criminal da Barra Funda, o qual encontra-se sob suspensão em decorrência da pandemia da COVID-19.

TERCEIRO MOMENTO

3. A “EXECUÇÃO PENAL” COMO UM LABIRINTO E O ESPAÇO-TEMPO DE GESTÃO DAS SANÇÕES

Começo o terceiro momento da narrativa do caso resgatando um diálogo, datado de meados de janeiro de 2020, que estabeleci com uma funcionária do poder judiciário do fórum criminal da Barra Funda. Meus caminhos se encontraram com o dela, porque buscava uma autorização para entrada no anexo do portão “F”⁸¹ do fórum e após ser direcionada para diferentes repartições e balcões, ela prontamente me recebeu. Para além de solucionar a dúvida que tinha naquele momento, me apresentou alguns trâmites e detalhes do funcionamento da execução penal interna ao próprio fórum criminal da Barra Funda e no estado de São Paulo como um todo.

Durante esta conversa, ela usou o termo “labirinto” para caracterizar o funcionamento das execuções penais no estado de São Paulo. Segundo ela, este labirinto se concretizava na medida em que os trâmites das execuções penais tentam captar a pena e a vida das pessoas punidas em tempo real.

De um lado, este labirinto é construído frente às imprevisíveis mudanças e aos percalços da vida de uma pessoa que vive sob a custódia e o controle de instituições estatais. De outro, as instituições estatais judiciárias ampliam e vão edificando este labirinto, uma vez que uma série de normativas, comunicados, provimentos, decisões judiciais vai se sobrepondo e tornando difusas as práticas dessas instituições.

⁸¹ Relembro as observações do item 1.3.1 desta dissertação e que outras informações e detalhes sobre a pesquisa acerca do cumprimento da pena em meio aberto em São Paulo pode ser encontrada em artigo publicado na Revista Brasileira de Direito Processual Penal, disponível em: < <http://www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/view/446/342> >. Acesso em: 03 abr. 2021.

Um exemplo da edificação deste labirinto institucional refere-se à situação de que não há, no estado de São Paulo, uma normativa única designadora da competência para a tramitação dos processos judiciais de execução penal em relação às mais de cento e setenta unidades prisionais existentes no estado e às pessoas em cumprimento de pena em meio aberto. No decorrer da conversa, ela também imprimiu e me entregou um documento com cerca de trinta e oito páginas que indicava o nome de cada uma das unidades prisionais de São Paulo acompanhadas de cada normativa ou provimento que, por sua vez, determinavam em qual das divisões do poder judiciário a execução penal de uma pessoa deveria ser processada. Ela ainda acrescentou a informação de que ela frequentemente atualizava o documento, uma vez que essas determinações também sofriam alterações constantes⁸².

A palavra labirinto alude a uma conjugação entre percursos, passagens, divisões e trajetos dispostos de forma truncada e confusa, os quais foram criados sob o propósito de desorientar quem o está percorrendo, dificultando que seja alcançada uma saída do labirinto.

Projetada para *dentro* do labirinto, uma parada fundamental desta pesquisa foi ressignificar e desnaturalizar a categoria jurídica da “execução penal”. Bárbara Lupetti e Roberto Kant de Lima (2014), em texto que discute o papel da antropologia no estudo do direito, especialmente apontando a importância do empreendimento de pesquisas empíricas sobre as práticas das instituições de justiça, argumentam que “relativizar categorias e conceitos e desconstruir verdades consagradas” são um exercício jurídico fundamental para “se tentar romper com as formas tradicionais de produção, legitimação e consagração do saber jurídico” (BAPTISTA E LIMA, 2014, p. 10). Nesta perspectiva, ao explorar e elaborar conceitos a partir do quadro normativo para descrição das normas penais de Álvaro Pires (PIRES, 2004), Maíra Machado (2016) nomeou os arranjos institucionais da execução penal a partir da categoria “gestão da sanção” (MACHADO, 2016, p. 193). Nestes termos:

“Com esta denominação ‘gestão da sanção’, buscamos romper com a semântica pré-moderna da ‘execução da pena’ ainda fortemente presente em várias legislações criminais. A ideia de ‘execução’ nos remete a duas imagens

⁸² Para ilustrar ainda mais o conteúdo deste documento, observo de forma exemplificativa as determinações atreladas a Franco da Rocha, uma cidade próxima a São Paulo onde Eliane esteve presa no Centro de Detenção Provisória (CDP) Feminino. A comarca de Franco que foi responsável pela virtualização da execução penal de Eliane. Neste sentido, o processamento das execuções criminais relativas a mulheres presas no CDP é atribuído a Vara de Execução Criminal de Franco da Rocha, no entanto, no caso dos homens presos no Centro de Progressão Penitenciária, seus processos eram atribuídos à 1ª VEC de São Paulo, enquanto as execuções de homens e mulheres presas nos hospitais de custódia de Franco da Rocha ficavam à cargo da 5ª VEC de São Paulo.

radicalmente opostas à concepção de processo sancionatório proposta aqui. A primeira imagem é a do ator/personagem responsável pela execução (...) **‘Execução’ é, enfim, o oposto de um processo sancionatório que envolve necessariamente uma sucessão de decisões de diferentes atores no decorrer do tempo.** A segunda imagem é a da sanção que se perfaz em um golpe, em um ato, em um instante: a pena de morte.” (MACHADO, 2016, p. 193) (grifos meus).

Assim, esta pesquisa trabalha com a “execução penal” neste sentido específico de um processo sancionatório que se inicia uma vez que uma pessoa tem uma pena imposta e que se caracteriza por uma série de decisões, certidões, trâmites e diferentes atores e atrizes institucionais que atuam sobre ele no decorrer do tempo.

Em conjunto a este sentido específico, agrego a expressão do labirinto sob o propósito de romper com a ficção de que há uma linearidade nas práticas da justiça penal. Neste sentido, a projeção de um labirinto, motivada por um diálogo que partiu de uma conversa sobre o funcionamento da execução penal no estado de São Paulo, será um importante recurso que utilizarei para olhá-lo no quadro geral da gestão das sanções de Eliane, que engloba não apenas um “labirinto da execução penal”, mas as sanções administrativo-disciplinares, as multas penais, o acolhimento institucional vivido pela filha de Eliane e o tempo da pena em casa.

No decorrer da leitura deste terceiro momento do caso Eliane, mergulharemos no estudo em profundidade das nuances da inserção da protagonista do caso no labirinto da gestão das sanções no estado de São Paulo, focalizado na análise documental dos autos judiciais da execução penal. Assim, enquanto empreendia o estudo em profundidade de decisões judiciais, petições, certidões cartorárias, ofícios, e-mails e outros documentos, que por sua vez envolviam diferentes instituições, uma série de atores e atrizes institucionais e muitas etapas, a projeção deste labirinto e deste sentido específico atribuído à execução penal foi um exercício imprescindível para escrita deste trabalho.

3.1 AS PAREDES DO LABIRINTO: FÍSICAS E DIGITAIS

Os autos judiciais da execução penal de Eliane tiveram seu início de processamento em formato físico, ou seja, em papel. O processo judicial provavelmente era identificado com uma capa de papelão que continha os dados gerais dos autos e principalmente o “número da VEC”, o qual deveria ser mencionado às pessoas funcionárias do cartório caso alguém quisesse consultar e ler os volumes do processo diretamente no balcão do fórum.

Com o decorrer dos anos, os autos migraram do processamento em papel para o meio eletrônico, por meio do já mencionado sistema *e-SAJ*. Nesta migração, pude perceber que parte dos documentos dos autos se perdeu, já que os autos não foram digitalizados e inseridos no sistema eletrônico do TJSP na íntegra.

Esta migração significou compreender que, para fins de análise do material, não há uma caixa de arquivo na qual estes autos possam ser acessados integralmente ainda em papel. Ou se há, não pude localizá-lo.

Em uma conversa informal com uma defensora pública estadual que trabalha há pelo menos dez anos na área da execução criminal de São Paulo, ela me apontou dois palpites acerca do desencontro com a integralidade do processo de Eliane. Em seu primeiro palpite, ela fez referência às inúmeras determinações e provimentos do TJSP destinados à área da execução penal, de forma que a defensora cogitou que, à época, poderia haver algum tipo de normativa (que já deixou de existir), que poderia regular sobre a desobrigação de digitalizar todas as páginas de um processo que estava migrando para tramitação eletrônica. Já o segundo palpite oferecido por ela relacionou-se ao fato de Eliane possuir o registro de três condenações diferentes, no ano da digitalização, 2015, como uma destas condenações já estava findada, os cartórios responsáveis pela digitalização não têm a obrigação de virtualizar procedimentos já arquivados em conjunto aos que ainda estão em andamento.

Pelo exposto, com a migração eletrônica, o único acesso possível se deu pelos sistemas virtuais de acesso a informações processuais do TJSP e, uma vez que somente pude investigar os documentos que já estavam no procedimento eletrônico, observo que a composição deste é formada por duas partes complementares entre si. A primeira parte é formada por uma página virtual que dispõe de uma síntese do procedimento da execução penal (apenas registros judiciais) enquanto a segunda parte trata-se de outra página virtual correspondente ao que seria equivalente aos autos judiciais “em papel” (que viabiliza a transferência de determinados arquivos para meu computador ou até do procedimento na íntegra).

Na síntese do procedimento, isto é, na primeira parte, há o registro das informações processuais de Eliane desde o ano de 2009 até 2020, assim como outros dados como seu nome, quem são as partes envolvidas no processo, o número do processo, o nome da pessoa magistrada responsável etc. Nos autos judiciais propriamente ditos, há documentos selecionados referentes aos anos de 2013 a 2015 e, a partir deste ano, todas as petições, certidões, decisões judiciais e outros documentos elaborados nos autos

encontram-se disponíveis, com exceção de algumas folhas que, por aparente falha no sistema do TJSP, desapareceram ou sofreram algum erro de indexação.

Assim, optei por empreender o estudo dos documentos diretamente no sistema da execução penal do TJSP (ao invés de transferir o processo integralmente ao meu computador), o que viabilizou a identificação de outros detalhes como a assinatura digital nos documentos, a data de suas inserções, assim como suas classificações (certidão, petição, decisão judicial etc.) e também a constatação de eventual divergência ou desaparecimento de páginas dos autos – uma opção que igualmente deu vazão aos detalhes procedimentais sobre os diferentes motivos que fazem os labirintos irem se formando.

Diante deste estudo em profundidade dos documentos e dos fluxos relativos ao processo de execução da pena de Eliane, apresento no **Quadro IV** um panorama das instituições e de todos os atores e atrizes institucionais atuantes nos autos da execução da pena:

Quadro IV – Panorama de atores e atrizes do estudo de caso nos autos da execução penal

Atores e atrizes interlocutores(as) de pedidos, manifestações e decisões judiciais	Eliane	Total de Juízes (as)	Total de Promotores (as)	Total de Defensores(as)		
				FUNAP	DPESP	Particular
	-	8	14	2	3	2
Atores e atrizes operacionais da execução penal no âmbito do <u>poder judiciário</u>	Total de escrivã (o)	Total de coordenadores(as) Decrim	Total de chefes de seção judiciária	Total de escreventes judiciários(as)		
	1	2	3	16		
Atores e atrizes da execução penal no âmbito do <u>poder executivo estadual</u> (administração prisional)	Diretor es(as) técnicos(as)	Diretores (as) de CIMIC	Diretores (as) de segurança e disciplina	Secretário de Estado de Administração Penitenciária		
	3	3	5	Nivaldo Cesar Restivo		

Nos caminhos inscritos pelos labirintos da execução penal, selecionei pelo menos três fios distintos que corroboram para narrar os percursos da pena que Eliane viveu: o primeiro fio seria narrar estes trajetos a partir diferentes formas de regime de

cumprimento de pena previstas na LEP (fechado, semiaberto e aberto); o segundo seria seguir o trajeto das instituições penais e suas características, ou seja, carceragens de delegacias, penitenciárias, centros de progressão penitenciária, etc. e o terceiro fio seria escolher organizar a narrativa a partir das experiências de Eliane nos estabelecimentos penais e sob cada uma dessas formas de regime, explorando os significados de *penar* a partir da perspectiva dela.

Os caminhos inscritos nos tópicos seguintes partirão deste terceiro fio, o que também implicará em tratar das características desses regimes previstas na lei e nas divisões estabelecidas pelas políticas penitenciárias do estado de São Paulo, uma vez que diante da perspectiva de quem vive a punição, a experiência do aprisionamento pode também ressignificar os contornos daquilo que as políticas públicas e as leis prescrevem como *penar*.

Estes caminhos do labirinto foram divididos em três tempos da pena: o primeiro tempo está focalizado nos caminhos anteriores à saída desautorizada de Eliane de unidade destinada ao cumprimento de pena em regime semiaberto para a rua; o segundo tempo retrata a abordagem policial da Polícia Militar (PM) que conduziu Eliane de volta ao cárcere no ano de 2018 enquanto uma mulher que vivia o final de uma gestação e o terceiro tempo o seu retorno ao cárcere enquanto mulher gestante no ano de 2018 e a mudança de punição inserida nos tempos da pena em casa.

3.2 TEMPO I: A TRANSFERÊNCIA PARA O CENTRO DE PROGRESSÃO PENITENCIÁRIA E A SAÍDA NÃO AUTORIZADA DO CÁRCERE

*“Comunico a Vossa Senhoria que a reeducanda Eliane – matrícula: xxx.xxx, execução: xxx.xxx, **beneficiada** com o serviço externo (...), não retornou a Unidade Prisional em (...), caracterizando seu Abandono do Regime Semi aberto.” (grifos meus)*

Eliane, presa na PFS desde o ano de 2015, vivia sua terceira prisão que neste momento totalizava mais de oito anos de condenação. Em relatório de visitas de inspeção do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (BRASIL, 2014), foi descrito que o prédio da atual PFS foi construído em 21 de abril de 1920 e era destinado a homens até 8 de dezembro de 2005.

No que se refere aos oito anos de condenação, o tempo de punição remanescente da condenação que fora infligida à Eliane no ano de 2013 foi somado à pena relativa à

prisão em flagrante no ano de 2016. Neste sentido, em despacho⁸³ da juíza nº 3 da execução penal:

"remeta-se os autos ao setor de cálculo para que **as penas impostas ao recuperando sejam unificadas**, nos termos do artigo 111 da Lei de Execução Penal, abrindo-se, em seguida, nova vistas ao MP. Após, tornem os autos conclusos para apreciação do benefício de remição em favor da sentenciada" (grifos meus)

Foi durante o mês de março de 2016 que Eliane alcançou todos os requisitos necessários para a progressão de regime na execução penal: foi categorizada enquanto pessoa presa com “bom comportamento carcerário” e havia vivido 1/6 da pena que lhe foi infligida em unidades prisionais classificadas como de regime fechado.

No entanto, os autos judiciais no ano de 2016 foram movimentados de forma espaçada e diluída: em maio as diretorias geral, de segurança e disciplina e do centro integrado de informações carcerárias (CIMIC) da PFS levaram ao judiciário um documento certificando o “bom comportamento carcerário” de Eliane; no início do mês de junho o advogado nº 2 da FUNAP apresentou petição requerendo a progressão de regime; no final do mês de julho a promotora nº 4 requereu a unificação das penas; no mês de agosto a PFS atestou novamente o “bom comportamento carcerário” de Eliane e, por até o mês de dezembro não constar decisão judicial se posicionando favorável ou negativamente à progressão, a DPESP realizou um novo pedido similar ao da FUNAP no mês de junho.

Assim, a defensora pública nº 1 apresentou petição com o pedido de mudança para a próxima etapa do cumprimento da pena, o regime semiaberto. Com o envio do processo ao Ministério Público, o promotor de justiça nº4 concordou com o pedido apresentado pela DPESP e recomendou que Eliane passasse a penar sob regime semiaberto.

A decisão judicial que determinou a mudança de estabelecimento penal para o cumprimento da pena em regime semiaberto foi disponibilizada nos autos judiciais ainda neste mês de dezembro e em data próxima ao recesso judiciário e às datas festivas características dos finais de ano – o que significa dizer, por sua vez, que Eliane esteve presa em unidade prisional de regime fechado durante quase todo o ano de 2016 quando poderia já estar sob outra forma de cumprimento de pena desde março:

"(...) O requisito objetivo encontra-se satisfeito, eis que a sentenciada completou o lapso de 1/6 (um sexto) do cumprimento da pena, exigido pela

⁸³ Ver glossário.

Lei de Execução Penal. Também reúne mérito, conforme atestam o boletim informativo e atestado de conduta carcerária, preenchendo os requisitos legais. Ante o exposto, defiro a progressão ao regime semiaberto em favor da sentenciada ELIANE e fixo o prazo de trinta (30) dias para a remoção a um os estabelecimentos carcerários compatível com o regime de cumprimento de pena, ora deferido, e, caso a transferência não ocorra no lapso de tempo determinado, ela deverá ser feita em improrrogáveis quarenta e oito (48) horas, sob pena de apuração de responsabilidade, comunicando-se, por mensagem eletrônica, o cumprimento da determinação ao Juízo.”
(*decisão da juíza da execução penal nº 3 em 19 de dezembro de 2016*)

O regime semiaberto é definido no Código Penal como a segunda etapa do regime progressivo de cumprimento de penas privativas de liberdade no Brasil, no qual a pessoa deverá trabalhar durante o dia. A LEP é quem nomeia o estabelecimento penal específico para este tipo de regime: “a colônia agrícola, industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto” (LEP, artigo 91).

Nos registros da biografia judiciária de Eliane, constatou-se que ela esteve presa somente em um estabelecimento penal de regime semiaberto para mulheres no estado de São Paulo: o Centro de Progressão Penitenciária “Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira” de Butantan (CPP Butantã)⁸⁴. Centro de progressão penitenciária⁸⁵ é o nome que a política prisional do estado de São Paulo adota para os estabelecimentos penais que custodiam pessoas sob regime semiaberto. Além do CPP Butantã, o mapa prisional da SAPSP registra a existência de apenas um outro centro de progressão penitenciária especificamente destinado a mulheres, o CPP de São Miguel Paulista⁸⁶ e há penitenciárias femininas nas quais a SAPSP explicita a presença de estruturas adaptadas intituladas como “alas de progressão penitenciária”⁸⁷.

⁸⁴ É importante dizer que a primeira entrada da protagonista do caso no CPP Butantã aconteceu no ano de 2014, porém, para os fins dessa narrativa e detalhamento dos documentos nos autos judiciais, focarei exclusivamente nos desdobramentos da terceira condenação de Eliane que a levou novamente ao CPP, dentre os anos de 2016 e 2017.

⁸⁵ Ver glossário.

⁸⁶ O CPP Feminino de São Miguel Paulista, conforme extraído do mapa das unidades prisionais do estado de São Paulo foi inaugurado em 18 de fevereiro de 2000, possui 1100 m² e capacidade de prender até 152 mulheres. A única vez que estive no CPP de São Miguel Paulista foi em 2014, era estagiária do Projeto Estrangeiras do ITTC e da Defensoria Pública da União e acompanhei uma visita às mulheres *estrangeiras* atendidas. Um dos principais momentos que registrei da visita foi a fala da diretora que nos recebeu e explicou sobre as precariedades na estrutura do CPP, já que este antes de se tornar uma unidade prisional destinada para mulheres já havia sido delegacia e centro de progressão para homens. Menciono esse episódio por ter me deparado com este documento que apresenta denúncias de homens presos na unidade no ano de 2010 e que foram encaminhadas à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) <<https://sts.al.sp.gov.br/propositura/?id=853308>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

⁸⁷ Para uma explicação geral sobre as alas de progressão penitenciária, ver o glossário. A primeira ala de progressão penitenciária do estado de São Paulo foi inaugurada no ano de 2001 e até o dia 05 do mês de fevereiro de 2021, oito estabelecimentos penitenciários femininos do estado registravam a existência de alas de progressão penitenciária em sua estrutura, são elas: a penitenciária de Guariba (capacidade para 108 e custodiava 150 mulheres), de Mogi Guaçu (capacidade para 108 e custodiava 115 mulheres), de Pirajuí (capacidade para 108 e custodiava 126 mulheres), de Ribeirão Preto (capacidade para 102 e custodiava 28

O CPP do Butantã foi inaugurado em 20 de novembro de 1990, manteve-se com o título de penitenciária feminina até 02 de agosto de 2011 quando passou a ser CPP, por meio do Decreto 57.187⁸⁸ do governador ex-governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckimin. A “Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira” diz respeito a uma mulher formada em direito que atuou no âmbito da Secretaria de Justiça de São Paulo atendendo unidades prisionais e foi também procuradora do estado. Em uma das suas funções, escreveu o livro “A religião nos presídios”, datado de 1978.

Neste contexto, no estado de São Paulo o Regimento Interno da SAPSP (RIPSP)⁸⁹ se destina também à gestão das pessoas presas e das unidades prisionais sob regime semiaberto. O RIPSP fala especificamente deste regime, por exemplo, no capítulo que trata daquilo que o documento intitula como “recompensas” às pessoas presas, sendo o “elogio” e a “concessão de regalias” espécies desta categoria jurídica:

“Artigo 28 - As recompensas têm em vista o **bom comportamento** reconhecido em favor do preso, de sua **colaboração com a disciplina** e de sua **dedicação ao trabalho**.

Parágrafo único - As recompensas têm a finalidade de motivar o bom comportamento, desenvolver o senso de responsabilidade e promover o interesse e a cooperação do preso.

Artigo 29 – São recompensas:

I – o elogio;

II – a concessão de regalias.

(...)

Artigo 33 – **O preso, no regime semiaberto, pode ter outras regalias, a critério da direção da unidade prisional, visando sua reintegração social**” (SÃO PAULO, 2010) (grifos meus)

A previsão das “recompensas” no RIPSP relaciona-se à própria LEP. Neste sentido, a legislação federal contrapõe as “sanções” às “recompensas”, ou seja, de um lado regula as punições no âmbito das infrações disciplinares no decorrer do próprio cumprimento de pena, e de outro também faz a regulação dessas supostas gratificações, que têm como espécies o “elogio” e as “regalias”, estabelecendo, por sua vez, que as

mulheres), de Tupi Paulista (capacidade para 72 e custodiava 102 mulheres), Votorantim Preto (capacidade para 108 e custodiava 123 mulheres) e as duas penitenciárias femininas de Tremembé (a unidade I tem capacidade para 89 e custodiava 90 mulheres, enquanto a unidade II tem capacidade para 112 e custodiava 115 mulheres). Estas informações foram extraídas da seção do *site* da SAPSP intitulada “unidades prisionais em dados”: <<http://www.sap.sp.gov.br/dados-unidades.html>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

⁸⁸ O Decreto 57.197 de 02 de agosto de 2011 encontra-se disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57187-02.08.2011.html>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

⁸⁹ Não encontrei o RIPSP no portal de transparência ativa da SAPSP, localizei-o apenas no site do Sindicato dos Agentes de Escola e Vigilância Penitenciária do Estado de São Paulo (SINDESPE). Disponível em: <<https://sindespe.org.br/portal/wp-content/uploads/2016/05/regimento-interno.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

legislações locais e outros regulamentos tenham como função definir a natureza e a forma das regalias, como é o caso do RIPSP.

O trabalho para a pessoa presa tem previsão na LEP e, durante os anos de experiência que adquiri atendendo mulheres em situação de prisão e nas oficinas relatadas neste texto, observei como o trabalho externo prisional, ou seja, aquele que é realizado pelas pessoas presas em empresas fora da unidade prisional, é interpretado pelas direções dos presídios, funcionários e funcionárias de forma equivalente à categoria jurídica que a LEP e o RIPSP designam como “regalia”.

É importante dizer que pouco se sabe sobre como o trabalho prisional é organizado no estado de São Paulo, de forma que são escassas as informações sobre como são selecionadas as pessoas para exercerem funções de trabalho dentro e fora das unidades prisionais, quais as empresas vinculadas, quantas vagas são ofertadas e o conteúdo e critérios para as listas de espera por vagas de trabalho no estado.

A Fundação Prof. Doutor Manoel Pedro Pimentel – FUNAP é o órgão responsável pela oferta e gestão dessas posições de trabalho⁹⁰. No *site* há a indicação que o órgão ofertava 83.172 vagas de trabalho para pessoas presas sob um total de 875 contratos vigentes, sendo 96 com órgãos públicos e 779 com empresas privadas, embora não informe sobre o período ou ano de referência destas estatísticas. Em pedido de acesso à informação para a FUNAP realizado no âmbito desta pesquisa, a Fundação informou, entre outros dados, que no ano de 2019 23.993 vagas de trabalho foram ofertadas dentro das unidades prisionais do estado de São Paulo e 7.697 vagas foram destinadas para que pessoas em situação de prisão ocupassem vagas em espaços de trabalho fora das unidades prisionais.

As disposições do RIPSP em conjunto à contraposição das categorias descritas pela LEP divergem do caso de Eliane na medida que durante cerca de quatro meses, Eliane exerceu função de trabalho fora do CPP-Butantã em uma empresa de acessórios estéticos localizada em Alphaville⁹¹ na cidade de Barueri. No entanto, ao final de um dos

⁹⁰ Informações disponíveis em: <http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/programa_alocacao>. Acesso em: 08 fev. 2021.

⁹¹ A empresa chamada “Merheje” localiza-se a cerca de 16 quilômetros de distância do CPP Butantã. Consultando via *Google Maps* observei que de automóvel, o trajeto pode levar cerca de 17 a 26 minutos, sem trânsito, e de transporte público de 1 hora e 20 minutos a 2 horas e 49 minutos. Sendo necessário utilizar-se de no mínimo duas conduções intermunicipais e caminhar trecho a pé. No *site* da empresa não informa a utilização de mão-de-obra de pessoas presas: <<http://merheje.com.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2020. Em pedido de acesso à informação para a FUNAP realizado no âmbito desta pesquisa, com o intuito de compreender o meio de transporte para as pessoas presas chegarem até os postos de trabalho externos às unidades prisionais foi respondido que não possuíam dados estruturados a respeito, mas que este deslocamento era realizado de duas formas: “o contratante oferta vale transporte para os reeducandos ou

dias de expediente ela não retornou à prisão, de forma que os caminhos impostos nos labirintos de sua pena passaram a ser interpretados não mais enquanto alguém que usufruía de uma “regalia”, mas a partir da categoria jurídica contraposta à das recompensas, a “sanção”.

O não retorno desautorizado de Eliane à unidade prisional deu ensejo à expedição, pela diretoria de trabalho e educação da unidade prisional, de um documento chamado “comunicado de abandono”, enviado às diretorias técnicas e à diretoria do centro de segurança e disciplina do próprio CPP.

Este comunicado subsidiou a abertura de um procedimento administrativo na Comissão de Apuração de Infração Disciplinar (CAID) do CPP e a expedição de uma portaria assinada pela diretora geral da unidade:

"PORTARIA Nº xxx/2017

A Senhora xxx Diretora Técnica III, no uso das atribuições normativas conferidas pelos artigos 47 e 59 da Lei nº 7210 - LEP, pelo Decreto nº 57.187/11 e pelo Título VIII da Resolução SAP-144, de 29/06/2010, que institui o Regime Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo.

RESOLVE:

Determinar, nos termos do art. 61 da Resolução SAP-144 de 29/06/2010 a instauração de Procedimento Disciplinar para apurar os fatos irregulares no **Comunicado de Evento nº xxx/2017**, ocorrido no dia xx/05/2017 e que consiste em (**abandono de trabalho externo**) **ELIANE – MTR.: xxx.xxx-0**. Ficam designadas as servidoras ... RG... - ASP III para atuar como Autoridade Apuradora e ... RG..., para secretariar os trabalhos.

As servidoras ora designadas atuarão sem prejuízo das atribuições normais de seu cargo, devendo iniciar, de imediato, o trabalho de apuração e concluí-lo no prazo de 30 dias, conforme o parágrafo 1º do artigo 62, respeitando a ressalva do parágrafo 2º do mesmo artigo, ambos da Resolução supracitada.

Conclusos à Autoridade Apuradora.

Cumpra-se.

São Paulo, ... de maio de 2017.” (grifos conforme o documento).

Uma vez que a unidade prisional interpretou que Eliane havia abandonado o cumprimento de pena, a suspensão do processamento da apuração da falta disciplinar pelo meio administrativo foi formalizada por meio de um documento denominado como “termo de sobrestamento”. Nele constou:

"A Senhora Diretora...do Centro de Progressão Penitenciária Feminino, no uso das atribuições normativas conferidas pelo decreto 57.187/11 e nos termos do artigo 64, parágrafo 1º da Resolução SAP - 144 de 29/06/2010, DETERMINO, o SOBRESTAMENTO do presente Procedimento Disciplinar, haja vista que a reeducanda ELIANE ... matrícula ... a qual figura como investigada nestes

oferta transporte próprio ou locado para conduzir os reeducandos da Unidade Prisional para o local de trabalho”.

autos, pelo Abandono do Trabalho Externo, ocorrido em .../05/2017, devendo tal procedimento ser reaberto para prosseguimento, após notícia de recaptura da mesma".

A notícia da saída desautorizada de Eliane do CPP Butantã chegou ao judiciário somente no mês de junho de 2017 por meio do extrato de informações do sistema SIVEC e transposta ao documento intitulado “ficha do réu”, elaborado pelo coordenador do Departamento Estadual de Execuções Criminais da Capital da 1ª Região Administrativa Judiciária (RAJ)⁹² – DEECRIM 1, órgão do poder judiciário paulistano que à época era responsável pela tramitação dos autos da execução penal de Eliane.

A “folha de cálculo” ou “ficha do réu” é um documento padrão produzido pelos cartórios dos departamentos de execução criminal de São Paulo e em que costuma constar as seguintes informações: número do procedimento judicial; dados pessoais (nome, nascimento, cor, filiação, estado civil, naturalidade, nacionalidade, grau de instrução, profissão); dados das sentenças judiciais condenatórias ou absolutórias; dados das prisões e controle das penas.

Na “ficha do réu” de Eliane foram registradas as palavras “evasão” e “abandono”. Para o Ministério Público, esta notícia gerou um parecer com os seguintes dizeres “ciente da evasão, aguardo recaptura”, embora para a Defensoria Pública tenha resultado em uma petição com outros dizeres “ciente da notícia de evasão. Aguardo recaptura ou eventual prescrição”.

Já no mês de agosto de 2017, a juíza nº 4 da execução penal elaborou sentença em resposta aos dizeres do MPSP e da DPESP:

“A sentenciada Eliane, cumpria pena em regime semiaberto, quando lhe foi **concedida a oportunidade de realizar trabalho externo** e não retornou ao Estabelecimento penal (...) Tendo em vista a **fuga** empreendido pelo **sentenciado** Eliane, susto cautelarmente o regime semiaberto anteriormente concedido. A medida cautelar se faz necessária para a conveniência da instrução disciplinar e para assegurar a aplicação da lei penal, **pois permanecendo em regime semiaberto, possivelmente tentará novamente se evadir**. Anota-se a fuga na folha de antecedentes. **Expeça-se mandado de**

⁹² A Resolução 560/2012 do TJSP organizou as comarcas do estado de São Paulo dentro de dez regiões administrativas judiciárias (RAJ) e cada RAJ, possui um grupo de circunscrições judiciárias (CJ). Assim, a 1ª região é a da Grande São Paulo, composta por sete circunscrições judiciárias: capital (CJ nº 00), São Bernardo do Campo (CJ nº 02), Santo André (CJ nº 3), Osasco (CJ nº 4), Guarulhos (CJ nº 44), Mogi das Cruzes (CJ nº 45) e Itapeverica da Serra (CJ nº 52). A resolução está disponível em: <<https://arisp.wordpress.com/2012/03/19/tjsp-resolucao-5602012/>> e o mapa das regiões administrativas judiciárias em: <<http://www.tjsp.jus.br/Download/Imagens/MapaImpressaoCircunscricaoNumero.pdf?d=1595861913804>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

recaptura. Após à recaptura, cumpria-se o disposto no artigo 118, §2º da Lei 7.210/84⁹³”. (grifos meus)
(*decisão da juíza nº 4 da execução penal*)

Por um lado, a juíza nº 4 reafirmou nesta decisão a noção do trabalho externo enquanto regalia *concedida* à Eliane, interpretou a saída desautorizada enquanto uma *fuga*, determinou a imposição de uma ordem de prisão sob regime fechado e anotou a regra contida no artigo 118 da LEP, cuja redação impõe a obrigatoriedade da escuta de Eliane quando ela viesse a ser presa.

Importante ainda dizer que MP, Defensoria Pública e Judiciário, portanto, manifestaram que o próximo diálogo com Eliane seria quando ela fosse “recapturada”, ou seja, novamente presa, sem demonstrar qualquer outra possibilidade de comunicação ao diálogo com a protagonista do caso antes que uma nova prisão viesse a acontecer.

A ordem de prisão desencadeou uma interrupção nos caminhos do labirinto da execução penal de Eliane durante os seis meses seguintes do ano de 2017 até o início de 2018.

3.3 TEMPO II: DELEGACIAS, PRISÕES E CENTROS DE DETENÇÃO PROVISÓRIA

*“Não foram encontrados mandados de prisão ou de internação pendentes de cumprimento para:
RJI: xxxxxxxx-xx. Pesquisa realizada em
14/04/2020 às 16h04min.”*
(Banco Nacional de Monitoramento de Prisões)

O excerto acima foi extraído do resultado de uma busca pelo nome de Eliane no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP) do Conselho Nacional de Justiça. O resultado da pesquisa indicou a não existência de decisões judiciais que permitissem, até a data da pesquisa, que a polícia ou qualquer outra autoridade competente prendesse e levasse Eliane até uma instituição prisional.

O BNPM é um sistema mantido pelo CNJ “voltado ao registro das ordens de prisão decretadas pelas autoridades judiciárias no país” (BRASIL, 2018, p. 19) e por meio

⁹³ Art. 118 da LEP. A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para qualquer dos regimes mais rigorosos, quando o condenado: I - praticar fato definido como crime doloso ou falta grave; II - sofrer condenação, por crime anterior, cuja pena, somada ao restante da pena em execução, torne incabível o regime (artigo 111). (...) § 2º Nas hipóteses do inciso I e do parágrafo anterior, deverá ser ouvido previamente o condenado.”

dele todas as pessoas com acesso a um computador podem procurar se há uma ordem de prisão direcionada para alguém, assim como o sistema reserva funções específicas direcionadas exclusivamente às instituições policiais e judiciárias.

No entanto, caso a pesquisa com o nome de Eliane no BNMP fosse realizada durante o período entre os meses de agosto de 2017 até janeiro de 2018, o resultado poderia ser diferente: provavelmente constataríamos a existência de um mandado de prisão⁹⁴ em aberto no nome de Eliane, o qual estaria objetivando que ela fosse novamente privada de liberdade.

Eliane estava grávida e na porta de sua casa quando uma viatura policial a abordou e a levou presa, sob a justificativa de que havia um mandado de prisão em seu nome. Abordada por agentes da Polícia Militar (PM), ela foi levada até a carceragem da delegacia do Itaim Paulista, local em que esteve presa por três dias.

As carceragens das delegacias são espaços prisionais que não estão regulados pela LEP e não compõem o quadro de competências da SAPSP, uma vez que estão sob a gestão da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSPSP). Cada Distrito Policial (DP) do estado conta com uma carceragem própria e ao mesmo tempo, alguns municípios no estado de São Paulo têm estruturas intituladas “cadeias públicas” que também estão sob a gestão da SSP⁹⁵.

Eliane esteve detida durante a sua vida em três carceragens de distritos policiais do Departamento de Polícia Judiciária da Capital (DECAP)⁹⁶, o que resultou em pelo

⁹⁴ Ver glossário.

⁹⁵ Em razão deste achado do caso, realizei pedido de acesso à informação para a SSP com o intuito de entender a quantidade de carceragens geridas pela Secretaria de Segurança Pública, suas destinações para homens e mulheres e as estatísticas de aprisionamento nos anos de 2019 e 2020. A resposta fornecida pela SSP indicou a existência de 106 carceragens e cadeias públicas em São Paulo, sendo que 74 são exclusivas para o aprisionamento de homens, 21 de mulheres, 4 custodiam homens, mulheres e adolescentes em trânsito para as unidades da Fundação Casa e 6 custodiam homens e mulheres simultaneamente. Em 28 de agosto de 2020, em meio à pandemia da COVID-19, o total de pessoas presas sob custódia da SSP era de 849 pessoas – para além destas pessoas, a SSP custodiava pelo menos mais 56 pessoas adolescentes, 84 policiais civis (no Penitenciária da Polícia Civil) e 239 policiais militares (no Presídio Romão Gomes). Por meio dos dados fornecidos não foi possível apurar quantas pessoas estavam custodiadas em razão de um mandado de prisão em aberto por conta de situação similar de Eliane, mas as estatísticas fornecidas apontaram que das 849 pessoas presas à época, 187 delas correspondiam a pessoas com condenações, isto é, não estavam presas em razão de prisão em flagrante, prisão civil ou temporária.

⁹⁶ No site da Polícia Civil do Estado de São Paulo, a atribuição do DECAP é descrita da seguinte forma: “O Departamento de Polícia Judiciária da Capital - DECAP é um dos órgãos de execução de polícia territorial da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Tem por atribuição a investigação criminal e a elaboração dos respectivos atos de polícia judiciária dos delitos ocorridos no âmbito da Capital, exceto os de cunho militar e os de atribuição da União.”. Disponível em: <[https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/departamentosOrgaos/departamentosOrgaosDetalhes?titulo=DECAP&collectionId=980175918762000602&_afzLoop=330905716312415&_afzWindowMode=0&_afzWindowId=null#!%40%40%3F_afzWindowId%3Dnull%26collectionId%](https://www.policiacivil.sp.gov.br/portal/faces/pages_home/institucional/departamentosOrgaos/departamentosOrgaosDetalhes?titulo=DECAP&collectionId=980175918762000602&_afzLoop=330905716312415&_afzWindowMode=0&_afzWindowId=null#!%40%40%3F_afzWindowId%3Dnull%26collectionId%3D980175918762000602)

menos onze dias de vida enfrentados em celas de delegacias enquanto aguardava a transferência para estabelecimentos prisionais de detenção provisória e penitenciárias.

Da cela da delegacia do Itaim Paulista, Eliane foi levada pela Polícia Militar até o CDP de Franco da Rocha – unidade prisional de regime fechado inaugurada em 08 de outubro de 2004 e adaptada a partir de um prédio da Febem, especificamente destinada para a custódia de mulheres em prisão provisória, o que não era o caso de Eliane⁹⁷.

A gestão da pena em regime fechado, nos termos da LEP, está atrelada à prisão de pessoas nos estabelecimentos prisionais, que são denominados como “penitenciárias”⁹⁸ e “centros de detecção provisória”. O Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo (RIPSP) prescreve, por sua vez, que as penitenciárias e os centros de detenção provisória tenham sua “criação, destinação e estrutura reguladas por ato do Governador do Estado de São Paulo” (SÃO PAULO, 2010).

Quando chegou ao CDP de Franco da Rocha, Eliane foi submetida ao que a política penitenciária de São Paulo intitula como “procedimento da inclusão e regime de observação do preso” (SÃO PAULO, 2010) – o que será narrado nos parágrafos seguintes. Conforme depurado das disposições do próprio RIPSP, os autos judiciais silenciam quanto aos procedimentos de inclusão aos quais Eliane foi submetida uma vez que fora presa pela quarta vez, principalmente porque quando o judiciário foi notificado sobre sua prisão, ela já estava privada de liberdade há cerca de dois meses e meio.

Ainda que a narrativa dos procedimentos de inclusão e observação de Eliane que se seguirá não esteja fundamentada na análise documental específica ao caso, optei por descrever como elas estão dispostas pelo RIPSP como um exercício imaginativo da complexidade dos procedimentos que implicam a prisão de uma pessoa, os quais podem, como foi no caso dela, não se refletir nos autos judiciais e consequentemente nas pessoas que representam instituições e atuam nele.

Neste sentido, Eliane provavelmente foi submetida a todos estes procedimentos, no entanto os detalhes, as implicações do RIPSP na vida de quem vive a pena e as

3D980175918762000602%26_afrLoop%3D330905716312415%26titulo%3DDECAP%26_afrWindowMode%3D0%26_adf.ctrl-state%3D1do24ijysp_4>. Acesso em: 09 fev. 2021.

⁹⁷ Estas informações encontram-se disponíveis em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/eventos/administracao-penitenciaria-secretaria-inaugura-hoje-cdp-de-franco-da-rocha/>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

⁹⁸ Vide glossário

diferenças que ela viveu em cada um destes estabelecimentos prisionais não poderão ser transmitidas para este texto.

Nos termos do RIPSP, a inclusão é o “procedimento adotado quando do ingresso do preso em unidades prisionais da Secretaria da Administração Penitenciária”, cujo período máximo de duração deve ser de até dez dias. O artigo 10 do RIPSP descreve as etapas do processo de institucionalização prisional de uma pessoa: “revista pessoal e de seus objetos, com sujeição a equipamentos de detector de metal e raio X” (I), “higienização pessoal” (II), “identificação, inclusive fotográfica e dactiloscópica” (III), “substituição de vestuário civil pelo uniforme padrão adotado” (IV), “entrega de objetos e de valores, cuja posse não seja permitida, mediante inventário e contrarrecibo” (V), “sujeição a exame médico admissional e preventivo” (VI), “entrevista com a área de segurança e disciplina” (VII) e “entrevista com a área de reintegração” (VIII).

Além destes procedimentos elencados, a SAPSP impõe ao período de inclusão de todas as pessoas presas outras restrições e que não encontram respaldo na legislação federal. O direito à visita, com previsão no artigo 41, X da LEP, é um destes exemplos de restrição, já que uma pessoa *na inclusão* no estado de São Paulo somente poderá ser visitada por seu círculo afetivo por um período único de até duas horas e dependerá da autorização da direção da unidade prisional, assim como o RIPSP proíbe completamente o exercício da visita íntima.

O “regime de observação”, apesar de não contar com definição única no texto do Regimento, trata-se do período que sucede o da inclusão, no qual o RIPSP dispõe que a pessoa deverá permanecer presa por até vinte dias em uma cela isolada das demais e com direitos ainda mais restritos. Conforme trecho extraído do Capítulo II do Regimento, cuja redação se refere ao regime de observação:

“Artigo 18. Permitindo a arquitetura da unidade prisional assim como suas características, durante o período de observação, deve o preso habitar cela situada em local distinto das outras, podendo ser concedida até 02 (duas) horas por dia de sol, em horário diverso dos demais presos.

Artigo 19. O preso que estiver em regime de observação tem direito à audiência com seu defensor.

Artigo 20. O preso que estiver em regime de observação tem direito a receber visita de pessoa devidamente inscrita em seu rol de visitantes, por até 02 (duas) horas, a critério da Direção.

Artigo 21. As atividades relacionadas à escola e ao trabalho somente são exercidas após encerrado o regime de observação”.

Eliane foi transferida do CDP de Franco da Rocha para o pavilhão materno-infantil da PFC, por estar vivendo o período final da gestação de sua filha.

O DEECRIM 1 apenas foi informado de que ela foi presa novamente dois meses após a abordagem da PM na porta de sua casa – ou seja, tanto o distrito policial que a prendeu, a própria PFC, que passou a custodiar ela e a filha, Maria Alice, assim como a Defensoria Pública deixaram de notificar à justiça sobre a prisão de uma mulher desde a gestação até os primeiros dias de vida da criança.

A informação sobre esta prisão de Eliane somente foi inserida nos autos judiciais quando a advogada nº 1 passou a representá-la, em março de 2018. Informada sobre a prisão, a juíza da execução penal de São Paulo nº 5 entendeu que a gestão da execução penal de Eliane não era mais de responsabilidade do departamento que atuava e determinou que os autos judiciais fossem redistribuídos ao Departamento de Execuções Criminais nº 4 – DEECRIM 4 da 4ª RAJ de Campinas ⁹⁹:

“Tendo em vista o artigo 529 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, redistribua-se os autos ao Juízo da Unidade Regional do Departamento Estadual de Execução Criminal – DEECRIM da 4ª Região Administrativa Judiciária – Campinas, tendo em vista a transferência provisória da sentenciada.”

(excerto da decisão da juíza da execução penal nº 05 em março de 2018).

A “transferência provisória”, descrita pela juíza nº 5 nesta decisão, correspondeu para Eliane ao que o RIPSP denomina como “regime de trânsito” e em seu caso mais especificamente de “trânsito amamentação”.

Em relatório de inspeção do Conselho Nacional de Política Penitenciária (BRASIL, 2014) há o registro de algumas queixas das mulheres mães que viviam no pavilhão e que se relacionavam à classificação na SAPSP enquanto mulheres presas em “trânsito amamentação”:

“(…) Os banhos de sol são restritos a 2 horas por dia (1 hora em cada período), sendo que seus filhos, em tenra idade, necessitam de mais tempo, por questão de saúde. Pleitearam mais horas de banho de sol diários.

De igual maneira, solicitaram que o horário da visita social fosse ampliado, pois muitos parentes moram longe e somente podem ficar na unidade por 2 horas. Assim, restringe-se a possibilidade de acompanharem o crescimento de seus filhos.

A unidade não permite a entrega de alimentos por parte dos visitantes para as mães, que reclamaram que a alimentação é insuficiente, sem verduras e legumes. Desconsidera-se a condição especial das genitoras, inexistindo acompanhamento por parte de nutricionista para avaliar o valor nutricional das refeições ofertadas. Desse modo, ponderaram que, com pouca produção de

⁹⁹ O DEECRIM 4 correspondente à 4ª RAJ de Campinas que é composta por 11 circunscrições judiciárias, uma delas é a de Jundiá, a qual subdivide-se em onze comarcas, uma delas é Franco da Rocha, na qual, por sua vez, situa-se o CDP de Franco da Rocha.

leite materno, elas complementam a amamentação com leite em pó.” (BRASIL, 2014, p. 14)

A classificação judiciária de Eliane enquanto “em trânsito” trouxe consequências para além do dia-a-dia prisional. Uma delas foi a não mudança imediata do órgão responsável pelo processamento da execução de sua pena. Embora Eliane estivesse presa com a filha em presídio na cidade de São Paulo, a PFC, seu processo judicial seguiu sob a responsabilidade do DEECRIM 4 de Campinas – o que ocorreu porque o CDP de Franco da Rocha foi a primeira unidade prisional para onde Eliane foi deslocada depois de sair do DP do Itaim Paulista, ainda que Eliane sequer pudesse ser judicialmente enquadrada como alguém em prisão provisória.

O processamento dos autos da execução penal de Eliane esteve sob responsabilidade do DEECRIM 4 dentre os meses de março até julho de 2018. Com a distribuição do processo neste departamento, a coordenadora nº 2 do DEECRIM 4 e a juíza da execução penal nº 6 assinaram uma atualização do documento intitulado “folha de cálculo e ficha do réu” – embora se trate de um documento produzido pelo judiciário que consta informações gerais sintetizadas da gestão da sanção de uma pessoa, não havia qualquer indicação no documento de que Eliane era mãe e tampouco de que ela e Maria Alice estavam presas.

Esta folha de cálculo descrevia, por exemplo, a condenação de Eliane que somava mais de oito anos em regime inicial fechado, a anotação de reincidência em furto e por fim, o registro de que qualquer hipótese de progressão da pena, seria contada a partir da data da quarta prisão e que levaria em consideração a conclusão do procedimento relativo à apuração da falta disciplinar, também chamada de sindicância.

Uma nova portaria expedida pela diretora do CPP Butantã determinou a retomada do procedimento administrativo de apuração de falta disciplinar que decorreu da saída desautorizada de Eliane desta unidade no ano de 2017.

Presa na PFC junto com a filha de três meses de idade, Eliane, acompanhada pela advogada nº 1, foi ouvida junto às agentes penitenciárias da penitenciária incumbidas da Comissão de Infrações Disciplinares daquela unidade prisional e foi perguntada acerca dos motivos que a levaram a não retornar do expediente de trabalho externo na época.

No depoimento, ela relatou que estava sofrendo ameaças por parte de outra mulher presa, que exigia que ela adentrasse com um telefone celular na unidade prisional no retorno do expediente, do contrário ela seria espancada. Segundo ela, o dia que não

retornou ao trabalho externo era o dia que terminava o prazo das ameaças e, com medo, decidiu não retornar ao cárcere.

Nos próximos passos do procedimento administrativo constaram a apresentação de defesa escrita pela advogada nº 1 e o parecer final da agente prisional destacada como autoridade apuradora da sindicância. O parecer, proferido apenas no mês de julho, a agente opinou pela imputação da “falta disciplinar de natureza grave” à protagonista do caso:

“INTERESSADO: CPP;

ASSUNTO: Sindicância de eventual falta disciplinar praticada pela reeducanda ELIANE..., MATRÍCULA ..., por abandono do regime semi aberto, quando do trabalho externo, em .../05/2017.

Senhora Diretora, (...)

A reeducanda, ouvida em sindicância disciplinar declarou que **não retornou após o trabalho por estar sendo moralmente e fisicamente** ameaçada por uma reeducanda cujo nome prefere não declinar, para que adentrasse a unidade com um telefone celular. **Declarou ainda que foi recapturada na porta de sua residência e caso tenha uma nova oportunidade saberá reconhecer e dar valor ao benefício.** A D. Defensora requer a realização de audiência perante autoridade judicial e subsidiariamente a desconsideração da prática da falta grave. Em 10/01/2018, a sindicada fora recapturada e permanece cumprindo pena em regime fechado desde então. Analisando os autos, não assiste razão da D. Defesa, vez que o fato é claro e incontestável, houve o abandono do cumprimento da pena, deixando claro total falta de senso de responsabilidade da reeducanda. Afasta-se a alegação de prescrição da falta disciplinar, uma vez que, diante da inexistência de legislação específica quanto ao prazo prescricional para aplicação da falta disciplinar, têm a jurisprudência entendido que deve ser aplicado o menor prazo prescricional, ou seja, se aplica às faltas disciplinares o prazo prescricional de três anos. Cabe a Unidade Prisional que recebe **o sentenciado recapturado** informar a unidade onde o mesmo cumpria pena quando do abandono, a fim de concluir o Procedimento de Infração Disciplinar, conforme artigo 78, parágrafo único do RIP. A oitiva da sindicada foi devidamente prestada na presença de seu defensor constituído, possibilitando, dessa forma, a observância do contraditório e da ampla defesa. O artigo 118, parágrafo 2º da LEP estabelece que o réu deverá ser ouvido antes da decisão que determinou a regressão. **No entanto, nada estabeleceu sobre a necessidade de a oitiva ser realizada perante o Juiz das Execuções Criminais.** Deve ser considerado que a apuração da falta disciplinar se dá em procedimento administrativo, o qual como já reconhecido pelo STF, na edição da Súmula Vinculante n. 5, **é dispensável inclusive a existência de defesa técnica**, não havendo que se falar em ofensa a princípio constitucional. Pois, via de regra, a oitiva de justificação da prática de falta grave é prestada na presença de um defensor, possibilitando, dessa forma, a observância do contraditório e da ampla defesa. Face o exposto, esta Diretoria do Centro de Segurança e Disciplina, entende que a reeducanda (...) **praticou falta disciplinar de natureza GRAVE** descrita nos artigos 50, II da LEP e 46 II do RIP, devendo resgatar sua conduta carcerária no prazo de 12 meses, a contar do dia 10/01/2018, conforme o artigo 89 inciso III do Regimento Interno Padrão - Resolução SAP - 144/2010.” (grifos meus)

Já no final de julho de 2018, a diretora do CPP Butantã concordou com o parecer da autoridade apuradora no procedimento administrativo e determinou o envio, por e-

mail, da cópia do procedimento disciplinar ao DEECRIM 1, instância que passou a novamente a ser responsável pelo processamento dos autos da execução penal de Eliane.

Com isso, a juíza da execução penal nº 5 decidiu por aceitar integralmente o procedimento administrativo disciplinar produzido pelo CPP e decidiu em prol da imposição de falta disciplinar de natureza grave à folha de antecedentes de Eliane:

"(...) As alegações apresentadas não justificam o ato praticado pela acusada. Durante o cumprimento da pena, não cabe à sentenciada evadir-se do estabelecimento prisional. Destarte, demonstrada a falta de responsabilidade e auto disciplina, fica caracterizada a falta grave. **De fato, acaso verdadeiros os fatos alegados, a acusada deveria ter comunicado a direção da Unidade Prisional ou mesmo o juízo das execuções, ainda durante o cumprimento de pena, para que as medidas pertinentes fossem tomadas** (...) Ademais, atento aos parâmetros do artigo 57 da LEP, constato que **o sentenciado é reincidente** e com o seu ato buscou subverter toda a ordem e a disciplina da unidade prisional em que se encontrava ao transmitir aos demais detentos a clara mensagem de que poderia descumprir a norma jurídica e o comando judicial sem que dessa negativa adviessem quaisquer consequências (...) Diante do exposto, e mais que dos autos consta, reconheço a falta grave cometida. E, por consequência, com fundamento no art. 118 da LEP, determino a regressão de ELIANE ao regime fechado. Fica também declarada a perda de 1/3 do tempo remido ou a remir, anteriores à data da falta reconhecida, o que faço com fulcro no artigo 127 da LEP, bem como determino que a data da recaptura seja considerada como termo inicial de contagem de benefícios de progressão". (grifos meus)

(decisão da juíza nº 5 da execução penal)

Com a confirmação judicial da imputação de falta disciplinar grave, Eliane apenas alcançaria o direito a nova progressão para o regime semiaberto ou aberto a partir do mês de janeiro de 2020.

Por estas razões, a advogada nº 1 de Eliane apresentou nova petição, requerendo seu direito à liberdade condicional¹⁰⁰, fundamentada na Súmula 441 do Superior Tribunal de Justiça (STJ)¹⁰¹, cuja redação dispõe que a falta disciplinar grave não pode afetar o direito de uma pessoa à liberdade condicional. Desta petição, o promotor de justiça nº 10 rebateu o pedido nos seguintes dizeres:

(...) É necessário, pois, que se conheça a capacidade provável **do condenado** de adaptar-se ao regime menos rigoroso. Consigna-se, por oportuno, que, malgrado a nova redação do artigo 112 da LEP, dada pela Lei nº 10.792/2003, não exija mais o exame criminológico como requisito para a progressão de regime, pode ser realizado se o Juízo das Execuções, diante das peculiaridades da causa, assim o entender necessário, servindo de base para o deferimento ou

¹⁰⁰ Para uma definição, ver glossário.

¹⁰¹ Para uma definição sobre o livramento condicional (LC), ver glossário. Redação da Súmula 441 do STJ: "A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional". Disponível em :<[https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=\(sumula%20adj1%20%27441%27\).sub.>](https://scon.stj.jus.br/SCON/sumanot/toc.jsp?livre=(sumula%20adj1%20%27441%27).sub.>). Acesso em: 03 abr. 2021.

não do pedido, nos termos da súmula vinculante nº 26 do STF¹⁰². Dessa forma, **manifesto-me pelo indeferimento da progressão do sentenciado e, subsidiariamente, caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requeiro a realização de exame criminológico.**" (grifos meus)

Em janeiro de 2019, a juíza das execuções penais nº 7 entendeu necessária a submissão de Eliane a exame criminológico¹⁰³ para que, após a anexação do laudo final do exame aos autos, ela reavaliasse a viabilidade de Eliane sair ou não da unidade prisional por meio da liberdade condicional. Esta determinação judicial desencadeou novo HC da defesa de Eliane, apresentado no TJSP, com o intuito de desobrigá-la a ser submetida ao exame.

No entanto, independente dos desdobramentos deste HC, o laudo do exame criminológico nunca fora concluído pela PFC. Foi possível apreender esta informação a partir de petição anexada aos autos no final do mês de março de 2020, quando a advogada relatou que Eliane a informou que durante o período que esteve presa na PFC ela foi levada até as pessoas profissionais responsáveis pela elaboração do exame criminológico, mas o exame nunca foi concluído, uma vez que havia a pendência de realização de uma última entrevista e simultaneamente, Eliane alcançou o direito à substituição da pena em regime fechado na prisão por seu cumprimento em prisão domiciliar.

3.4 TEMPO III: OS CAMINHOS JUDICIÁRIOS PERCORRIDOS ATÉ A PENA EM CASA E AS EXTENSÕES DO LABIRINTO

“Inicialmente, registro que **a paciente ostenta bom comportamento carcerário e já cumpriu mais da metade de sua pena**, de modo que tais critérios são, neste momento, valorados para balizar a presente decisão. Registro, ainda, que todos os familiares procurados se recusaram a prestar os cuidados à filha da paciente, conforme relatório acostado (...). Quanto ao caso em tela, **não obstante as circunstâncias em que foi praticado o delito**, a concessão da prisão domiciliar encontra amparo legal na proteção à maternidade e à infância, como também na dignidade da pessoa humana, porquanto prioriza-se o bem-estar dos menores.” (grifos meus)
(excerto da decisão judicial liminar proferida pelo Ministro Gilmar Mendes do STF)

¹⁰² A redação da súmula vinculante nº 26 do STF corresponde aos seguintes dizeres: “para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.”

¹⁰³ Para uma definição, ver glossário.

O trecho acima foi extraído da decisão judicial do ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, que em fevereiro de 2019, decidiu por transferir a prisão de Eliane da PFC para a sua casa. Esta decisão do STF foi fruto de uma medida de *habeas corpus*¹⁰⁴ apresentada pela defesa de Eliane e que chegou até o Supremo depois de traçar um percurso próprio de trâmites judiciais e que se iniciaram nos autos da execução penal de Eliane.

Antes de propriamente descrever este percurso dos trâmites judiciais que culminaram na saída de Eliane do cárcere, aponto um aspecto relevante da passagem de Eliane pelos caminhos do labirinto da execução penal: a sua intermediação por uma defesa particular.

Desde o ano de 2009, primeiro ano de envolvimento de Eliane com o sistema de justiça criminal paulistano, até o ano de 2018, que demarca sua última prisão em estabelecimento prisional, esta foi a primeira vez que ela assinou um documento de procuração e autorizou que passasse a ser representada por uma advogada.

A partir da assinatura da procuração, a advogada passou a representá-la nos procedimentos da execução penal (administrativos e judiciais), de *habeas corpus* em todas as instâncias judiciais e na justiça infanto-juvenil, o que retomarei mais detidamente no quarto momento da narrativa do caso.

Ser representada por uma advogada particular é um fator que isoladamente já influencia a biografia judiciária de Eliane¹⁰⁵, no entanto para além dela ter sido assistida por uma defesa privada, a atuação da defesa de Eliane pôde ser igualmente caracterizada como diligente.

Dois exemplos desta atuação diligente foram observados frente às petições em prol de Eliane majoritariamente apresentadas de forma célere, antes mesmo da advogada ser oficialmente intimada pelos sistemas do *e-SAJ*, e frente às interposições de uma série

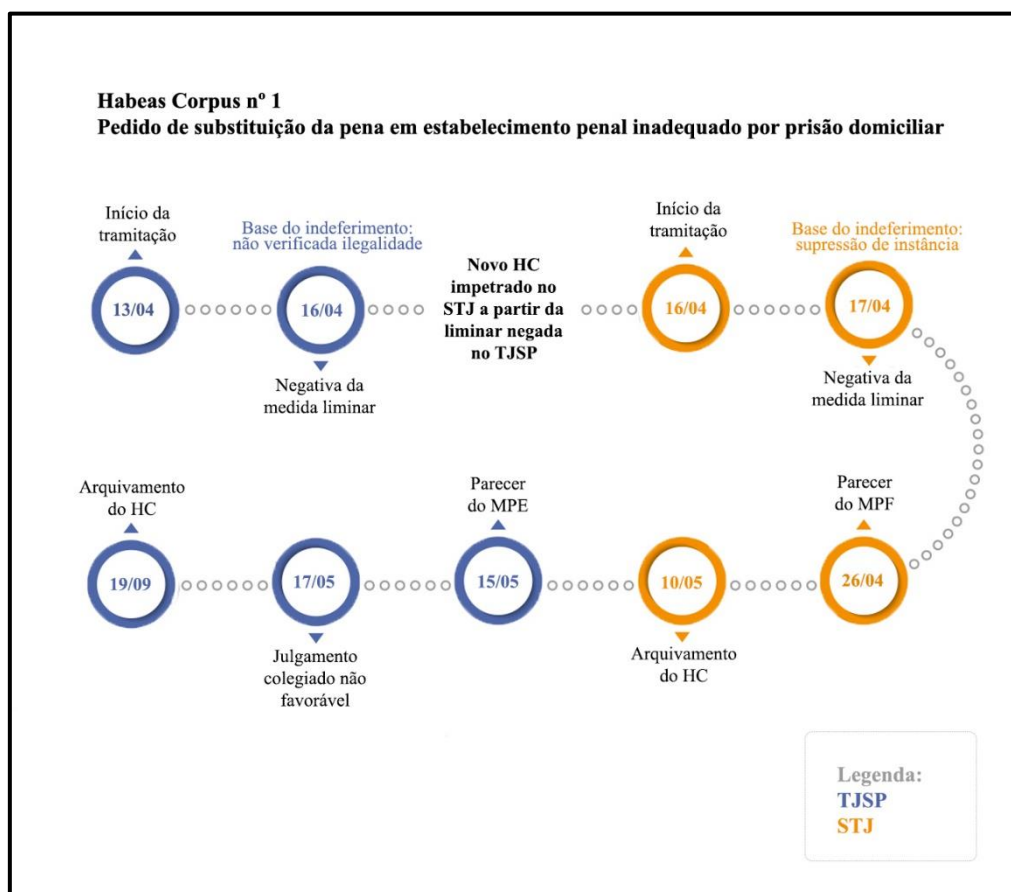
¹⁰⁴ Para uma definição, ver glossário.

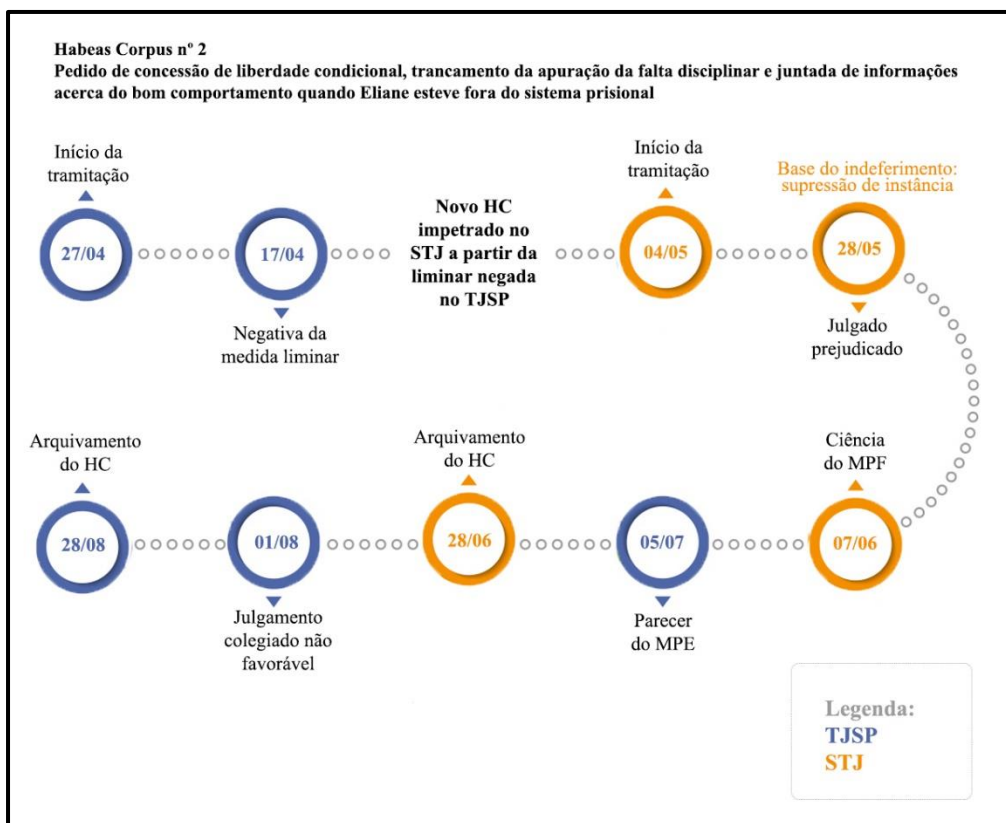
¹⁰⁵ Sobre o acesso à justiça para mulheres presas, a pesquisa nacional sobre maternidade no cárcere coordenada pelas professoras Bruna Angotti e Ana Gabriela Braga intitulada “Dar a luz na sombra” (BRASIL, 2015) apontou a precariedade do acesso à justiça no Brasil no âmbito do encarceramento feminino, uma situação frequentemente relatada pelas interlocutoras da pesquisa foi seu distanciamento e até um completo desconhecimento sobre a atuação das Defensorias Públicas em seus processos judiciais. Neste mesmo sentido, outra pesquisa de autoria de Amanda Rodrigues, Irene Maestro e Mariana Amaral intitulada “Diagnóstico da aplicação do Marco Legal de Atenção à Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres” (ITTC, 2019), apresentou o dado de que em uma amostra de 200 decisões judiciais dos tribunais superiores, STJ e STF, relacionadas à mulheres mães presas proferidas antes e após a decisão do HC Coletivo 143.641/SP, em 52 dos casos as mulheres estavam sendo defendidas pelas defensorias públicas, enquanto 148 estavam sendo representadas por advogados(as) particulares, o que indicou uma maior incidência da defesa privada no seguimento de pedidos de liberdade até o STJ e STF.

de pedidos de liberdade e *habeas corpus* levados a todas as instâncias de julgamento, ou seja, desde a primeira instância até o STF.

O **Quadro V** apresenta uma relação desses *habeas corpus*, sendo o HC nº 3 o que foi responsável pela condução de Eliane para *penar* em sua casa. Em seguida, duas linhas do tempo serão apresentadas para ilustrar o processamento dos *habeas corpus* em diferentes instâncias de julgamento.

Linhas do tempo - I e II – HC que negaram a substituição da prisão





No mês de abril de 2018, cerca de quatro meses após a quarta prisão de Eliane, a advogada, recém ingressada em sua defesa, apresentou diante do juízo do DEECRIM 4 – Campinas, o primeiro pedido com o intuito de substituir o cumprimento de pena da cliente de uma penitenciária para a sua casa. Este pedido resultou em uma decisão da juíza da execução penal nº 6, que se posicionou desfavoravelmente à mudança de local da punição de Eliane, conforme o seguinte trecho:

“(…) ressaltar desde logo a inviabilidade da concessão de prisão domiciliar em favor da sentenciada, uma vez que pelo Habeas Corpus nº 143.641/SP, a benesse apenas se aplica às **presas provisórias**, na condição de gestante e mães de crianças ou deficientes, e desde que não tenham cometido crime mediante violência ou grave ameaça a pessoa ou em face de seus descendentes. No caso dos autos, a executada ostenta condenação definitiva, não se estendendo a ela, portanto os efeitos da referida decisão”.
(excerto da decisão da juíza da execução penal nº 6) (grifos meus)

A partir da decisão desfavorável, a defesa de Eliane iniciou pelo menos mais três procedimentos distintos de *habeas corpus* e que se diluíram no decorrer de todo o ano de 2018 e até o primeiro mês de 2019. Estes procedimentos, no âmbito da segunda instância do TJSP e dos tribunais superiores, foram mobilizados sob o propósito específico que Eliane fosse autorizada a estar presa em sua casa.

No contexto do TJSP, o *habeas corpus* foi apresentado pela defesa de Eliane no mês de 2018 e em seguida, distribuído para a 13ª Câmara de Direito Criminal. Passados quatro dias, o relator da 13ª Câmara proferiu decisão liminar solidificando o posicionamento da juíza do DEECRIM 4. Na segunda quinzena do mês de outubro, os três desembargadores que compunham esta Câmara agendaram o julgamento definitivo deste HC. No acórdão¹⁰⁶, os três desembargadores da 13ª Câmara apresentaram resultado novamente desfavorável e que culminou na permanência de Eliane na prisão:

“Não se desconhece o teor da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no *habeas corpus* coletivo n. 143.641/SP, que determinou a substituição da prisão preventiva pela domiciliar a todas mulheres presas gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes (...) na hipótese, a paciente cumpre pena definitiva, em regime fechado, por crime cometido mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa. **O precedente acima se destina às hipóteses de mulheres segregadas cautelarmente, em relação às quais ainda não pesa condenação definitiva.** Não atinge, outrossim, **às que praticaram crimes violentos** (...). Nessa conformidade, denega-se a ordem.” (grifos meus)
(*excerto da decisão colegiada em sede de habeas corpus julgado pela 13ª Câmara de Direito Criminal do TJSP*).

Dez dias após esta decisão, a PFC agendou a data que Eliane precisou se despedir da filha e entregar a guarda da criança para sua mãe, Josefa.

Com a soma de mais um resultado desfavorável, os(as) advogados(as) de Eliane, já no mês de dezembro de 2018, apresentaram uma nova petição de HC direcionada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual foi distribuída para a 6ª Turma. No STJ, a medida liminar foi novamente negada:

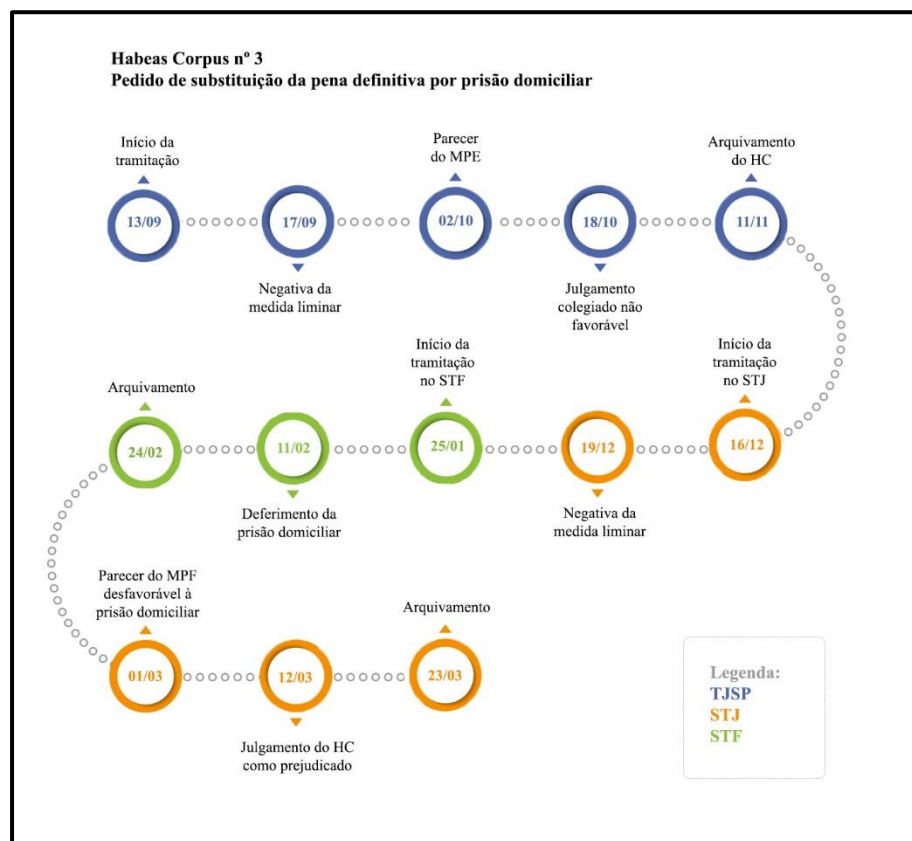
“Sustenta neste writ, em suma, que em 25 de outubro de 2018, a mãe de Eliane buscou a bebê na PFC e, poucos dias depois, o Conselho Tutelar indicou que Josefa não teria condições de cuidar da bebê, sendo Maria Alice encaminhada a acolhimento institucional no SAICA (fl. 5), desse modo **as peculiaridades do caso** permitem a relativização do art. 117 da LEP, com vistas a resguardar tanto a dignidade da pessoa humana da genitora quanto da criança, assim como os direitos fundamentais desta última quanto à convivência familiar e comunitária (fl. 12).
(...)

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal. **Esta não é a situação presente**, onde a pretensão trazida, de concessão da prisão domiciliar, **é de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.**”
(*decisão liminar do relator Ministro Nefi Cordeiro do STJ*) (grifos meus)

¹⁰⁶ Ver glossário.

Em janeiro de 2018, as(os) advogadas(os) da protagonista do caso peticionaram ao STF, que, no início do mês seguinte, foi favorável à transferência do local de cumprimento de pena de Eliane para a sua casa.

Linha do tempo III – HC que levou Eliane até à prisão domiciliar



Na decisão do STF, o ministro Gilmar Mendes, além da prisão domiciliar, condicionou Eliane a não sair de casa sem autorização judicial, a “*submeter-se, periodicamente, juntamente com sua família, a estudos psicossociais, para fins de apuração da melhor situação para a criança*” e, por fim, acrescentou à prisão domiciliar o uso de tornozeleira eletrônica, sob a ressalva de que “*em cuja falta não pode se pautar o Juízo para negar o que agora é concedido*”.

O “Juízo”, descrito na decisão do STF, referia-se ao DEECRIM 1, que neste momento seguia assumindo o papel de instância judiciária competente pelo processamento dos autos da execução da pena de Eliane. Neste contexto, para que Eliane pudesse efetivamente ir para casa, a medida do STF precisaria ser comunicada no âmbito dos labirintos da execução penal do estado de São Paulo.

Quatro dias depois da decisão ser proferida, o STF comunicou a juíza nº 5 por meio de um *e-mail*:

"Senhor Juiz,
De ordem, encaminho-lhe os termos do(a) despacho/decisão de cópia anexa para adoção das providências necessárias ao seu cumprimento. No ensejo, apresento votos de elevada estima e consideração."

Já havia completado seis dias desde a decisão do STF e Eliane permanecia presa na PFC por dois motivos principais: (i) a não menção do promotor de justiça nº 10 da execução penal acerca da decisão que substituíra o cumprimento de pena de Eliane por prisão domiciliar e (ii) a averiguação acerca da disponibilidade ou não de tornozeleira eletrônica no âmbito das políticas penitenciárias do estado de São Paulo.

No que se refere ao primeiro motivo, cabe dizer que era a segunda vez que o mesmo promotor apresentava petição nos autos judiciais de Eliane. Nesta segunda petição, ele apenas se atentou à anotação da sanção disciplinar de natureza grave imputada à Eliane, de forma que apresentou pedido requerendo que a apuração da falta fosse finalizada com urgência e com sua finalização pudesse empreender *“análise dos requisitos à concessão de benefícios”*. Ou seja, o promotor nº 10 deixou de observar a decisão judicial de tribunal superior que impunha a punição em casa para Eliane ou deliberadamente apresentou seu parecer nos autos desconsiderando a decisão do STF.

Já o segundo motivo, relacionado à menção do ministro Gilmar Mendes ao uso de tornozeleira eletrônica durante a prisão domiciliar, este apenas foi solucionado quando a PFC encaminhou à juíza nº 5 um ofício da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo (SAPSP), assinado pelo secretário de administração penitenciária, que informou sobre a indisponibilidade da SAPSP para fornecer estes aparelhos para pessoas sob prisão domiciliar:

"(...) transmito a esta Pasta por via eletrônica pela administração da Penitenciária Feminina da Capital, por intermédio da respectiva Coordenadoria, por meio do qual esse D. Juízo de Direito determina o cumprimento do v. Acórdão que concedeu a prisão domiciliar à sentenciada Eliane ..., matrícula ... mediante o uso de tornozeleira eletrônica, informo a Vossa Excelência **da impossibilidade de disponibilização do referido equipamento**, pois a natureza do contrato firmado por esta pasta com empresa que fornece tornozeleiras eletrônicas destina-se exclusivamente ao monitoramento de presos do regime semiaberto, em dois casos: a) nas saídas diárias para o trabalho externo às unidades prisionais; b) nas saídas temporárias 05 (cinco) vezes ao ano de acordo com a legislação vigente. Valho-me da oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada e distinta consideração." (tarjas e grifos nossos)

(trecho do ofício assinado pelo secretário de administração penitenciária e enviado ao DEECRIM 1)

No final do oitavo dia, sem monitoramento eletrônico ou novas condições, Eliane foi autorizada a sair da PFC:

“esclareço que a sentenciada deverá ser colocada em liberdade, com urgência, salientando que, conforme determinação o v. Acórdão, a falta da tornozeleira eletrônica não impede o cumprimento da ordem. (...) Redistribuíam-se estes autos ao Juízo da Vara das Execuções Criminais da Comarca de competente, ao qual caberá o cumprimento das determinações do v. Acórdão e estabelecimento de outras condições de fiscalização da prisão domiciliar” (tarjas e grifos nossos)
(decisão da juíza da execução penal nº 5)

Em seguida, as diretoras do centro integrado de informações carcerárias (CIMIC) e a diretora técnica nº enviaram documento intitulado “Termo de Compromisso de Prisão Domiciliar” assinado por elas e por Eliane, o qual certificou a saída da protagonista do caso da PFC.

No decorrer da prisão domiciliar, a advogada e advogado nº 1 de Eliane apresentaram requerimento ao juízo das execuções criminais da capital, órgão judiciário competente ao processamento de processos judiciais de pessoas que são consideradas em liberdade. Neste requerimento, a defesa solicitou a progressão de regime de Eliane no âmbito do tempo de pena sob prisão domiciliar, isto é: da prisão domiciliar em regime fechado para a prisão domiciliar em regime semiaberto.

A partir deste requerimento, a promotora de justiça nº 12 apresentou a seguinte manifestação, que mesmo reconhecendo que Eliane estava fora do cárcere e em um tipo de prisão que o promotor denominou como “prisão albergue familiar”, pediu que fosse apresentado laudo de exame criminológico, o qual por sua vez é elaborado pelas equipes técnicas do próprio sistema prisional:

“A sentenciada reincidente cumpre pena em regime fechado, mas usufrui de **prisão albergue familiar**, como se observa na página ... Pleiteou a concessão de progressão ao regime semiaberto, sendo determinada a **realização de exame criminológico**, conforme registrado na página BI e ACC¹⁰⁷ dados

¹⁰⁷ “B.I” e “ACC” são abreviações que as pessoas atuantes nos autos da execução penal de Eliane utilizaram frequentemente como sinônimo de “Boletim Informativo” e “Atestado de Conduta Carcerária”. Para uma definição do boletim, ver glossário. Em relação ao atestado de conduta carcerária, trata-se de um documento assinado pela pessoa diretora das unidades prisionais que declaram se uma pessoa presa é classificada com bom ou mau comportamento. Eliane, por exemplo, registrou “mau comportamento” apenas no atestado emitido pela PFC, o qual se deu em razão da imputação de falta disciplinar grave em razão de sua saída desautorizada de unidade de regime semiaberto.

de fevereiro de 2019 (páginas ...). Requer-se o que segue: a) apresentação do laudo de exame criminológico; b) atualização da Ficha do Réu” (grifos meus)

O juiz da execução penal nº 8 levou mais de um mês para avaliar o pedido de progressão de regime de Eliane. No entanto, ele entendeu que Eliane tinha direito de progredir do regime fechado domiciliar para o semiaberto domiciliar, embora na prática a decisão judicial reafirmou a obrigatoriedade de que ela permanecesse 24 horas por dia dentro de casa e somente poderia sair por meio de autorização judicial. Nesta exata data em que o juiz nº 8 deferiu o semiaberto domiciliar, a defesa de Eliane protocolou um novo requerimento, dessa vez para que Eliane progredisse para o regime aberto.

Acerca deste pedido, o juiz da execução penal nº 8, apesar de ter transcorrido pelo menos mais um mês desde o pedido, manifestou-se de forma favorável pela progressão da pena – modalidade de sanção que Eliane segue submetida até o presente momento:

"1. A sentenciada preenche os requisitos legais exigidos para a progressão de regime prisional. Cumpriu um sexto da pena no regime anterior em 12 de junho de 2019 e não há nos autos notícia do descumprimento das condições impostas à sua prisão domiciliar, pelo que defiro o pedido formulado pela defesa e promovo a sentenciada ELIANE ao regime aberto de cumprimento de pena. Durante o cumprimento da pena no regime ora fixado, deverá a sentenciada: (a) comparecer em juízo no prazo de 30 dias para advertência e retirada da carteira de fiscalização do benefício; (b) comparecer trimestralmente em Juízo a fim de comprovar suas atividades; (c) comprovar o exercício de atividade lícita, no prazo de 90 dias; (c) comprovar residência fixa e não alterá-la sem prévia comunicação ao Juízo; (d) recolher-se à sua habitação entre 22h00 e 06h00; (e) não se ausentar da Comarca sem prévia autorização judicial.”
(*decisão do juiz da execução penal nº 8*)

O regime aberto de Eliane foi iniciado assim que ela compareceu ao DECRIM 3 do fórum criminal da Barra Funda e retirou a carteira de assinaturas. Além de retirar a carteira, Eliane indicou seu endereço atualizado e assinou um termo se comprometendo com todos os dizeres do juiz nº 8. Nos meses que se seguiram, a execução da pena de Eliane pouco foi movimentada, assim como durante março de 2020 até fevereiro de 2021, o comparecimento trimestral em juízo que Eliane estava submetida segue suspenso em decorrência da pandemia da COVID-19, até o fechamento deste texto.

QUARTO MOMENTO

4. O NASCIMENTO E AS INTERLOCUÇÕES ENTRE A JUSTIÇA CRIMINAL E DA INFÂNCIA

Este quarto momento se dedica à continuidade do estudo da gestação da sanção de Elaine e foi construído tendo como ponto de partida um olhar para as interlocuções do caso entre a justiça criminal e da infância, que se relacionaram principalmente aos caminhos da protagonista do caso quando foi presa gestante no ano de 2018 e deu à luz à sua filha durante o período de prisão na PFC.

Eliane permaneceu com a filha, Maria Alice, recém-nascida no pavilhão materno-infantil da PFC até o momento em que Josefa, mãe de Eliane, assumiu a guarda provisória da criança, a qual por sua vez, acabou sendo levada pelo Conselho Tutelar para ser acolhida institucionalmente em um Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)¹⁰⁸, situação que mobilizou o processamento de um procedimento judicial de acompanhamento de acolhimento institucional na vara da infância da comarca de São Miguel Paulista.

4.1 A ENTREGA

Maria Alice nasceu no mês de fevereiro de 2018 em hospital público¹⁰⁹ próximo à Penitenciária Feminina da Capital, o Hospital Geral da Vila Penteado, e dias após seu nascimento, mãe e filha retornaram ao pavilhão materno-infantil da unidade prisional.

Com o decorrer dos meses, Eliane e Maria Alice construíram uma rotina na prisão que era similar a das demais mulheres mães e bebês também presas naquele espaço. Durante um dos ciclos de oficina de *shantala* no ano de 2016, ouvi e registrei em meu caderno uma frase de uma das mulheres participantes do encontro que descrevia como era a vida delas presas ali: “*É rotina demais.*”

Esta rotina era caracterizada por amamentar repetidas vezes; lavar e secar roupas; trocar fraldas; se organizar para tomar e dar banho na bebê nos horários escalados e que disponibilizassem água quente, ir com a bebê para o pátio no banho de sol (também o

¹⁰⁸ Como a extrema maioria dos serviços socioassistenciais da Prefeitura Municipal de São Paulo os Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) são operados por meio de convênios da prefeitura com entidades privadas, ainda que sejam classificados entre serviços de proteção especial de alta complexidade. Uma descrição do serviço e da responsabilidade das entidades conveniadas é encontrada na Portaria 46/2010/SMADS (CIDADE DE SÃO PAULO, 2010, p.122-ss). Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/portarias/portaria_46-2010.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

¹⁰⁹ As diretrizes para convivência mãe e filho(a) no sistema prisional do Ministério da Justiça publicada no ano de 2016 dispõe que “não será admitida a realização de partos nas dependências do estabelecimento penitenciário. Todo parto deve ser realizado em hospital ou maternidade de referência”. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/01/formacao-diretrizes-convivencia-mae-filho-1.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

único tempo e espaço possível para fumar, uma situação que gerava uma série de atritos entre as próprias mulheres e as agentes penitenciárias); limpar a cela enquanto a(o) bebê dormia ou estava com outra companheira; escrever cartas junto com a(o) bebê; conversar, chorar e brigar com outras companheiras e seus bebês; demandar atendimento das assistentes sociais; guardar os carrinhos de bebê no meio da tarde e já pegar o *bandeco* da janta; preparar a(o) bebê para ser levada(o) pelas agentes prisionais para tomar suas vacinas ou passar por consultas médicas fora da unidade; e uma série de outras situações que se repetiam e se encadeavam diariamente.

No decorrer dos anos, pude identificar conforme conversávamos durante as oficinas, que, a partir do nascimento de seus filhos e filhas, as mulheres também agregavam às suas rotinas a preparação para a chegada da data em que a criança completaria seis meses de vida¹¹⁰.

Esta data simbolizava a proximidade da “entrega”, quando a mãe transferiria os cuidados de seu filho ou filha para uma outra pessoa. As funcionárias da reintegração e serviço social da penitenciária também se encarregavam de lembrá-las e pressioná-las frequentemente sobre os detalhes e data da entrega. Houve uma época em que na sala da reintegração social havia uma lousa na qual as funcionárias preenchiam mensalmente as atividades que ocorreriam todos os dias do mês e havia dias que as anotações eram apenas do nome de uma das mulheres presas ali, o que costumava significar ser a data da entrega de um ou uma bebê.

A preparação das mães, que perdurava os seis meses, por sua vez, tinha significados afetivos, como, por exemplo, organizar todas as coisas da(o) bebê, escrever uma carta descrevendo todos os seus hábitos diários, as músicas e orações que faziam junto com a criança, cobrar as assistentes sociais para que uma fotografia¹¹¹ delas com as

¹¹⁰ Por se somarem quase quatro anos de oficinas, em algumas situações vi exceções à regra de permanência de seis meses das crianças com as mães. Alguns exemplos: mulheres não brasileiras que suas famílias precisavam de maior prazo para se organizar para vir ao Brasil; mulheres que antes da prisão estavam em situação de rua e a retomada do contato com familiares poderia levar mais tempo; mulheres que a penitenciária considerou terem comportamento inadequado, o que era auferido de forma arbitrária, e que tiveram seus filhos e filhas retiradas de si em períodos muito menores que seis meses; mulheres que optaram por transferir a guarda das crianças em tempo menor que seis meses.

¹¹¹ Nos dias de visita, as famílias das mulheres presas não podiam entrar na unidade prisional com câmeras fotográficas, porém a penitenciária tinha uma câmera fotográfica digital e, em certas ocasiões, as funcionárias da reintegração social iam até o pavilhão materno e tiravam uma ou duas fotos de cada mulher e de seus filhos e filhas. Dificilmente estas fotos eram entregues impressas a elas, porém as suas famílias, nos dias de visita, poderiam levar um *pen drive* vazio para que a foto fosse salva nele e em seguida poderiam enviar a foto para elas através de carta. Outra situação peculiar era quando a penitenciária oferecia a contratação dos serviços de uma pessoa fotógrafa que iria até a unidade prisional fotografar mães e bebês que consentissem, assim como tivessem disponíveis os valores para desconto do serviço na folha do pecúlio (uma espécie de conta bancária da pessoa que fica vinculada à unidade prisional que está presa). A

crianças fosse tirada, etc. Esta preparação resguardava também significados no sentido de que a equipe do serviço e reintegração social da PFC buscavam soluções para o futuro das crianças, mas cobravam e principalmente esperavam que a mãe, presa, operacionalizasse estas soluções, caso elas não fosse autorizada a sair antes, em liberdade ou prisão domiciliar.

Neste sentido, entre as saídas mobilizadas pelas mulheres para o momento da entrega da criança, a principal delas era recorrer a familiares próximos que pudessem buscá-la e também se responsabilizar por seus cuidados. Em outras situações, amigas ou vizinhas também eram pessoas acionadas para cumprir este papel, ainda que provisoriamente. Apenas nos casos mais extremos, por exemplo diante da mãe não possuir vínculos familiares ou afetivos fora do cárcere ou caso as famílias não tivessem condições de se deslocar até o presídio por residirem em outros estados ou até mesmo em outros países, as crianças eram retiradas de suas mães e levadas para serviços de acolhimento institucional do município de São Paulo.

Eliane enfrentou bastante dificuldade para definir uma pessoa que poderia se responsabilizar pela guarda provisória de Maria Alice, o que ensejou que a criança permanecesse com Eliane desde seu nascimento até os oito meses de idade. Decorridos os oito meses, Eliane assinou documento elaborado pelo setor de reintegração social da PFC e impresso em papel timbrado da SAPSP intitulado “Termo de Entrega e Responsabilidade”. O documento foi digitado, constava nele os dados pessoais de Eliane, Josefa, mãe de Eliane, e Maria Alice, e apenas as assinaturas delas são manuscritas. Ao assinarem o termo, elas consentiram com os seguintes dizeres:

“em razão de me encontrar inteiramente impossibilitada de satisfazer as condições essenciais à subsistência, saúde e criação da minha filha (...) entreguei sob a guarda de fato da senhora (...) os quais se comprometem zelar pela guarda, sustento e educação da criança, bem como comparecer a Vara da Infância e Juventude da região em que residem, a fim de regularizar a guarda provisória do(a) menor.”

Josefa, ao cumprir o papel de avó, enquadrava-se na descrição das pessoas que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) denomina como “família extensa ou

fotografia tirada pela equipe da penitenciária provavelmente era a única foto de recordação que elas poderiam guardar de si ou das crianças em seus primeiros meses de vida, por isso era uma questão levantada com bastante frequência durante as fotos.

ampliada”¹¹² e, portanto, poderia naquele momento exercer a guarda de fato, e posteriormente, de direito de Maria Alice, caso fizesse a regularização diante de uma vara judicial. Em nenhum momento houve o acompanhamento da transferência da guarda por uma vara judicial ou outro órgão relacionado à infância. Eliane, então, entregou Maria Alice aos cuidados da avó, e imediatamente foi transferida para um dos pavilhões de convivência comum da PFC¹¹³.

4.2 A RETIRADA

“Antes que se pense que acolher todas as crianças e adolescentes com familiares encarcerados seja uma solução, é importante enfatizar que os serviços de acolhimento garantem direitos, mas não são os melhores lugares para o desenvolvimento infantojuvenil. Deveriam ser as últimas opções. O direito da convivência familiar e comunitária defende que o melhor espaço de socialização é sempre a família, não necessariamente a nuclear (em casos em que os familiares foram responsáveis por graves violências ou morreram), mas a extensa ou a adotiva, sendo necessário analisar cada caso individualmente.” (CEBRAPE, 2018, p.24)

Completavam-se dez dias desde que Josefa e Maria Alice saíram juntas da PFC até que elas e o restante da família, composta pelos irmãos de Maria Alice (Sabrina e Caio) e o companheiro de Josefa, receberam a visita de uma agente de apoio do Conselho Tutelar¹¹⁴ em sua casa. Após a visita, a agente decidiu retirar Maria Alice da guarda da avó e a levou até um abrigo de crianças perto de onde moravam na cidade de São Paulo – esta categoria de abrigo é denominada pela política pública municipal como Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA)¹¹⁵.

¹¹² Nos limites descritos pelo artigo 25, parágrafo 2º: “entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”.

¹¹³ Cabe aqui reforçar que a permanência de mulheres presas neste pavilhão, estivessem elas sob prisão provisória ou definitiva, estava totalmente atrelada à gestação ou à presença dos e das bebês junto a elas. Fui percebendo isso quando alguém estava ausente em um dos encontros que fazíamos e outra participante respondia que alguém estava ausente porque estava no “R.O” (regime de observação). Assim, as mães do pavilhão materno da PFC eram levadas para o regime de observação quando a criança ficava fora da unidade por mais de um dia e retornava em breve. Por exemplo, se a mãe de Eliane tivesse buscado Maria Alice para passar o fim de semana na casa da família, Eliane provavelmente seria transferida para o R.O até que sua filha retornasse à unidade prisional. Inserir o advérbio “provavelmente”, porque também acompanhei situações de mulheres que foram transferidas para o R.O ainda que a criança fosse passar apenas algumas horas fora da PFC e outros casos que mulheres permaneceram no pavilhão materno quando crianças ficaram fora da unidade por um período maior, em situações nas quais a criança estava internada em hospital da região

¹¹⁴ O Conselho Tutelar, que também tem previsão no ECA, artigos 131 a 135, é definido como órgão de atuação municipal e tem como função principal “zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.

¹¹⁵ O SAICA é a rede de Serviço de Acolhimento Institucional da cidade de São Paulo que é exclusiva para crianças e adolescentes e faz parte da política de assistência social do município. O SAICA está entre os

O acolhimento institucional é uma medida jurídica prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre as medidas de proteção¹¹⁶ a serem adotadas por uma autoridade como o Conselho Tutelar diante de situações nas quais estas autoridades consideram que os direitos de crianças e adolescentes possam estar ameaçados ou violados “por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; ou em razão de sua conduta”¹¹⁷.

Quatro dias depois do acolhimento de Maria Alice, o Conselho Tutelar apresentou à Vara da Infância e da Juventude de São Miguel Paulista¹¹⁸ um documento intitulado “termo de acolhimento” e também um ofício simples comunicando o acolhimento institucional da filha de Eliane. O termo de acolhimento é um documento padrão de uso do Conselho Tutelar para este tipo de situação e foi preenchido manualmente pelo conselheiro no dia do acolhimento. Na perspectiva do conselheiro, no que se referia ao histórico da situação que desencadeou sua decisão de retirar Maria Alice da casa da avó, consta do documento que:

“a genitora da criança acima citada, está presa na Penitenciária Feminina da Capital desde ... de janeiro de 2018. E como não teve nenhum dos familiares que pudesse ficar com a bebê, não houve outra opção a não ser solicitar abrigo para criança. A vó materna além de ser alcoolatra, sua casa não oferece condições saudáveis para Maria Alice ficar”

O envio destes documentos à Vara da Infância interrompeu a participação do Conselho Tutelar nos autos judiciais e o ator que passou a ter maior centralidade na interlocução com o juízo foi a política pública municipal de acolhimento, o SAICA:

serviços públicos considerados de proteção social de alta complexidade a partir da definição regida pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e com funcionamento de vinte e quatro horas por dia. Maria Alice foi acolhida em um dos 127 serviços existentes na cidade de São Paulo. Informações disponíveis em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/rede_socioassistencial/criancas_e_adolescentes/index.php?p=3189>. Acesso em: 25 mar. 2020.

¹¹⁶ O artigo 101 do ECA dispõe que “verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas (...)”. O artigo tem nove incisos, sendo que o inciso VII trata do acolhimento institucional, o VIII da inclusão em programa de acolhimento familiar e o IX da colocação em família substituta. Ainda o parágrafo 1º do artigo 101 descreve que “o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.”

¹¹⁷ Esta disposição legal está no artigo 98 do ECA.

¹¹⁸ O fórum de São Miguel Paulista era o fórum de referência da região que se localizava o abrigo. Este fórum é formalmente designado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo como “Foro Regional V – São Miguel Paulista”. Ele possui dezessete varas e faz parte da comarca de São Paulo, já que São Miguel é um dos distritos da cidade de São Paulo e possui sua subprefeitura. Informações disponíveis em: <<http://transparencia.prefeitura.sp.gov.br/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

“Senhor(a), Juiz(a) (...) informamos que, no dia ...11.2018, a criança acima citada, foi acolhida no SAICA ..., sito a ... a mesma foi entregue aos cuidados da senhora ..., Orientadora Socioeducativa, responsável pela instituição na hora da entrada (...)”
(texto extraído do ofício do Conselho Tutelar para a juíza da vara da infância e juventude)

Foi no “Informativo de Acolhimento”, subscrito pela gerente do SAICA, que observei pela primeira vez a inserção da certidão de nascimento da filha de Eliane nos autos judiciais. Na certidão de Maria Alice constava apenas o nome da mãe no campo da filiação e a anotação do endereço de Eliane. O endereço descrito na certidão de Maria Alice era o da própria PFC, indicada como o local de residência de Eliane. Embora o endereço precise ser pesquisado para ser identificado como uma penitenciária, ele é o registro que constará na certidão de nascimento de Maria Alice durante a sua vida¹¹⁹.

Três dias depois da comunicação do abrigo à justiça, o processo judicial de acolhimento institucional de Maria Alice foi distribuído a uma vara do fórum de São Miguel Paulista e sua tramitação foi sigilosa desde o início por se tratar de questão jurídica relacionada à infância¹²⁰. O **Quadro V** identifica as instituições, atores e atrizes envolvidos especificamente nos trâmites processuais do processo judicial de acolhimento institucional na área da infância:

Quadro V - Atores e atrizes do estudo de caso na área da infância

Atores e atrizes interlocutores(as) de pedidos, manifestações e decisões judiciais	Eliane	Total de Juízes (as)	Total de Promotor es (as)	Total de analista jurídico do MP	Total de advogados(as) particulares	Total de oficial de justiça
	-	2	1	1	2	1
Atores e atrizes operacionais no âmbito	Chefe de seção judiciária	Chefe de seção técnica judiciária	Escrevente e técnico judiciário	Assistente judiciário	Psicóloga judiciária	Assistente Social Judiciária

¹¹⁹ Durante o período que acompanhei as oficinas no pavilhão materno da PFC, assim como atendia mulheres não brasileiras com crianças neste pavilhão, pude observar que as certidões de nascimento das crianças que nasciam no hospital de referência da Penitenciária Feminina da Capital eram registradas no cartório de registro civil de referência pelas próprias funcionárias da PFC. No caso de Maria Alice, a certidão de nascimento foi registrada em cartório 13 dias depois de seu nascimento.

¹²⁰ Ver nota de rodapé número 4.

<u>do poder judiciário</u>	1	1	2	1	1	1
Atores e atrizes no âmbito do poder executivo municipal	SAICA Gerente do Serviço	SAICA Orientadora Social	SAICA Psicóloga	SAICA Assistente Social	Conselho Tutelar Conselheiro	Conselho Tutelar Agente de apoio
	1	1	2	1	1	1

Além disso, da análise de todos os documentos judiciais relativos ao acompanhamento do acolhimento institucional, foi possível apreender que diferentemente da rotatividade de atores do sistema de justiça que mobilizaram a execução penal de Eliane, poucas pessoas atuaram no âmbito do procedimento judicial de acolhimento institucional. Um exemplo dessa constatação é que a juíza que recebeu o processo desde a sua distribuição foi a responsável por proferir todas as decisões, realizou audiência e o arquivou os autos.

A juíza, ao expedir sua primeira decisão nos autos judiciais, classificou o procedimento como urgente e autorizou a emissão de senha de acesso do processo apenas para a equipe do SAICA, classificou-o como “pedido de medida de proteção”, assim como demandou a realização de uma série de protocolos específicos do procedimento de acolhimento institucional que têm previsão legal no ECA¹²¹. Faço menção aos seguintes: expedição de guia de acolhimento junto ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidas (CNCA)¹²² e envio desta ao abrigo; instauração de expediente de execução de acolhimento institucional¹²³; solicitação de elaboração relatório¹²⁴ por parte da equipe do abrigo relatando o dia-a-dia de Maria Alice e se ela havia recebido visita de familiares;

¹²¹ O procedimento de acolhimento institucional no ECA está previsto pelo artigo 101, parágrafos 1º a 10.

¹²² Ver um modelo de guia de acolhimento no anexo VI.

¹²³ Este “expediente de execução” equivale à gestão do acolhimento institucional instaurado pelo poder judiciário em ação vinculada ao procedimento principal do acolhimento institucional, trata-se de uma sucessão de etapas processuais voltadas ao acompanhamento do acolhimento.

¹²⁴ Trata-se da obrigação que o ECA estabelece para as instituições de acolhimento apresentarem relatórios circunstanciados acerca da situação da criança acolhida: “em sendo constatada a impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, após seu encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social, será enviado relatório fundamentado ao Ministério Público, no qual conste a descrição pormenorizada das providências tomadas e a expressa recomendação, subscrita pelos técnicos da entidade ou responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar, para a destituição do poder familiar, ou destituição de tutela ou guarda.” (artigo 101, parágrafo 9º).

envio do Procedimento Individual de Atendimento (PIA)¹²⁵ e, por fim, encaminhamento do processo ao Ministério Público.

Antes de adentrar na descrição minuciosa destes protocolos e seus percursos, ressalvo que Eliane e a família de Maria Alice não são mencionadas nesta primeira decisão como pessoas interessadas no acompanhamento do processo, assim como esta decisão não determinou a intimação de Eliane, presa na PFC, para que tivesse ciência do início do processo de acolhimento institucional da filha e, assim, pudesse recorrer a uma representação jurídica particular ou da Defensoria Pública.

A intimação da mãe ou do pai, diante da determinação de acolhimento institucional, não é obrigatória por lei, porém, como Eliane já era representada por um advogado e uma advogada no processo de execução criminal, eles passaram a também representá-la na Vara da Infância e da Juventude no mesmo mês de novembro, quando ocorreu o acolhimento de Maria Alice.

A guia de acolhimento¹²⁶ é definida pelo ECA como o documento que fundamenta o encaminhamento de crianças aos serviços de acolhimento institucional, portanto:

“Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária (...)” (artigo 101, parágrafo 3º do ECA)

A guia de acolhimento foi preenchida pelas funcionárias da vara judicial de São Miguel Paulista, as quais operaram sua inserção no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidas (CNCA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O cadastro nacional existiu dentre os anos 2009 a 2019 e tinha como objetivo concentrar dados de todas as comarcas do país relativos a crianças e adolescentes acolhidos(as) em abrigos públicos ou em parceria com entidades religiosas, organizações filantrópicas, dentre outros. Assim, enquanto Maria Alice esteve sob medida protetiva, o CNCA era o canal

¹²⁵ Os parágrafos 4º, 5º e 6º do artigo 101 tratam do Plano Individual de Atendimento (PIA), que deve ser elaborado pela equipe técnica responsável pela criança acolhida. Na elaboração, a equipe deve considerar a opinião da criança ou adolescente, assim como a escuta de pai, mãe ou outros responsáveis, já que o plano deve prioritariamente vislumbrar a manutenção dos vínculos familiares, sempre que possível.

¹²⁶ Os incisos do parágrafo 3º do artigo 101 define que a guia de acolhimento deverá conter: “I - sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se conhecidos; II - o endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência; III - os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda; IV - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar.”, dentre outras informações relevantes para o caso concreto. Para um exemplo ilustrativo da antiga guia de acolhimento ver o Anexo III.

único de acesso e unificação de informações, até sua substituição, pelo CNJ, para o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) no ano de 2019¹²⁷.

O formato da guia de acolhimento era delineado por meio de campos de preenchimento automáticos diretamente no sistema. Estes campos variavam desde a inserção dos dados pessoais de Maria Alice, dos dados da instituição responsável pelo seu acolhimento, das informações judiciais mais relevantes relativas ao processo judicial e até apontar, por último, a identificação de Eliane como mãe e seu endereço de moradia em São Miguel Paulista. Portanto, não há, na guia, qualquer informação que indicava que Eliane estava em situação de prisão na PFC ou mesmo que Maria Alice possuía família extensa, ainda que, naquele momento, a família extensa não tenha sido considerada como um lar adequado para ela.

No relatório circunstanciado enviado por *e-mail* à vara judicial, elaborado pela gerente e por uma psicóloga do SAICA, foram tratados quatro pontos principais: o da adaptação de Maria Alice à convivência no abrigo; o da contextualização de seus vínculos familiares; o da solicitação de autorização de visita de Maria Alice para a mãe na PFC e a narrativa da conclusão do relatório com parecer técnico que opinava pela permanência da criança no acolhimento institucional.

No âmbito dos vínculos familiares, as profissionais destacaram a figura da tia que fora visitá-la duas vezes no abrigo, dos irmãos de Maria Alice que estavam sob os cuidados da avó, Josefa, e da mãe, Eliane, que seguia presa na PFC.

Por Eliane ter sido presa gestante, o relatório circunstanciado narrou que ela deu à luz no que as profissionais chamaram de “*sistema carcerário*”, e informaram que Maria Alice permaneceu com a mãe na prisão até completar pouco mais de seis meses de idade. O relatório apresentou também informações sobre quando Eliane fora presa pela última vez, o tempo de punição ao qual ela estava submetida, por qual crime ela foi acusada e descreveram que o motivo da prisão de Eliane se deu em razão de uma fuga do regime semiaberto “*durante o indulto do dia das mães de 2017*”

Esta menção ao “indulto do dia das mães de 2017” foi uma interpretação equivocada das pessoas que elaboraram o relatório circunstanciado, já que como descrito

¹²⁷No ano de 2019, o CNCA e o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) foram substituídos por um novo sistema chamado Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que passou a ser de utilização obrigatória por todos os tribunais e reúne informações sobre acolhimento e adoção. A resolução nº 289 do CNJ que implementou o SNA está disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976>> e no manual passo-a-passo de acesso ao sistema é possível verificar uma série de informações sobre o mesmo, o que inclui o novo modelo da guia de acolhimento, disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/sna/imgs/Manual%20SNA.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

anteriormente, Eliane deixou de retornar à unidade prisional ao final de um dia de expediente de trabalho externo¹²⁸.

Por fim, o SAICA apontou no parecer técnico que Eliane expressou o desejo de retomar a guarda de sua filha assim que saísse da prisão, todavia, naquele momento a opinião da equipe era de que Maria Alice precisava continuar na condição de abrigamento.

4.3 O RETORNO: VISITA É DIREITO?

As visitas de crianças acolhidas institucionalmente aos seus pais e mães que estejam sob privação de liberdade são reguladas pelo ECA¹²⁹ e que por sua vez, desvincula a necessidade de autorização judicial para que as visitas sejam realizadas:

“será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial” (artigo 19, parágrafo 4º).

Na data de assinatura do relatório do SAICA, que sugeriu que Maria Alice permanecesse acolhida no abrigo, completavam-se cerca de quarenta dias que Eliane não via a filha. Eliane tampouco havia sido formalmente notificada do acolhimento institucional. No relatório circunstanciado, em seu último parágrafo, as profissionais do SAICA pediram autorização à juíza da Vara da Infância e da Juventude para levar Maria Alice até a penitenciária, para fins do que elas chamaram como *visita administrativa*:

“Dado o exposto, a equipe deste SAICA sugere manutenção de acolhimento e autorização para que Maria Alice possa realizar visitas administrativas, pra que seja feita manutenção do vínculo entre mãe e filha, uma vez que a mesma

¹²⁸ No entanto, intuo que esta menção provavelmente relaciona-se a grande publicização do decreto especial de indulto e comutação de dia das mães em abril de 2017 (BRASIL, 2017) e a sua aplicação foi investigada no ano seguinte pela Pastoral Carcerária, disponível em: <<https://carceraria.org.br/mulher-encarcerada/pastoral-carceraria-lanca-pesquisa-avaliando-a-efetividade-do-indulto-do-dia-das-maes-de-2017>>. Acesso em: 23 ago. 2020.

¹²⁹ A lei 12.962 de 2014 alterou o ECA com o intuito de “assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade”. Além do parágrafo 4º do artigo 19 que já fora feita referência no texto, a lei também alterou o ECA, por exemplo, exigindo que a justiça realize a citação pessoal de pai e mãe presos no intuito de que estes exerçam seu direito de defesa (artigo 158 e 159) e determinando que “a condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão contra o próprio filho ou filha” (artigo 23, parágrafo 2º). A lei está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12962.htm#art1>. Acesso em: 29 jun. 2020.

esteve sob os cuidados de sua genitora e a mesma ressalta que irá se responsabilizar por ela assim que estiver livre do sistema prisional.”

Neste sentido, a advogada e o advogado, que já realizavam a assistência jurídica de Eliane no âmbito da execução penal, passaram a representá-la no procedimento de acolhimento institucional. O primeiro pedido de Eliane reforçou a demanda do SAICA e requereu a autorização para Maria Alice visitar a mãe.

Em seguida, promotor público e analista jurídico do Ministério Público em São Miguel Paulista, por sua vez, opinaram que antes de avaliarem sobre a visita propriamente dita, a equipe do SAICA deveria ser ouvida para que informassem se tinham ou não disponibilidade de recursos e de tempo para concretizar a visita de Maria Alice à mãe. Dois dias antes do recesso do poder judiciário relativo aos feriados de final do ano de 2018, a juíza optou por não autorizar a visita da criança à mãe, entendendo como desnecessária a realização de audiência concentrada¹³⁰ e determinou que nova documentação fosse juntada ao processo: as folhas de antecedentes criminais (F.A) de Eliane. Na metade de janeiro do ano seguinte, nova decisão foi proferida:

“Vistos.

1. Extrai-se da FA a existência de 3 processos criminais por fatos ocorridos no ano de 2009, 2013 e 2015. Retorne ao MP para que formalize o acolhimento e requeira o que de direito em favor da criança (bebe) (...).”

Ainda que promotor e analista jurídico, dois dias após a decisão da magistrada, tenham apresentado parecer em prol da autorização da visita de Maria Alice à Eliane “desde que haja técnicos para isso, bem como a criança não seja exposta a nenhum risco”, a juíza da Vara da Infância e Juventude, somente no início de fevereiro, entendeu que a autorização para a visita à Eliane, descrita no documento como a *genitora*, deveria acontecer após ela ser ouvida em juízo e assim, determinou o agendamento de uma audiência.

Da análise do processo integral, constatei que a juíza em nenhum momento autorizou a visita da criança à mãe na prisão. A oitiva de Eliane em juízo foi agendada para o mês de março e Eliane alcançou o direito à prisão domiciliar no mês de fevereiro.

¹³⁰ Apesar de o termo “audiência concentrada” não constar no ECA, o agendamento desta audiência tem como fundamento o artigo 19, parágrafo primeiro: “Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei”.

No entanto, em alguns documentos à frente, há a informação de que a equipe do SAICA acabou por agendar com as profissionais do serviço social da PFC e decidiram por levar Maria Alice até a penitenciária para visitar sua mãe sob o argumento de que o direito à visita se justificava somente pelo ECA.

4.4 PEDIDO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: POR QUE AGORA?

“(…) Fatos: o procedimento verificatório teve início a partir do relatório da entidade de acolhimento institucional ..., datado de ...11/2018, no qual informa, em síntese, o acolhimento da criança que estava na companhia da sua genitora, ora requerida, mas por ter que cumprir pena no sistema prisional não teria condições de exercer os cuidados de que sua filha necessita, **solicitando o abrigo**, visto que não possui outros familiares aptos a prestar-lhes assistência. Diante deste quadro, faz-se necessário, pois, a confirmação do acolhimento institucional da menor com o prosseguimento das avaliações para verificar a possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família substituta”. (grifos meus)

Começo a narrativa deste item fazendo referência a um trecho da petição subscrita por promotor público e analista jurídico de São Miguel, na qual, dois meses e meio após o acolhimento de Maria Alice, exibiram seus requerimentos “formais”¹³¹ para o acolhimento institucional da criança.

Quando o promotor fez uso da expressão “solicitando o abrigo”, interpretei que, na visão do Ministério Público, foi Eliane que, por estar presa e por supostamente não ter redes familiares, requereu que sua filha fosse abrigada. No entanto, não há lastro documental nos autos judiciais que relatem qualquer indício neste sentido, assim como até fevereiro de 2019, ela seguia sem receber uma notificação formal a respeito do acolhimento de sua filha.

Até esta apresentação do requerimento de acolhimento institucional pelo Ministério Público, o processo judicial estava sendo categorizado como uma “medida de proteção” e a formalização alterou sua classificação enquadrando-o como um “procedimento contencioso”¹³², o que, por esta medida seguir os ritos processuais do

¹³¹ A formalização do pedido de acolhimento institucional também tem sua previsão no ECA, principalmente no parágrafo 2º do artigo 101: “Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.”

¹³² O procedimento contencioso também tem fundamento jurídico no ECA, que estabelece seus próprios procedimentos para as situações previstas no Estatuto e indica que, subsidiariamente, devem ser seguidos

processo civil, passou a exigir que Eliane fosse “citada”. Totalizavam-se quase quatro meses desde que Maria Alice estava vivendo no centro de acolhida.

Eliane foi citada por oficial de justiça na PFC dois dias antes de sair da unidade prisional para viver em prisão domiciliar e assinou documento com os seguintes dizeres:

“CITAÇÃO do(a)(s) genitor(a)(es) ELIANE, do(a)(a) criança(a)/adolescente(a) MARIA ALICE, nascida em, ...2018, para os atos e termos da ação proposta, do inteiro teor da petição inicial, e em especial para que, querendo no prazo de 15 (quinze) dias ofereça(m) resposta escrita (...), cientificando-se de que, não sendo contestada a ação no prazo acima assinalado, será entendido como desinteresse por parte do(a)(s) requerido(a)(s) no bem estar do(a)(s) filho(a)(s), o que poderá acarretar o ajuizamento de ação de destituição do poder familiar para colocação da(s) criança(s) em família substituta em caráter definitivo. Na impossibilidade de constituir advogado, deverá solicitar a assistência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.”

Este ponto do aspecto contencioso ou não contencioso do acompanhamento judicial de uma medida de acolhimento institucional requer maior aprofundamento, no sentido de que há, ao menos aparentemente, um contraponto entre lidar com um procedimento que tem como plano de fundo a prevalência da convivência e dos vínculos familiares, principalmente diante de uma situação extremamente sensível que envolve, uma mãe presa, uma criança acolhida e um quadro geral de fragilidade de vínculos familiares, frente ao processamento burocrático e litigioso, isto é, bélico, de um procedimento jurídico.

4.5 SAÍDA DE ELIANE DA PRISÃO E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES PRISIONAIS (E FAMILIARES)

Eliane saiu da PFC em fevereiro de 2019, como desdobramento de decisão judicial do STF, quando ela foi transferida para cumprir pena em sua casa. Na decisão do *habeas corpus* do STF constava, para além das medidas relativas à punição a qual Eliane estava submetida, já descritas em outro momento desta narrativa, há uma disposição específica relativa ao acolhimento institucional de Maria Alice:

“(...) registro que o juízo de primeiro grau ficará responsável pela fiscalização do cumprimento das medidas impostas, devendo advertir a paciente de que

os procedimentos que estão em outras legislações, como o Código Processual Civil. Especificamente sobre o chamado procedimento contencioso para casos de acolhimento institucional, como o de Maria Alice, há a previsão do artigo 153, parágrafo único, do ECA, presente na petição apresentada pelo Ministério Público em seu caso: “O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos”.

eventual desobediência implicará seu retorno ao cárcere, bem como o retorno de sua filha à casa de acolhimento” (grifos meus)

No entanto, em sentido contrário à interpretação do STF de que a saída de Eliane do cárcere implicaria no retorno imediato de sua convivência com Maria Alice, os autos do acolhimento institucional seguiram seu curso regular: a criança continuou sob acolhimento e a prisão domiciliar impôs novos obstáculos à retomada do vínculo entre mãe e filha.

Um destes obstáculos era o fato de que Eliane não tinha autorização judicial para sair de casa. Sobre isso, há um episódio curioso que identifiquei nos documentos judiciais, no qual a defesa de Eliane inseriu, por engano, uma petição que estava endereçada à execução penal no processo cível em São Miguel. Nesta petição, os(as) advogados(as) de Eliane apresentaram um requerimento de autorização judicial para ela sair de casa para: trabalhar, acompanhar as crianças, Caio e Sabrina, até à escola e em atendimentos de saúde, e principalmente, visitar Maria Alice no abrigo.

Em resposta ao engano, a magistrada da Vara de Infância e Juventude de São Miguel Paulista proferiu decisão judicial com os seguintes dizeres:

“(...) desde já fica consignado que as questões inerentes ao cumprimento da pena devem ser apreciadas e decididas pelo juízo de primeiro grau responsável pela fiscalização do cumprimento da prisão domiciliar”.

Este episódio, não obstante tratou-se de um engano, não deixa de fornecer pistas acerca dos desdobramentos e possíveis prejuízos ao acesso à justiça, na medida em que as áreas do direito, como organizadas pela política judiciária, neste caso, a infância e juventude e a execução penal, operaram quase sem diálogo e restritas às suas próprias competências e atribuições, independentemente de estarem completamente imbricadas na concretude das vidas de Eliane e Maria Alice.

Por um lado, Eliane aguardava pela autorização judicial para visitar a filha, sob o receio de que se descumprisse o principal requisito de concessão da prisão domiciliar - não sair de sua casa - poderia retornar ao cárcere. Por outro, com a chegada da notícia acerca de sua saída da prisão nos autos judiciais cíveis, o parâmetro utilizado pela vara para auferir o empenho e interesse de Eliane em retomar a guarda de sua filha seria medido pela quantidade de visitas que ela faria à Maria Alice no SAICA.

Neste ponto, me parece necessário desviar brevemente da investigação prevalentemente debruçada sobre os documentos judiciais, o que retomarei nos parágrafos seguintes, para narrar o dia em que eu e Eliane nos reencontramos. Era

fevereiro de 2019, quando ela já vivia *em prisão domiciliar* e eu, “na rua”, havia acabado de iniciar o mestrado.

A convite de uma das advogadas responsáveis por sua defesa nos processos judiciais de Eliane, combinei de visita-la. Para isso nos encontraríamos em uma estação de trem e lá seguiríamos até a estação do Itaim Paulista. Na estação, ficamos esperando a chegada do sogro e da filha de Eliane, Sabrina, já que havíamos marcado de nos encontrar lá e ele e ela nos guiariam até a casa. Quando chegaram, fomos pegar uma lotação e descemos em uma avenida já bastante próxima à casa da família: uma casa pequena, com quintal bastante estreito. No cômodo do fundo, reencontramos Eliane e as outras sete pessoas da família que também moravam nesta casa, dentre elas estavam o outro filho de Eliane, Caio.

No decorrer da visita, Eliane fez um café e prontamente mostrou fotos recentes de Maria Alice, para vermos como ela havia crescido, já que eu e a advogada, mesmo sem sequer sermos da família, éramos as únicas que, como ela, conhecíamos Maria Alice desde poucos dias após seu nascimento. Nas fotos, Maria Alice estava com os irmãos, Caio e Sabrina, visto que o companheiro de Eliane os havia levado até o SAICA para conhecerem a nova irmã. Além disso, Eliane contou como sua vida tinha mudado no último mês e os desafios que ela estava enfrentando ao precisar ficar em casa o dia todo – o máximo que se arriscava era ir até o portão, já que era uma região caracterizada pelo policiamento extensivo da polícia militar – e da angústia que era não ter a filha consigo.

Este desvio da narrativa me pareceu relevante para destacar que na mesma data em que eu e a advogada a visitamos a equipe do SAICA, coincidentemente, também fora visitá-la no período da manhã. Eliane contou que elas andaram pela casa, fizeram perguntas sobre sua história e seus projetos de vida e, sem fazer nenhuma promessa sobre o retorno de Maria Alice para casa, saíram de lá dizendo apenas que um novo relatório de acompanhamento seria enviado para a magistrada da Vara da Infância e da Juventude.

Os próximos movimentos do processo judicial foram demarcados pela juntada de dois relatórios psicossociais distintos, um da equipe psicossocial da própria justiça de São Miguel Paulista e outro das trabalhadoras do SAICA que fizeram a “diligência domiciliar” à casa de Eliane.

O laudo psicossocial judicial descreveu a trajetória da família e da criança, apontando que as profissionais que o elaboraram não chegaram a entrevistar ou conversar diretamente com Eliane. O documento foi finalizado opinando pela manutenção de Maria Alice na instituição de acolhimento institucional:

“(...) considerando a leitura dos autos, constatou-se que houve decisão judicial para que Eliane cumpra prisão domiciliar para poder cuidar de sua filha Maria Alice. Sendo assim, o trabalho do acompanhamento da família de Maria Alice, deverá considerar a manutenção e fortalecimento dos vínculos e das potencialidades da genitora e demais familiares, com vistas ao desacolhimento institucional”.

Ao mesmo tempo, a equipe do SAICA, alguns dias depois da anexação do laudo psicossocial judicial, enviou seu próprio relatório à vara da infância relatando a “diligência domiciliar”: descreveram a dinâmica familiar, a conversa com Eliane e concluíram o documento opinando pela viabilidade de Maria Alice ser desacolhida, sendo, portanto, favoráveis que a criança retornasse ao convívio familiar junto à mãe.

Por fim, não há indícios nos documentos dos autos judiciais que as equipes técnicas judiciária e do abrigo compartilharam suas visões a respeito do acompanhamento de Maria Alice, assim como não dialogaram a respeito do conteúdo do relatório. No primeiro relatório, as profissionais do juízo opinaram pela manutenção da medida de acolhimento de Maria Alice, ainda que não tenham conversado ou entrevistado Eliane diretamente para contemplar seu ponto de vista mesmo que ela já estivesse presa em sua casa. Já no segundo, as profissionais que acompanhavam o dia-a-dia de Maria Alice no abrigo, visitaram a casa da família e lá, puderam conversar diretamente com Eliane, o que pode ter corroborado para irem pelo caminho oposto do relatório judiciário e avaliarem que o melhor lugar para Maria Alice era em sua casa e com sua mãe.

4.6 RELATOS DE AUDIÊNCIA E O RESTABELECIMENTO DO CONVÍVIO FAMILIAR

A audiência agendada pela juíza de São Miguel Paulista para avaliar a viabilidade de Maria Alice visitar a mãe na prisão não foi cancelada com a saída de Eliane da unidade prisional. E, embora o juízo da execução penal não tenha autorizado a saída excepcional de Eliane da prisão domiciliar em tempo compatível com a realização dessa audiência, ela decidiu arriscar-se e foi ao Fórum de São Miguel Paulista.

O documento que registrou a manutenção e realização desta escuta de Eliane pela juíza de São Miguel Paulista é a ata de audiência, na qual anota o nome de Eliane seguido de parêntesis escrito “genitora – presa” e foi o primeiro documento processual onde constou sua assinatura, uma cópia de seu RG e uma cópia da carteirinha da execução penal que, na capa, indicava seu regime de cumprimento como “prisão domiciliar”.

A ata, de apenas uma folha, foi redigida em terceira pessoa e registrou praticamente apenas a fala de Eliane em juízo¹³³:

“OCORRÊNCIAS: iniciados os trabalhos, pela genitora foi dito que era usuária de drogas desde os 13 anos e para sustentar o vício praticava pequenos furtos de celular. Parou de usar drogas há um ano e dois meses. Ao todo tem três filhos, incluindo a menor, sendo que os dois mais velhos são filhos do mesmo pai, atual companheiro e ficaram residindo com o pai enquanto a depoente estava presa (...) **A depoente está em prisão domiciliar e não possui autorização para sair de casa.** Conta com o apoio de familiares de seu companheiro para auxiliá-la nos cuidados com o bebê. Reitera o pedido de desacolhimento. Pelo Dr. Promotor foi dito que requeria avaliação social mediante visita domiciliar para verificar a existência de condições favoráveis ao desacolhimento.” (grifos meus)

É importante aqui explicitar alguns dos limites da análise documental pautada exclusivamente nos registros dos autos judiciais, já que, embora no processo a ata de audiência tenha sido redigida constando exclusivamente a fala de Eliane, depois de conversar com ela e com a sua advogada, fui informada de outras nuances da dinâmica judicial que não apareceram na ata e poderiam ter sido observadas, caso a audiência tivesse sido gravada em vídeo ou caso eu tivesse ido presencialmente assistir. Um dos exemplos foi que Eliane contou que uma das primeiras perguntas que lhe foi feita ao chegarem à sala de audiência foi por qual motivo ela ainda não havia visitado a filha no abrigo desde que saíra da prisão.

O parágrafo final da ata de audiência descreveu a decisão judicial concordando com o pedido do promotor e demandou que a visita domiciliar fosse realizada com urgência, decidindo quanto ao direito de visita da filha para a mãe, em prisão domiciliar:

“(...) Oficie-se ao abrigo informando-se que não há óbice por parte do juízo a que sejam realizadas visitas à residência materna, cuja viabilidade deverá ser verificada pelo próprio abrigo comunicando-se o juízo”

Decorridos cerca de trinta dias desde a audiência, Eliane recebeu, dessa vez, visita da equipe psicossocial do fórum de São Miguel, a qual resultou em um novo laudo que demarcou posicionamento favorável ao retorno de Maria Alice ao convívio familiar.

¹³³ Essa ressalva acerca da narrativa exclusiva da fala de Eliane é uma reflexão para os limites da análise documental pautada exclusivamente nos registros escritos dos autos, já que, conversando com a advogada do processo, fui informada de outras nuances da dinâmica judicial que acabaram não aparecendo na ata e poderiam ter sido observadas, caso a audiência tivesse sido gravada em vídeo. Um dos exemplos foi que tanto Eliane quanto sua advogada disseram que uma das primeiras perguntas que lhe foram feitas ao chegarem à sala de audiência foi por qual motivo Eliane ainda não havia visitado a filha no abrigo desde que saíra da prisão.

No dia seguinte à anexação do laudo ao procedimento judicial, o Ministério Público apresentou petição igualmente favorável à saída da criança do abrigo e por fim, a juíza da infância decidiu chancelar a opinião da equipe psicossocial do abrigo e do promotor, determinando a realização dos procedimentos judiciais cabíveis nessa situação: a juntada da guia de desligamento de Maria Alice do SAICA e a continuidade do acompanhamento da criança pelo abrigo pelos seis meses seguintes. Na guia de desligamento, constou esta decisão judicial e a indicação do motivo do desligamento de Maria Alice como “reintegração familiar”.

Finalizo o momento quatro da narrativa relatando como recebi a notícia da volta de Maria Alice para casa: na exata data da decisão judicial, a equipe do SAICA, sem avisar, levou Maria Alice até a casa de Eliane e uma amiga sua filmou o momento de chegada da criança em casa. No mesmo dia, Eliane enviou por *Whatsapp* este vídeo e fotos da chegada surpresa de Maria Alice, segurando balões, depois de quase seis meses vivendo no centro de acolhida. Vale dizer que o reencontro de mãe e filha não foi o desfecho dos autos judiciais da infância, já que no decorrer dos meses seguintes as funcionárias do SAICA seguiram acompanhando a família e a cada três meses enviaram à vara da infância documento intitulado “relatório de acompanhamento pós-desacolhimento”, os quais narraram as visitas para Eliane e sua família, até que, em novembro de 2019, o Ministério Público se manifestou pelo arquivamento do processo e, no final de janeiro de 2020, o processo de acolhimento institucional de Maria Alice foi arquivado.

CAPÍTULO 3

O TEMPO DA PENA EM CASA

No decorrer deste capítulo, passarei a explorar uma dentre tantas unidades de análise possíveis e que me foram detectáveis para continuidade desta pesquisa: o tempo da pena em casa e as formas como este tempo específico da punição se materializou, se estilhou e se orientou no quadro da gestão das sanções de Eliane.

A composição do quadro da gestão das sanções de Eliane, conforme descrita no decorrer da narrativa do caso, foi elaborada em três camadas iniciais: a imputação das penas às quais Eliane foi submetida, a gestão dessas penas no âmbito da execução penal (sob a ótica judicial e administrativa) e as sanções cíveis no âmbito da justiça infanto-juvenil. Este capítulo dedica-se à quarta camada da gestão das sanções, o tempo da pena em casa.

Relembro que, conforme descrito na introdução deste trabalho, o uso da terminologia “unidade de análise” fundamentou-se na proposição de Robert Yin (2001) que estrutura um estudo de caso em três segmentos: o contexto, o caso propriamente dito e já no interior do caso, uma ou mais unidades de análise. Maíra Machado (2017), partindo da proposição de Yin, definiu as unidades de análise como “os componentes do caso que receberão ainda maior atenção no decorrer da coleta e tratamento dos dados” (2017, p. 375) e que representam, por sua vez um “novo movimento de foco, no interior do caso” (2017 p. 376).

A cada encontro que esta pesquisa me proporcionou, novos horizontes e possibilidades foram dinamicamente se completando e se impondo, seja por meio do estudo de diferentes referenciais bibliográficos, de conversas com Eliane e pessoas funcionárias do fórum criminal da Barra Funda, das trocas no decorrer de toda a orientação, assim como do destrinchar e desvendar de documentos processuais – um movimento que me levou, felizmente, a caminhos muito distintos das primeiras propostas elaboradas no início do mestrado.

No entanto, quando propus esta pesquisa, meu ímpeto, em primeiro lugar, foi de investigar de quais formas as engrenagens das instituições do sistema de justiça, em especial no âmbito da execução penal, se movimentavam uma vez que uma mulher passava a cumprir pena em sua casa. Eliane saiu da prisão no mês de fevereiro de 2019 e esta saída se concretizou após percorrer uma série de caminhos jurídicos, já narrados no

capítulo anterior, que resultaram em uma decisão judicial do STF, na qual o ministro Gilmar Mendes decidiu liminarmente por transferi-la da prisão para penar em *sua* casa.

Com a escolha do tempo da pena em casa como uma das ramificações que seriam possíveis para continuar este percurso rumo ao “interior do caso”, que resguarda significados desde o ímpeto inicial do projeto de pesquisa proposto para o mestrado até os mapeamentos de pesquisas mais recentes sobre o tema no âmbito da pandemia da COVID-19, buscarei no decorrer deste capítulo aprofundar o estudo sobre a gestão das sanções nesta ótica, de forma que me arrisco a iluminar e delinear um pouco mais os labirintos imbrincados nesta gestão, observando a não linearidade do fazer da justiça, especialmente no âmbito penal.

Neste sentido, esse capítulo foi dividido em três partes. Na primeira parte, apresento um breve balanço preliminar sobre como produções recentes da área do direito (legislações, decisões judiciais, doutrinas jurídicas e pesquisas acadêmicas e da sociedade civil) têm tratado o tema da prisão domiciliar. Na segunda parte, retomo alguns fragmentos da vida de Eliane relacionados ao tempo da pena que ela viveu em diferentes casas localizadas em cidades da região metropolitana de São Paulo. Na terceira parte, explorarei a complexidade do quadro da gestão das sanções de Eliane sob a perspectiva do *penar* em casa.

3.1 UM BREVE BALANÇO SOBRE PRISÃO DOMICILIAR

O breve balanço que será apresentado nas linhas a seguir se inicia com um resgate das disposições legislativas brasileiras atinentes à prisão domiciliar e que dialogam diretamente com a temática deste trabalho. Em seguida, partindo destas disposições legislativas, indicará de que formas livros e manuais de direito tem tratado a prisão domiciliar e por fim, apresentará o mapeamento de algumas pesquisas acadêmicas e da sociedade civil sobre o tema, ressaltando as que dialogam com a já mencionada decisão do HC Coletivo 143.641 do STF e outras normativas recentes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como a Resolução nº 369 de 2021¹³⁴ e as Recomendações nº 62 e 91 do

¹³⁴ A Resolução 369 de 19 de janeiro de 2021 do CNJ que estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência”, encontra-se disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original22125020210125600f4262ef03f.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CNJ¹³⁵, que tratam da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo COVID-19 nas prisões adultas e unidades socioeducativas.

A prisão domiciliar, enquanto instrumento jurídico para substituir o encarceramento, em especial no que se refere aos direitos de mulheres gestantes, mães ou de pessoas que exerçam posições de cuidado no Brasil, encontra previsão no Código de Processo Penal (CPP) e na Lei de Execuções Penais (LEP)¹³⁶.

No contexto do CPP, a prisão domiciliar relaciona-se à prisão em casa em detrimento do encarceramento provisório em instituição penal. O histórico legislativo recente desta forma de prisão domiciliar no CPP adveio com a aprovação da Lei das Medidas Cautelares (BRASIL, 2011), uma lei que visava ampliar as medidas jurídicas existentes no Brasil sob o propósito de incentivar a redução do encarceramento provisório no país.

Esta lei, portanto, foi responsável pela introdução na legislação brasileira de uma definição para a prisão domiciliar, a qual está disposta no artigo 317 do CPP: “a prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial” (BRASIL, 2011). Em sua origem, a Lei das Medidas Cautelares regulava as hipóteses de enquadramento da prisão domiciliar da seguinte forma:

“Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:
I - maior de 80 (oitenta) anos;
II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;
III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;
IV - gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco.
Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.” (BRASIL, 2011)

Com o passar dos anos, o capítulo da prisão domiciliar no CPP sofreu duas alterações significativas que podem ser sintetizadas em duas temáticas maiores de

¹³⁵ As Recomendações encontram-se respectivamente disponíveis em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>> e <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3785#:~:text=Recomenda%20aos%20tribunais%20e%20magistrados,de%20justi%C3%A7a%20penal%20e%20socioeducativo.>>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

¹³⁶ Há outras previsões legais que fazem referência ao uso da prisão domiciliar no sistema jurídico brasileiro, no entanto para os propósitos deste trabalho estas não serão focalizadas no decorrer da análise. Apenas para fins de menção, outras duas hipóteses legislativas que não serão tratadas aqui referem-se à Lei 5.256/1968, que regula a prisão especial no país em conjunto ao artigo 295 do CPP e ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a qual dispõe acerca da viabilidade de substituição da prisão em estabelecimento penal por prisão domiciliar às pessoas destinatárias do direito à “cela especial”, e ao Código de Processo Penal Militar (CPPM) que no artigo 263 descreve uma medida chamada de “menagem”, similar à prisão domiciliar, e que se aplica a militares diante de situações específicas.

alteração: a primeira refere-se às pessoas destinatárias da prisão domiciliar e a segunda às faculdades e deveres do poder judiciário de aplicá-la diante de casos concretos.

A primeira delas se deu no ano de 2016 e foi fruto da aprovação de uma lei federal intitulada “Marco Legal de Atenção à Primeira Infância”. A segunda ocorreu no ano de 2018, em razão da aprovação da Lei 13.769/2018, que “estabelece a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e disciplina o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação” (BRASIL, 2018)¹³⁷.

No âmbito da LEP, a prisão domiciliar destina-se às pessoas já condenadas e que estão em cumprimento de pena. Neste sentido, o artigo 117¹³⁸ da LEP prevê a viabilidade de que pessoas dentre elas mulheres gestantes e mães “com filho menor ou deficiente físico ou mental”, que estejam em cumprimento de pena em regime aberto em unidades penais possam continuar a cumprir as penas em suas casas.

Os livros e manuais de direito processual penal e de execução penal levantados que prescreveram suas opiniões acerca da categoria jurídica da prisão domiciliar trabalham com ela primordialmente sob duas perspectivas distintas e dissociadas entre si: a da prisão domiciliar que substitui a prisão provisória ou preventiva ou a prisão domiciliar que é estabelecida no curso da execução penal como substitutiva do cumprimento de pena sob regime aberto¹³⁹ – no entanto, a protagonista do caso aqui

¹³⁷ A atual redação integral do capítulo IV, da prisão domiciliar, no CPP é composta pelas previsões dos artigos 317, 318, 318-A e 318-B do CPP que dispõem: “A prisão domiciliar consiste no recolhimento do indiciado ou acusado em sua residência, só podendo dela ausentar-se com autorização judicial” (art. 317); “poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: I – maior de 80 (oitenta anos), II - extremamente debilitado por motivo de doença grave, III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência, IV – gestante, V – mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.” (art. 318); “a prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que: I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa, II – não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente” (art. 318-A); e “a substituição de que tratam os arts. 318 e 318-A poderá ser efetuada sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 deste Código” (art. 318-B).

¹³⁸ A redação do artigo 117 da LEP é a mesma desde a aprovação da lei no ano de 1984: “Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de: I - condenado maior de 70 (setenta) anos; II - condenado acometido de doença grave; III - condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental; IV - condenada gestante.”.

¹³⁹ Esta modalidade de prisão domiciliar é mais abordada nos manuais de execução penal. Ela se refere principalmente à previsão do art. 117 da LEP à Súmula Vinculante nº 56 do STF: “A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nessa hipótese, os parâmetros fixados no RE 641.320/RS”.

estudado, à época que o STF determinou a mudança de seu cumprimento de pena da PFC para sua casa, não se enquadrava em nenhuma dessas duas situações.

Em vista dos propósitos desse trabalho, não será possível aprofundar o estudo focalizado nos livros e manuais jurídicos, no entanto, a partir da codificação aberta que operei destes materiais foi possível observar que autores de livros e manuais de direito como Paulo Rangel (2020), Gustavo Henrique Badaró (2020), Guilherme de Souza Nucci (2020), Eugenio Paccelli (2020), Aury Lopes Junior (2020) e Renato Brasileiro de Lima (2018) categorizam a prisão domiciliar inscrita no CPP como “substitutiva da prisão provisória”.

Para os autores mencionados, a prisão domiciliar é compreendida como uma medida que deve resultar na restrição completa da possibilidade de saída da pessoa de uma casa e, portanto, estes autores entendem que a pessoa presa em casa deve ser tratada como se estivesse presa em uma unidade prisional – assim, apenas por se enquadrarem nas exceções previstas pela lei, estas pessoas teriam recebido a “benesse” (termo que aparece nos textos) para responderem às acusações criminais que lhes foram imputadas em suas casas.

Considerando as doutrinas jurídicas sobre execução penal mapeadas, autores como Renato Marcão (2012; 2015), Guilherme de Sousa Nucci (2018), Alexis Couto de Brito (2018) e Rodrigo Duque Estrada Roig (2018), oferecem explicações específicas sobre como a lei trata os requisitos exigidos para a progressão ao regime aberto atrelado a estabelecimento penal próprio e indicam medidas que podem ser adotadas diante da inexistência desses espaços ou de condições pessoais especiais vividas pelas pessoas, de forma que ambas as situações justificam o uso da prisão domiciliar em casos concretos.

Alexis Couto de Brito (2018, *online*) define que o regime aberto “é fundado na autodisciplina e responsabilidade do condenado para com a comunidade com que convive”, relembrando que há poucas instalações específicas para o cumprimento de pena em regime aberto no país e aponta o estado de São Paulo como um exemplo por não possuir nenhuma Casa de Albergado. Nesse sentido, Rodrigo Duque Estrada Roig (2018, *online*), entende a não existência de estabelecimento apropriado como uma “omissão [esta] que importa em transgressão do princípio da legalidade, da coisa julgada e consequente desvio de execução”, explicando seu entendimento de que nessas situações a prisão domiciliar deverá ser a medida adotada quando as pessoas em regime aberto progredirem sob tais condições.

Já autores como Renato Marcão (2012; 2015) e Guilherme de Sousa Nucci (2018) descrevem que a adoção de medidas não encarceradoras em espaços prisionais propriamente ditos para pessoas em regime aberto resultam em “impunidade e ao descrédito do direito penal” (NUCCI, 2018, p. 142) e “uma vergonha!” (MARCÃO, 2012, p. 72). Guilherme de Sousa Nucci, por exemplo, ao fazer referência ao baixo número de Casas de Albergado estruturadas no Brasil, observa que o estado de São Paulo é um exemplo no que se refere às altas taxas de pessoas sob regime aberto e que as Casas de Albergado, por sua vez, seriam uma “ilustre desconhecida da maioria das Comarcas” (NUCCI, 2018, p. 142) e entende que, por conta desse fator:

“Nem é preciso salientar que não há a menor chance de fiscalização adequada, de modo que é impossível saber se o condenado recolhe-se, em sua casa particular, nos horários determinados pelo juiz, bem como o que faz durante o seu dia inteiro. Se não há interesse político nesse regime, é preciso extirpá-lo da lei, substituindo-o por outra medida, possivelmente o regime semiaberto, com dois estágios, mas não se pode conviver com a lei sem implementá-la.” (NUCCI, 2018, p. 142).

Além do exposto, este mapeamento também localizou diversos trabalhos, realizados inclusive em regiões distintas do país, que tiveram principalmente como foco a observação quantitativa e qualitativa de decisões judiciais dos tribunais estaduais. São pesquisas que a partir de métodos e recortes próprios se propuseram a identificar os usos e desusos da prisão domiciliar substitutiva da prisão preventiva em casos de mulheres gestantes, mães ou que exerciam outras funções de cuidado em seus núcleos familiares. Estas pesquisas foram majoritariamente empreendidas com o recorte temporal posterior à decisão do STF no HC Coletivo 143.641/SP¹⁴⁰.

Apenas como alguns exemplos de pesquisas empreendidas no estado de São Paulo, relembro o relevante trabalho de Ana Gabriela Braga e Naila Ingrid Chaves (2016) que analisaram acórdãos judiciais do TJSP e já apontaram algumas tendências deste tribunal para a não concessão da prisão domiciliar e outras medidas alternativas à prisão provisória para mulheres mães, antes mesmo da aprovação do já mencionado Marco Legal de Atenção à Primeira Infância e da decisão do STF no HC Coletivo. Vanessa Meneguetti e Camila Nunes Dias (2020) em artigo mais recentes investigaram como o TJSP recepcionou a própria decisão do HC Coletivo 143.641, fazendo uso de levantamento de decisões judiciais e pedidos de acesso à informação, enquanto no artigo de Christopher Abreu Ravagani, Josielly Lima Ito e Bruno Humberto Neves (2019),

¹⁴⁰ Ver glossário e a nota de rodapé nº 52.

foram pesquisadas decisões do TJSP após a concessão da ordem no HC Coletivo 143.641 tendo como horizonte um olhar qualitativo acerca destas decisões.

Pesquisa oficial do governo federal sobre maternidade na prisão no Brasil (BRASIL, 2015, p. 80), relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre prisão provisória na América Latina (CIDH, 2017, p. 135-138) e Relatório da CIDH sobre a situação dos direitos humanos no Brasil (2021, p. 66-69), mencionaram várias denúncias e medidas adotadas em relação ao encarceramento de mulheres no Brasil e neste contexto, indicaram a urgência do acesso às alternativas ao encarceramento de mulheres principalmente em prisão provisória, especialmente por meio da aplicação prisão domiciliar, em vista do perfil geral das mulheres presas, levando em consideração classe, raça e outros marcadores sociais, especialmente o da maternidade. Para ilustrar, extraí um trecho do último relatório do CIDH publicado em 2021, baseado na visita que a CIDH fez ao Brasil no mês de novembro de 2018:

“(...) A CIDH reconhece os vários esforços do Estado brasileiro nessa área, principalmente os que visam reduzir a prisão preventiva, como aumentar a eficácia do controle judicial das detenções por meio de audiências de custódia e promover a aplicação de medidas alternativas. 222. Em particular, a CIDH destaca a incorporação do enfoque de gênero na aplicação da prisão domiciliar, com a decisão de fevereiro de 2018 do Supremo Tribunal Federal que concede essa medida a mulheres e adolescentes em prisão preventiva que estejam grávidas, com filhos e filhas de até 12 anos ou encarregadas de pessoas com deficiência” (CIDH, 2021, p. 66).

No que se refere à substituição da prisão de mulheres mães ou que exerçam posições de cuidado de pessoas com deficiência pela prisão domiciliar, observo que a Resolução 369 do CNJ, apesar de tratar de forma ampla acerca da substituição das medidas privativas de liberdade nestas situações, pode ser um material de estudo da prisão domiciliar para pesquisas futuras. Isto porque, a normativa do CNJ dispõe, por exemplo, que os sistemas e cadastros de dados dos tribunais deverão fornecer à magistratura um “alerta automático” em situações de pessoas que poderiam ser destinatárias da prisão domiciliar ou que diante da imposição da prisão domiciliar para uma pessoa durante audiência de custódia, à autoridade que impôs a medida cabe também “examinar sua compatibilidade com os cuidados necessários ao filho ou dependentes” (BRASIL, 2021).

Por fim, no documento da Política Nacional de Pessoas Egressas do Sistema Prisional (BRASIL, 2020), elaborado pelo CNJ junto ao DEPEN e ao PNUD Brasil, são

classificadas entre as pessoas beneficiárias das políticas de atenção à pessoa “egressa”¹⁴¹, as pessoas que estejam sob prisão domiciliar. O documento não aprofunda em detalhes as formas e como pessoas sob essa medida poderiam acessar os equipamentos e políticas específicas, mas apresenta dados das pessoas que sob “prisão albergue domiciliar”, ou seja, em regime aberto, poderiam acessar alguns serviços públicos em diferentes regiões do país e que foram mapeados no decorrer da construção do material.

A partir de 2020, outro enfoque ressoou na temática da prisão domiciliar em vista das atuações do judiciário, do executivo e das organizações da sociedade civil que lidam com as temáticas da justiça criminal em decorrência da pandemia da COVID-19. Desde março de 2020, com a decretação das primeiras medidas de isolamento social e dos protocolos de saúde de contenção e prevenção da doença, a prisão domiciliar foi bastante debatida e controvertida, tomando a forma de uma das medidas jurídicas possíveis para se evitar a ampla contaminação da doença no sistema prisional, conforme respaldo previsto nas Recomendações nº 62 e nº 91 do CNJ. Neste contexto da gestão da prisão domiciliar frente à pandemia da COVID-19, menciono quatro trabalhos que fazem referência específica ao papel que a medida de prisão domiciliar assumiu (ou deveria ter assumido) para as instituições da justiça criminal do Brasil e da América Latina por conta da pandemia da COVID-19.

O primeiro trabalho, elaborado por Corina Giacomello e Teresa Garcia Castro (2020) em parceria com entidades da sociedade civil, delineia um quadro geral das regulamentações internacionais e de alguns países da América Latina sobre a prisão domiciliar, descrevendo relatos de mulheres, os obstáculos na implementação da medida na vida de mulheres no contexto pandêmico cumulado às já preexistentes situações de desigualdades raciais, de gênero e socioeconômicas, assim como inclui recomendações para os países. O segundo trabalho de Carolina Costa Ferreira (2020, no prelo) faz um balanço normativo sobre a prisão domiciliar no Brasil, aproximando este cenário das regulações produzidas durante a pandemia e aponta para o recrudescimento das atuações do poder judiciário no contexto emergencial. O terceiro artigo de autoria de Maíra Rocha Machado, Natália Pires de Vasconcelos e Henrique Yu Jiun Wang (2020), fazendo uso de métodos qualitativos e quantitativos, analisam as atuações do TJSP durante a

¹⁴¹ “Egressa” é a nomenclatura mais utilizada pela legislação e pelos aparelhos estatais para designar as pessoas que já vivenciaram a experiência do encarceramento. No entanto, na nota de rodapé nº 33, apresentei também o conceito de “sobreviventes do sistema prisional” que tem sido utilizado por movimentos sociais representativos da luta anticárcere no estado de São Paulo e no Brasil.

pandemia, concluindo, dentre outras coisas que a Resolução nº 62 do CNJ não teve impacto no resultado das decisões e até pode ter contribuído para o seu não provimento. Por fim, o quarto trabalho trata-se de um informativo sobre

3.2 FRAGMENTOS INICIAIS DO TEMPO DA PENA EM CASA

Para aprofundar o estudo da gestão das sanções e de seus labirintos institucionais, esta seção está dedicada em primeiro lugar a descrever alguns fragmentos da vida de Eliane em relação aos espaços em que ela esteve punida em prisão domiciliar, os quais permitirão observar o surgimento de novas linhas tênues e mais difusas sobre quem e como se vive o tempo da punição quando ela é em casa. Em segundo lugar, a partir da noção de continuidade entre dentro e fora da prisão, articularei a proposição do labirinto da gestão das sanções com a noção do *arquipélago carcerário* (FOUCAULT, 1999a).

Sob o ângulo acessado nos arquivos judiciais, com a saída de Eliane do cárcere, o tempo da pena vivida por ela em casa caracterizou-se em três tempos. O primeiro por uma fase de restrição completa de sua liberdade. Ainda que a penitenciária a tenha liberado por meio de um documento intitulado como “alvará de soltura”¹⁴², o destino de Eliane se assemelhava mais a uma “ordem de prisão domiciliar”, posto que ela foi para casa sob a condição de lá permanecer, ao menos que lhe fosse concedida uma autorização prévia de saída pelo próprio poder judiciário.

Na prática e nos autos, Eliane não saiu de casa. Ela foi orientada a sair apenas se pudesse provar onde estava, o que resultou em algumas poucas idas à Unidade Básica de Saúde (UBS) da região, já que poderia pedir um comprovante de sua permanência no local e do motivo que a havia levado até lá, caso enfrentasse algum problema no retorno até sua casa.

O segundo tempo da pena em casa ocorreu após passados quase quatro meses já em prisão domiciliar. Eliane recuperou a guarda da filha e a pena em casa foi alterada pela justiça também no âmbito da execução penal para a modalidade “semiaberta”, embora na prática esta mudança não reverberou em qualquer alteração para a rotina de Eliane: ela seguia sem poder sair para levar as crianças na escola, no posto de saúde, para qualquer atividade de lazer e também estava impedida de sair diariamente para trabalhar, ao menos que obtivesse uma autorização do judiciário para tal.

¹⁴² Ver glossário.

Com o passar dos meses e a contagem de cada dia em casa como um dia subtraído de sua pena total, Eliane, do ponto de vista processual alcançou uma nova forma de punição em casa e que ressoou em um terceiro tempo que segue presente até abril de 2021: o do regime aberto.

O regime aberto domiciliar passou a permitir que ela saísse de casa durante o dia, embora submetida a novas imposições punitivas, dentre elas: o comparecimento trimestral em juízo, a necessidade de comprovação de trabalho em um prazo de noventa dias, não sair de casa do horário entre as dez da noite e seis da manhã, manter um endereço fixo e avisar o juízo diante de qualquer alteração dele. Com essa mudança, Eliane passou a sentir um pouco mais de segurança de efetivamente sair de casa e retomar outros âmbito da sua vida.

3.2.1. CASAS

Casa da mãe, cômodo cedido por amiga, casa alugada pelo sogro, casas alugadas por conta própria e do companheiro, construção em uma ocupação – cada um desses espaços ilustra lugares que Eliane morou ou projeta morar desde que saiu do cárcere e passou a *penar* em casa junto à sua família.

Dias após Eliane sair da Penitenciária Feminina da Capital, pude visitá-la na casa em que estava vivendo em prisão domiciliar em uma região da periferia de São Miguel Paulista. Eliane saiu da PFC, foi para a casa de sua mãe e lá permaneceu por apenas um dia, precisou sair de lá por conta de desentendimentos com outras pessoas moradoras da casa. Em vista disso, o sogro de Eliane resolveu acolhê-la na casa que ele alugava, onde Eliane e o companheiro passaram a dormir na parte dos fundos junto a outras pessoas da família. Dentre elas, a ex-companheira do sogro, a filha mais velha de Eliane, Sabrina, o filho do meio, Caio, seu companheiro, João e um dos filhos do companheiro de Eliane.

Com o passar dos meses cresceram as dificuldades no convívio familiar e na vizinhança e uma vez que Eliane pode recuperar a guarda da filha Maria Alice. Ela e o companheiro decidiram mudar de casa com todas as crianças e rumaram para outro município na região metropolitana de São Paulo.

Nesta nova casa, situada em uma região bastante isolada e afastada do centro daquela cidade, permaneceram por mais de um ano e lá se mantiveram até a superveniência da pandemia e da descoberta de uma nova gravidez de Eliane – conheci essa casa de Eliane apenas por fotos, no entanto quando nos encontramos no fórum

criminal da Barra Funda, ela contou que de transporte público percorria um caminho de um pouco mais de duas horas para chegar até o fórum.

Com o acúmulo das dívidas de aluguel, das contas de água e luz, das incertezas quanto a possibilidade de prover a alimentação familiar do mês, um despejo iminente e diante da proximidade da chegada de sua mais nova filha, Ingrid, Eliane e a família, que passou a também agregar o filho mais velho de Eliane prestes a atingir a maioridade e recém saído da Fundação Casa¹⁴³, migraram para outra casa localizada em uma favela em um terceiro município da região metropolitana de São Paulo, o que continuou lhes exigindo o pagamento de aluguel, ainda que fosse um valor mais baixo, e as demais despesas básicas mensais.

No final do ano de 2020 e a iminência do fim do auxílio emergencial do governo federal¹⁴⁴, Eliane me contou que ela e o companheiro João entenderam que para a família conseguir viver de forma digna ou no mínimo com a garantia de alimentação, Eliane e João assumiram que não poderiam se comprometer mensalmente com o pagamento de aluguel e todas as demais contas, sem que tenham a garantia de um emprego fixo, assim como creche e escola que possa cuidar das crianças durante o dia.

Essa constatação os levou a procurarem um terreno vazio, em uma quarta cidade da zona metropolitana de São Paulo, no qual, enquanto vivem na casa alugada, estão iniciando uma mobilização por conta própria, cortando mato e juntando tábuas de alvenaria, com intuito de ocupar um pedaço de terra e construir, aos poucos, uma casa para a família.

Estes fragmentos, que relatam as buscas contínuas de Eliane por casas para alugar, o acolhimento dos filhos e filhas de outras relações dela e do companheiro nestas moradias, a descoberta de uma nova gravidez e a superveniência da pandemia da COVID-19, foram trazidos com o intuito de contrapor estes percursos de Eliane, que retratam

¹⁴³ A Fundação Casa – Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente são as unidades de internação e de semiliberdade de adolescentes no estado de São Paulo quando estes são condenados pelo cometimento de ato infracional. Eliane também passou pela Fundação Casa durante sua adolescência, conforme ela relatou e consta em fala de sua mãe nos autos judiciais, no entanto como os antecedentes de uma pessoa durante a adolescência não podem ser considerados como *maus antecedentes* para a vida adulta, não há lastro documental no estudo de caso.

¹⁴⁴ Até o final de dezembro de 2020, ainda não se tinha certeza acerca da continuidade do pagamento do auxílio emergencial para as famílias que o receberam no decorrer do primeiro ano da pandemia. Com a definição de novos parâmetros e valores para o auxílio emergencial para o ano de 2021, o governo federal começou a pagar novamente a partir deste mês de abril: <<https://www.caixa.gov.br/auxilio/auxilio2021/Paginas/default.aspx#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%202021%20%C3%A9,per%C3%ADodo%20de%20enfrentamento%20%C3%A0%20crise>>. Acesso em: 11 abr. de 2021.

alguns acontecimentos cotidianos e urgentes de sua vida, à não sincronia dos trâmites dos arquivos judiciais e da punição à qual estava submetida.

Um exemplo da ausência de sincronia foi quando diante de conflitos familiares e com a vizinhança, independente de Eliane estar submetida à uma punição para permanecer vinte e quatro horas por dia dentro do endereço que declarou para o departamento de execuções penais de São Paulo, ela foi obrigada a decidir rapidamente por sair de casa e buscar um novo lugar para viver com a mínima autonomia e tranquilidade para si e sua família. Eliane precisou fazer esta escolha, ainda que caso estivesse diante de uma abordagem policial ou outra situação similar, ela enfrentaria um risco concreto de retornar para a prisão em regime fechado.

Do lado dos arquivos judiciais, a mudança emergencial de casa de Eliane se consubstanciou nos autos por meio de uma página de petição de sua advogada. A advogada. Ela explicou brevemente a urgência da mudança de casa, anexou o novo comprovante de endereço e pediu que o juízo aceitasse o requerimento. Na petição, ela reconheceu que o pedido deveria ter sido apresentado em formato de “autorização judicial” e anteriormente à mudança de endereço em si.

Assim, são urgências como esta que evidenciam a não sincronia. O sistema de justiça criminal, na forma como se organiza, é incapaz de captar estas nuances e pode ainda atuar de forma contraproducente impondo novas punições.

O labirinto da gestão da sanção de Eliane foi sendo elaborado em conjunto com a observação das intersecções e das ausências das instituições envolvidas na vida da protagonista do caso. Quando Eliane saiu da prisão para “penar” em casa, o labirinto saiu junto com ela e em certa medida, passou a projetar suas continuidades e descontinuidades para outros espaços e pessoas nos seus arredores.

Para aproximar as cenas e reflexões atreladas ao tempo da pena de Eliane em casa, farei uso da noção de “arquipélago carcerário” (FOUCAULT, 1999a), inspirada nas elaborações do pesquisador Fábio Mallart (2019a, 2019b), com o objetivo de vislumbrar as ressonâncias do tempo da pena em casa para a própria casa e outros espaços e pessoas que compunham o círculo da vida da protagonista do caso.

O conceito do arquipélago carcerário foi introduzido por Michel Foucault no último capítulo do livro “Vigiar e Punir” intitulado “O Carcerário” que referência a expansão das técnicas penais, de controle e disciplina, manuseadas em continuidade desde o âmbito prisional para outros componentes do corpo social:

“O encarceramento com seus mecanismos de vigilância e punição funciona, ao contrário, segundo um princípio de relativa continuidade. Continuidade das próprias instituições que existem num relacionamento recíproco (dos órgãos de assistência para o orfanato, para a casa de correção, para a penitenciária, para o batalhão disciplinar, para a prisão; da escola para o patronato, para a oficina, para o refúgio, para o convento penitenciário; da cidade operária para o hospital, a prisão). Continuidade dos critérios e mecanismos punitivos que a partir do simples desvio fazem pesar cada vez mais a regra e agravam a sanção.” (FOUCAULT, 1999, p. 247)

Nesta linha, o pesquisador Fabio Mallart (2019a) introduziu, em sua tese de doutorado, o conceito do “arquipélago” de Foucault para designar o conjunto de “múltiplas ilhas – abertas, ressoantes e porosas” que esboçam a continuidade e os ecos entre as prisões, os manicômios judiciários, as unidades de internação para adolescentes, serviços públicos socioassistenciais, instituições de acolhimento, as regiões periféricas das cidades e outros lugares e aparatos estatais que identificou no decorrer de sua pesquisa (MALLART, 2019):

“Assim como se movem as correntes marítimas, veremos uma miríade de espaços sendo atravessados por enunciados, tecnologias, práticas, cheiros, políticas criminais e estatais, evocações e linhas de vida, o que não os converte numa espécie de massa indistinta, afinal, ressonância não significa igualdade, mas variação-continuidade” (MALLART, 2019, p. 18).

Neste sentido, no âmbito do tempo da pena em casa de Eliane, há uma mescla de caminhos de cuidado, vigilância e controle que se enredam em continuidade e que foram observados entre as práticas da administração prisional, as práticas judiciárias e das redes socioassistenciais alocadas nos territórios próximos ao caso. O tempo da pena em casa permite um novo olhar entre as práticas de cuidado e de tutela sobre a vida – o que Foucault (1999b, p. 131) denominou como políticas elaboradas com o propósito de “fazer viver” e “fazer morrer” e que se inserem nas continuidades institucionais.

Por todo o exposto, apresentarei a seguir quatro cenas, protagonizadas pelas instituições e locais diluídos no arquipélago, e que foram recortadas da narrativa com o propósito de auxiliar na compreensão das reflexões sobre as interações punitivas, dentro e fora do próprio âmbito da punição, que ressoaram no âmbito doméstico de Eliane. Importa dizer que algumas dessas cenas foram acessadas por mim devido à proximidade e construção de um vínculo com a protagonista do caso e não exclusivamente por meio dos documentos – este acesso se deu especialmente pelas comunicações que mantivemos via telefone até o fechamento do texto.

3.2.2 QUATRO CENAS DO TEMPO DA PENA EM CASA

As quatro cenas do tempo em casa que serão contadas a seguir foram escolhidas para aproximar as ideias contidas nos transbordamentos do labirinto da gestão das sanções e as discontinuidades ressonantes do arquipélago carcerário, sendo um dos objetivos da descrição das cenas foi aproximar o olhar para as instituições, de forma a levar em consideração as punições a partir de quem as vive.

A primeira cena do caso Eliane anuncia as escolhas impossíveis que processos sancionatórios submetem às pessoas enredadas neles. A segunda aponta os limites difusos entre as paredes da casa, da prisão e entre quem é incumbido de comunicar aos arquivos judiciários sobre como vai a vida do lado de fora. Já a terceira cena emerge do cotidiano em conjunto com as incertezas de futuro de quem cumpre pena fora da cadeia. A quarta cena conecta a gestação e a gestão da sanção de Eliane com a prisão do filho mais velho e ainda adolescente.

A primeira cena, lastrada nos arquivos judiciários, foi descrita no momento quatro da narrativa do caso e refere-se ao episódio no qual a justiça infanto-juvenil de São Miguel Paulista agendou uma audiência para ouvir Eliane no contexto do processo de acolhimento institucional da filha Maria Alice, quando Eliane estava submetida a uma determinação judicial exigindo que ela permanecesse presa dentro de sua casa durante vinte e quatro horas por dia.

De um lado, a juíza nº 1 de São Miguel Paulista exigiu a presença física de Eliane em audiência como elemento imprescindível para que o judiciário averiguasse seu interesse e dedicação para a retomada da guarda da filha. Por outro, a juíza e o Ministério Público não se atentaram ao fato que Eliane estava presa em casa e a ida ao fórum de São Miguel Paulista deveria exigir que o juízo responsável pelo DEECRIM 1 a autorizasse a estar lá.

Eliane decidiu ir, porque queria retomar o cuidado da filha. No entanto, quando as justiças civil e da execução penal não se comunicaram diante dessa situação, Eliane foi obrigada a fazer a escolha impossível entre priorizar seu interesse e dedicação em retomar os cuidados da filha, enquanto ao mesmo tempo se arriscava diante do perigo de retornar ao cárcere ao ir pessoalmente até o fórum.

Esta primeira cena é reveladora da fragmentação do fazer justiça entre as áreas do direito: a falta de diálogo e do estabelecimento de fluxos institucionais entre as instâncias da justiça criminal e da justiça infanto-juvenil podem gerar situações contraproducentes

ao próprio funcionamento do sistema, assim como mais um mecanismo vulnerabilizador de Eliane.

A segunda cena foi recortada do período posterior à determinação judicial para o desligamento de Maria Alice do abrigo e seu retorno para a casa da família. Neste contexto, um dos requisitos da determinação judicial que desligou a criança do acolhimento institucional era que a equipe psicossocial do abrigo seguisse realizando visitas periódicas e apresentasse relatórios descrevendo as dinâmicas da família de Eliane e a estabilidade de Maria Alice no retorno à convivência familiar.

No decorrer dos relatórios as técnicas narraram, por exemplo, quem estava morando com Eliane em cada uma das visitas, se as crianças estavam matriculadas em creche ou nas escolas do bairro, de que forma Eliane e o companheiro promoviam o sustento da casa, de que forma se dava a organização e a limpeza da casa, qual era o valor do aluguel da moradia que estavam residindo, entre outras situações. Uma delas referiu-se às limitações judiciais impostas à Eliane, em vista dela estar cumprindo pena em casa, especialmente no que se referia à proibição de Eliane poder sair para trabalhar, o que as técnicas entenderam como algo problemático em conjunto com a questão do bloqueio no recebimento do benefício relativo ao programa Bolsa Família, parte integrante e imprescindível da subsistência da família.

Especificamente quanto aos problemas no recebimento do benefício assistencial do Bolsa Família, ainda que o relatório elaborado pela equipe psicossocial do abrigo registrasse essas informações, MP e a juíza apenas requereram a apresentação de um novo laudo nos meses seguintes, ou seja, nenhum tipo de encaminhamento ou comunicação foi realizada entre a justiça cível e a vara das execuções criminais – ainda que o próprio acompanhamento psicossocial e a verificação das possibilidades de subsistência da família fizessem referência direta a Maria Alice, uma criança que até pouco tempo estava sendo integralmente tutelada pelas instituições estatais.

Esta segunda cena, para além de ilustrar a fragmentação e a descontinuidade contraproducente entre as áreas do direito, como observadas também na primeira cena, representa também a ampliação de uma das ilhas do arquipélago para dentro da casa de Eliane, transferindo ainda o ônus do isolamento da prisão domiciliar para Eliane e sua família.

As técnicas da equipe psicossocial do SAICA eram judicialmente autorizadas a adentrar a casa de Eliane e reportar aos autos informações gerais da vida da família, de forma que indiretamente, esta presença e o repasse de informações não se restringiam

apenas à dinâmica familiar e à garantia da convivência familiar de Maria Alice, mas Eliane, como uma mulher mãe penando em casa, também acabava sendo vigiada – ainda que não estivesse usando uma tornozeleira eletrônica ou tivesse um oficial de justiça à sua porta para verificar se ela estava ou não em casa.

Por um lado, o poder judiciário, em diferentes instâncias e em simultaneidade, adotou posturas identificadas como contraproducentes para o agenciamento da protagonista do caso frente à restrição de sua saída de casa durante o dia inteiro – sem que houvesse uma preocupação mínima acerca das condições socioeconômicas que a pessoa sob prisão domiciliar está vivendo - e ao submetê-la a visitas domiciliares periódicas que ora se caracterizavam pela fiscalização e vigilância ora se caracterizavam pela preocupação e cuidado socioassistenciais inscritas nos ideais destas políticas públicas.

De outro, as próprias pessoas trabalhadoras destes serviços socioassistenciais podem também ter suas atuações restritas pelas instituições judiciárias, o que igualmente refletiu na vida das pessoas envolvidas no caso. Duas situações ilustraram essa afirmação: a primeira ocorreu quando Eliane estava prestes a sair do cárcere e embora a equipe técnica do abrigo tivesse feito pedido judicial para levar Maria Alice para visitar a mãe na penitenciária, a morosidade dos trâmites e o aparecimento de novas exigências por parte da juíza da infância acabaram levando as trabalhadoras do serviço até a penitenciária onde Eliane estava, independente de terem ou não sido autorizadas; já a segunda trata-se da diferença de posicionamentos que a equipe psicossocial do SAICA e do judiciário adotaram quanto ao desacolhimento de Maria Alice, a do SAICA, que já conhecia Eliane desde a PFC, a visitou em casa sob prisão domiciliar e cuidava de Maria Alice, opinou pelo desacolhimento da criança, enquanto a equipe do juízo que não manteve contato direto com Eliane, opinou o contrário e foi a decisão adotada pela juíza do caso.

A terceira cena, situa-se já no período que Eliane passou estar punida com autorização de saída de casa durante o dia, após o juízo nº 8 das execuções penais de São Paulo reconhecer a progressão de pena para o regime aberto. Quando soube da notícia, por meio de sua advogada, Eliane deslocou-se até o fórum criminal da Barra Funda para retirar sua carteira de assinaturas e a partir daí, comprometeu-se a comparecer trimestralmente no portão “F” do fórum para ter sua carteira carimbada ou assinada – obrigação esta que a advogada informou Eliane estar suspensa desde março de 2020 em razão da pandemia da COVID-19.

Neste contexto, pela análise dos registros judiciais, não há qualquer informação integrada entre o setor que Eliane comparecia para assinar e a vara que tramita os autos da execução penal da protagonista do caso que registre as datas em que Eliane foi até ao fórum, os endereços que declarou e entre outras informações que poderiam ser relevantes para o acompanhamento judicial das punições impostas a ela. Por conta disso, o único registro da regularidade de seus comparecimentos, encontra-se com ela por meio da carteira de assinaturas¹⁴⁵ – o que não passa de um papel sujeito a todos os percalços da vida como molhar, rasgar, perder.

Para além da falta de informações sincronizadas entre os sistemas, transcorridos cerca de um ano desde o início da pandemia e a suspensão das assinaturas, não há qualquer previsão acerca do retorno da fiscalização. Neste sentido, pode ser necessário que as próprias políticas judiciais façam um balanço a respeito dos significados concretos de Eliane, e de um número incontável, pela política judiciária, de pessoas no estado de São Paulo não terem se submetido às filas extensas do fórum da Barra Funda e à essa fiscalização de forma geral, o que somente poderá ser respondido no futuro, já que a pandemia segue sendo uma realidade no Brasil, em abril de 2021.

A quarta cena aconteceu durante o período da pandemia da COVID-19, ou seja, em conjunto com as restrições sanitárias e de isolamento social que estavam em andamento, período que Eliane descobriu que estava gestando sua quinta filha.

Semanas antes de dar à luz e de um despejo iminente, Eliane recebeu a notícia de que o filho mais velho havia sido apreendido em uma delegacia, sob acusação de comércio ilegal de drogas, e seria em seguida encaminhado para uma unidade da Fundação Casa – importante ressaltar que não tive acesso aos autos judiciais referentes à apreensão do filho de Eliane, apenas resgato elementos de conversas que tivemos para agregar mais uma dimensão do arquipélago carcerário e da continuidade da permanência da justiça criminal observada no caso.

Não era a primeira passagem do filho mais velho de Eliane, Matheus, pela justiça criminal infanto juvenil do estado de São Paulo¹⁴⁶, portanto, Matheus estava em liberdade

¹⁴⁵ Ver Anexo IV com um exemplo de foto de carteira de assinaturas no estado de São Paulo.

¹⁴⁶ O ECA, no artigo 112, descreve que quando uma pessoa adolescente transgredir uma lei, ela deve ser responsabilizada pelos seus atos a partir da utilização das seguintes medidas: “I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviços à comunidade; IV – liberdade assistida; V – inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional”, assim como outras que o judiciário entender para resguardar possíveis situações de risco. É importante ainda dizer que o acompanhamento das medidas socioeducativas é de responsabilidade do poder judiciário e dos poderes executivos municipais e estaduais. No estado de São Paulo, o governo do estado é responsável pelas prisões

assistida¹⁴⁷ em decorrência de outro processo judicial quando fora preso novamente. Eliane contou que das outras vezes ela não pôde o acompanhá-lo porque ela também estava presa.

Nesta prisão do filho, Eliane, ainda que sob regime aberto, buscou notícias dele pelo telefone e sem sucesso, foi até a delegacia vê-lo. Na delegacia, a mesma que Eliane foi levada por conta do mandado de prisão em aberto durante a gestão de Maria Alice, ela pode ver o filho, mas foi impedida de entregar um lanche ele. Lá, foi informada que no dia seguinte ele seria submetido a uma audiência virtual de apresentação¹⁴⁸ que decidiria pela imposição de uma medida de internação em unidade socioeducativa ou outras medidas como da liberdade assistida.

Em razão da pandemia, as audiências criminais no âmbito da infância e da juventude estavam acontecendo exclusivamente pelo meio virtual¹⁴⁹ e, ainda que Eliane tenha recebido o *link* para acessar a audiência de apresentação do filho, sua conexão de internet não colaborou e ela refletiu, que por conta de suas próprias passagens pela justiça, assim como pelo próprio fato de que ela ainda cumpria pena, teve receio de sua presença prejudicar o filho e não participou da audiência.

Matheus foi liberado no dia seguinte e Eliane foi buscá-lo, no entanto, a dinâmica familiar também impediu que ele permanecesse com ela, o companheiro e as crianças, o que se deu pelo próprio fato de Matheus também ter um filho e ter vínculos maiores com a região em que estava morando antes dessa nova prisão. Cerca de cinco meses depois, Matheus, ainda adolescente, foi preso novamente por acusações similares às que respondia sob liberdade assistida.

que custodiam adolescentes, as Fundações Casa e os serviços municipais específicos de acompanhamento das medidas socioeducativas são chamados de Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto

¹⁴⁷ A liberdade assistida é uma das medidas previstas no ECA (artigo 118), tem prazo mínimo de seis meses, porém a lei não prevê um prazo máximo: “a liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. Parágrafo primeiro. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de acolhimento”.

¹⁴⁸ A audiência de apresentação tem previsão no artigo 184 e seguintes do ECA: “Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação, observado o disposto no art. 108 e parágrafo.”, sendo que o parágrafo primeiro trata da cientificação das pessoas responsáveis pelo adolescente e que seu dever de participar da audiência representados por uma pessoa advogada.

¹⁴⁹ Importante dizer que audiências por teleconferência já aconteciam também no sistema socioeducativo paulista, a pandemia acabou as intensificando por meio do Comunicado nº 284/2020 emitido pela Corregedoria do TJSP: <https://www.tjsp.jus.br/Download/Portal/Coronavirus/Comunicados/Comunicado_CG_N284-2020.pdf> Acesso em 11 abril 2021. Neste sentido, organizações da sociedade civil lançaram uma nota contra o uso de videoconferências no sistema socioeducativo: <<https://prioridadeabsoluta.org.br/acessojustica/justica-juvenil/videoconferencia-socioeducativo-cnj/>>. Acesso em: 11 abr. 20201.

Estes quatro recortes de cenas podem igualmente ser mobilizados para elucidar os pontos cegos autoproduzidos pelas instituições estatais - judiciárias, penitenciárias e socioassistenciais - no caso Eliane, com o potencial de serem identificadas e transportadas para outros casos de mulheres mães com passagens pelo sistema de justiça criminal no estado de São Paulo, uma vez que são instituições que fazem a gestão de grandes contingentes populacionais com trajetórias similares às de Eliane transpassadas pela pobreza, pela cor da pele, pela falta de amparo e tantos outros enfrentamentos.

Nesta linha, estas populações são os alvos de como estas políticas em continuidade e descontinuidades entre as instituições estatais funcionam. Estejam elas em sintonia ou completamente fragmentadas, a questão que se trava é que os desdobramentos do tempo da pena em casa e as cenas selecionadas do caso Eliane apontam para um horizonte em que, no âmbito da gestão das populações não há uma resposta única entre o controle e o cuidado: as atuações das instituições transitam entre estes conceitos e os ressignificam em suas práticas.

3.3 AS PENAS DE QUEM VIVE – O LABIRINTO DE ELIANE, OS LABIRINTOS DE CADA UMA

“Se, por um lado, não parece inviável enfatizar que todas as existências capturadas pelo arquipélago são submetidas às mesmas condições, formando um único circuito, por outro, **vale realçar que há milhões de vidas que tocam o mesmo registro**” (MALLART, 2019, p. 70) (grifos meus)

Todas as vezes que o sistema de justiça prendeu, processou e puniu Eliane, a representação de quem era ela e das acusações que lhe foram imputadas foram incorporadas em arranjos jurídicos preexistentes do próprio sistema, igualmente utilizados para prender, processar e punir outras pessoas em condições similares que as dela: seu nome e seus dados pessoais foram inseridos em sistemas de informação com preenchimento automático; suas sentenças condenatórias faziam parte de um banco dentre outros modelos de decisões judiciais possíveis; e as características de sua vida ora apareceram nos autos judiciais, ora foram ocultadas ou apenas foram desconsideradas.

No conjunto da gestão das sanções de Eliane, cada componente sancionatório foi tratado de maneira fragmentada e dissociada quando visto sob a perspectiva das práticas institucionais judiciárias, porém não exclusivamente, uma vez que foram também as

práticas judiciais responsáveis por conectar a protagonista do caso a outras redes de atuação do próprio estado, por exemplo, os órgãos de atenção a crianças e adolescentes.

Agregar as ilhas do arquipélago ao labirinto da gestão das sanções de Eliane auxiliou também na observação de como este labirinto se projetou nas continuidades e nas discontinuidades nos serviços socioassistenciais, nas periferias das cidades que a protagonista do caso viveu e nas pessoas que fazem a composição do entorno de Eliane, já que com a mudança do espaço do cumprimento de pena para a casa, novas imposições e restrições dessa punição se projetaram tanto nas capacidades de agenciamento de Eliane quanto no cotidiano das outras pessoas que estavam vivendo com ela.

O mergulho rumo ao interior do caso pelas lentes do tempo da pena em casa mostrou-se como um acesso possível aos entretempos das prisões, visto que este tempo em específico se projetou em outras dimensões das punições vividas por Eliane, mas que quase não foram capturadas ou poderiam passar despercebidas pelos registros de mais de dez anos de arquivos criminais. Pela perspectiva dos autos da execução penal e dos documentos como os boletins informativos e folhas de antecedentes, que sintetizam as passagens de Eliane pelo sistema de justiça, a imagem que se delineia é que ela não viveu fora dos períodos do cárcere. Na ótica do sistema, Eliane é quem os autos representam exclusivamente, por isso o tempo da pena em casa pode se projetar também para dentro dos autos os detalhes de quem vive as punições fora da prisão.

Em documentos como as folhas de antecedentes que capturaram os caminhos de Eliane das delegacias às penitenciárias, constam informações como seu nome, escolaridade e endereço – no entanto, o registro de seu endereço nestes documentos não comunicava informações a respeito das suas condições de “moradia”. Com o registro de um endereço que não se confunde com o da própria unidade prisional, Eliane teve a oportunidade de sair do cárcere para a prisão domiciliar, mas o registro da sua casa e de outras informações relevantes acabou desatualizado e até mesmo ignorado diante do quantitativo de casos similares que foram (e são) processados simultaneamente ao dela.

Deste modo, os arquivos judiciais também falam pouco sobre os serviços socioassistenciais que ela acessou durante a vida, em quais territórios da cidade de São Paulo ela viveu, se já esteve em situação de rua, onde e sob os cuidados de quem estavam seus filhos e filhas, se conhecia serviços de apoio para pessoas com passagem pela justiça criminal. Essas e muitas outras dúvidas foram diluídas e quase esquecidas frente à complexidade dos labirintos que se formaram na gestão das sanções do caso. No entanto, essas lacunas foram também responsáveis por ocasionar novas punições em sua vida.

Uma dessas novas punições foi a retirada compulsória de sua filha, Maria Alice, do convívio com Eliane e em seguida, a retirada também compulsória da criança do convívio de sua família como um todo. Maria Alice foi primeiro impedida de conviver com a mãe passados seus primeiros oito meses de vida na unidade prisional, de forma que sem qualquer vínculo, foi levada para morar com a avó e de lá retirada muito rapidamente pelo Conselho Tutelar e levada para uma instituição de acolhimento público - estas situações que encontram registro em apenas um dos andares do labirinto, o qual quase não se comunicou com os demais.

Enquanto Maria Alice vivia em um abrigo público, Eliane estava presa em casa e sem de lá poder sair. Ali, o tempo da pena em casa traduziu-se como uma medida jurídica que ampliou o labirinto para dentro de casa, ainda que pudesse parecer uma promessa de saída do mesmo.

Além disso, o tempo da pena em casa se deu sobre um alicerce possivelmente bambo e de perigo constante, uma vez que Eliane não estava estritamente enquadrada nos parâmetros que a lei estabeleceu para o acesso à prisão domiciliar: ela saiu do cárcere para cumprir pena em casa para cuidar de uma filha que não estava mais sob seus cuidados e, ao mesmo tempo, estava condenada em definitivo por um tipo penal classificado pela lei como violento e ostentando falta disciplinar de natureza grave.

Esta punição vivida por ela e Maria Alice apontam para outro indicativo mais amplo sobre o aprisionamento de mulheres: as instituições judiciárias, com algumas exceções, não estão preparadas e organizadas para lidar com mulheres mães e seus filhos e filhas, principalmente quando crianças e mães estão institucionalizadas. Neste sentido, a substituição da prisão em unidade penal por prisão domiciliar é uma opção desencarceradora para mulheres, mas com consequências e punições do tempo da pena em casa que precisam ser consideradas e ponderadas pelas instituições.

Outro aspecto da pena vivida por Eliane é que sua casa transformou-se em mais uma das ilhas do arquipélago, ilha esta que foi caracterizada por confinamento e mais restrição de circulação— e que, ao mesmo tempo, exigiu que Eliane se movimentasse nas amarras impostas por esta ilha, se agenciasse por meio de outras pessoas e também se agenciasse por meio dela mesma, ainda que esta forma específica de agência pudesse trazer outros riscos, sendo um deles o do retorno à prisão.

Além das casas, passaram a compor o arquipélago carcerário, o serviço de acolhimento (SAICA) que Maria Alice estava vivendo, as escolas e os centros de convivência que as outras crianças frequentavam, os Centros de Referência e Assistência

Social (CRAS), a UBS e os Conselhos Tutelares dos territórios próximos às casas que ela e a família moraram, as delegacias e unidades da Fundação Casa em razão do período que o filho mais velho de Eliane foi privado de liberdade, o transporte até a fila de assinaturas no fórum criminal da Barra Funda, a fila e o fórum em si mesmos e uma série de outros locais que se aglutinaram dentro e também nos arredores da pena em casa.

Eliane era uma mulher que já havia sido presa três outras vezes e, portanto, conhecia melhor o risco do retorno às instituições prisionais paulistanas que os riscos relativos à prisão domiciliar. O tempo da pena em casa foi uma nova realidade que se impôs, uma novidade na qual ser presa novamente contornava-se como um entre outros riscos de se estar penando em casa: perder a guarda da filha, não poder contribuir ativamente com a subsistência econômica do seu núcleo familiar, expor outras pessoas do seu entorno à fiscalização de instituições socioassistenciais e policiais e entre outras consequências.

Neste ponto é possível transpor ao caso Eliane a afirmativa de Fábio Mallart de que “a passagem pela prisão é apenas uma etapa de um longo processo” (2019b, p. 62). Nesta sequência, quando Eliane saiu da penitenciária e passou a penar em sua casa, as interações que ela poderia estabelecer de dentro da prisão para fora, e seus poros, ressoaram para o âmbito doméstico e privado da sua vida e de seus círculos afetivos.

Na prisão, sob uma perspectiva formal das regras instituídas pela administração penitenciária, Eliane poderia escrever e enviar cartas, receber visitas de familiares, trabalhar nos postos internos oferecidos pelas unidades prisionais, receber salário, enviar dinheiro para sua família por meio do pecúlio e entre outras interações específicas e características do contexto prisional paulistano. Já em casa, essas interações trouxeram novos significados e em latentes necessidades de subsistência, para ela e a família.

Eliane, no tempo da pena em casa, passou a poder utilizar um celular e, portanto, se comunicar com mais facilidade com outras pessoas para além do seu núcleo familiar, assim como passou a estar encarregada de uma série de tarefas domésticas e do cuidado intenso de seus filhos e filhas, para além da sobreposição de outras responsabilidades e incumbências da rotina, como o próprio sustento familiar e a manutenção das relações com as demais pessoas que viviam na casa, também atravessadas pela nova configuração punitiva da pena em casa.

A nova configuração punitiva da pena em casa também resguardou significados únicos para as pessoas no entorno de Eliane, já que ter uma pessoa sob prisão domiciliar dentro de casa poderia também ser compreendido como uma ameaça e a possibilidade de

maior monitoramento por parte da vizinhança e do próprio policiamento ostensivo na região que moravam.

Cabe tecer outras considerações ainda no que se refere ao contexto em que o tempo da pena em casa situa-se frente às instituições públicas atuantes na rede socioassistencial, visto que o caso Eliane também permitiu identificar que pessoas consideradas pelo poder judiciário como “sob prisão domiciliar” não são mencionadas especificamente como englobadas nas políticas públicas estaduais da administração penitenciária de São Paulo ou das políticas municipais socioassistenciais dos municípios que Eliane esteve confinada, o que aponta pistas acerca da falta de reconhecimento do significado que as instituições judiciárias atribuem à prisão domiciliar para as demais instituições e caminhos do arquipélago carcerário.

Contrastar essas nuances do *tempo da pena vivida em casa* com as construções dos modelos jurídicos das leis, das doutrinas e das decisões judiciais vistas no caso, nos dá pistas de como o direito desemboca na produção de parâmetros quase impossíveis de serem seguidos para as pessoas submetidas a ele, assim como acaba por ser transposto em continuidade de suas práticas para outras instituições como as penitenciárias e socioassistenciais.

Esta chave de análise, que intersecciona o labirinto da gestão das sanções de Eliane com as ilhas do arquipélago, aponta para um horizonte no qual a atenção dedicada à concretude de quem vive a pena deve ser um mecanismo mobilizador para a elaboração produtora de novos modelos, teorias e das próprias etapas que compõem um processo judicial, de forma que parte integrante desse horizonte é a compreensão de que as medidas que podem ser desencarceradoras como a prisão domiciliar não se esgotam em si mesmas, portanto há outros contextos e processos sancionatórios que precisam ser considerados para observar como estas medidas se desenvolvem no tempo, tanto pela perspectiva de quem as vive quanto pela ótica das instituições.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se dedicou ao estudo da biografia judiciária não intencional de Eliane mobilizando diferentes métodos de pesquisa, mas principalmente fez uso de arquivos judiciais com o propósito de narrar os caminhos da protagonista do caso pelos labirintos da gestão das sanções no estado de São Paulo.

Parte essencial do trajeto de pesquisa foi o “encontro com o caso”, na medida em que foi necessário recuperar memórias e situações vividas no sistema prisional e de justiça paulistano para situar o encontro com Eliane e também os aspectos que se destacaram em sua trajetória judicial para que este estudo fosse mobilizado: um acúmulo de passagens pelo sistema de justiça criminal, condenações por condutas consideradas ilegais e “com violência”, o exercício da maternidade no cárcere, a imputação de falta disciplinar de natureza grave e a mudança de cumprimento de pena para a prisão domiciliar por meio de uma decisão do Supremo Tribunal Federal.

Diante de uma população prisional de mais de duzentas mil pessoas presas apenas neste estado, aponto que ainda que os caminhos judiciais de Eliane sejam únicos, inclusive em vista dos encontros que resultaram este trabalho, outras pessoas vivem e viverão os seus próprios caminhos por estes labirintos da gestão das sanções – mesmo que os componentes e os obstáculos destes labirintos possam ser diferentes, eles continuarão sendo edificados e ao mesmo tempo sendo transformados constantemente pelas instituições e pelas pessoas que atuam sobre eles. A complexidade sancionatória que estes labirintos vão sendo formados desmistificam a ficção de que há uma linearidade no fazer justiça. Este estudo de caso revelou descontinuidades e reproduções de perfis de quem é processado nos autos judiciais em diferentes áreas do direito.

No caso Eliane os componentes sancionatórios que integraram o caso foram inicialmente as condenações imputadas a ela, a execução da pena, o acolhimento institucional da filha, Maria Alice, e a prisão domiciliar. A partir destes componentes, foi possível observar as passagens fechadas entre os andares de cada um destes labirintos, os seus encontros e até mesmo novas punições derivadas. A investigação do caso Eliane e a revelação deste labirinto, permite também transportá-lo para outras situações com o intuito de contrastar estes achados, as conclusões extraídas deste estudo e analisar outras trajetórias singulares atravessadas pelo sistema de justiça.

Compreender o tempo da pena em casa em suas restrições e imposições exigiu olhá-lo para além da concepção de que a prisão domiciliar é uma medida jurídica descrita nos autos judiciais, mas tratou-se de um caminho muito específico na biografia judiciária de Eliane que escolhi também mobilizar por meio do conceito do arquipélago já aproximado à realidade do sistema carcerário paulistano pelo pesquisador Fábio Mallart (2019a, 2019b). As práticas judiciárias, penitenciárias e socioassistenciais se confundiram no caso Eliane e estas confusões são também representativas de caminhos intrínsecos dos funcionamentos das instituições estatais que se dão de formas contínuas e descontínuas simultaneamente.

Quando Eliane precisou se agenciar e transitar entre as amarras da pena em casa para estes outros espaços e trajetos, estas decisões exigiram dela a assunção dos riscos que a saída do confinamento domiciliar poderia lhe trazer, sendo que uma delas era a possibilidade de retornar ao cárcere, mas outras como estender o tempo de permanência da filha em acolhimento institucional ou até perder a guarda da criança, ou uma eventual impossibilidade de apoiar o filho adolescente preso ou de contribuir diretamente com a subsistência da sua família.

A prisão domiciliar de Eliane, nos primeiros meses, desenvolveu em um “alicerce bambo”, já que sem respaldo legislativo direto de seu enquadramento enquanto mulher que poderia penar em casa e da negativa deste direito em todas as demais instâncias, havia uma grande incerteza sobre os desdobramentos dos seus próximos meses de vida.

Outro aspecto que foi possível observar são os limites entre a criação de um perfil único de controle pelas instituições que produzem dados prisionais e as inúmeras formas como uma pessoa pode ou não ser caracterizada no decorrer de um mesmo processo judicial que se desenvolveu no tempo. Eliane foi hétero denominada como branca, parda e negra; sua escolaridade designada como 2º grau, ensino médio complemento, ensino fundamental incompleto e ciclo III; as posições de trabalho que ocupou foram registradas desde desempregada, balconista, ajudante geral, auxiliar de alimentação, auxiliar de montagem até mãe. Ao mesmo tempo, embora os autos judiciais registrem, em diferentes momentos, informações gerais e pessoais das pessoas, eles não dão conta das próprias exigências que as instituições judiciárias fazem para comprovar determinadas condições da vida de quem está punida, como a situação de gestação, do exercício da maternidade e do cuidado, do exercício de trabalho fixo, de estudos ou da necessidade de tratamentos de saúde.

Por todos os motivos já expostos, o estudo de caso de Eliane tem a potencialidade de oferecer para este campo de estudos algumas reflexões em uma linha de pesquisa ainda pouco explorada que trata das ressonâncias que o tempo da pena de uma mulher em casa pode acarretar aos processos decisórios e para os fluxos de trabalho das instituições que compõem a justiça criminal. Nesta linha, o quadro de gestão das sanções de Eliane oferece pistas para refletir acerca dos próprios custos sociais e desdobramentos jurídicos que o confinamento domiciliar impôs tanto nas instâncias dos processos judiciais que ela respondeu quanto na concretude de sua vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 289 de 14 de agosto de 2019. Dispõe sobre a implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2976>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 62 de 17 de março de 2020. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 369 de 19 de janeiro de 2021. Estabelece procedimentos e diretrizes para a substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência, nos termos dos arts. 318 e 318-A do Código de Processo Penal, e em cumprimento às ordens coletivas de habeas corpus concedidas pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal nos HCs no 143.641/SP e no 165.704/DF. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/files/original22125020210125600f4262ef03f.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Recomendação nº 91 de 15 de março de 2021. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas adicionais à propagação da infecção pelo novo Coronavírus e suas variantes – Covid-19, no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3785>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. Lei nº 3.689 (Código de Processo Penal) de 03 de outubro de 1941.

_____. Lei nº 7.210 (Lei de Execução Penal) de 11 de julho de 1984.

_____. Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 13 de julho de 1990.

_____. Lei nº 12.343 (Lei das Medidas Cautelares) de 4 de maio de 2011.

_____. Lei nº 13.105 (Código de Processo Civil) de 16 de março de 2015.

_____. Lei nº 13.769 (Marco Legal de Atenção à Primeira Infância) de 8 de março de 2018.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. **Dar à luz na sombra:** condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Brasília: Ministério da Justiça; Ipea, 2015.

_____. Ministério da Justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Relatório de visitas de inspeção: Penitenciária Feminina “Santa Maria Eufrásia Pelletier”, Penitenciária Feminina II de Tremembé, Penitenciária Feminina da Capital e Penitenciária Feminina Sant’ana, 2014. Disponível em: < <https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/cnpcp/relatorios-de-inspecao/relatorios-de-inspecao-2014/5%20-%20RELATORIO%20DE%20INSPECAO%20EXTRAORDINARIA%20EM%20ESTABELECIMENTOS%20PENAIIS%20DO%20ESTADO%20DE%20>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: INFOPEN 2016. Brasília: 2017.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: INFOPEN 2017. Brasília: 2018.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: INFOPEN Mulheres 2014. Brasília: 2014.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: Diretrizes para a convivência mãe filho/a no sistema prisional. Brasília: 2016.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional: Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do sistema prisional. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-Pessoas-Egressas-do-Sistema-Prisional_eletronico.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

ALVES, Enedina do Amparo. **Rés negras, judiciário branco**: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ANGOTTI, Bruna. **Entre as Leis da Ciência do Estado e de Deus**: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. São Paulo, IBCCRIM, 2012.

ANGOTTI, Bruna. **Da solidão do ato à exposição judicial**: uma abordagem antropológico-jurídica do infanticídio no Brasil. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-16092019-153730. Acesso em: 2021-05-02.

ANGOTTI, Bruna; BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Dar à luz na sombra**: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Brasília: Ministério da Justiça, IPEA, 2015. (Série Pensando o Direito, 51)

ANTUNES, Sara Vieira. **Para habitar entre grades**: táticas de [sobre]vida na prisão. Aracê: Direitos Humanos em Revista, vol. 4, nº 5, 2017, pp.116-135.

BALBUGLIO, Viviane. “Liberados”, porém, não livres: um olhar para o cumprimento de pena em regime aberto na cidade de São Paulo. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, Porto Alegre, vol. 7, n. 1, p. 653-682, jan.abr. 2021. <https://doi.org/10.22197/rbdpp.v7i1.446>.

BECKER, Howard. **Problemas de inferência e prova na observação participante**. In H. Becker (Org.). *Métodos de pesquisa em ciências sociais* São Paulo: Editora Hucitec (pp. 47-64), 1994.

BORGES, Viviane Trindade. Memória pública e patrimônio prisional: questões do tempo presente. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 310 - 332, jan./mar. 2018.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. **Revista Direito GV**, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 523-546, jul. 2015. ISSN 2317-6172. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/58121>>. Acesso em: 26 mai. 2019.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes. **Angela Davis**: a escrita de si desafia o poder arconte. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 02, 2020, p. 753-774. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/41035>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

BRAGA, Ana Gabriela; FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. **Quando a casa é a prisão**: uma análise de decisões de prisão domiciliar de grávidas e mães após a Lei 12.403/2011. *Revista Quaestio Iuris*, vol. 09, no. 01, Rio de Janeiro, 2016. pp. 349-375.

BRITO, Alexis Couto de. *Execução Penal*. São Paulo: Saraiva, 2018.

BRITO, Luciana Stoimenoff. **O arquivo de um sequestro**: o homem mais antigo do Brasil. 2016. [127] f., il. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CAPPI, Ricardo. **A “teorização fundamentada em dados”**: um método possível na pesquisa empírica em Direito. In: Machado, Maira Rocha. (Org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. 1ed. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, v. 1, p. 391-422.

CASTRO, Teresa Garcia; GIACOMELLO, Corina. **Presas em casa**: mujeres em arresto domiciliário en América Latina. Disponível em: <http://fileserv.idpc.net/library/House_Arrest_ES.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: J. Poupart et al.. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (p. 295-316). Trad. Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008.

CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO – CEBRAPE. *Crianças e adolescentes com familiares encarcerados: levantamentos de impactos sociais, econômicos e afetivos*. 1ª ed. São Paulo: CEBRAP, 2018.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Medidas para reduzir a prisão preventiva**: relatório sobre medidas destinadas a reduzir o uso da prisão preventiva nas Américas. CIDH, 2017.

_____. **Situação dos direitos humanos no Brasil**. CIDH, 2020. Disponível em: <<http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Glossário**. Disponível em: <<https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

CUNHA, Manuela. **Etnografias da prisão**: novas direções. Configurações, vol. 13, 2014, p. 47-68.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; MENEGUETI, Vanessa. **A (não) aplicação de prisão domiciliar a gestantes e mães**: um estudo sobre o cumprimento do HC Coletivo 143.641 pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Rev. Brasileira de Ciências Criminais, nº 165, São Paulo, 2020, p. 379-422.

DINIZ, Debora. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. In: FLEISCHER, S.; SHUCH, P. (Org.). Ética e regulamentação na pesquisa antropológica. Brasília: Letras Vivas, 2010. p. 183-192.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Trad. Fátima Murad. São Paulo. Ed. USP, 2009.

FERREIRA, Carolina Costa. **Pandemia e punição**: prisões domiciliares e seus impasses judiciais na quarentena. No prelo.

FERREIRA, Poliana da Silva. **A responsabilização da polícia que mata**: um estudo de caso sobre o tratamento jurídico das abordagens policiais com resultado morte. Dissertação de Mestrado. FGV Direito SP, 2019.

FULLIN, Carmen Silvia. **Prisioneiras do tempo**: a pena de trabalho comunitário e seus custos sociais para mulheres. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 146, 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 20a ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GIMÉNEZ Montiel, Gilberto; HEAU LAMBERT, Catherine. El problema de la generalización en los estudios de caso. In: Bazán, C. O. (org.). La etnografía y el trabajo de campo en las ciencias sociales. UNAM, México, 2014.

GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-05082015-161338.

GODOI, Rafael. **Penar em São Paulo**: sofrimento e mobilização na prisão contemporânea. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 31, nº 92, 2016.

GOMES, Janaína Dantas Germano. **Cartórios judiciais e o acesso à justiça:** tensões e disputas. 2017. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. doi:10.11606/D.2.2017.tde-21082020-022344.

IGREJA, Rebeca Lemos. **O Direito como objeto de estudo empírico:** o uso de métodos qualitativos no âmbito da pesquisa empírica em Direito. In: Machado, Maira Rocha. (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. 1ed. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, v. 1, p. 11-38.

ITTC. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. **Relatório Mulheres sem Prisão:** desafios e possibilidades para reduzir a prisão provisória de mulheres. São Paulo, 2017.

ITTC, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. **MaternidadeSemPrisão:** diagnóstico da aplicação do Marco Legal da Primeira Infância para o desencarceramento de mulheres. São Paulo, 2019.

JEGANATHAN, Pradeep. **Checkpoint:** Anthropology, Identity and the State. In Das, Veena e Poole, Deborah (eds) Anthropology in the Margins of the State. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. pp 67-80.

LAGO, Natália Bouças do. **Mulheres na prisão:** entre famílias, batalhas e a vida normal. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. doi:10.11606/D.8.2014.tde-23042014-114955.

LAGO, Natália Bouças do. **Jornadas de visita e de luta:** tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-20122019-174339.

LIMA, Roberto Kant de; BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Como a Antropologia pode contribuir para a pesquisa jurídica? Um desafio metodológico. Anuário Antropológico, v. 39, n. 1, p. 9-37. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6840>. Acesso em: 02 mai. 2021.

LIMA, Sara de Oliveira Silva; MENDONÇA, Analméria da Silva Cabral de. **Prisão domiciliar como proteção à primeira infância à luz dos julgados do STF e STJ.** Disponível em: <<http://www.andhep.org.br/anais/arquivos/3SIPP/gt6.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2018.

LUGONES, Maria Gabriela. **Obrando en autos, obrando en vidas:** formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI. Rio de Janeiro: E-papers/LACED/Museu Nacional, 2009.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes. **O uso da observação participante em pesquisas realizadas na área do Direito:** desafios, limites e possibilidades. In: Machado, Maíra Rocha. (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. 1ed. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, v. 1, p. 83-118.

LUPETTI BAPTISTA, Bárbara Gomes. **Paradoxos e ambiguidades da imparcialidade judicial:** entre “quereres” e “poderes”. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2013.

MACHADO, Maíra Rocha. **O estudo de caso na pesquisa em direito.** In: Machado, Maíra Rocha. (Org.). Pesquisar empiricamente o direito. 1ed. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, v. 1, p. 356-389.

MACHADO, Maíra Rocha. “**Contra a departamentalização do saber jurídico:** “A contribuição dos estudos de caso para o campo direito e desenvolvimento”. In: SILVEIRA, Vladimir O. da, SANCHES, Samyra N., COUTO, Monica B. (orgs.) 17 Direito e desenvolvimento no Brasil do século XXI. Brasília: Ipea: CONPEDI, 2013, p. 177-200.

MACHADO, Maíra Rocha. **Entre a lei e o juiz:** os processos decisórios na definição das penas. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 2016.

MACHADO, Maíra Rocha; Pinto, Patrícia Bocardo Batista. **A punição na punição na punição:** as múltiplas sanções aplicadas em caso de falta grave nas decisões do TJSP. Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 152. ano 27. p. 117-143. São Paulo: Ed. RT, fevereiro 2019.

MALLART, Fabio. **Findas linhas:** circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. 2019a. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-30102019-185218.

MALLART, Fábio. **O arquipélago.** Tempo Social, v. 31, p. 59-79. São Paulo, 2019b. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/161327>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

MARCÃO, Renato. Execução Penal. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARCÃO, Renato. Curso de Execução Penal. São Paulo: Saraiva, 2015.

MATSUDA, Fernanda Emy. **Sob fogo cruzado:** a gestão de mulheres e a justiça criminal paulista. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2017.tde-10032017-151000. Acesso em: 2021-05-02.

MATSUDA, Fernanda Emy. **A medida da maldade:** periculosidade e controle social no Brasil. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/D.8.2010.tde-23032010-110904.

MONTERO, Rosa. A ridícula ideia de nunca mais te ver. São Paulo. Todavia, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Execução Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. **Processos judiciais como fontes de dados:** poder e interpretação. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 7, no 13, p. 244-259, jan/jun, 2005.

PADOVANI, Natalia Corazza. "Perpetuas espirais" = falas do poder e do prazer sexual em trinta anos (1977-2009) na história da Penitenciária Feminina da Capital. 2010. 186 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/278999>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PADOVANI, Natália Corazza. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. Cad. Pagu, Campinas, n. 55, e195501, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332019000100301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mai. 2021.

PADOVANI, Natália. É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista. *Cadernos de Estudos Sociais e Políticos*, Rio de Janeiro, v. 07, n. 12, pp. 06-30, 2017.

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. Em defesa do desencarceramento de mulheres: pesquisa sobre o impacto concreto do indulto do dia das mães, 2018. Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2018/08/relatorio_indulto_dia_das_maes_2017.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2021.

PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL et al. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil, 2007. Disponível em: <<https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2013/02/Relato%CC%81rio-para-OEA-sobre-Mulheres-Encarceradas-no-Brasil-2007.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

PINHEIRO, Luciano. **A letalidade policial pelo olhar dos familiares-vítimas.** In: Lima, Michael Lobo Toledo; Lima, Roberto Kant de, (org.). Entre normas e práticas: os campos do Direito e da Segurança Pública em Perspectiva Empírica. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, v. 1, p. 343-369.

PIRES, Álvaro. **Amostragem e pesquisa qualitativa:** ensaio teórico e metodológico. In: Jean Poupart et alii. Op. Cit. MERLLIÉ, Dominique et alii. Iniciação à prática sociológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

PIRES, Álvaro. A racionalidade penal moderna, o público e os direitos humanos na modernidade tardia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 68, p. 39-60, 2004.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, Categorias de Articulação e Experiências de Migrantes Brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 02, pp. 263-274, jul./dez. 2008.

RAGAVNANI, Christopher Abreu; NEVES, Bruno Humberto; ITO, Josielly Lima. Maternidade e prisão: pesquisa empírica no TJSP após o HC Coletivo 143.641 do STF. **Rev. Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal** – UFRGS, vol. 7, nº 2, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/redppc/article/view/96353/55494>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

REGINATO, Andrea Depieri de A. **Uma introdução à pesquisa documental**. In: Machado, Maira Rocha. (Org.). *Pesquisar empiricamente o direito*. 1ed. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017, v. 1, p. 189-224.

RICH, Adrienne. *On Lies, Secrets and Silence: Selected Prose 1966-1978*. W. W. Norton & Company, 1995.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Execução Penal Teoria Crítica*. São Paulo: Saraiva, 2018.

SALLA, Fernando. **A pesquisa na prisão: labirintos**. In: Lourenço, Luiz Cláudio; Rocha, Gerder Luiz. *Prisões e punição no Brasil contemporâneo*, 2013.

SANTOS, Luna Borges Pereira. **Infanticida e castigo: moral e produção de verdade em um arquivo**. 2017. 93 f. Dissertação (Mestrado em Direito) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SANZOVO, Natália Macedo; SA, Alvino Augusto de. **O lugar das trans na prisão: um estudo comparativo entre o cárcere masculino (São Paulo) e alas LGBT (Minas Gerais)**. 2017. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SÃO PAULO. Regimento Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://sindespe.org.br/portal/wp-content/uploads/2016/05/regimento-interno.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

_____. Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de São Paulo. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Corregedoria/Comunicados/NormasJudiciais>>. Acesso em: 02 mai. 2021.

SILVA, Lane Ferreira da. **Maternidade e cadeia: um estudo de caso sobre a prisão domiciliar**. 2017. 75 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Vasconcelos, N. P. de, Machado, M. R., & Wang, D. W. L. (2020). **COVID-19 nas prisões: um estudo das decisões em habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo**. *Revista De Administração Pública*, 54(5), 1472-1485.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: E. O. Nunes(org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VIANNA, Adriana. **“Etnografando Documentos”: uma antropóloga em meio a processos judiciais**. In CASTILHO, S.R; TEIXEIRA, C.; SOUZA LIMA, A.C. *Antropologia das Práticas de Poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014.

WOOLF, Virginia. Orlando. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

WORLD PRISON BRIEF - WPB. World. Prison Population List. 12 ed., 2018.
Disponível em:
<https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppl_12.pdf>.
Acesso em: 02 mai. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE I – GLOSSÁRIO

Acolhimento institucional

Medida que prevê o acolhimento de pessoas ou famílias que sejam classificadas como em vulnerabilidade social em residências gerenciadas pelas gestões municipais da assistência social. Ele é um serviço atrelado à Proteção Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e é oferecido para pessoas de diferentes perfis, dentre elas estão as crianças e adolescentes que podem ser destinatárias da medida de forma transitória até o retorno às suas famílias de origem ou até o encaminhamento para famílias substitutas, o que é regulado pelo ECA.

Outras definições: ECA (artigo 101, parágrafo único)

Acórdão

Decisão que designa o desfecho de um processo judicial na instância em que ele se encontra. Essa decisão é tomada por um conjunto de pessoas julgadoras, as quais podem ou não adotar entendimentos unânimes entre si. Um acórdão pode ser proferido por instituições judiciárias de segunda instância como, por exemplo, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais de Justiça, e de instância superior, como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

Outras definições: CPC (artigo 204).

Ala de progressão penitenciária

São arranjos prisionais, localizados em algumas penitenciárias e centros de detenção provisória, criados para custodiar pessoas que cumprem pena em regime semiaberto, mas que devido à falta de vagas em unidades próprias para esta forma de cumprimento de pena ou por qualquer outro motivo alegado pelas gestões prisionais, acabam permanecendo presas nestas alas de progressão. Esse é o nome que a política prisional do estado de São Paulo adotou para esses arranjos, no entanto eles existem em outros estados do Brasil também.

Alvará de soltura

Documento emitido pela instância responsável do poder judiciário e transmitido à administração penitenciária competente com o propósito de determinar que uma pessoa em situação de prisão seja imediatamente liberada.

Outras definições: CPP (artigo 685).

Apelação

Modalidade de recurso judicial mobilizada frente às sentenças judiciais proferidas por um juiz ou juíza que designaram um desfecho para um processo judicial em primeira

instância. Neste sentido, quando uma sentença judicial condena ou declara a inocência de uma pessoa, a apelação é o recurso que pode ser administrado, tanto pela defesa quanto pela acusação, para questionar a sentença judicial.

Outras definições: CPP (artigo 593 a 604).

Boletim Informativo

Nome que a política prisional do estado de São Paulo escolheu para intitular um formulário padronizado e elaborado pelas unidades prisionais, cujo principal objetivo é transmiti-lo ao poder judiciário (execução penal) contendo informações gerais acerca da vida da pessoa presa, especialmente seu histórico de movimentações pelo sistema prisional paulistano, registro de faltas disciplinares e a valoração que a unidade prisional escolheu para definir o comportamento daquela pessoa. Este documento costuma ser apresentado ao judiciário pela defesa da pessoa presa no momento em que esta solicita qualquer mudança no cumprimento de pena que pode vir a ensejar a liberdade da pessoa. É importante dizer que o judiciário ou Ministério Público também podem solicitá-lo diretamente à unidade prisional, sem manifestação da defesa da pessoa presa.

Outras definições: RIPSP (artigos 91 e 92).

Centro de detenção provisória

Um dos tipos de unidades prisionais da estrutura básica da política prisional do estado de São Paulo. É definido como espaço de custódia exclusivo para pessoas em prisão provisória – ou seja, pessoas que estão respondendo acusações criminais em prisão preventiva e que não tiveram condenações definitivas imputadas a si.

Outras definições: RIPSP (artigo 5, I)

Centro de progressão penitenciária

Um dos tipos de unidades prisionais da estrutura básica da política prisional do estado de São Paulo. É definido como espaço de custódia exclusivo para pessoas que estão sob o cumprimento de pena em regime semiaberto.

Outras definições: LEP (artigos 91 e 92) e RIPSP (artigo 5, III)

Comparecimento periódico em juízo

Punição estabelecida pelo poder judiciário que obriga uma pessoa a se apresentar em repartição da justiça com o propósito de atestar a regularidade de uma medida cautelar ou pena imposta. A frequência, a periodicidade, o local e a forma do controle do registro do comparecimento muda de acordo com a organização própria de cada decisão judicial e a organização do judiciário. O comparecimento periódico costuma ser um requisito atrelado às pessoas que respondem processos criminais em liberdade e prisão domiciliar, assim como para pessoas que estão cumprindo suas penas fora de estabelecimentos prisionais sob cumprimento de pena em meio aberto.

Outras definições: CPP (artigo 319, I), LEP (artigo 115, IV) e Normas Judiciais da CGJ do TJSP (artigo 54, III e 408).

Despacho

Ações praticadas por juízes e juízas nos autos judiciais que têm como principal propósito dar seguimento a um processo judicial. Os despachos são distintos das sentenças, uma vez que as sentenças são decisões que irão estabelecer algum desfecho ao processo judicial, enquanto os despachos são atos judiciais que juízes e juízas vão apresentando no processo, com o intuito de que seja dada continuidade a ele, até o momento de proferimento de uma sentença. É importante dizer que os despachos não são exclusivos aos processos judiciais. Em processos administrativos, por exemplo, outras autoridades como diretores e diretoras de unidades prisionais também fazem uso deste termo para movimentar e dar seguimento a um procedimento.

Exame criminológico

Avaliação psicossocial, com previsão na Lei de Execução Penal, de caráter facultativo e que segundo a lei, tem o objetivo de individualizar a pena de uma pessoa sentenciada. Ou seja, o exame deveria apontar quais as melhores condições para o cumprimento de pena de uma pessoa segundo suas características e necessidades. Na prática judiciária de São Paulo, o exame criminológico passou a ser compreendido como um parecer elaborado pela equipe técnica da unidade prisional (ou da própria Secretaria de Administração Penitenciária, quando não há equipe designada na unidade), no qual a pessoa profissional afirmará se a pessoa sentenciada tem ou não condições de progredir para outro regime, principalmente em casos de progressão ao regime aberto ou liberdade condicional.

Outras definições: LEP (art. 8)

Guia de recolhimento

Documento que viabiliza o início do processo de execução da pena privativa de liberdade ou da medida de segurança de uma pessoa. Assim, na hipótese de uma pessoa em situação de prisão provisória ser condenada a uma pena privativa de liberdade em regime fechado, a guia de recolhimento será o documento que o cartório judicial responsável pela imputação da condenação elaborará e anexará aos autos judiciais, para fins de que o procedimento de acompanhamento da execução penal desta pessoa seja aberto. Dessa forma, dentre uma série de informações, a guia de recolhimento deverá conter detalhes acerca da condenação imposta e dados pessoais da pessoa. A guia de recolhimento é chamada de provisória quando a sentença imposta à pessoa não tem caráter definitivo e está sujeita a alterações em razão de recursos que possam estar em andamento nas instâncias superiores de julgamento.

Outras definições: LEP (artigos 105 e 106) e Normas Judiciais da CGJ do TJSP (artigos 467 a 474).

Habeas Corpus (HC)

Instrumento jurídico que tem o propósito de proteger o direito de ir e vir. Este instrumento pode ou não ser mobilizado sob a mediação de um advogado(a). Por exemplo, uma pessoa presa pode direcionar uma carta a um tribunal que contenha um *habeas corpus* mobilizado em seu próprio nome. Quando ele é mobilizado por advogados(as), defensores(as) públicos(as) e dentre outros atores e atrizes institucionais, há uma série de requisitos formais que deverão ser cumpridos para que um(a) juiz(a) ou tribunal venha a julgá-lo.

Outras definições: CF (artigo 5º, LXVIII), CPP (artigos 647 a 667) e Normas Judiciais da CGJ do TJSP (artigo 494 a 495).

Habeas Corpus Coletivo (HC Coletivo)

Instrumento jurídico similar ao HC, que protege a liberdade de ir e vir. No entanto, no HC Coletivo, um grupo de pessoas será o destinatário da medida.

Outras definições: decisão liminar do julgamento do HC 143.641/SP no STF.

Livramento Condicional (LC)

Uma das espécies de cumprimento da pena em meio aberto. Uma pessoa sob livramento condicional está condicionada a cumprir determinados requisitos estabelecidos em decisão judicial. Caso o judiciário considere que esta pessoa possa ter descumprido estes requisitos, ela poderá voltar à prisão, no regime que anteriormente estava presa. Nesse caso, o tempo que ela vivenciou sob a LC não será contabilizado como tempo de pena cumprida – ou seja, o tempo entre o momento que a pessoa saiu do cárcere até o descumprimento dos requisitos da LC será entendido como uma pausa, e não surtirá nenhum efeito para o restante da pena a qual a pessoa estará submetida.

Outras definições: CP (artigo 83) e LEP (artigos 131 a 146).

Mandado de prisão

Documento emitido pela instância responsável do poder judiciário e transmitido à administração prisional, polícias e outras instituições que compõem o sistema de justiça criminal, com o propósito de autorizar que uma pessoa seja presa ou que continue nesta condição. Esta prisão poderá ser provisória (pessoa sem condenação definitiva) ou com o intuito de iniciar ou dar continuidade ao cumprimento de uma pena anteriormente imputada.

Outras definições: CPP (artigos 285, 289-A e dentre outros) e Normas Judiciais da CGJ do TJSP (artigos 419 a 434)

Pena privativa de liberdade (PPL)

Tipo de punição estabelecido pelo poder judiciário e que consiste na privação do direito de ir e vir de uma pessoa. A PPL pressupõe que uma pessoa fique presa em estabelecimento penal ou prisão domiciliar e seja submetida a um sistema progressivo de cumprimento de pena. São tipos de PPLs: pena de reclusão (são penas que os regimes de cumprimento admitidos são o fechado, semiaberto ou aberto), detenção (são penas nas quais não se admite que uma pessoa inicie o cumprimento de pena em regime fechado, apenas sob regime aberto e semiaberto) e prisão simples (modalidade de prisão que não se admite que o cumprimento seja em regime fechado em nenhuma hipótese).

Outras definições: CP (artigo 53)

Pena restritiva de direitos (PRD)

Penas que substituem as PPLs (reclusão, detenção e prisão simples) e são reguladas pelo CP. As PRDs subdividem-se em seis categorias: prestação pecuniária, perda de bens e

valores, limitação de fim de semana, prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana. Neste sentido, o CP descreve que as penas privativas de liberdade serão substituídas pelas PRDs quando: “I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II – o réu não for reincidente em crime doloso; III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente” (CP, art. 44). Observando-se, portanto, que no que se refere ao item III, haverá um julgamento também subjetivo da pessoa magistrada para aplicação dessa medida.

Penitenciária

Estabelecimento penal ao qual a LEP destina especificamente as pessoas que estejam privadas de liberdade sob regime fechado, sob prisão provisória ou no regime disciplinar diferenciado.

Outras definições: LEP (artigo 87).

Prisão domiciliar

Forma de prisão vivida em local estabelecimento penal propriamente dito, como a casa da pessoa ou um centro de acolhida público. Também se observa esta possibilidade de cumprimento de pena fora de um estabelecimento penal diante de situações relativas à condição da pessoa sentenciada (idade, estado de saúde e responsável pelo cuidado de outras pessoas em seus núcleos familiares) ou da falta de estabelecimento penal atrelado a forma de cumprimento de pena de uma pessoa.

Outras definições: CPP (artigo 317).

Prisão provisória

Período em que uma pessoa fica presa em estabelecimento penal de regime fechado ou sob prisão domiciliar, sem que tenha sido judicialmente condenada.

Regime de trânsito

Regime de suspensão transitória de alguns direitos das pessoas presas em unidades prisionais no estado de São Paulo, dentre elas estão mulheres mães em período de amamentação e pessoas recém chegadas em unidades prisionais.

Outras definições: RIPSP (artigos 24 e 125).

Regime aberto

Terceira etapa do regime progressivo de cumprimento de penas privativas de liberdade (PPL) no Brasil, de acordo com sua definição no CP

Regime fechado

Primeira etapa do regime progressivo de cumprimento de penas privativas de liberdade (PPL) no Brasil, portanto trata-se de uma das espécies de PPL e que é obrigatoriamente

aplicável para as pessoas que forem condenadas a penas maiores de oito anos. A LEP é quem nomeia o esta

Regime semiaberto

Segunda etapa do regime progressivo de cumprimento de penas privativas de liberdade no Brasil, de acordo com sua definição no CP. A LEP é quem nomeia o estabelecimento penal específico para este tipo de regime: “a colônia agrícola, industrial ou similar destina-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto” (artigo 91).

Reincidência

Conceito jurídico aplicável em processos judiciais de pessoas que foram condenadas em definitivo por conduta considerada como ilícita no Brasil ou no exterior e que, em razão disso, serão tratadas como reincidentes se acusadas de nova conduta ilícita. A consideração da reincidência impacta, por exemplo, em um agravamento da pena que poderá ser declarada diante da nova acusação que a pessoa responde.

Outras definições: CP (artigos 61, I, 63 e 64).

Suspensão condicional da pena (Sursis)

Medida judicial que pode ser adotada para suspender o início do cumprimento de pena, de 2 a 4 anos, quando a condenação a que uma pessoa está submetida for menor de 2 anos e também, de acordo com os incisos do artigo 77 do Código Penal: “o condenado não seja reincidente em crime doloso” (I), “a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício” (II) e “não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código” (III) – o artigo 44 do Código Penal trata das penas restritivas de direito como prestação de serviços à comunidade, por exemplo, que podem substituir as penas restritivas de liberdade.

Outras definições: CP (artigos 77 a 82).

Tipo penal de furto

A definição de furto descrita pelo Código Penal é “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (art. 155) com pena de reclusão de um a quatro anos, e multa - ou seja, tomar de alguém um objeto para seu próprio benefício ou de uma outra pessoa.

Enquanto o furto é considerado qualificado, nos termos do parágrafo quarto, se há “destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa” (I), “abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza” (II), “com emprego de chave falsa” (III) e “mediante concurso de duas ou mais pessoas” (IV), situação que Eliane foi enquadrada. Assim, diante de situações enquadradas no tipo penal correspondente ao furto qualificado a lei estabelece aumento da pena de reclusão de dois a oito anos e multa.

Tipo penal de roubo

Definido pela lei como “subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à

impossibilidade de resistência” (CP art. 157). A pena descrita pela lei é de reclusão de quatro a dez anos, e multa.

Unificação das penas

Somatória das penas de uma pessoa para fins de determinação do regime de cumprimento da pena. A unificação ou a somatória acontece quando a uma pessoa é imputada mais de uma condenação em um mesmo processo ou em processos distintos, caso a pessoa já esteja sob cumprimento de pena, a somatória das punições levará em consideração apenas o que resta do tempo da pena que já está sendo cumprida.

Outras definições: LEP (artigo 111).

Saída temporária

Saídas com de curta duração para pessoas que cumprem pena sob regime semiaberto. No estado de São Paulo, as saídas temporárias costumam ser organizadas pela gestão prisional em feriados ou datas comemorativas como páscoa, dia das mães, dia dos pais, dia das crianças e festas de final de ano.

Outras definições: LEP (artigos 122 a 125)


APÊNDICE II – LISTAGEM DE ATUAÇÕES INSTITUCIONAIS

Autos da execução penal	Atuações institucionais em documentos judiciais nos autos da execução penal	Número de atuações
Magistratura	Pessoas juízas	8
Ministério Público de São Paulo	Pessoas promotoras	14
Defensoria Pública de São Paulo	Pessoas defensoras públicas	2
Advocacia da Fundação Pedro Álvares Pimentel	Pessoas advogadas da FUNAP	2
Advocacia privada	Pessoas advogadas particulares	2
Funcionário do TJSP	Coordenações dos DEECRIM	2
	Chefias de seção judiciária	3
	Pessoas escreventes técnicas	16
	Pessoas escrivãs judiciais	1
Secretaria de Administração Penitenciária	Direções técnicas de unidades prisionais	3
	Direções de segurança e disciplina de unidades prisionais	5
	Direções dos centros integrados de movimentações e informações carcerárias técnicas de unidades prisionais	3
	Pessoas técnicas dos centros de trabalho e educação de unidades prisionais	4
Autos da infância e juventude	Atuações em documentos judiciais nos autos da execução penal	Número de atuações
Magistratura	Pessoas juízas	2
Ministério Público de São Paulo	Pessoas promotoras	1
	Analistas	1
Advocacia privada	Pessoas advogadas particulares	2


Funcionarismo do TJSP	Chefias de seção judiciária	2
	Pessoas escreventes técnicas	2
	Assistência Social Judiciária	1
	Psicologia Judiciária	1
	Assistente judiciária	1
Serviço de Acolhimento Institucional	Gerência do serviço	1
	Pessoas psicólogas	2
	Pessoas orientadoras sociais	1
	Pessoas assistentes sociais	4
Conselho Tutelar	Pessoa conselheira	1
	Pessoa agente de apoio	1

ANEXOS

ANEXO I – EXEMPLO ILUSTRATIVO DA FOLHA DE ANTECEDENTES NO ÂMBITO DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 2020

	PODER JUDICIÁRIO SÃO PAULO
Folha de Antecedentes	
Dados da Qualificação	
<hr/>	
Nome:	
Controle VEC nº:	
Sexo:	
RG:	
Tipo RG:	
Data Nascimento:	
Naturalidade:	
Fórm. Fundamental:	
Nome do Pai:	
Nome da Mãe:	
Outros	
<hr/>	
Nomes:	
RG(s):	
Nome(s) da Mãe:	
Dados SAP	
<hr/>	
Matrícula SAP:	
Unidade Prisional:	
Situação Processual:	
Situação Atual:	
Data Entrada:	
Inquérito Nº	
<hr/>	
Delegacia:	
Tipo de Inquérito:	
Data do Fato:	
Data Abertura:	

ANEXO II – EXEMPLO ILUSTRATIVO DA PÁGINA VIRTUAL QUE REGISTRA O HISTÓRICO DE MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS NO SISTEMA E-SAJ DO TJSP NO ANO DE 2020

 Este processo é digital. Clique aqui para visualizar os autos.

Dados do processo

Processo:
Classe:
Assunto:
Distribuição:
Controle:
Juiz:
Outros números:

Área: Criminal

Dados da delegacia

Documento	Número	Distrito policial
-----------	--------	-------------------

Partes do processo

Autord: Justiça Pública
Exectda:

Réu Preso

Movimentações Exibindo 5 últimas. »Listar todas as movimentações.

Data	Movimento

Petições diversas

Data	Tipo
------	------

Incidentes, ações incidentais, recursos e execuções de sentenças

Apensos, Entranhados e Unificados

Audiências

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas

Brasília, de Novembro de 2018

Guia de Acolhimento -

Telefone:

Relatórios/Documentos Anexados:

PARECER DA EQUIPE TÉCNICA

DESPACHO DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA

Despacho:

JUIZ(A) DE DIREITO:

OBSERVAÇÃO SOBRE A GUIA DE ACOLHIMENTO

Observação:

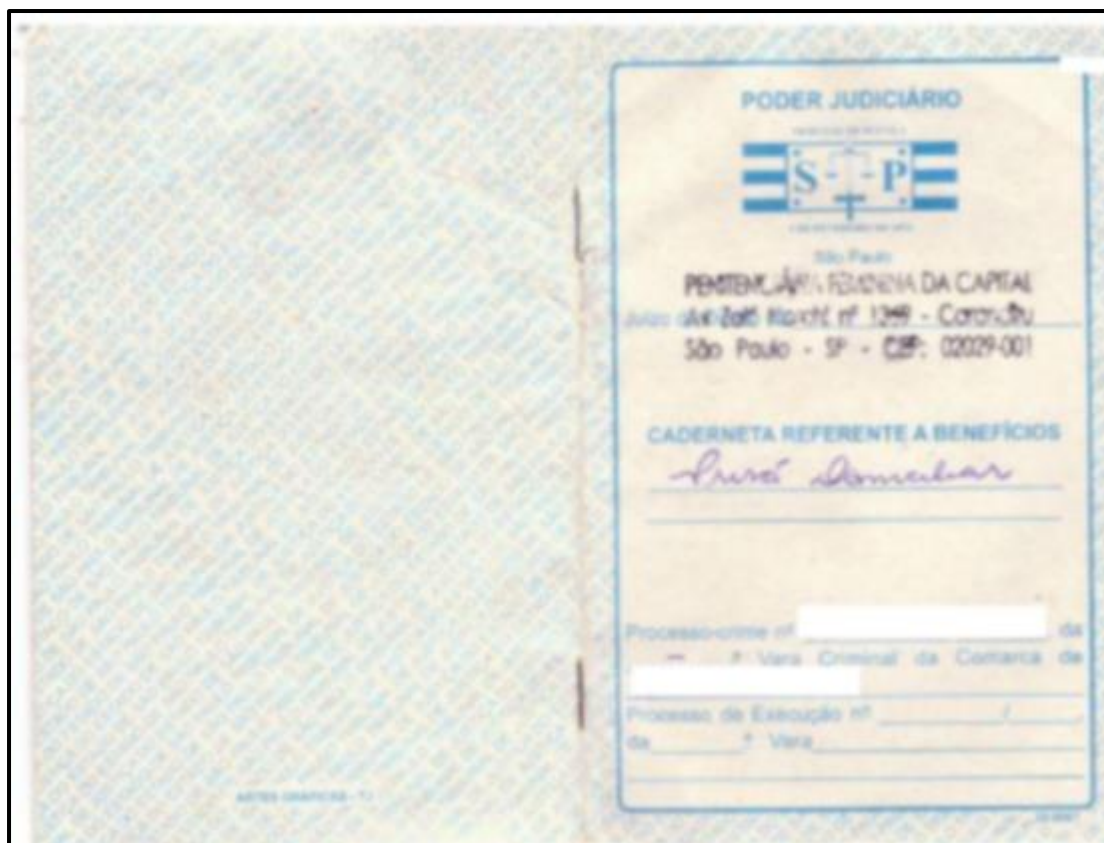
(Cidade)

(Data)

(Carimbo e Assinatura do Juiz)

sistemasnacionais@cnj.jus.br | COPYRIGHT - CNJ 2018

**ANEXO IV – FOTO ILUSTRATIVA DE UMA CARTEIRA DE ASSINATURAS
NA EXECUÇÃO PENAL DE SÃO PAULO.**



ANEXO V – RESPOSTAS PÚBLICAS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

PARTE 1 – Perguntas e respostas sobre dados e atuações de instituições da justiça criminal no estado de São Paulo após a decisão do HC Coletivo 143.641 no STF

1) TJSP ¹⁵⁰

“Enviado: quinta-feira, 11 de abril de 2019 15:57

Para: SERVICO DE INFORMACAO AO CIDADAO - SEC DE PRIMEIRA INSTANCIA TJ

Assunto: ENC: Protocolo nº 2019/44605 - SIC

Prezada Equipe,

Seguem destacadas as respostas aos questionamentos apresentados:

1. O TJSP adotou algum procedimento interno para auxiliar as comarcadas do estado de São Paulo a darem cumprimento na decisão do HC Coletivo?

R: Sim. Foi editado pela Presidência do Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça o Comunicado Conjunto 393/2018 (DJE de 07/03/2018, p. 2).

2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes de acesso público sobre o tema?

R: Sim, o Comunicado 393/2018 e o parecer dos juízes assessores da E. Corregedoria disponibilizado juntamente com aquele Comunicado. Houve, também, no expediente, o relatório final, com resumo do apurado, que segue. E público há, também, as informações prestadas pelo Exmo. Corregedor Geral em dezembro de 2018 em atendimento a pedido do Exmo. Ministro Relator no HC 143.641.

3. O TJSP possui número de quantas mulheres, até dezembro de 2018, faziam jus a decisão proferida em sede do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP?

R: Nos termos da decisão no HC 143.641, o Comunicado visou dar conhecimento aos magistrados das situações possivelmente alcançadas pela decisão, à época da ordem. Novas prisões ocorridas após março de 2018 são objeto de análise caso a caso, em cada processo, na atividade jurisdicional regular dos Magistrados, com acompanhamento dos defensores e do Ministério Público, não sendo acompanhadas de forma centralizada pelo TJSP, razão pela qual não há dados posteriores aos mencionados nos documentos indicados na resposta anterior.

Atenciosamente”

¹⁵⁰ À esta resposta foram anexados outros nove documentos.

2) MPSP¹⁵¹

“Enviado: quinta-feira, 23 de janeiro de 2020 17:35

Para: Centro de Apoio Criminal <caocrim@mpsp.mp.br>

Assunto: RES: P.I. nº 65 000003202041 - SIC/MPSP – Encaminha solicitação

Informe a solicitante, bem como o SIC/MPSP que tão logo foi proferida a decisão no HC Coletivo nº 143.641/SP o Tribunal de Justiça de São Paulo solicitou à Secretaria da Administração Penitenciária a realização de levantamento, que foi feito pelos diretores das unidades prisionais, indicando as presas que faziam jus à prisão domiciliar nos moldes decididos no HC. O levantamento foi encaminhado aos Promotores de Justiça do Estado de São Paulo, que examinaram a situação processual de cada presa e se manifestaram com urgência nos processos respectivos.

Além disso, o Ministério Público do Estado de São Paulo realizou mesa de debates com Promotores e Procuradores de Justiça para analisar e discutir o tema, conforme arquivo anexo; bem como orientou os Promotores e Procuradores de Justiça por meio de boletins informativos visando auxiliá-los no cumprimento da decisão.

Por fim, esclareça que a informação sobre o número de mulheres presas gestantes ou mães no Estado de São Paulo deverá ser solicitada à Secretaria da Administração Penitenciária.

Arquive-se na BVA.

Atenciosamente.”

3) DPESP¹⁵²

“A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 55723201496, data 10/01/2020, FOI ATENDIDA PARCIALMENTE.

Solicitação: Prezado(a), com base na lei de acesso à informação, gostaria de solicitar informações a respeito da atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo após decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP que concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar a todas as mulheres presas gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, salvo nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, contra seus descendentes, ou ainda, em situações excepcionabilíssimas. Neste sentido:

1. A DPESP adotou algum procedimento interno para auxiliar defensores e defensoras em suas ações locais para auxiliarem no cumprimento da decisão do HC Coletivo?
2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes elaborados pela DPESP de acesso público sobre o tema?
3. A DPESP possui número de quantas mulheres são gestantes ou mães no estado de São Paulo e/ou quantas mulheres foram atingidas pela decisão do HC Coletivo no ano de 2018?

Resposta:

Prezada,

¹⁵¹ À esta resposta foi anexada um documento.

¹⁵² À esta resposta foram anexados dois documentos.

Em atenção à solicitação de informação registrada sob nº 55723201496, disponibilizamos abaixo as respostas aos questionamentos feitos:

1. A DPESP adotou algum procedimento interno para auxiliar defensores e defensoras em suas ações locais para auxiliarem no cumprimento da decisão do HC Coletivo?

Em relação ao tema apresentado em sua solicitação esclarecemos que, antes mesmo da impetração do Habeas Corpus nº 143.641/SP, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo já havia criado uma política institucional de atendimento jurídico integral, em todo o Estado de São Paulo, às mulheres presas que estejam grávidas ou em período de amamentação, bem como àquelas que tenham filhos com menos de 18 anos em situação de vulnerabilidade, decorrente da custódia penal de sua mãe ou cujo convívio esteja prejudicado em razão do encarceramento.

Esta política institucional, denominada “Mães em Cárcere”, é regulamentada pela Deliberação CSDP nº 291, de 14, de fevereiro de 2014, e conta com a atuação de uma assessoria técnica de gestão informacional chamada **CONVIVE**.

Desde o início das atividades voltadas para a referida política, os/as Defensores/as Públicos/as contam com o apoio do Núcleo Especializado de Situação Carcerária, cujas atribuições específicas no âmbito da política consistem no fornecimento de apoio jurídico aos/as Defensores/as naturais da área criminal, atuação nos casos de demandas criminais identificados pelo CONVIVE onde não haja Defensoria Pública instalada, coordenação direta das atividades do CONVIVE, fornecendo apoio técnico-jurídico aos seus integrantes.

Após ser impetrado o HC Coletivo mencionado, o Núcleo Especializado de Situação Carcerária ingressou como “*amicus curiae*” junto com os Núcleos de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e da Infância e Juventude, de modo a ampliar o debate e trazer principalmente algumas informações sobre o que ocorre no Estado de São Paulo, estado que possui a maior população carcerária do país.

Posteriormente, a partir de decisões que indeferiam a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, em descumprimento à decisão do Supremo Tribunal Federal - STF, foram colacionados alguns desses julgados e enviados ao Coletivo de Advogados em Direitos Humanos - CADHU, impetrante do HC, para ciência ao STF do descumprimento.

Desde 2018, o Núcleo Especializado de Situação Carcerária vem trabalhando para fomentar e ampliar a política “Mães em Cárcere”, com o objetivo principal de informar as mulheres presas de seus direitos, realizar atividades judiciais e extrajudiciais para cumprimento da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no HC Coletivo nº 149.521/SP e promover a difusão do conhecimento sobre as recentes alterações legislativas que ampliaram as possibilidades de soltura, substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar e diminuição do prazo para progressão de regime, por exemplo.

2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes elaborados pela DPESP de acesso público sobre o tema?

Em março de 2018, logo após o julgamento do HC Coletivo, o Núcleo Especializado de Situação Carcerária, por meio do portal “Mães em Cárcere”, na página da Defensoria Pública, disponibilizou uma seção de informações contendo os modelos de pedidos, a fim de facilitar a atuação dos/as defensores/as públicos/as. Houve também o encaminhamento de um comunicado à carreira que pode ser consultado no arquivo anexo.

A Assessoria Criminal, órgão da Administração Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, também encaminhou, no dia 04 de maio de 2018, um comunicado aos/às Defensores/as Públicos/as disponível no arquivo anexo:

Ademais, houve a elaboração de uma Cartilha Intitulada Mães em Cárcere contendo informações sobre a política institucional, cujo link de acesso disponibilizamos abaixo:

https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/0/documentos/cartilhas/CARTILHA_MAES_C%C3%81RCERE_2017.pdf

As principais informações relacionadas à política institucional “Mães em Cárcere”, incluindo a Deliberação CSDP nº 291, de 14, de fevereiro de 2014 podem ser consultadas na página do CONVIVE, cujo link de acesso disponibilizamos abaixo:

<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=5935>

3. A DPESP possui número de quantas mulheres são gestantes ou mães no estado de São Paulo e/ou quantas mulheres foram atingidas pela decisão do HC Coletivo no ano de 2018?

-

Caso sua intenção ao formular pergunta tenha sido solicitar a quantidade de mulheres que são gestantes ou mães e se encontrem encarceradas no Estado de São Paulo e/ou a quantidade de mulheres atingidas pela decisão do HC coletivo no ano de 2018, esclarecemos que não possuímos as informações solicitadas.

Para verificar a possibilidade de obtê-las é necessário entrar em contato diretamente com os órgãos que as produzem. No caso da primeira parte da pergunta, o órgão a ser demandado é a Secretaria da Administração Penitenciária. Para a segunda parte da pergunta, você deve entrar em contato com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Abaixo disponibilizamos os links de acessos às páginas dos referidos órgãos para os contatos necessários:

Secretaria da Administração Penitenciária

<http://www.sap.sp.gov.br/>

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

<http://www.tjsp.jus.br/CanaisAtendimentoRelacionamento/SIC>

Os dados que possuímos no âmbito da política “Mães em Cárcere” abarcam as atividades desenvolvidas nos anos de 2013 a 2017. Os dados relativos ao ano de 2018 estão em fase de análise, para divulgação oportuna. Para consultar o material existente sobre os dados estatísticos, acesse o link abaixo:

<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=6423>

Atenciosamente,

Os arquivos anexos complementam a sua resposta:

(...)”

4) SAPSP¹⁵³

“Prezado(a) Sr(a) Balbuglio,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 5988720627, data 10/01/2020, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária

SIC: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

Solicitação:

Prezado(a), com base na lei de acesso à informação, gostaria de solicitar informações a respeito da atuação da Secretaria de Administração Penitenciária após decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP que concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar a todas as mulheres presas gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, salvo nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, contra seus descendentes, ou ainda, em situações excepcionálíssimas. Neste sentido:

1. A SAP adotou algum procedimento interno para mapear quantas mulheres gestantes e mães estavam presas no estado de São Paulo à época (fevereiro de 2018)?
2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes elaborados pela DPESP de acesso público sobre o tema?
3. Qual o procedimento atual para identificar mulheres nestas situações que são incluídas no sistema penitenciário paulistano?
4. A SAPSP possui número de quantas mulheres são gestantes ou mães no estado de São Paulo foram atingidas pela ordem do HC Coletivo em 2018?
5. Qual o número de mulheres mães e gestantes presas no sistema prisional paulista atualmente?

Resposta:

RESPOSTA DA COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAIBA E LITORAL

1. A SAP adotou algum procedimento interno para mapear quantas mulheres gestantes e mães estavam presas no estado de São Paulo à época (fevereiro de 2018)?

R. A SAP solicitou via correio eletrônico, levantamento da mulheres gestantes, mães com filhos menores de 12 anos e mães com filhos acometidos com deficiência independente da idade, bem como a quantidade de mulheres que, em tese, se enquadrariam na referida decisão do HC Coletivo.

¹⁵³ A este pedido foi anexado um documento.

2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes elaborados pela DPESP de acesso público sobre o tema?

R. Prejudicado, não há informação a respeito.

3. Qual o procedimento atual para identificar mulheres nestas situações que são incluídas no sistema penitenciário paulistano?

R. Quando da inclusão da mulher na Unidade Prisional, procede-se ao levantamento de sua situação processual, bem como consulta com a própria com relação aos filhos.

5. Qual o número de mulheres mães e gestantes presas no sistema prisional paulista atualmente?

R. Mães: 43; gestante: 0.

RESPOSTA DA COORDENADORIA DE UNIDADES PRISIONAIS DA REGIÃO OESTE DO ESTADO

1. A SAP adotou algum procedimento interno para mapear quantas mulheres gestantes e mães estavam presas no estado de São Paulo à época (fevereiro de 2018)?

R.: Sim.

2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes elaborados pela DPESP de acesso público sobre o tema?

R.: Prejudicado.

3. Qual o procedimento atual para identificar mulheres nestas situações que são incluídas no sistema penitenciário paulistano?

R.: Quando da inclusão de mulheres presas nesta Penitenciária Feminina, durante a entrevista psicossocial são colhidas tais informações.

4. A SAPSP possui número de quantas mulheres são gestantes ou mães no estado de São Paulo foram atingidas pela ordem do HC Coletivo em 2018?

R.: Nesta Penitenciária Feminina, foram beneficiadas 312 (trezentos e doze) reeducandas, sendo 21 (vinte e uma) reeducandas gestantes, 13 (treze) reeducandas lactantes, 270 (duzentos e setenta) reeducandas mãe de filhos menores de até 12 anos e 08 (reeducandas) mães de filhos deficientes.

5. Qual o número de mulheres mães e gestantes presas no sistema prisional paulista atualmente?

R.: Nesta Penitenciária Feminina encontram-se recolhidas 10 (dez) reeducandas gestantes e 506 (quinhentos e seis) reeducandas mães.

INFORMÇÃO DAS DEMAIS COORDENADORIAS, EM ANEXO.”

5) MPF

**“MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
Despacho nº 2456/2020 - ASSEP/PGR
Referência: PGR-00216641/2019
DECISÃO**

Trata-se de pedido de acesso à informação, via Sala de Atendimento ao Cidadão, em que VIVIANE BALBUGLIO solicita informações sobre práticas do MPF após decisão do STF no HC 143.641/SP.

Questiona-se:

1. O MPF adotou algum procedimento interno para auxiliar as demais unidades do país a auxiliarem no cumprimento da decisão do HC Coletivo, especialmente em vista de sua função como fiscal da lei?
2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes de acesso público sobre o tema no MPF?
3. O MPF possui número de quantas mulheres processadas pelo órgão em 2018 faziam jus a decisão proferida em sede do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP?

Protocolado em 24/3/2019, a Procuradoria da República em São Bernardo do Campo/SP remeteu o pedido de informação à PGR, em vista de o HC 143.641/SP tramitar no STF.

Em 3/5/2019, a Coordenadora da 2ª CCR enviou: 1) Memorando nº 36/2019 ao Secretário-Geral Jurídico com informações sobre medidas do MPF no tema; 2) Memorando nº 37/2019 ao Coordenador do Núcleo de Acompanhamento na Área Criminal – NUCRIM para conhecimento e eventuais complementações das informações prestadas.

Em 9/5/2019, o Coordenador do NUCRIM remeteu o expediente ao Gabinete do Procurador-Geral da República. Em sucessivo, o pedido foi à Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva com retorno, em 5/5/2020, ao Gabinete do Procurador-Geral da República.

Decisão do Ministro Ricardo Lewandowski de 13/4/2020 encerrou a atividade jurisdicional no HC 143.641/SP por entender cumprido o objeto da impetração e que medidas de fiscalização do cumprimento da ordem podem ser acompanhadas pelos interessados, inclusive *amici curiae*, junto ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Ao CNJ, o Min. Relator enviou cópia de todos os documentos, respostas e manifestações das Secretarias Estaduais de Segurança Pública, Juízos criminais e Tribunais de Justiça constantes dos autos. Existe, pois, no CNJ procedimento para acompanhar o monitoramento do decidido no HC 143.641/SP no sistema prisional brasileiro.

No MPF, as manifestações nos processos que envolvem mulheres gestantes, puérperas, mães de crianças ou pessoas com deficiência são realizadas caso a caso, nas diversas instâncias, observado o decidido no HC 143.641/SP e o art. 318-A do Código de Processo Penal.

Quanto às estatísticas, em parecer no HC 143.641/SP, a Procuradoria-Geral da República se posicionou pela adoção das seguintes medidas:

- 1 – Seja determinado ao Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN e às Secretarias de Administração Penitenciárias dos Estados que realizem monitoramento periódico, preferencialmente mensal, que inclua a busca ativa, identificação e listagem de todas as mulheres presas que atendam às diretrizes traçadas neste habeas corpus e informe à Corregedoria dos Tribunais para que esta promova as medidas adequadas junto aos juízos competentes.
- 2 – A exemplo do determinado ao DEPEN, seja atribuída ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ, igualmente, a obrigação de acompanhar, periodicamente, a identificação e listagem de

todas as mulheres presas que atendam às diretrizes traçadas neste habeas corpus e as medidas adotadas pelas Corregedorias dos Tribunais para a efetividade das medidas determinadas.

2.1 – Nesse intento, seja determinada a inclusão no Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) e no Banco Nacional de Monitoramento das Prisões no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (BNMP) de campos específicos que garantam o registro de dados relativos a eventual gravidez e existência de filhos e/ou dependentes sob os cuidados da pessoa presa, bastando, a palavra da mulher, para que lhe seja garantido o benefício concedido nestes autos, principalmente quando se tratar de primeira detenção.

2.2 – Seja determinado, ainda, que seja dada transparência a esses dados, os quais devem ser disponibilizados no sítio eletrônico das entidades envolvidas públicas responsáveis pelo monitoramento, com atualização periódica, preferencialmente mensal.

3 – Seja a Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aos Órgãos Estaduais de Gestão Socioeducativa, determinados a realizarem monitoramento periódico, preferencialmente mensal, com identificação e listagem de todas as adolescentes internadas que atendam às diretrizes traçadas neste habeas corpus e informe à Corregedoria dos Tribunais para que promova as medidas adequadas junto aos juízos competentes.

3.1 – Seja determinada, ainda, a transparência desses dados, os quais devem ser disponibilizados no sítio eletrônico da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente ou de outro órgão responsável pelo referido monitoramento, com atualização periódica, preferencialmente mensal.

A consultante pode obter números sobre a quantidade de mulheres beneficiárias do HC 143.641 SP no CNJ e demais entidades civis mencionadas acima. Destaque especial para o Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC) e o Banco Nacional de Monitoramento das Prisões no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (BNMP)

Encaminhe-se cópia deste despacho à cidadã que solicitou as informações, com cópia também do Memorando nº 36/2019 da Coordenadora da 2ª CCR.

Após, archive-se.”

6) DPU¹⁵⁴

“Protocolo: 90513.000167/2019-00

Solicitante: Viviane Balbuglio

Prazo de Atendimento: 25/04/2019 23:59:59

Tipo de resposta: Correspondência eletrônica (e-mail)

Descrição da solicitação: Prezado(a), com base na lei de acesso à informação, gostaria de solicitar informações a respeito da atuação da DPU após decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP que concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar a todas as

¹⁵⁴ A este pedido dois documentos foram anexados.

mulheres presas gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, salvo nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, contra seus descendentes, ou ainda, em situações excepcionálissimas. Neste sentido: 1. A DPU adotou algum procedimento interno para auxiliar as demais unidades do país a auxiliarem no cumprimento da decisão do HC Coletivo? 2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes de acesso público sobre o tema? 3. A DPU possui número de quantas mulheres assistidas pelo órgão em 2018 fazem jus a decisão proferida em sede do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP?

Resposta

Prezada Senhora Viviane, Em atenção à sua demanda por informação, encaminhamos arquivos anexos contendo a resposta elaborada pela Unidade responsável pelo tema/assunto da demanda. Atenciosamente, Serviço de Informação ao Cidadão SIC-DPU SAUN – Quadra 5 – Lote C – Centro Empresarial CNC – Bloco C 2º Andar – Sala 202 – CEP 70.040-250 – Brasília / DF Telefone: +55 61-3319-0297 <http://www.dpu.def.br/transparencia>

Anexo: pedimos que verifique os arquivos anexados a esta mensagem.

Importante: no caso de indeferimento de acesso a informação, poderá ser interposto recurso através do sistema no prazo de 10 (dez) dias, conforme disposto no parágrafo único do art. 15 da Lei nº 12.527/2011.

Visite o sítio para obter maiores informações.

Agradecemos o contato!”

7) TRF3

“Despacho Nº 4630912/2019 - DFORSP/SUGA

Processo SEI nº 0012554-37.2019.4.03.8000

Documento nº 4630912

Trata-se de solicitação apresentada por Viviane Balbuglio a respeito da atuação da Justiça federal de São Paulo, em que requer "informações a respeito da atuação da Justiça Federal de São Paulo após decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP que concedeu a ordem para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar a todas as mulheres presas gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda, salvo nas hipóteses de crimes praticados com violência ou grave ameaça, contra seus descendentes, ou ainda, em situações excepcionálissimas".

Neste sentido indagou:

1. Se a Justiça Federal adotou algum procedimento interno para auxiliar todas as unidades do estado de São Paulo a auxiliarem no cumprimento da decisão do HC Coletivo?
2. Se sim, há eventual comunicado, provimento ou documentos semelhantes de acesso público sobre o tema?
3. A justiça federal de São Paulo possui número de quantas mulheres processadas pelo órgão em 2018 fazem jus a decisão proferida em sede do Habeas Corpus coletivo nº 143.641/SP?

Passo a responder.

É de conhecimento desta Diretoria do Foro da criação do processo SEI 0007993-04.2018.4.03.8000, pela eg. Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para tratar do assunto. Destaco que o primeiro despacho dos autos, proferido pela Presidência, tem restrição de acesso.

Sendo assim, considerando que se trata de processo originado na Presidência do TRF da 3ª Região, considerando-se que a restrição de acesso foi imposta por aquela unidade e, tendo em vista que as providências foram determinadas pela Presidente do Tribunal, entendo que a questão deve ser a ela submetida.

Com estas informações, restitui o expediente à Ouvidoria-Geral, colocando a Diretoria do Foro à disposição para eventuais informações que se fizerem necessárias.”

PARTE 2 – Perguntas e respostas de temas variados apresentadas para instituições da justiça criminal no estado de São Paulo durante o ano de 2020, após o início da pandemia.

1) SAPSP

1.1 Dados sobre mulheres mães presas no estado

“Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 743612013766, data 02/07/2020, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária
SIC: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

Solicitação:

Prezados(as), gostaria de solicitar as seguintes informações da SAPSP:

- 1) quantas mulheres estão presas no estado de São Paulo?*
 - 2) quantas delas são mulheres mães com crianças dentro das unidades prisionais?*
 - 3) quantas mulheres presas no estado têm filho(as) sob acolhimento institucional em serviços de acolhimento?*
 - 4) como estão funcionando as visitas entre mulheres mães e crianças acolhidas durante a pandemia do coronavírus?*
- Agradeço desde já pela atenção.*

Resposta:

População Carcerária Feminina = 10.185 presas

A Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) que, ao todo, no Estado de São Paulo, existem 3.450 mulheres privadas de liberdade na condição de lactantes, gestantes ou mães com filhos encarceradas por crimes relacionados a entorpecentes. Já o número mulheres em prisão provisória por crimes não violentos relacionados ao tráfico de drogas chega a 1.781. A Pasta informa, ainda, que existem 15 lactantes em prisão provisória por crimes não violentos relacionado ao tráfico. Destacamos que 922 mulheres com filhos de até 12 anos em prisão provisória estão encarceradas por crimes não violentos relacionados ao tráfico de drogas; 474 são gestantes deram à luz ainda em situação de encarceramento desde a decisão do STF. Por fim, 110 reeducandas estão presas com seus filhos recém-nascidos em unidades administradas por esta Pasta.

A SAP dispõe, hoje, de 7 berçários. As mães com filhos recém-nascidos, quando não há berçário na unidade em que estão cumprindo pena, são encaminhadas para unidades próximas que possuem alas específicas, sem qualquer prejuízo a criança.

A partir da decisão proferida pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal até 10/01/2020, foram protocolados pedidos de 196 gestantes, 81 puérperas, 4559 mães de filhos até 12 anos e 102 de mães de deficientes. Do total, 3955 foram julgados nos termos do acórdão proferido pela Corte Suprema, desses, 39,54% foram deferidos.

As mães ficam com seus filhos em celas individuais, até completarem 6 meses.

As visitas estão suspensas temporariamente no sistema prisional paulista, pela Pandemia Covid-19.

Todas as unidades prisionais do Estado constam no site da Pasta: www.sap.sp.gov.br”

1.2 Emissão de boletins informativos e atestado de conduta carcerária

“Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 644862017518, data 13/08/2020, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária

SIC: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

Solicitação:

Prezados(as), boa noite,

1. A SAP possui um sistema informacional integrado entre todas as unidades prisionais do estado de São Paulo para a produção de documentos como o boletim informativo e atestado de conduta carcerária?

2. Se sim, qual o nome deste sistema?

3. Se não, de que forma estes documentos são produzidos?

4. Por fim, a SAP possui estatísticas de quantos boletins informativos elabora e emite por ano? Se sim, quais as estatísticas referentes ao ano de 2019?

Agradeço imensamente pela atenção e aguardo retorno.

Resposta:

1. SIM

2. Sistema Gestão Penitenciária - GEPEN

3. Respondido acima

4. A SAP tem o controle de quantos boletins informativos foram assinados com certificação digital

- em 2019 foram assinados 124.607 Boletins Informativos com certificado digital”

“Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio

A sua solicitação de recurso para o acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 644862017518, FOI DEFERIDA.

Solicitação: Prezados(as), boa noite,

1. A SAP possui um sistema informacional integrado entre todas as unidades prisionais do estado de São Paulo para a produção de documentos como o boletim informativo e atestado de conduta carcerária?

2. Se sim, qual o nome deste sistema?

3. Se não, de que forma estes documentos são produzidos?

4. Por fim, a SAP possui estatísticas de quantos boletins informativos elabora e emite por ano? Se sim, quais as estatísticas referentes ao ano de 2019?

Agradeço imensamente pela atenção e aguardo retorno.

Decisão da Instância:

O único sistema para emissão do Boletim Informativo é o Sistema GEPEN.

Existe no sistema a opção de impressão em papel e assinatura manual, visando uma contingência em caso de problemas com a certificação digital.

Entretanto, a orientação desde 2014, quando implantada a Certificação Digital, é que devam assinar com certificação digital, independente se processo judicial físico ou digital.

Resposta:

RESPOSTA ACIMA.”

1.3 Documentos relacionados a elaboração do RIPSAP¹⁵⁵

Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 386262023980, data 28/10/2020, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária
SIC: Secretaria Estadual da Administração Penitenciária - SAP

Solicitação:

Prezados(as),

Com base na lei de acesso à informação, gostaria de solicitar acesso aos documentos preparatórios que deram origem ao Regime Interno das Unidades Prisionais no estado de São Paulo como pré-projetos, ata de reuniões, dentre outras informações pertinentes relativas ao processo de elaboração e aprovação do importante Regimento e outros regramentos que a alteraram posteriormente.

Agradeço desde já pela atenção,

Resposta:

Prezada Cidadã,

Em anexo as Resoluções SAP que criou e que alterou o Grupo de Trabalho para elaboração do RIP - Resolução SAP 144/2010.

Dado o tempo decorrido, não localizamos os estudos que resultaram da referida Resolução, porém, se sabe que houve a participação de todos os Coordenadores de Unidades Prisionais do Estado de São Paulo.

¹⁵⁵ À esta resposta dois documentos foram anexados.

A aprovação do Regimento é a própria Resolução SAP - 144/2010, assinada pelo Secretário da Administração Penitenciária.

Os arquivos anexos complementam a sua resposta:

Res SAP 75 de 2007.doc

Res SAP 119 de 2008 (1).doc

2) SSP¹⁵⁶

“Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 614832017695, data 16/08/2020, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Secretaria Estadual da Segurança Pública

SIC: Secretaria Estadual da Segurança Pública - SSP

Solicitação:

Prezados(as), boa tarde,

Com base na lei de acesso à informação solicito as seguintes informações à SSP relacionadas às carceragens e cadeias de competência da SSP:

1) Quantas carceragens a SSP gere atualmente?

2) Quantos outros estabelecimentos prisionais como por exemplo, cadeias públicas a SSP gera atualmente?

2.1) Quais são estes estabelecimentos?

2.2) Quais deles são específicos para mulheres?

2.3) Quais são específicos para homens?

3) Quais as estatísticas da SSP em relação às pessoas em situação de prisão sob sua gestão no ano de 2019?

4) Quais as estatísticas da SSP em relação às pessoas em situação de prisão sob sua gestão tendo como referência o período entre julho e agosto de 2020?

Agradeço desde já pela atenção e aguardo retorno.

Resposta:

Prezada Senhora,

Todos os questionamentos realizados estão nas Grades anexas, a saber:

1) Quantas carceragens a SSP gere atualmente?

2) Quantos outros estabelecimentos prisionais como por exemplo, cadeias públicas a SSP gera atualmente?

2.1) Quais são estes estabelecimentos?

¹⁵⁶ À esta resposta a SSP enviou outros 40 documentos.

Resposta: São carceragens de Delegacias as unidades onde há indicativo de Distrito Policial (DP). Por outro lado, as nomeadas pelo município correspondente são consideradas Cadeias Públicas.

2.2) Quais deles são específicos para mulheres?

2.3) Quais são específicos para homens?

Resposta: Enviamos anexo Quadro de cadeias públicas com o indicativo de serem masculinas, femininas ou ambas.

3) Quais as estatísticas da SSP em relação às pessoas em situação de prisão sob sua gestão no ano de 2019?

Resposta: A estatística encontra-se no Quadro Geral de Presos do dia 27/12/2019 (último Quadro do ano de 2019) já enviado.

4) Quais as estatísticas da SSP em relação às pessoas em situação de prisão sob sua gestão tendo como referência o período entre julho e agosto de 2020?

Resposta: A estatísticas encontra-se no Quadro Geral de Presos dos dias 31/07/2020 (último Quadro do mês de julho de 2020) e 28/08/2020 (último Quadro do mês de agosto de 2020) já enviados.

Att.

SIC/SSP

O arquivo anexo complementa a sua resposta:

Cadeias masculinas-femininas.xlsx”

3) FUNAP

3.1 Informações sobre gestão do trabalho prisional

“Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 649922017519, data 13/08/2020, FOI ATENDIDA PARCIALMENTE.

Órgão/Entidade: Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel

SIC: Fundação Prof. Doutor Manoel Pedro Pimentel - FUNAP

Solicitação:

Prezados(as), boa noite,

As perguntas abaixo relacionam-se ao exercício de posições de trabalho por parte das pessoas presas com referência ao ano de 2019. Agradeço desde já pela atenção.

1. É público o acesso à listagem de todas as empresas e órgãos públicos que contratam? Se sim, a FUNAP poderia encaminhar na resposta deste pedido?

2. Quantas dessas contratações são para vagas de trabalho dentro das unidades prisionais?
3. Quantas são externas às unidades prisionais?
4. No caso das unidades externas, qual o meio de transporte mais utilizado para pessoas presas chegarem e retornarem desses espaços de trabalho no ano de 2019?
5. No caso das unidades externas, todas as pessoas que trabalharam fora das unidades prisionais no ano de 2019 utilizaram-se de monitoramento eletrônico?

Obrigada mais uma vez e aguardo retorno.
Atenciosamente.

Resposta:

Prezada Sra. Viviane Balbuglio, boa tarde.

Seguem esclarecimentos ao vosso pedido, de acordo com as perguntas:

- 1 - O resumo do contrato celebrado é publicado em Diário Oficial e pode ser consultado nas publicações desta Fundação na área de pesquisa correspondente à Secretaria da Administração Penitenciária.
- 2- Com base nos dados de dezembro de 2019, foram 23.993 vagas.
- 3- Com base nos dados de dezembro de 2019, foram 7.697 vagas.
- 4- Existem duas maneiras: o contratante oferta vale transporte para os reeducandos ou oferta transporte próprio ou locado para conduzir os reeducandos da Unidade Prisional para o local de trabalho. Não há dados estruturados para quantificar estas opções.
- 5- Esta informação deve ser requerida à Secretaria da Administração Penitenciária.

Cordialmente,

SIC – FUNAP”

3.2 Dados sobre o programa Jus – Apoio Jurídico ao Preso

“Prezado(a) Sr(a) Viviane Balbuglio,

A sua solicitação de acesso a documentos, dados e informações, de protocolo 620412017696, data 16/08/2020, FOI ATENDIDA.

Órgão/Entidade: Fundação Professor Doutor Manoel Pedro Pimentel
SIC: Fundação Prof. Doutor Manoel Pedro Pimentel - FUNAP

Solicitação:

Prezados(as), com base na lei de acesso à informação, gostaria de perguntar a FUNAP de que forma e quais são todas as modalidades de atividade que a Fundação exerce em matéria de acesso a justiça às pessoas presas no estado de São Paulo no programa Jus - Apoio Jurídico ao Preso?

Neste sentido, gostaria de solicitar o acesso integral ao relatório consolidado de dados do programa Jus relativo ao ano de 2019, e ou, subsidiariamente ao relatório analítico destes dados, conforme as informações disponibilizadas no sítio

da FUNAP: http://www.funap.sp.gov.br/site/index.php/programas/programa_jus.

Agradeço desde já pela atenção e aguardo retorno.

Resposta:

Prezada Sra. Viaviane Balbuglio, boa tarde.

Primeiramente, antes de adentrar ao funcionamento do Programa Jus (PROJUS), farei algumas breves considerações.

Em 1977, a Funap criou o na época denominado “Projeto Jus – Apoio Jurídico ao Preso”, com o objetivo de prestar assistência jurídica integral aos presos carentes de recursos financeiros.

Com a criação, junto à Procuradoria Geral do Estado, em 1991, da Coordenadoria da Assistência Judiciária ao Preso, foi assinado convênio entre a Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria de Administração Penitenciária e esta Fundação, pelo qual os advogados da Funap continuaram prestando serviços nos estabelecimentos penais, mas sob a coordenação e orientação da Procuradoria.

Em 2006, com o advento da Lei Complementar nº 988/06, o convênio passou a ser firmado com a Defensoria Pública, na qualidade de sucessora da Procuradoria Geral do Estado.

Por meio de convênio firmado entre SAP, Defensoria Pública e FUNAP, atendemos 161 unidades prisionais sob responsabilidade da Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) e 12 sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública (SSP). A atuação é suplementar à Defensoria e visa atender as pessoas privadas de liberdade hipossuficientes.

Atualmente, possuímos 131 advogados ativos no quadro do referido programa (dados referentes a agosto de 2020).

No que tange aos dados do programa em 2019, seguem informações solicitadas:

Os atendimentos são divididos em 4 (quatro) grandes categorias: meta 1 - pedidos de reconhecimentos de direitos (benefícios); meta 2- processos administrativos disciplinares; meta 3 - atendimentos às pessoas privadas de liberdade e internadas (entrevistas com reeducandos) e meta 4 - atos complementares aos atendimentos (atos instrutórios).

Seguem números referentes ao ano de 2019:

META 1	META 2	META 3	META 4	TOTAL METAS
149.567	157.087	218.818	1.135.878	1.661.350

Cordialmente,

SIC – FUNAP”